

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A CHEGADA DAS ÁGUAS  
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E MUDANÇAS  
NO MUNDO DO TRABALHO RURAL PROVOCADAS  
PELA FORMAÇÃO DE LAGOS ARTIFICIAIS**

**(Tese de Doutorado)**

**Genyson Marques Evangelista**

**Orientador: Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2012**

**Evangelista, Genyson Marques**

Conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais.

Campina Grande – Paraíba, 2011.

321 p.

Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG. Centro de Humanidades.

1. Políticas públicas de desenvolvimento regional e de recursos hídricos
2. Impactos de grandes barragens sobre a agricultura camponesa

I. UFCG - CH

II. Título (série)

É concedida à Universidade Federal de Campina Grande permissão para reproduzir cópias desta Tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta Tese de Doutorado pode ser reproduzida sem autorização prévia do autor.

---

Genyson Marques Evangelista

**TERMO DE APROVAÇÃO****GENYSON MARQUES EVANGELISTA****A CHEGADA DAS ÁGUAS****Conflitos sociais e transformações  
no mundo do trabalho rural provocados  
pela formação de lagos artificiais**

Tese aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, pela seguinte Banca Examinadora:

---

**Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi**  
Orientador / UFCG

---

**Prof. Dr. Aldenor Gomes**  
Examinador Interno / UFCG

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ramonildes Alves Gomes**  
Examinadora Interna / UFCG

---

**Prof. Dr. Ivan Targino Moreira**  
Examinador Externo / UFPB

---

**Prof. Dr. Frederico de Castro Neves**  
Examinador Externo / UFC

**Campina Grande – PB, 2012**

## AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de Doutorado é sempre o resultado de caminhadas tortuosas que levam a uma conquista do pesquisador e para a qual contribuíram muitos personagens, com suas colaborações e seus sacrifícios pessoais. Daí porque sempre há o risco iminente de se cometer algum tipo de injustiça e, por isso, dedico esta tese a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a sua realização.

A Marluce, companheira de muitas andanças e lutas, e a meus queridos filhos, Amanda e Severino, presentes que ganhei dessa união.

À minha querida mãe e a todos os meus irmãos e irmãs, que igualmente torceram pela minha luta. Em especial, dedico essa conquista a meu pai, que poderia estar partilhando comigo esse momento de orgulho e satisfação, não fosse a sua ausência.

Aos estudantes que me ensinaram a ser professor, colegas de turma, dirigentes, professores e funcionários do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias e do Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial da UFPB, como também do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, no Campus de Bananeiras, pelo apoio que me deram durante a minha ausência das atividades docentes.

Aos colegas de turma de Doutorado e aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG pelo acolhimento, confiança e pelos ricos momentos de aprendizagem que me ofereceram ao longo de nossa convivência.

Ao professor Edgard Afonso Malagodi, meus agradecimentos especiais pela paciência e dedicação com que soube me ensinar e ao mesmo tempo me ouvir e me compreender, condições fundamentais para o aperfeiçoamento de minha pesquisa.

Aos demais membros da banca de defesa de tese, pela compreensão e pelas criteriosas contribuições que tanto serviram para a sua finalização.

Gostaria também de agradecer aos professores Roberto Vêras e Eliane Moreira, pois foi na condição de aluno especial destes no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB que me encantei com essa ciência.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais atingidos pelas barragens que pesquisei mais essa conquista, cujo sofrimento não só me serviu de inspiração como também me alertaram para a necessidade de se viver permanentemente combatendo as brutalidades cometidas pelo poder público contra os trabalhadores do campo.

## RESUMO

No Brasil, o estudo dos impactos da construção de grandes barragens é algo recente entre economistas e cientistas sociais. O crescimento dessas obras tem acompanhado o processo de mundialização do capital no crescimento do que chamamos de sociedades eletrointensivas. Delas surgem lagos que inundam vastas áreas de terras antes utilizadas com agricultura e que abrigavam comunidades rurais formadas em grande parte por camponeses. Tal processo, resultado de políticas de desenvolvimento comandadas pelo Estado impacta fortemente a organização da unidade de produção agrícola familiar, seja pela perda de suas terras para as águas das barragens, seja pela expropriação de seus recursos produtivos. Surgem aí movimentos de resistência das populações diretamente atingidas como reação à intervenção estatal que, quase sempre, ocorre de forma autoritária. O deslocamento compulsório dessas comunidades para outros espaços construídos, com características semi ou tipicamente urbanas acaba, na maioria das vezes, por transformar os seus habitantes em consumidores segundo os requerimentos das sociedades eletrointensivas. No entanto, esse processo não é linear e nem garante essa nova condição social a todos os atingidos, pois parte deles acaba desenvolvendo estratégias de resistência para manter a sua condição camponesa, enquanto outros sucumbem ao teste de seleção dos novos consumidores. A principal condição imposta pelo circuito de mercado para que as populações atingidas sejam alçadas à condição de novos consumidores é a transformação de sua força de trabalho antes imersa na lógica da reprodução da agricultura camponesa em mercadoria, no sentido mais profundo que Marx dá ao termo. As transformações pelas quais as famílias camponesas têm que passar no processo de relocação compulsória de suas terras resultam em uma nova estrutura de gastos e de consumo, na falta de ocupações, na transformação do camponês em morador urbano (onde o mesmo tem que comprar o que antes produzia), nas dificuldades do seu processo de adaptação ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, no fim da autonomia camponesa. As tentativas de reconstrução da antiga organização social e econômica que “desapareceu” com a inundação das terras de centenas de famílias pela barragem de Acauã constituem o aspecto mais dramático de quem teve de enfrentar tal situação, pois para elas, é extremamente difícil reconhecer e aceitar a perda completa de suas terras e da reprodução de suas condições de vida comunitária, pois isso afeta a sua capacidade de produzir seu próprio alimento. Assim, iniciou-se um movimento de luta pela sua recampesinação. Mas essas tentativas esbarram nos conflitos que envolvem os interesses dos agricultores familiares com os dos grandes proprietários em torno das terras que escaparam à inundação, no não cumprimento das promessas do poder público de reassentar todas as famílias desalojadas e até mesmo nos conflitos e nos equívocos que se instalam dentro do próprio movimento dos atingidos, coisa que raramente as investigações acadêmicas enxergam. Essa problemática tem levado a intensas discussões sobre uma das mais antigas teses acerca da agricultura camponesa, o seu desaparecimento com o avanço da moderna agricultura capitalista. Estaria o crescente processo de construção de grandes barragens contribuindo para a descampesinação? Essa pesquisa mostra que, são escassas as possibilidades de sobrevivência dos camponeses, mas devemos compreender que a capacidade de resistência e organização política dos camponeses é uma realidade concreta e objetiva e que não há provas ou tendências claras de que a construção dessas grandes obras concorra para o seu desaparecimento.

**Palavras-chave:** Estado, políticas de desenvolvimento capitalista, grandes barragens, campesinato, conflitos.

## ABSTRACT

In Brazil, the study of the impact of large dams construction is something recent to economists and social scientists. The growing number of these constructions is part of the process of the globalization of capital and of the increase of what we call an energy intensive society. Their vast lakes flood large land areas that were used by men for agriculture and by villages formed mainly by peasants. This process, driven by development policies of the electricity sector and water resources brings great impact on the organization of family farms producing units, due to the flooding in agricultural lands and to the expropriation of productive resources. This is where the social movements linked to the populations directly affected by this State action for modernization that, almost always, occurs in an authoritarian way, come in as a reaction to this. The compulsory abandonment of these lands and the consequent transfer of the villages to areas that in turn, present most of the time partly or typically urban characteristics leads to the transformation of their inhabitants into consumers according to the demands of the energy intensive society. But this process is not linear and cannot guarantee this new social condition to all people affected, for most part of them end up developing resistance strategies to maintain their situation as peasants, while the others succumb to selection test of new consumers. The main condition imposed by the market to the affected populations reach the new consumer status, is the conversion of their labour power then immersed in the logic of peasant agricultural reproduction into commodity, in Marx's narrowest sense of the term. The transformations the peasant families have to go through during the compulsory relocation from their lands results in a new structure of spendings and consumption, in the absence of occupations, in the transformation of peasant into urban resident (where the peasants now have to buy what they once produced) and in problems of adaptation to the labour market, which jeopardizes the bases of peasant autonomy. The attempts of reconstructing the old social and economic organization that "disappeared" with the flooding of hundreds of family lands constitute the most dramatic aspect to those who deal with such situation, for them, is extremely hard to accept and recognize the complete loss of their lands and of the reproduction of their community life conditions. It is on this context that the movements for the return of the peasants' previous lifestyle act. But these attempts stumble on the conflicts that involve family agriculture members and landowners over the lands that were not affected by the floods, the not fulfilment of the government's promises to resettlement and even on the conflicts and misunderstandings that are set within their own movement for the affected ones, fact that rarely the academic researches can see. This issue has taken to intense discussions about one of the oldest thesis on peasant agriculture, its disappearance caused by the advancement of modern capitalist agriculture. Would it be the growing process of construction of large dams contributing to the end of peasant agriculture? Judging by what happened in Acauã, the possibilities of survival of the peasants are scarce, but we must comprehend that the capacity of resistance and political organization of the peasants is an evident and objective reality and that there are no proofs or apparent tendencies that the building of these dams adds to its disappearance.

**Keywords:** State, capitalist development policies, large dams, peasant agriculture, conflicts.

## RÉSUMÉ

Au Brésil, l'étude des impacts de grands barrages est un phénomène récent chez les économistes et les sociologues. La croissance de ces œuvres a accompagné le processus de mondialisation du capital dans la croissance de ce que nous appelons les sociétés électrointensives. A partir de ces sociétés là, ils apparaissent des lacs artificiels qui inondent grandes superficies de terres précédemment utilisées pour l'agriculture et qui abritait les communautés rurales en grande partie formées par les paysans. Tel processus, mené par les politiques de développement des secteurs d'électricité et des ressources d'eau, impacte fortement l'organisation de l'unité de production d'agriculture familiale, soit par la perte de leurs terres pour les eaux des barrages, soit par l'expropriation de leurs ressources productives. Dans ce contexte, ils surgissent des mouvements sociaux liés aux populations directement affectées comme une réaction à l'action de modernisation de l'État qui dans la plupart du temps arrive d'une manière autoritaire. Le transfert obligatoire de ces communautés aux espaces construits pour les abriter, avec des caractéristiques semi ou typiquement urbaines termine, fréquemment, en devenant ses habitants en consommateurs selon les exigences des sociétés électrointensives. Cependant, ce processus n'est pas linéaire et ne garantit pas ce nouveau statut social pour tous ceux qui sont touchés, parce que certains d'entre eux finissent pour développer des stratégies de résistance pour maintenir leur condition rurale, tandis que d'autres succombent à la sélection de nouveaux consommateurs. La principale condition imposée par le circuit de marché de mode qui les populations affectées soient élevés au rang de nouveaux consommateurs est la transformation de sa force de travail qui était avant plongée dans la logique de la reproduction de l'agriculture paysanne, en marchandise, dans le sens le plus profond que Marx donne à ce terme. Les transformations par lesquelles les familles rurales ont à passer dans le processus de remplacement obligatoire de leurs terres résultent en une nouvelle structure des dépenses et de consommation, le manque d'emplois, la transformation des paysans en citadins (où ils doivent acheter ce qu'ils produisaient avant), des difficultés de son processus d'adaptation au marché du travail et, par conséquent, à la fin de l'autonomie paysanne. Les tentatives de reconstruction de l'ancienne organisation sociale et économique qui a «disparu» avec les inondations de centaines de terres de familles par le barrage d'Acauã constituent l'aspect le plus dramatique de ceux qui ont eu qu'affronter une telle situation, parce que pour eux, il est extrêmement difficile de reconnaître et d'accepter la perte complète de leurs terres et de la reproduction de leurs conditions de vie de communautaire, parce que celui-ci affecte leur capacité de produire leur propre nourriture. Ainsi il a été commencé un mouvement de lutte pour la reconstruction de leur situation de paysannerie. Mais ces tentatives bossent dans les conflits impliquant les intérêts des agriculteurs avec de grands propriétaires autour des terres qui se sont échappés à l'inondation, dans le non-accomplissement des promesses du gouvernement pour réinstaller toutes les familles déplacées et même dans les conflits et les malentendus qui s'installent dans le propre mouvement des personnes touchées, ce qui est rarement regardé par les recherches académiques. Ce problème a conduit à des intenses discussions sur l'une des plus anciennes théories sur l'agriculture paysanne, sa disparition avec la montée de l'agriculture capitaliste moderne. Le croissant processus de construction de grands barrages serait de contribuer à la disparition de cette situation de paysannerie? En jugeant l'expérience d'Acauã, il y a peu de chances de survie des paysans, mais nous devons comprendre que la capacité de résistance et d'organisation politique des paysans est une réalité concrète et objective et qu'il n'y a pas de preuves ou des tendances claires qui nous permettent à dire que la construction de ces grandes œuvres contribue à sa disparition.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba e do Mamanguape em relação ao Estado da Paraíba .....	78
FIGURA 2 – Localização Geográfica das Barragens de Araçagi e Acauã .....	80

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 – Barragens Construídas e Volume de Água Acumulado pelo Programa de Açudagem em Cooperação do DNOCS Segundo os Estados Nordestinos (Até 1930/ de 1930 até 1950) .....	61
TABELA 1.2 – Barragens Construídas e Volume de Água Acumulado pelo Programa de Açudagem Pública do DNOCS Segundo os Estados Nordestinos (Até 1930/ de 1931 a 1950/ de 1951 a 1988) .....	63
TABELA 2.1 – Área Geográfica da Bacia Hidrográfica dos Rios Paraíba e Mamanguape no Conjunto do Estado da Paraíba .....	79
TABELA 2.2 – População das Bacias Hidrográficas dos Rios Paraíba e Mamanguape no Conjunto do Estado da Paraíba – 2008 .....	81
TABELA 2.3 – Distribuição das Barragens Públicas do Estado da Paraíba Segundo as Bacias Hidrográficas – 2006 .....	82
TABELA 2.4 – Distribuição das Barragens Públicas e da População do Estado da Paraíba Segundo as Bacias Hidrográficas – 2008 .....	84
TABELA 2.5 – Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape – Volume Armazenado nos Açudes Segundo os Municípios – 2006 .....	85
TABELA 2.6 – Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape – População Residente Segundo os Domicílios – 1991/2008 .....	87
TABELA 2.7 – Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape – Dados Climatológicos para os Municípios Localizados na Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 1990 ....	88
TABELA 2.8 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 2000/2008 .....	89
TABELA 2.9 – Estrutura Fundiária dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 1995/2006 .....	90
TABELA 2.10 – Condição dos Produtores Rurais nos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 1995/2006 .....	92



TABELA 2.11 – Produção Agrícola de Culturas Temporárias dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 2000/2008 .....	94
TABELA 2.12 – Produção Agrícola de Culturas Perenes dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 2000/2008 .....	95
TABELA 2.13 – Produção Animal dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 1995/2006 .....	96
TABELA 2.14 – Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba – População Residente Segundo os Domicílios – 1991/2008 .....	97
TABELA 2.15 – Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba – Dados Climatológicos para os Municípios Localizados na Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1990 ....	101
TABELA 2.16 – Sub-bacia Hidrográfica do Médio Paraíba – Volume Armazenado nos Açudes Segundo os Municípios – 2006 .....	102
TABELA 2.17 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1991/2000 .....	103
TABELA 2.18 – Estrutura Fundiária dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1995/2006 .....	104
TABELA 2.19 – Condição dos Produtores Rurais nos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1995/2006 .....	106
TABELA 2.20 – Produção Agrícola Temporária dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 2000/2008 .....	107
TABELA 2.21 – Produção Agrícola Permanente dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 2000/2008 .....	109
TABELA 2.22 – Produção Animal dos Municípios da Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1995/2006 .....	110
TABELA 3.1 – Aspectos Demográficos das Comunidades Atingidas pela Barragem de Araçagi Antes da Formação do Lago – 1999 .....	122
TABELA 3.2. Aspectos Demográficos das Comunidades Deslocadas pela Barragem de Araçagi Após a Formação do Lago – 2007 .....	123
TABELA 3.3. – Malha Fundiária da Área Inundada pela Barragem de Araçagi – 2000 .....	123
TABELA 3.4 – Produção dos Principais Produtos Agrícolas na Área Inundada pela Barragem de Araçagi Antes de Sua Construção – 1999 .....	124
TABELA 3.5 – Aspectos Demográficos das Comunidades Atingidas pela Barragem de Acauã Antes da Formação do Lago – 1999 .....	125
TABELA 3.6 Aspectos Demográficos das Comunidades Deslocadas pela Barragem de Acauã Após a Formação do Lago – 2007 .....	126
TABELA 3.7 – Malha Fundiária da Área Inundada pela Barragem de Acauã – 2000 .....	127

TABELA 3.8 – Produção dos Principais Produtos Agrícolas na Área Inundada pela Barragem de Acauã Antes de Sua Construção – 1999 .....	129
TABELA 4.1 – População Beneficiária do Programa Bolsa-Família nos Municípios onde se Localizam as das Barragens de Araçagi e Acauã – 2009 .....	199
TABELA 4.2 – Resumo dos Programas Sociais nas Agrovilas das Barragens de Acauã e Araçagi – 2011 .....	200

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CDDPH – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ELETRORAS – Centrais Elétricas do Brasil
ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as secas
INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MPE – Ministério Público Estadual
MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PEA – População Economicamente Ativa
PIDESC – Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PISG – Perímetro Irrigado de São Gonçalo
PMs – Policiais Militares

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste  
SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco  
TAC – Termo de Ajuste de Conduta  
WCD – World Comission of Dams  
WWF – World Wildlife Fund  
UHE – Usina Hidroelétrica  
UFMG – Universidade Federal da Campina Grande  
UPR – Unidade de produção rural

## SUMÁRIO

<b>RESUMO, 4</b>	
<b>ABSTRACT, 5</b>	
<b>RESUMÉ, 6</b>	
<b>LISTA DE FIGURAS, 8</b>	
<b>LISTA DE TABELAS, 8</b>	
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS, 10</b>	
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>AS QUESTÕES DE INTERESSE DA PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>QUESTÕES TEÓRICAS DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
Considerações gerais .....	20
O espaço geográfico da pesquisa e seleção das amostras .....	26
Objetivos da pesquisa .....	30
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>31</b>
A natureza da pesquisa .....	31
Os procedimentos de campo .....	32
<b>ESTRUTURA DA TESE .....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL...</b>	<b>36</b>
<b>1.1 A ABORDAGEM CENTRADA NA NATUREZA DA AÇÃO ESTATAL .....</b>	<b>37</b>
<b>1.2 O CAPITALISMO E A NATUREZA DO ESTADO MANIPULATÓRIO .....</b>	<b>42</b>
<b>1.3 O DNOCS E OS PRESSUPOSTOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL .....</b>	<b>50</b>
1.3.1 Antecedentes históricos .....	52
1.3.2 As barragens no processo de descoberta do Nordeste “seco” .....	55
1.3.3 Políticas de açudagem e acumulação primitiva .....	58
<b>1.4 GRANDES BARRAGENS E A PRODUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS .....</b>	<b>64</b>
1.4.1 Políticas de açudagem como instrumento de desenvolvimento .....	64
1.4.2 A natureza econômica e social das políticas de recursos hídricos .....	66
1.4.3 Grandes barragens, diferenciação social e acumulação de capital .....	70

**CAPÍTULO 2****CONHECENDO OS ESPAÇOS DA PESQUISA ..... 77****2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS ..... 77****2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BARRAGEM DE ARAÇAGI ..... 83**

2.2.1 Localização espacial ..... 83

2.2.2 Aspectos demográficos ..... 86

2.2.3 Aspectos naturais ..... 88

2.2.4 Aspectos socioeconômicos ..... 89

**2.3 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BARRAGEM DE ACAUÃ ..... 96**

2.3.1 Localização espacial ..... 96

2.3.2 Aspectos demográficos ..... 96

2.3.3 Aspectos naturais ..... 98

2.3.4 Aspectos socioeconômicos ..... 101

**CAPÍTULO 3****AS COMUNIDADES ATINGIDAS ANTES DA CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS..... 111****3.1 AS REAÇÕES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS ..... 112**

3.1.1 As primeiras reações ..... 112

3.1.2 O papel da sociedade civil ..... 116

**3.2 AS COMUNIDADES PESQUISADAS ANTES DAS BARRAGENS ..... 121**

3.2.1 A organização social e econômica das comunidades atingidas ..... 122

3.2.2 A organização econômica dos atingidos ..... 131

**3.3 AS GRANDES BARRAGENS NA VISÃO DOS ATINGIDOS ..... 138**

3.3.1 Grandes barragens e expropriação camponesa ..... 138

3.3.2 A inundação das memórias do lugar ..... 149

3.3.3 Conflitos e convergências: a diversidade de visões dos atingidos ..... 156

3.3.4 Nova vizinhança e estranhamento social ..... 160

**3.4 BARRAGENS, EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA E EXCLUSÃO ..... 165**

3.4.1 Confinamento e reconhecimento social dos atingidos ..... 165

3.4.2 Sobre casa, mas faltam empregos ..... 172

**CAPÍTULO 4****AS GRANDES BARRAGENS E O FUTURO DA AGRICULTURA CAMPONESA.. 175****4.1 A GESTÃO DOS HIDROCONFLITOS PELO PODER PÚBLICO ..... 177**

4.1.1 Estado expropriador versus Estado assistente ..... 180

4.1.2 Estado, organização popular e o lugar dos atingidos ..... 187

4.1.3 Estratégias de controle estatal dos movimentos de resistência ..... 193

4.1.4 Representações sobre o novo modo de vida .....	205
<b>4.2 O PAPEL DO MAB .....</b>	<b>207</b>
4.2.1 Considerações iniciais sobre o movimento dos atingidos .....	207
4.2.2 A atuação do MAB em Acauã .....	209
<b>4.3 A NOVA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS .....</b>	<b>217</b>
4.3.1 Desterritorialização e descampesinação .....	218
4.3.2 Estratégias de reconstrução identitária dos atingidos .....	224
4.3.3 É possível a recampesinação dos atingidos? .....	254
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>262</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>266</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>276</b>

O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.

**(Martin Luther King)**

## INTRODUÇÃO

### AS QUESTÕES DE INTERESSE DA PESQUISA

Gostaria de iniciar essa longa caminhada pelas páginas que aqui começam esse trabalho acadêmico por uma observação de caráter pessoal. Trata-se dos motivos que me levaram a escolher a problemática das grandes barragens como tema de minha tese. É que, de certa forma, a água é um elemento da natureza que permeou toda minha vida. Ainda menino, nascido em um perímetro irrigado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS, abastecido pelas águas da barragem de São Gonçalo, no município de Sousa, na Paraíba, onde cresci ouvindo dos agricultores e de parentes as histórias sobre a forma como o governo, desde a construção da referida barragem tinha transformado completamente a vida de tanta gente que até então levava uma vida simples. De uma hora para outra alguns agricultores se converteram, pelas mãos do poder público federal, em modernos irrigantes, outros em seus servidores (motoristas, tratoristas, canaleiros, auxiliares de administração), enquanto outros perderam praticamente tudo o que tinham e ficaram fora da lista dos “estabelecidos”, transformando-se em uma espécie de outsiders do Sertão que ficaram sem sua terra, sua vizinhança, seja seu modo de vida, entre tantas outras perdas. Eram histórias que habitavam o imaginário popular e que certamente tiveram suas origens com a chegada do “estranho”, para utilizar um termo do Professor José de Sousa Martins. Elas falavam de sofrimentos causados pelas secas, das revoltas dos retirantes (flagelados) que, vez por outra, praticavam saques como única forma de garantir o direito mais elementar a que um ser humano pode ter, o de ter garantido o seu próprio alimento. Mas eram também histórias de esperança, como as que se referiam à construção da barragem, onde um formigueiro humano (na sua grande maioria homens alistados pelas frentes de trabalho) levantava um enorme paredão de terra para que ali se acumulasse algumas dezenas de milhões de metros cúbicos de água que serviria para matar a sede e a fome daquela gente. Água em quantidade até então nunca vista. Assim, a vida de milhares de pessoas mudava em ritmo frenético em torno do elemento água, que com o tempo foi se apresentando a mim, ao longo do meu amadurecimento como pessoa, como algo que tanto pode trazer esperança de dias melhores como também pode levar exclusão e sofrimento para as comunidades locais.



Formado em economia, fui trabalhar no maior programa de construção de barragens já executado por um governo estadual, o Projeto Canaã, durante o governo Wilson Braga, onde atuei na construção de pelo menos dez barragens, todas de grande porte, entre elas a do Saco de Nova Olinda, no município de Nova Olinda; Jenipapeiro, em Olho D'Água; e a do Capoeira, em Patos. Foi aí que pude ver de perto a forma como a construção de uma obra desse tipo pode levar benefícios, mas também medo e terror para as comunidades por ela atingidas. Se para um técnico do governo não era simples captar a real dimensão de tão rápidas mudanças impostas pelo aparecimento de uma grande barragem, inundando de forma inexorável grandes extensões de terras antes destinadas à produção do sustento de tanta gente que até então levava uma vida pacata, impregnada da terra e de todos os demais elementos que convergiam para a construção de sua identidade, o que dizer então do medo que tal obra representava para toda essa gente?

Por fim, na condição de professor da Universidade Federal da Paraíba, passei a ter contato direto com as famílias que viviam na área onde hoje se encontra a barragem de Araçagi, na bacia hidrográfica do Rio Mamanguape e pude acompanhar de perto a sua luta contra os possíveis efeitos negativos trazidos pela inundação de suas terras pelo lago que se formou com a construção da referida barragem. Depois de Araçagi, fui conhecer outra experiência de luta contra a construção de uma outra barragem, desta feita pelas famílias desalojadas pela barragem de Acauã, de porte bem maior do que a de Araçagi e terceira maior da Paraíba que inundara terras dos municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba. Aí a consciência que formei com relação às múltiplas dimensões desse problema já estava, digamos assim, quase que completamente formada.

Segundo o relatório da World Commission of Dams – WCD (2000), desde a Segunda Guerra Mundial um número de aproximadamente 60 a 80 milhões de pessoas foram desalojadas de suas comunidades de origem devido à construção de grandes barragens em todo o mundo. Apenas no Brasil esse número chegou a quase um milhão e meio de pessoas. Em alguns casos, especialmente em países onde uma sociedade democrática e de direitos ainda não se estabeleceu ou não se desenvolveu suficientemente, vastas populações humanas foram deslocadas de suas terras para dar lugar à construção dessas obras, na maioria das vezes de forma compulsória, fazendo dessas comunidades uma espécie de refugiados em sua própria terra. Hoje, é cada vez maior o número de grandes barragens construídas para o abastecimento de populações urbanas e para a modernização das atividades agropecuárias e a agroindústria.

Um terço dos países do mundo depende de usinas hidrelétricas para produzirem mais da metade da eletricidade que estes consomem. Sozinhas, essas barragens respondem por 19% da produção de energia elétrica consumida no mundo.

Barragens têm sido construídas no mundo há milhares de anos. No passado remoto, serviram para controlar inundações de pequenas dimensões, represar água para consumo humano e animal e facilitar o transporte hídrico de pequenas distâncias, como ocorria há cerca de 2 mil anos no Egito e na Mesopotâmia. Já a construção de pequenas barragens em eras bem mais remotas ajudou as comunidades humanas a se fixarem definitivamente em determinados espaços geográficos, servindo de base para a constituição de futuros territórios e permitindo o surgimento da agricultura e da exploração da pecuária e da pesca em condições permanentes.

A aceleração do processo de desenvolvimento capitalista, na passagem da primeira para a segunda metade do século XX, caracterizou-se, entre outros aspectos, pela implantação de megaprojetos de infra-estrutura, entre os quais os de grandes barragens, não só no Brasil, mas também em escala mundial. Esses megaprojetos se destinavam a dois objetivos: barragens para fins hidroelétricos e para fins não-hidroelétricos. Em qualquer um destes, ocorre a formação de extensos lagos que dão suporte ou à produção de energia ou ao abastecimento dos médios e grandes centros urbanos e à a modernização das atividades agropecuárias.

No século passado, governos de vários países, juntamente com o setor privado, passaram a construir um número crescente de barragens, com tecnologias cada vez mais sofisticadas e com capacidade de acumulação cada vez maior à medida que suas populações aumentavam e suas economias cresciam. Pelo menos metade das 45.000 barragens de grande porte construídas de lá para cá objetivava atender a uma demanda urbana crescente por água ou energia. Hoje praticamente todos os grandes rios do mundo têm ao menos uma grande barragem.

A partir do final da década de 1970, os deslocamentos compulsórios, a destruição das bases físico-territoriais de que depende a sobrevivência de populações indígenas e comunidades tradicionais (camponeses, quilombolas, ribeirinhos) e a resistência das populações atingidas trouxeram as grandes barragens para a pauta dos cientistas sociais. Foi assim que antropólogos, sociólogos, geógrafos, juristas, planejadores urbanos e regionais, economistas, demógrafos e cientistas políticos, além de ativistas em geral, reconheceram

nestes grandes projetos um formato particular dos processos de mudança social e de reconfiguração econômica e sócio-territorial que tão bem caracterizam o capitalismo contemporâneo. Teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros, artigos, comunicações em encontros científicos se multiplicam. Na entrada do presente século, um terço dos países do mundo já dependiam, como dissemos, de hidrelétricas para produzir mais da metade da eletricidade por eles consumida. No entanto, o número de grandes barragens construídas para fins não hidrelétricos, principalmente para abastecimento humano e irrigação tem crescido em grande escala, à medida que as sociedades se tornam cada vez mais eletrointensivas<sup>1</sup>. Tanto que cerca de 40% dos 271 milhões de hectares irrigados no mundo em 2005 dependiam diretamente da água de suas represas. Além desse uso, é cada vez mais comum a utilização da água para a implantação de projetos de investimentos de longo prazo enquanto estratégia de desenvolvimento regional, como implantação de polos industriais e turísticos e cultivo de peixes de águas continentais, entre outros.

Os enormes investimentos envolvidos e os impactos gerados por essas mega obras provocaram e continuam provocando conflitos por conta de sua localização e dos impactos que elas trazem, tanto das já existentes quanto das que ainda estão em fase de projeto ou de implantação, tornando-se assim, dentro do processo de desenvolvimento capitalista, uma das questões mais controversas. Além disso, a destruição de ecossistemas, o aumento do endividamento dos países, o deslocamento compulsório de vastas comunidades humanas que perdem suas terras para as grandes represas, o empobrecimento dessas populações, a dizimação de recursos pesqueiros importantes e a divisão desigual de custos e benefícios desses investimentos, são alguns dos argumentos daqueles que se posicionam contra a construção de tais obras.

No Brasil, seguindo uma ideologia desenvolvimentista, o modelo econômico adotado pelos governos militares de 1964 visava acelerar o seu crescimento econômico através da industrialização, o que exigia a construção de um número considerável de grandes barragens para fins hídricos e para a implantação de usinas hidroelétricas (UHE) em vastas regiões do país. Na Região Nordeste, área de interesse de nossa pesquisa, a maior parte dessas grandes obras se concentrava na bacia do rio São Francisco e tinham como objetivo principal o

---

<sup>1</sup> Trata-se das sociedades comandadas por um conjunto interligado de tendências sócio-econômicas e culturais em que o consumo de energia elétrica se torna o elemento central e de importância crescente no processo global de produção. Assim como nas sociedades de consumo, seus membros identificam o uso extremo da energia elétrica como o elemento determinante do sucesso social e da felicidade pessoal.

abastecimento de energia e de água para dar suporte ao processo de industrialização dos médios e grandes centros urbanos proposto para a citada região. Depois, desta fase, o mesmo objetivo foi estendido para a construção de grandes barragens na região das bacias hidrográficas de menor expressão econômica do Semi-Árido voltados para a promoção da modernização agrícola através da implantação de perímetros irrigados como forma de conter ou desacelerar o êxodo rural.

No final da década de 1970, esse modelo desenvolvimentista gerou ondas de protestos organizados por parte de grupos e organizações surgidos naquela década em confronto com o Estado, sem a tutela do mesmo e com o apoio de parte da imprensa e de setores progressistas da sociedade, a exemplo da Igreja Católica, que lutavam contra os efeitos negativos da construção dessas barragens sobre as chamadas populações tradicionais, como as comunidades ribeirinhas, indígenas e remanescentes de quilombolas. No final da década de 1980, surgem movimentos regionais das populações atingidas por essas obras que viriam se unificar em nível nacional (e atualmente tomando dimensões mundiais), no MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

Segundo Rothman (2008), esse modelo de desenvolvimento, sustentado por uma matriz energética baseada nas grandes hidrelétricas não priorizava o desenvolvimento regional em bases sustentáveis e ainda ameaçava os avanços e as conquistas dos ambientalistas e das comunidades rurais no tocante à sua participação no processo de planejamento e construção dessas obras. Não é de se estranhar que atualmente, dentre as formas de intervenção estatal que mais influenciam as mudanças econômicas e sociais do campo no Brasil, destacam-se justamente as políticas de desenvolvimento regional na área de recursos hídricos, que segundo a ideologia desenvolvimentista, têm como objetivo a superação de estruturas econômicas e sociais de base tradicional. No âmbito dessas políticas, a construção de grandes barragens é o tipo de intervenção que gera mudanças mais visíveis e de maiores dimensões sobre a organização da agricultura camponesa, impactando a curtíssimo prazo o meio ambiente, a economia e a sua organização social, simultaneamente. E, embora nas últimas décadas esteja em curso um processo de revalorização do campo no crescimento econômico mundial, com resultados positivos em termos de diversificação e modernização da produção agrícola, conforme Abramovay (2003) mostrou em um livro dedicado ao assunto, isso tem ocorrido ao mesmo tempo em que crescem os problemas e conflitos sociais causados

por um número cada vez maior de grandes barragens, na sua maioria situadas nos chamados países subdesenvolvidos ou de economia emergente.

## **QUESTÕES TEÓRICAS DA PESQUISA**

### **Considerações gerais**

Durante quase um século, os cientistas sociais trabalharam na perspectiva de que os impactos negativos causados à natureza não seriam relevantes para a formação e o desenvolvimento das instituições sociais. Foi com base nas idéias lançadas pelo Iluminismo que a Sociologia partiu do pressuposto de que o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e das comunicações permitiria às sociedades humanas isentarem-se da natureza, superando o determinismo geográfico e biológico. Mesmo que seja possível achar alguns elementos de estudo das relações entre sociedade e natureza em Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, só para citarmos apenas os três grandes expoentes das ciências sociais, era como se a organização social pairasse acima do mundo natural, com uma dinâmica independente que se pudesse explicar apenas pela correlação entre as variáveis puramente sociais. A sensibilização global para a questão ambiental nas últimas décadas do Século XX, representada pelos efeitos da escassez e poluição crescentes levou inúmeros sociólogos a se preocuparem cada vez mais com os impactos da construção de grandes barragens.

O arcabouço teórico aqui proposto busca incorporar a contribuição dos teóricos que se dedicaram ao estudo dos processos de construção do espaço, pois um dos possíveis impactos mais visíveis na construção de grandes barragens é a possibilidade de desterritorialização das comunidades atingidas por essas obras. A esse respeito, durante a década de 1970, surgiram acalorados debates acerca das concepções de território e territorialidade no âmbito da geografia, devido, principalmente, às transformações sociais em função das novas formas de organização sócio-espacial. Muitos autores perceberam que essas novas formas de organização, profundamente influenciadas pelas novas relações campo-cidade, possuem grande influência no controle dos fluxos migratórios humanos e das informações.

É nesse contexto que se evidencia a obra do geógrafo norte-americano Robert David Sack (1986) para quem territorialidades são uma estratégia geográfica social e historicamente definida para controlar as pessoas e as coisas. Mas essa discussão em torno dos conceitos de

território e territorialidade se apresentou de forma mais aprofundada na obra de Lefebvre (2001), onde se destaca a idéia de território como um processo contínuo e dinâmico de produção de novos espaços não só de dominação, como apontava Sack, mas como estando associado a processos de acumulação e também de resistências. Este autor utilizou a expressão *produção do espaço* baseando-se em Hegel, onde o termo produção tem um papel primordial na obra deste filósofo relacionado à noção do absoluto, ou seja, à natureza e à história. O autor também foi buscar inspiração em Marx e em Engels, que relacionam a natureza sempre com a história e a sociedade. A própria natureza modificada pelas mãos do homem já é em si mesma, segundo eles, um produto. Mas Lefebvre foi além dos conceitos desenvolvidos por estes dois autores ao afirmar que na produção do espaço há uma racionalidade que impõe uma ordem temporal e espacial que envolve tanto elementos materiais como imateriais, isto é, simbólicos, mas que também provocam desordem.

No Brasil, muitos pesquisadores têm se ocupado deste tema, entre os quais podemos destacar os trabalhos de Haesbaert (2004), segundo o qual as ciências sociais destacam os processos de desterritorialização como uma consequência da modernidade na construção e destruição dos territórios. O autor destaca a possibilidade de criação de espaços de exclusão devido a processos de desterritorialização, mas deixa claro de forma crítica que isso não é necessariamente um processo irreversível, pois a desterritorialização já traz em si mesma a possibilidade de reterritorialização, isto é, o reaparecimento de um território destruído em novas bases sócio-espaciais.

Assim, a teoria social, na medida em que incorpora as contribuições da geografia pode dar uma grande contribuição ao estudo da problemática das grandes barragens no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional, construindo conceitos que possibilitem compreender o significado das transformações induzidas pela intervenção estatal nas práticas sociais e no meio natural e seus reflexos na configuração das instituições que regulam as próprias práticas sociais, a exemplo das contribuições de Giddens e Beck (1995). Mas a contribuição da Sociologia nesse campo de pesquisa dependerá fundamentalmente de uma ampliação de sua base empírica que garanta a condição necessária e suficiente para a elaboração dos fundamentos teóricos capazes de responder às questões sobre a influência do meio natural artificializado nas instituições da sociedade envolvidas nessa problemática, como é o caso dos impactos das grandes barragens.

Temos aqui dois temas igualmente complexos e polêmicos: de um lado, um tema cuja relevância tem crescido recentemente, diz respeito ao crescimento do número de grandes barragens e os seus impactos sobre as comunidades locais e sobre o meio ambiente, de outro, um tema clássico, mas que depois de tantos séculos ainda divide os seus estudiosos, qual seja, as possibilidades de desaparecimento do campesinato em decorrência do desenvolvimento capitalista, para o qual a construção dessas obras contribui consideravelmente.

O Brasil é um dos países que mais apresentam conflitos em torno do uso de seus recursos hídricos<sup>2</sup>, devido à importância crescente da energia hidroelétrica na sua matriz energética, e isso provoca o acirramento da luta de classes em decorrência do número crescente de grandes barragens que se espalham pelo país<sup>3</sup>. A reação das populações rurais atingidas por grandes barragens permitiu, entre outros aspectos, o reconhecimento de que a construção de grandes barragens resulta em uma problemática extremamente complexa, que está longe de se esgotar em sua dimensão técnico-econômica. Em termos sócio-ambientais é indispensável salientar, por um lado, que estas mega construções quase sempre provocam uma verdadeira reordenação territorial, gerando conflitos e tensões sociais, pois isso exige o deslocamento compulsório das populações que historicamente vinham ocupando os espaços

---

<sup>2</sup> Não se deve confundir água com recursos hídricos. No primeiro caso, trata-se de um recurso natural em seu estado bruto, tal como oferecido ao homem pela natureza de forma primária, ao passo que os recursos hídricos se referem ao estoque desse recurso (água) em condições de ser utilizado economicamente pelo homem, seja em suas atividades produtivas, seja no plano doméstico. Assim, recurso hídrico corresponde à água que passou por algum processo de elaboração pelo homem

<sup>3</sup> Aqui adotamos os dois conceitos como tendo muitos aspectos em comum e ambos se derivam ainda da Sociologia Clássica. Emile Durkheim, por exemplo, concebe os conflitos de várias maneiras, sendo a principal delas a que define os conflitos como tensões normativas que ocorrem no nascedouro das sociedades modernas, em que as novas normas têm de destruir as do *ancien régime* para se implementarem para possibilitar o surgimento de uma estrutura social moderna. São normas de regência econômica (formadoras do mercado), mas também social (constitutivas do indivíduo, sobretudo do ponto de vista moral) e política (constitutiva do poder impessoal), que marcaram o nascimento do capitalismo, do individualismo e dos novos costumes. A noção de conflito de Durkheim, como choque de interesses entre classes, encontra-se ainda na segunda metade do século XIX, em Karl Marx. Aqui, este tipo de conflito, denominado de luta de classes, assume uma positividade ímpar pois é concebida como o motor da história da humanidade, o mecanismo responsável pelas transformações sociais e, nos termos do século XIX, pelo progresso. À diferença de Durkheim, em Marx existe a noção de um conflito central que organiza e condiciona a manifestação de todos os outros conflitos. É desta forma que a contradição entre o capital e o trabalho determina as lutas políticas e sociais, mas também as contradições de gênero, de etnia ou de religiões. Marx considera que as sociedades modernas são eivadas de contradições, de tipos muito distintos, mas todas submetidas, em sua expressão e desenvolvimento, à contradição maior. Por isso mesmo é que para ele, os partidos políticos, as seitas religiosas, os movimentos sociais e as correntes sindicais, entre outros não são mais do que manifestações da luta de classes, do conflito organizador que reúne o capital e o trabalho.

requeridos para esta finalidade. Estas e outras implicações ambientais e socioculturais, além de mal dimensionadas, têm sido tratadas pelo Estado brasileiro, na maioria das vezes, como sendo questões de reduzida importância, segundo revelaram pesquisas realizadas por Germani (1982) e Sigaud et al (1988).

Os conflitos gerados em torno da construção de grandes barragens no âmbito das políticas de desenvolvimento regional (ou territorial, como alguns autores já tratam atualmente essa questão), são analisados à luz de diversas abordagens teóricas. Tais abordagens muitas vezes se baseiam em uma bipolaridade em que ora analisam a questão apenas sob o plano da necessidade dessas obras para o progresso proposto pelo capitalismo, ora como sendo o resultado de uma ação deliberada do Estado em favor do grande capital e contra as populações locais, aparecendo ora o capital ora o Estado como a fonte de todos os problemas decorrentes desse processo. Assim, baseiam-se em paradigmas supostamente históricos, como é o caso do desaparecimento do campesinato, curiosamente defendido por liberais e a maioria dos marxistas, criando-se um discurso de naturalização do fim da agricultura camponesa, pois o mesmo estaria inexoravelmente condenado a pagar tal pena devido à sua condição socioeconômica que seria, segundo essas versões, incompatível com o progresso proposto pelo capitalismo, visto que há um curso de desenvolvimento desse modo de produção que não dá espaço à economia camponesa.

Os impactos decorrentes da construção de grandes barragens devem ser vistos como parte de um processo mais amplo do processo de produção capitalista, o que nos leva a crer que o estudo de cada uma delas deve ser feito sob a lógica de seu tempo, associadas às conjunturas econômicas da época de sua construção, no contexto histórico em que ela aparece<sup>4</sup>. O problema é o mesmo para os camponeses, mas os objetivos e as estratégias da construção dessas obras estruturantes sob o comando do Estado capitalista se inserem em processos de acumulação diferentes, cada uma com suas especificidades. Aparentemente, o objetivo de tais políticas era gerar recursos produtivos, e assim gerar mecanismos que indiretamente iriam combater a pobreza através de instrumentos que possibilitariam

---

<sup>4</sup> Esses impactos se tornam particularmente graves para aquelas famílias que não são reassentadas em outras áreas, já que estas perdem quase que completamente as suas condições minimamente necessárias para a sua sobrevivência. Segundo o relatório da WCD (2000, p. 106), “na Índia, o número de reassentados varia de menos de 10% dos “físicamente deslocados”, no caso da barragem de Bargi, a 90% no caso da barragem de Dhom”. Na Índia, 75% das pessoas deslocadas por barragens não se reabilitaram e sim empobreceram, enquanto que pelo menos 46% dos 10 milhões de reassentados na China se encontram em estado de extrema pobreza.



simultaneamente a preservação dos direitos conquistados pelas comunidades humanas e uma correta consideração dos custos sociais e ambientais.

O impacto mais visível da construção de uma grande barragem sobre a organização da unidade de produção camponesa é, numa linguagem chayanoviana, as mudanças bruscas que ocorrem no âmbito da organização da família, base da produção camponesa, impactando consideravelmente o balanço existente entre o consumo familiar e a autoexploração da força de trabalho, gerando situações em que o camponês ora tem de escolher entre deixar de trabalhar no lugar submergido, migrando para outros espaços em busca de outras fontes de subsistência, ou ficar e lutar para desenvolver algum tipo de estratégia de resistência para recuperar as condições mínimas que permitam a sua reprodução social e material que, nesse caso, é quase sempre muito precarizada pela perda da terra e demais recursos produtivos que este explorava.

No caso específico do Nordeste brasileiro, a construção de grandes barragens seguiu de perto as especificidades do desenvolvimento capitalista em escala regional a partir do século passado. Durante os anos 1930, sob o regime político do Estado Novo, quando o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, atual DNOCS) aprofundou e consolidou a solução hídrica construindo as primeiras grandes barragens do Nordeste, a construção de tais obras era tema de encontros de engenheiros, em sua maioria estrangeiros. Várias décadas depois, ainda era assunto dessa classe de profissionais, desta feita de engenheiros brasileiros, vindos de classes financeiramente privilegiadas que os mandavam se formar em engenharia nos Estados Unidos ou Europa. Vistas como eventos essencialmente técnicos, que livrariam a população do Nordeste “seco” do secular problema das secas, o debate na época desconhecia completamente as dinâmicas sociais e ambientais, deflagradas pelos processos de decisão, planejamento, implantação e operação dos grandes projetos de obras hídricas. Esse processo se inicia com uma forma específica de ação do Estado para promover a acumulação capitalista em novas bases pelo Estado Novo e que vai até a década dos anos cinquenta. Havia nesse período um padrão de intervenção no campo dos recursos hídricos completamente diferente do atual, onde, conforme nos diz Neves (2000), pois, na época, o poder público combinava elementos dos modelos liberal e paternalista para socorrer as populações duramente atingidas pelas secas periódicas e colocava a questão da construção de barragens como sendo parte das estratégias do Estado voltadas para a manutenção do que o autor chama de equilíbrio da ordem institucional da sociedade nordestina. Aí a construção dessas obras enquanto estratégia

de controle social de certa forma “incorporava” as demandas da população mais empobrecida, na medida em que o governo procurava conciliar a capacidade de cada uma delas em receber novos trabalhadores, com suas características técnicas e o direcionamento dado pelos dirigentes do governo. Assim, o poder público não só evitava o aparecimento de novos conflitos como também reconhecia a urgência da pobreza e da fome e, dessa forma, aceitava as bases de legitimação que a própria população flagelada enfurecida pela sua situação de miséria imprimia aos seus movimentos.

Nesta fase, que Oliveira (1985) chama de intervenção voltada para a acumulação primitiva, o Estado utilizava diretamente os seus recursos para a implantação de grandes benfeitorias nos latifúndios e sua forma de financiamento constituiu-se historicamente num pilar da força e do poder dos coronéis voltado para o fortalecimento da economia algodoeira-pecuarista, devido à ausência de uma classe social rural ligada à produção. Para Martins (1975), isso ocorria devido ao fato de que as relações sociais de produção não se encontravam ainda bem definidas em termos de compra e venda da força de trabalho enquanto mercadoria. Daí a importância da presença direta do Estado no processo de acumulação, para o qual a construção de barragens exercia um papel de grande importância.

Esse processo tomou novas formas na passagem dos anos 1960 para os anos 1970, quando o Estado inicia no Nordeste uma estratégia de desenvolvimento rural baseada na construção de barragens de porte bem maior do que aquelas até então construídas na região, mas agora voltadas para a geração de energia elétrica. Tratava-se de oferecer a infra-estrutura energética para a sustentação de um processo de industrialização e para a instalação de projetos de irrigação de grande porte, com participação crescente de grandes empresas, com destaque para o capital extra-regional, além do abastecimento urbano, tendo em vista ser o semi-árido nordestino a região Semi-Árida mais populosa do mundo. Burzstyn (1998), que estudou esse processo em perímetros irrigados da Paraíba, concluiu que a implantação dessas obras resultou em mudanças significativas nas relações sociais de produção e na estrutura social local como um todo, com o aparecimento de um novo ator social, o colono. Esse novo ator social, de certa forma foi “inventado” pelo Estado, introduzindo uma diferenciação social que transformou parte dos agricultores em uma porção privilegiada da sociedade local, enquanto os demais, na sua maioria, não tiveram acesso aos instrumentos modernizantes que vêm com a irrigação. Também Freitas e Teixeira (2002) seguem essa linha de Burzstyn. Estudando o caso da barragem de São Gonçalo, os autores afirmam que a adoção das

modernas técnicas de irrigação no semi-árido nordestino não só trouxe um quadro grave de desequilíbrios ambientais, como também aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, uma vez que dividiu uma população não tão homogênea de agricultores em “colonos”, beneficiários diretos dos investimentos organizados em cooperativas de irrigantes, e os que ficaram de fora e, portanto, não tiveram acesso aos benefícios da moderna agricultura: pescadores, vazanteiros e diaristas, espécies de boias-frias do Sertão paraibano.

A compreensão do problema aqui proposto requer a aplicação de um arcabouço teórico que incorpore os paradigmas do marxismo analítico, segundo o conceito dado a este por Przeworski<sup>5</sup>. Conforme afirma Gohn (2006), esse paradigma, aplicado à análise dos movimentos sociais tem sido visto erroneamente e de forma quase que generalizada, como sinônimo de análise dos movimentos de resistência operária, o que é falso, embora devamos reconhecer que o marxismo, mesmo aplicado ao estudo dos movimentos sociais não-operários é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por outro lado, devemos ter em conta que essas teorias são de caráter universal e se presta muito bem para esse tipo de investigação, pois pode ser utilizada para refletir sobre a origem dos participantes dos movimentos de resistência, os seus interesses e quem são os seus opositores, bem como o programa ideológico que orienta as suas ações. O próprio Marx dá a prova disso em *Miséria da Filosofia* (1985), quando o mesmo afirma que o movimento social não exclui o movimento político, pois este já inclui elementos da ordem social.

### **O espaço geográfico da pesquisa e a seleção das amostras**

Foi com base na formulação clara desse problema, qual seja, a problemática das grandes barragens e seus impactos sobre a organização da agricultura camponesa, que nos propusemos estudar duas experiências vivenciadas por comunidades rurais atingidas por grandes barragens, ambas na Paraíba: a de Araçagi, nos municípios de Araçagi e Itapororoca e a de Acauã, cujo lago inundou terras dos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, também na Paraíba. A escolha das referidas barragens ocorreu em função de quatro critérios, basicamente: em primeiro lugar, ambas foram construídas em um mesmo período de tempo e,

---

<sup>5</sup> Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, de 20 de janeiro de 1990, Adam Przeworski definiu assim o marxismo analítico: “Para mim, marxismo analítico é um método que consiste em tomar algumas suposições da teoria marxista e aplicar os procedimentos científicos normais, ou seja, dedução e observação empírica, para examinar a sua validade”.

portanto, sob um mesmo governo estadual; em segundo lugar, estão localizadas em bacias hidrográficas diferentes e com características fisiográficas bem distintas; além disso, a área de influência imediata das mesmas possui um perfil econômico e demográfico bastante distinto; por fim, o processo de organização e resistência das comunidades atingidas contra a construção de cada uma dessas barragens se revelou bastante distinto um do outro. Neste último caso, o que chamou a atenção do pesquisador na escolha da barragem de Acauã foi o grau de sofrimento social das comunidades desalojadas pela formação de seu lago.

O que se pretende aqui, pois, é fazer um estudo comparativo dos impactos de cada uma das barragens escolhidas sobre a organização das unidades de produção camponesa a partir de suas semelhanças e suas especificidades. A pesquisa foi realizada junto a quatro comunidades, sendo duas com as famílias deslocadas pela barragem de Araçagi (as agrovilas de Tainha e Mulunguzinho) e duas das seis agrovilas que abrigam as famílias deslocadas compulsoriamente pela barragem de Acauã (Pedro Velho, no município de Aroeiras e a comunidade do Costa, no município de Natuba).

Esse mesmo procedimento foi utilizado pela Professora Sigaud (1988), que fez uma pesquisa simultânea entre duas grandes barragens para fins hidrelétricos, Sobradinho e Machadinho, localizadas nos rios São Francisco e Uruguai, respectivamente. São barragens que apresentam tanto diferenças do ponto de vista técnico e da área e da população a serem atingidas como também do ponto de vista das características fisiográficas das regiões em que as mesmas se situam e o ambiente político em que estas foram construídas<sup>6</sup>.

Antes de mais nada, chamamos a atenção para o fato de que usaremos o termo camponês como sinônimo de agricultor familiar, ainda que tais termos representem uma carga conceitual bastante diferente. Como bem observou Guimarães (2009), há muita confusão em torno dos conceitos de camponês e campesinato no Brasil e que a formação do campesinato

---

<sup>6</sup> O que a autora pretendeu com o referido estudo foi contrapor duas situações que, embora terem sido igualmente criadas por iniciativa do Estado e por terem atingido uma população majoritariamente camponesa (em média 80% para o caso de Sobradinho e 70% para o caso do rio Uruguai), apresentam aspectos bastante diferenciados. No caso do São Francisco, trata-se de uma área localizada na Zona Semi-Árida do Nordeste, densamente populosa e povoada desde o século XVI a partir do ciclo do gado, que surgiu para o abastecimento das regiões produtoras de cana-de-açúcar do litoral, levando para lá carne, couro e animais de tração. O rio Uruguai, por sua vez, apresenta uma população rarefeita e dispersa, onde predominam grupos indígenas (ou seus remanescentes) e cujo processo de povoamento só se consolidou em fins do século XIX e início do século XX com a chegada de grandes levas de imigrantes europeus. Em torno daquele rio não se chegou a se desenvolver nenhum ciclo econômico ou atividade de grande expressão como ocorreu no caso do São Francisco, a exemplo da pesca, da agricultura e da pecuária, além de um intenso comércio.

brasileiro ocorreu de forma completamente diferente, uma vez que o antagonismo entre latifundiários e camponeses no Brasil ocorreu de forma inversa ao processo clássico descrito por Marx. Assim, “(...) enquanto noutros continentes, e após iniciada a civilização (na Grécia e Roma antigas, na Frísia, em Flandres e no Baixo Reno), a propriedade latifundiária surge e se desenvolve sobre as ruínas da pequena propriedade camponesa; em nosso país, ao contrário, a propriedade latifundiária foi implantada primeiro, e a pequena propriedade camponesa somente vai surgir muito tempo depois, quando o rígido sistema latifundiário começa a decompôr-se” (GUIMARÃES; 2009, p. 48). Ainda a esse respeito, Caio Prado Júnior argumentou a favor da utilização mais precisa do conceito de camponês, para quem este deve designar apenas o pequeno agricultor que explora sua própria produção (PRADO JÚNIOR; 1966, p. 204-5).

O procedimento visado aqui é, portanto, evitar abrir uma discussão que já vem sendo feita pela Sociologia Rural desde longa data, embora optar por um conceito de camponês ou de campesinato não seja tão simples quanto possa parecer à primeira vista, pois se trata de conceitos de grande vitalidade e de grande força histórica, tanto teórica quanto empiricamente. Embora concordemos com a ideia de que, no caso específico do Brasil, os camponeses nunca chegaram a se constituir como classe social tal como ocorreu em seu sentido clássico, a exemplo da Inglaterra, França ou Rússia, mesmo assim, devemos utilizar o termo camponês para caracterizar social e historicamente os atingidos por grandes barragens, pois embora usar este termo pareça ser uma coisa um tanto ambígua, trata-se de fato de um grupo social de origens econômica, social e política bem definidas no plano histórico.

A esse respeito, pode-se encontrar uma boa referência em Margarida Maria Moura (1986), segundo a qual podemos definir o camponês de diferentes maneiras, sem deixar de convergir para um conceito único<sup>7</sup>. Uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com a família. Esta visão é bastante difundida nos livros de ciências sociais, e tem por objetivo identificar a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz. Alguns autores denominam este pequeno proprietário rural de *camponês parcelar*. Num contexto de terras livres, assim entendidas as que ainda não foram privadamente apropriadas, os camponeses que aí residem,

---

<sup>7</sup> Para uma análise mais aprofundada da problemática em torno do conceito de camponês, ver: Otávio Guilherme A. C. Velho – O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, Clifford A. et al (Orgs.) – Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp/ NEAD. Vol. I, 2009.

juridicamente denominados *posseiros*, trabalham apenas para o seu próprio sustento. Outra forma de definir o camponês, também encontrada nos livros de ciências sociais, é o de conceituá-lo como o trabalhador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural e que se constitui enquanto grupo social em oposição à cidade, a qual o subordina devido à sua característica de buscar incessantemente o poder político. São cultivadores que, através de seu trabalho e do de sua família, se dedicam a plantar e a transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. Ao mesmo tempo que integra um grupo de trabalho familiar, que produz para sobreviver, algum tipo de engrenagem política e econômica encarrega-se de extrair-lhe compulsoriamente os excedentes gerados por sua produção, que garantem a existência de outros grupos sociais não produtores.

Assim, serão consideradas as seguintes características de um camponês, tal como o fizeram Chayanov (1974) e Wolf (1970), entre outros estudiosos do assunto: a) apresenta uma diferenciação sócio-econômica, na medida em que possui diferentes graus de integração com o mercado; b) utiliza em sua maior parte força de trabalho da própria família, só recorrendo ao trabalho assalariado em situações especiais; c) produz em sua maior parte para o próprio consumo; d) trata-se de uma unidade de organização produtiva de base familiar, embora possa assumir algumas características da agricultura empresarial; e) por conseguinte, o seu objetivo não é o acúmulo de riqueza através da extração do lucro, mas sim a reprodução da organização familiar, ou seja, a sua perpetuação enquanto categoria social; e f) pode ou não ter a propriedade da terra, e mesmo que a tenha, pode recorrer a outras atividades econômicas fora da unidade de produção como forma de se reproduzir social e materialmente.

Dessa forma, levando-se em conta as características de cada uma das barragens selecionadas pela pesquisa, iremos buscar respostas para as seguintes indagações: i) que lugares eram estes que os atingidos tanto defendiam? ii) como eram organizadas as unidades de produção nessas comunidades antes da construção da barragem e como elas foram impactadas pelas mesmas? Quais foram as suas estratégias de luta para tentar sobreviver a esse processo que levou tantos riscos para a sua sobrevivência enquanto grupo social? Quais foram as conseqüências desse processo? É possível um Estado ético na promoção do desenvolvimento e atuando na construção de grandes barragens em favor de todos numa economia capitalista e, portanto, numa sociedade de classes? Ou, como indagam Garcia e Heredia (2009) a esse respeito como provocação para buscar uma resposta para tal questão: “A imagem de “maior celeiro do mundo” servirá unicamente para reafirmar a hegemonia do

agronegócio, condenando, como no passado, o campesinato à ameaça de fome e à incerteza quanto à sua reprodução? Ou abrirá espaço para afirmação da diversidade de explorações agrícolas no campo, permitindo que, à fatura de aprovisionamento das casas, se agregue a possibilidade de elaborar verdadeiros projetos de futuro para estas famílias?” (2009: 240). Com base nessas questões, a pesquisa orientar-se-á pelas seguintes hipóteses:

- a) Os processos de organização e resistência das comunidades atingidas por grandes barragens, ao contrário do que se costuma pensar, são bastante heterogêneos, pois variam substancialmente de lugar para lugar. Isso ocorre porque essas comunidades desenvolvem estratégias de lutas baseadas em alianças e defesas objetivando garantir resultados imediatos de sua reprodução social e material a partir de características locais, além de não terem se preparado ao longo do tempo para a defesa de suas terras contra o poder público.
- b) O desaparecimento ou a desterritorialização dessas comunidades em áreas afetadas por grandes barragens, ao contrário do que alardeiam a maior parte dos estudos e os próprios líderes dos movimentos de resistência encontra-se apenas no campo das possibilidades, pois se por um lado há a expulsão e a perda das condições de reprodução dessas comunidades camponesas, por outro há o surgimento de novas condições de reprodução, onde estas criam estratégias de recampesinação, inclusive em atividades do moderno capitalismo do campo.
- c) Os conflitos gerados pela construção de grandes barragens que põem em risco a reprodução das comunidades por elas atingidas também ocorrem no interior dos próprios movimentos de resistência, o que faz com que o grau de solidariedade e de coesão social (que aumentam nos momentos de maior sofrimento social no interior da comunidade) dos atingidos possam estilhaçar as suas forças de resistência fazendo com que haja uma dissipação das forças de resistência e luta pelas ações do poder público.

### **Objetivos da pesquisa**

O objetivo geral da pesquisa é estudar os impactos e as condições de reprodução social e material das comunidades camponesas nos espaços geográficos atingidos pela construção de

grandes barragens, tomando como referência empírica as barragens de Araçagi e Acauã, no estado da Paraíba.

Especificamente, buscar-se-ão os seguintes objetivos:

- a) Contextualizar o processo de organização social e econômica das comunidades atingidas pela construção das referidas barragens.
- b) Descrever as áreas de estudo, antes e depois da construção das barragens, situando-as no contexto do espaço geográfico de influência imediata, destacando os núcleos habitacionais que desapareceram e os que surgiram após a formação dos lagos, inserindo-os no contexto do município e da região em que estão localizadas.
- c) Compreender as formas de resistência e organização dessas comunidades no enfrentamento da construção dessas barragens e as novas formas de organização socioeconômica surgidas desse processo.
- d) Estudar como a formação dos lagos dessas barragens afetou as formas de reprodução social e material dessas comunidades considerando-se as relações sociais e econômicas que fundamentam as suas estratégias de reprodução.
- e) Estudar o papel do Estado na gestão dos conflitos socioambientais gerados pela construção das referidas barragens e como este pode inviabilizar (ou não) a reprodução da agricultura camponesa.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **A natureza da pesquisa**

O presente estudo se constitui em uma pesquisa qualitativa fundamentada em uma pesquisa empírica junto às comunidades atingidas. A mesma utilizou dois procedimentos que, embora distintos, podem ser considerados complementares: a observação participativa e a história oral, realizadas em duas fases consecutivas. A observação participante foi definida segundo os objetivos estabelecidos nas visitas de reconhecimento de campo, de acordo com o que estabelece Haguete (2005). Para a referida autora, ela se constitui em uma importante técnica de coleta de dados empreendida em situações especiais e cujo sucesso depende de certos requisitos que a distinguem das técnicas convencionais de coleta de dados, a exemplo das observações de campo e das entrevistas.



O requisito principal da observação participante é o respeito absoluto pela natureza do objeto pesquisado. Ao invés de aplicar à vida humana esquemas importados dos procedimentos científicos, ela enfatiza o conhecimento em primeira instância através da observação em processo do caráter peculiar dos seres humanos, das características próprias das comunidades em que estes vivem, seu comportamento e os fatores que condicionam a vida em grupo. Ela permite ao observador (pesquisador) compartilhar as atividades de vida e sentimentos das pessoas em termos de relação face a face sem, no entanto, resultar em riscos para a interpretação do problema estudado fora da realidade do objeto pesquisado, desde que haja a devida “distância” entre pesquisador e objeto pesquisado.

De seu lado, a história oral teve como principal objetivo a reconstituição da organização social e econômica das comunidades pesquisadas, uma vez que não há estudos ou registros a esse respeito. Trata-se de uma contextualização histórica das comunidades atingidas de grande importância, uma vez que não houve por parte do governo estadual, responsável pelas citadas obras, nenhum esforço no sentido de elaborar um diagnóstico social e econômico das referidas comunidades, limitando-se o mesmo a um levantamento físico das áreas inundadas, tais como: número de propriedades, área das propriedades, número de famílias a serem transferidas para fora das áreas de inundação e mapeamento geológico.

Ela visa compreender não só a organização econômica e social das comunidades atingidas antes da construção das barragens, como também os seus movimentos de resistência e os impactos dessas obras sobre essa organização. Aqui, a história oral é entendida tal como definida por Voldman (1998), uma história do tempo presente a partir da reconstituição do tempo passado e que é feita basicamente a partir da contribuição de testemunhas. Para isso, diz o autor, muito contribuiu a invenção do gravador de som e as técnicas de transcrição, eliminando assim a histórica recusa ou desconfiança de inúmeras escolas do pensamento social em relação aos entrevistados, para as quais suas palavras seriam ontologicamente não confiáveis.

### **Os procedimentos de campo**

O ponto de partida para a definição dos instrumentos de realização da pesquisa foi uma visita prévia às comunidades atingidas pelas barragens de interesse na forma de estudo de reconhecimento local, utilizando apenas o registro em caderneta de campo e a metodologia

da observação participante. Cada visita durou cerca de duas semanas em cada uma das áreas pesquisadas e envolveu as seguintes atividades:

- a) Visita às áreas do entorno das barragens para levantamento fotográfico.
- b) Conversa informal com pessoas dessas comunidades, independente de terem sido afetadas ou não pelo lago da barragem, bem como com lideranças comunitárias (sindicalistas, representantes de associações comunitárias e líderes religiosos), e outros atores sociais locais, como professores, agentes comunitários de saúde e representantes do legislativo e executivo locais, entre outros.
- c) Identificação dos atores sociais envolvidos no movimento de resistência à construção das barragens e as suas formas de atuação nas relações sociais, políticas e econômicas das referidas comunidades.
- d) Levantamento de informações relativas à organização dos movimentos de resistência, à sua dinâmica e ao conseqüente deslocamento das populações para novas áreas a serem por elas habitadas.
- e) Realização de entrevistas gravadas e devidamente transcritas com os atores sociais identificados na fase de organização da pesquisa.

Além desse levantamento de informações no campo, ou seja, na área geográfica das pesquisa, foi feito um detalhado levantamento de dados secundários econômicos e sociais em órgãos do governo estadual relativos às comunidades atingidas pelas duas barragens, antes e após a sua construção.

Além dessas atividades, conforme sugere a observação participante, o autor da pesquisa participou de algumas atividades relativas ao cotidiano das comunidades atingidas, tanto nas agrovilas construídas para abrigá-las após a inundação da área como na sede do município, estando presente em várias reuniões promovidas pelos atores sociais locais; visitou as feiras livres de Araçagi e Aroeiras para colher impressões da população local sobre a construção das barragens; conversou com líderes religiosos nas sedes de suas respectivas igrejas; conversou com líderes dos sindicatos dos trabalhadores rurais locais; e visitou membros do legislativo municipal para levantar informações sobre a atuação dessa instituição junto às comunidades atingidas.

A pesquisa de reconhecimento do local a ser estudado serviu de base para a organização das entrevistas sem, no entanto, haver a imposição de um roteiro pré-estabelecido

aos entrevistados, deixando com que eles participassem também da condução do processo como construtores ativos da história oral. A esse respeito, conforme afirma com muita propriedade um renomado historiador e estudioso do assunto, esta é a melhor maneira de dar início a um trabalho dessa natureza, pois permite a realização de uma pesquisa exploratória para o mapeamento do campo de estudo e para colher as primeiras impressões da realidade que se pretende estudar, rumo à utilização da história oral como instrumento de pesquisa. Essa primeira viagem exploratória, ainda segundo o autor, para dar resultados, exige do pesquisador (entrevistador) três qualidades indispensáveis: “interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de mostrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (Thompson, 1998: 254).

Já para Etienne (1998), esse tipo de pesquisa se aplicada ao resgate de informações de um período recente ou não muito distante (como é o nosso caso, em torno de uma década), em que a história oral apresenta duas grandes vantagens. A primeira é que ela permite que se dê uma atenção especial à voz dos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos das formas tradicionais de se narrar a história e, em segundo lugar, suas abordagens permitem que se construa uma “história vista de baixo”, numa perspectiva que, mesmo sendo “micro-histórica” é igualmente importante.

Foram realizadas 30 entrevistas com diferentes atores sociais definidos durante o processo de reconhecimento de campo, as quais não seguiram um roteiro de perguntas previamente elaborado, pois privilegiou a participação ativa e a espontaneidade dos entrevistados no processo de narração e foi direcionada para produzir algumas histórias de vida, enquanto técnica de captação de dados, como mostra a transcrição de algumas delas. Para Haguette (2005), essa técnica serve como ponto de referência para avaliar a validade da(s) teoria(s) utilizada(s) na pesquisa, bem como ajudar em áreas de pesquisa que tratam de um tema apenas tangencialmente; serve também para nos fornecer dados sobre o lado subjetivo do estudo e, em função de sua riqueza de detalhes, pode também dar sentido à noção de “processo”, o que não ocorre com as outras técnicas de pesquisa.

Foi realizada também uma extensa pesquisa documental a partir do levantamento de informações oficiais e jornalísticas sobre o problema estudado, tais como: mapas, informações de engenharia, estratégias de intervenção e registros documentais da imprensa e documentos das instituições governamentais e não-governamentais envolvidas no problema.

## ESTRUTURA DA TESE

A presente tese está estruturada em cinco partes, sendo uma introdutória, seguida de quatro capítulos.

Tendo como referência teórica e empírica a experiência do Semi-Árido nordestino, o primeiro capítulo aborda os aspectos relacionados ao papel do Estado na implementação de políticas de desenvolvimento regional no âmbito dos recursos hídricos e gestão dos conflitos socioambientais em torno do uso desses recursos enquanto estratégia de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Uma descrição detalhada do espaço geográfico onde ficam localizadas as comunidades desalojadas pelas duas barragens selecionadas pela pesquisa é feita no segundo capítulo, correspondendo este, pois, ao tempo *antes* da construção das barragens. Aqui é apresentada uma caracterização de seus respectivos territórios através de seus aspectos naturais, demográficos e sócio-econômicos, como forma de nos familiarizar com as suas principais características, tanto as que as identificam em seus traços comuns, como as que as distinguem enquanto espaços geográficos com especificidades próprias. Trata-se de informações bastante úteis para a nossa compreensão sobre os impactos decorrentes da construção dessas obras sobre as referidas comunidades nos capítulos que se seguem.

No terceiro capítulo, são estudados os aspectos relativos à organização e resistência das comunidades desalojadas ao longo da construção das barragens e a consequente formação dos lagos e, como tal, constitui o tempo *durante* a construção das barragens, tendo como foco aspectos relacionados às relações sociais das comunidades atingidas, a organização das suas unidades de produção agrícola antes e depois do enchimento dos lagos e a visão dos próprios agricultores acerca da construção dessas obras a partir de suas perspectivas de resistência nesse processo.

Por fim, o quarto capítulo aborda os aspectos relativos aos impactos mais gerais da construção das barragens selecionadas pela pesquisa e o papel do Estado na gestão dos conflitos que surgiram durante esse processo, correspondendo ao tempo *depois* da construção das mesmas; quais as suas estratégias do poder público de dominação ou neutralização da reação das comunidades desalojadas e como estas tentam desenvolver estratégias para reconstruir ou continuar a se reproduzirem social e materialmente.

## **CAPÍTULO 1**

### **ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL**

É sabido que a humanidade passou em toda sua história por duas grandes revoluções - a agrícola e a industrial, e a água esteve presente nas duas. A disponibilidade de água potável para consumo humano e para uso na agricultura sempre ocupou um lugar privilegiado entre as prioridades a serem consideradas pelas sociedades antigas para a sua fixação em determinados territórios. Já nas origens destas a oferta de água exerceu um papel muitas vezes determinante na dinâmica da vida humana e no seu desenvolvimento técnico e material. O termo revolução é usado aqui devido à mudança radical que teve lugar nos hábitos e costumes dos humanos nos últimos três mil anos decorrente dos processos de apropriação desse importante elemento natural. Imaginemos, por exemplo, pequenos grupos de pessoas vivendo em uma caverna, depois noutra, ou ao relento, enquanto se deslocavam para caçar ou para coletar vegetais; nenhum tempo mais para pensar em algo mais do que comida; vivendo muito próximo do modo de vida dos animais. Todo o esforço do homem primitivo era destinado ao domínio da agricultura para se libertar de tal estágio de desenvolvimento. Muito depois disso ele aprendeu a controlar o fluxo dos rios, o que possibilitou a aprendizagem do trabalho coletivo para o bem comum na agricultura. Esse foi o germe da civilização humana.

Ao longo do seu processo de organização em comunidade, desde tempos remotos os seres humanos desenvolveram diferentes percepções e um profundo respeito pela natureza, que diferentemente de hoje mais os afetava que era afetada por eles. Todos precisavam quais frutos comer, onde encontrar água durante a seca, que árvores serviam para construção, para um bom fogo ou preparar um remédio. O conhecimento ambiental, passado de geração a geração até os dias de hoje, sempre foi necessário para a proteção contra os “ataques” da natureza e para o aproveitamento das suas riquezas. Essa relação com a natureza foi se modificando gradativamente para a grande maioria da humanidade, à medida que os modos tradicionais de vida iam dando lugar ao aparecimento das sociedades modernas, que

chamaremos ao longo de nosso trabalho de sociedades eletrointensivas<sup>8</sup>. E para o desenvolvimento dessas sociedades a construção de um número crescente de grandes barragens tem sido um pressuposto básico desse processo. Mais do que isso, o seu crescimento tem sido um dos aspectos mais visíveis do desenvolvimento capitalista.

Grandes barragens são obras que vêm sendo construídas desde a primeira metade do século passado no Brasil, mas os seus impactos e as formas de reação da sociedade como um todo, e as populações locais diretamente atingidas pelos extensos lagos que se formam só se tornaram tema de vasta repercussão nos últimos trinta ou quarenta anos. Em regiões como o Nordeste, por exemplo, os problemas que envolvem esse tipo de obra estruturante se constituíam em um assunto restrito à ação dos engenheiros, e só aos poucos os economistas, especialmente aqueles dedicados ao planejamento do desenvolvimento regional, passaram a se debruçar sobre este tema, e muitos apostaram que tais empreendimentos constituir-se-iam em instrumento de desenvolvimento que iria, enfim, levar o progresso à região. Com o tempo, as questões sociais, políticas e ambientais começaram a emergir no bojo das contradições decorrentes da ação estatal na condução de políticas de desenvolvimento apoiadas na construção de grandes reservatórios, inclusive porque o próprio desempenho técnico-econômico de muitas dessas políticas se via ameaçado pelas crescentes desigualdades sociais e pela deterioração ambiental decorrente da formação de grandes lagos.

### **1.1 A ABORDAGEM CENTRADA NA NATUREZA DA AÇÃO ESTATAL**

Para uma análise dos impactos decorrentes da construção de grandes barragens não basta ver o problema na perspectiva dos conflitos em torno do uso da água, é preciso compreender como as dinâmicas dos processos de resistências das populações atingidas por essas obras se estabelecem e se manifestam através da luta pelo direito de acesso não só à água, mas fundamentalmente à terra, como uma face da luta pela sua reprodução social e material. Além disso, devemos também compreender como a atuação do Estado na construção dessas obras no âmbito de políticas específicas de desenvolvimento interfere na dinâmica das

---

<sup>8</sup> Trata-se das sociedades comandadas por um conjunto interligado de tendências sócio-econômicas e culturais em que o consumo de energia elétrica se torna o elemento central e de importância crescente no processo global de produção. Assim como nas sociedades de consumo, seus membros identificam o uso extremo da energia elétrica como o elemento determinante do sucesso social e da felicidade pessoal.

relações sociais das comunidades<sup>9</sup> por elas atingidas diante de um processo avassalador de mercantilização da água.

Qualquer estudo acerca dos impactos da construção de uma grande barragem deve levar em conta o contexto histórico-social e econômico em que isso ocorre, pois são construídas dentro de um processo de desenvolvimento que possui as suas especificidades. Assim, cada uma dessas obras deve ser analisada sob a lógica de seu tempo, no contexto histórico em que elas aparecem. Os impactos que estas trazem para as comunidades locais podem até ser muito parecidos, mas os objetivos e as estratégias de sua construção sob o comando do Estado capitalista se inserem, ao longo do tempo, em processos de acumulação diferentes.

Açudes ou barragens são parte dos conflitos sociais porque a água é um insumo determinante no processo de desenvolvimento econômico e social, em torno do qual se instalam disputas para os seus diversos usos, o que tende a se agravar à medida que o processo de desenvolvimento econômico avança. No caso do Nordeste brasileiro, essas obras sempre desempenharam um papel central como um instrumento de atuação do Estado não só no combate aos efeitos das secas, mas, sobretudo na resolução dos conflitos agravados pelo aumento da pobreza e das desigualdades que sempre se seguiam às estiagens. Segundo Castro (2010), havia uma preferência clara pela construção de açudes porque, entre outros motivos, essas obras eram postas como mola mestra para resolver os problemas decorrentes do alto grau de pobreza e desigualdades sociais na região, pois permitia o acúmulo de água e, ao mesmo tempo, era interessante para a classe política dominante neutralizar as “avalanches de flagelados” que inundavam as cidades com “tenebroso espetáculo”.

Ao contrário do que ocorre na fase atual do desenvolvimento capitalista, havia uma dinâmica bastante diferente na qual eram construídas essas obras. Além de sua pequena dimensão e relativa simplicidade tecnológica com que eram construídas, sua construção obedecia a uma lógica de atenuação das tensões sociais que normalmente se exacerbavam como consequência das estiagens. Nesse caso, o poder público buscava condicionar a sua construção à ocupação de um maior número possível de trabalhadores e seus familiares. Assim, em que pesem o autoritarismo com que o Estado comandava as políticas de combate

---

<sup>9</sup> Aqui entendemos por comunidade um conjunto de atores sociais que compartilham entre si processos de reprodução social, cultural e material em um determinado território e que desenvolvem juntos estratégias de sobrevivência e de enfrentamento ou resistência aos riscos que o processo de modernização venha lhes trazer.

aos efeitos das secas e o controle político da população pelas oligarquias rurais, o poder público não deixava de levar em conta as demandas sociais dos movimentos de retirantes em sua luta contra a fome. A esse respeito, o decreto de número 2.974, de 15 de julho de 1915, autoriza abrir créditos

para aplicar em obras de reconhecida utilidade na zona do Nordeste assolada pela seca, preferindo as que derem ocupação ao maior número de trabalhadores e conservem nos seus domicílios as populações flageladas e possam ser concluídas dentro do tempo de duração da crise.

Isso ocorria porque o trabalho era visto como um elemento edificante e instrumento da ordem social pela política de construção de barragens (até então chamada de política de açudagem) a qual tinha o intuito de converter a população faminta em trabalhadores de frentes de serviços. Assim, a construção de barragens objetivava não só a acumulação de água, mas também amparar os trabalhadores atingidos pelos efeitos das estiagens, mas com o trabalho, que traria o justo auxílio, afastando a condição aviltante e o ócio dos retirantes que pudessem trazer riscos à ordem institucional estabelecida. As obras públicas, em especial os açudes, eram instrumentos utilizados para imobilizar ou tentar imobilizar os trabalhadores que, muitas vezes enfurecidos pela situação de penúria em que viviam, se organizavam em ‘bandos’ para saquear bodegas e mercadinhos nas cidades ou até mesmo armazéns pertencentes ao governo. Essa ocupação que o Estado buscava oferecer aos trabalhadores, além de ser reflexo da “racionalização” e “moralização” dos socorros, era uma estratégia que visava afastar os riscos representados pelos retirantes.

Havia uma outra lógica na atuação do Estado na construção de barragens. Os açudes, especialmente os pequenos e médios, eram construções que podiam ser edificadas num tempo menor que em outras obras públicas, como, por exemplo, uma estrada de ferro, não demandando também na mesma envergadura, capitais, tecnologia e máquinas<sup>10</sup>. Daí porque havia por parte do poder público a determinação de que tais obras fossem planejadas para

---

<sup>10</sup> Normalmente há uma confusão entre os termos açude e barragem. Embora ambos sejam obras que tenham como objetivo principal a acumulação de água para diversos fins, o termo açude é mais antigo e se referia a obras de represamento de pequeno porte e, como tal, costumam ser de propriedade privada, como ainda ocorre. O termo barragem se refere a obras de represamento de grande porte e que sofreram um contínuo aperfeiçoamento nos seus métodos construtivos, evoluindo das barragens de terra às modernas barragens de concreto de grandes dimensões. Além de se referir a obras de represamento de água de grande porte, o termo barragem inicialmente se referia àquelas obras destinadas à produção de energia hidroelétrica, mas passou a designar também aquelas com fins não hidroelétricos.



acompanhar o tempo da estiagem, ou o tempo de “durasse a crise”, como se costumava se referir às estiagens. Essas construções, então eram pensadas para durar pouco tempo, concentrando mais serviços no tempo de pico das secas. Plano perfeito para uma estratégia de manutenção da coesão e da ordem social estabelecida, pois além de acumular água, os açudes tinham a missão de “dar” trabalho e manter os retirantes ocupados enquanto durasse o flagelo.

Em um estudo sobre as relações do poder público com os movimentos de massas dos retirantes cearenses que invadiam as cidades em busca de alimentos para saciar a fome, Neves (2000), afirma que não só no âmbito do poder público, como também das iniciativas particulares, havia um sentimento de solidariedade em apoio às vítimas das estiagens, através da abertura de frentes de trabalho e da arrecadação de roupas e alimentos pela população. Eram ações “feitas a partir de um mundo moralizado pela caridade cristã que, de certa forma, sacraliza a pobreza e se opõe ao descaso ante o sofrimento dos pobres, especialmente em momentos críticos de escassez e fome.

Em artigo publicado sobre a atuação do Estado na era Vargas nas políticas de combate aos efeitos das secas no Semi-Árido nordestino no período que vai da instalação do Estado Novo até a Segunda Guerra Mundial, Neves (2001) faz uma análise magistral de como o poder público combinava elementos dos modelos liberal e paternalista para socorrer as populações duramente atingidas pelas secas periódicas através da mobilização de obras e coloca a questão da construção de barragens como sendo parte das estratégias do poder público voltadas para a manutenção do que o autor chama de equilíbrio da ordem institucional da sociedade nordestina. Para o autor, no período de 1877 - ano de início da famosa seca de 1877-79 até a década de 1930, fase da República Velha, as “políticas” de combate aos efeitos das secas eram puramente emergenciais e de forma localizada. Com o advento do Estado Novo, a construção de barragens não se dava mais de forma isolada, mas sim no âmbito das ações voltadas para o combate aos efeitos das estiagens e a modernização da agricultura. Segundo ele, o Estado “mantinha com as “leis” de mercado uma relação ambígua, buscando alcançar um pleno equilíbrio entre autoritarismo político e liberalismo econômico” (2001, p. 2). A partir daí a construção de barragens passa a ter uma visão moderna, no sentido de que a questão hídrica do Nordeste exigia uma visão estrutural e de longo prazo.

Para Neves , o modelo de intervenção através das políticas de açudagem inaugurado pelo Estado Novo se sustentava em intervenções no mercado de trabalho e de alimentos com o fim de regular a ordem econômica para que a miséria e a fome não se alastrassem a níveis

insuportáveis, fazendo com que houvesse a passagem de uma proteção social realizada no âmbito da propriedade privada para a proteção “oficial” a cargo do Estado. Isso garantia o respeito ao trabalho e aos frutos do trabalho que davam sustentação à ideologia do trabalhismo, mostrando que havia aí uma espécie de “ética” de intervenção estatal que de certa forma se confrontava com a ideologia do liberalismo econômico.

Ao contrário do modelo de intervenção estatal no plano dos recursos hídricos acima referido, o modelo atual joga a “solução” dos conflitos gerados pela construção das grandes barragens para a esfera do mercado. A esse respeito, diferentemente dos modelos construtivos atuais de barragens (que combina engenharia poupadora de mão-de-obra com o descaso com relação aos problemas gerados para as comunidades atingidas), sob o Estado Novo as barragens seguiam um padrão construtivo bem diferente antes adotado pela IFOCS, assim comentado por Neves:

Os “chefes” engenheiros que comandam os acampamentos e o trabalho tinham que conciliar a capacidade da obra em receber novos trabalhadores, a necessidade técnica de cada uma delas e o direcionamento político dado pelos dirigentes do órgão. Eles, assim como os policiais, procuravam evitar maiores conflitos, mas reconheciam a urgência da fome e, assim, aceitavam as bases de legitimação que a própria multidão imprimia aos seus movimentos. (2001, p. 7)

Ou seja, havia aí um padrão de intervenção estatal na construção de barragens que difere completamente do atual, e isso pode ser explicado pelo fato de que a construção de uma obra (de grande porte, principalmente) reflete as características do processo de acumulação e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que a mesma é construída. Diferentemente desse padrão de intervenção estatal, atualmente o esforço do Estado na condução de políticas de desenvolvimento baseadas na construção de grandes barragens concentra toda a sua ação para fazer com que o conjunto da sociedade não perceba o sofrimento das comunidades atingidas como sendo social, mas sim no máximo a imposição de um estigma que destrói ou desestrutura a vida de alguns em nome do progresso.

Dessa forma, pode-se dizer que foi com o Estado Novo que se inaugurou um padrão de intervenção estatal através de uma política de recursos hídricos, baseado na construção de barragens e numa perspectiva de sua utilização nas atividades agropecuárias como meio de combate à pobreza da região. Antes disso, a relação entre o Estado e a sociedade nordestina, especialmente os segmentos da população mais duramente castigados pelas estiagens (chamados de flagelados ou retirantes) “havia se baseado num terreno movediço mal

delimitado, de um lado, pelos costumes tradicionais da vida sertaneja e, de outro, pelo “liberalismo oligárquico” que dominava a esfera do Estado no Brasil, com todas as suas peculiaridades” (NEVES, 2001, p. 5).

## **1.2 O CAPITALISMO E A NATUREZA DO ESTADO MANIPULATÓRIO**

Todo processo de intervenção estatal se move a partir de determinadas fontes de pressão que as classes sociais exercem sobre o Estado. Este, por sua vez, desenvolve estratégias para gerir tais pressões como forma de garantir a sua participação na estrutura do poder e nos benefícios que isso pode lhe trazer. A idéia de intervenção encontra eco na vertente da Teoria do Desenvolvimento e naquela que é a sua extensão no campo das Ciências Sociais, a Teoria da Modernização, surgidas no pós-guerra. Ambas as abordagens concebiam como plausível que as nações desenvolvidas se incumbissem da missão de guiar os países pobres em direção ao desenvolvimento econômico. Segundo esses paradigmas, as condições para a modernização da sociedade nos países periféricos não surgiriam endogenamente, mas mediante a introdução de práticas originadas de sociedades mais “adiantadas”, o que levaria necessariamente à intervenção, ou melhor, à colaboração estatal.

Ao contrário da teoria marxista clássica, que tem uma visão um tanto simplificada dos processos de controle e dominação social, onde o Estado existe necessariamente para potencializar a exploração de uma classe social sobre outra, há que se explicar os conflitos de interesses em torno da construção de grandes barragens a partir de uma visão alternativa sobre a forma como se organiza atualmente o Estado na sociedade capitalista, onde o Estado não se constitui em uma organização autônoma, pois é formado por esferas que podem estabelecer entre si relações contraditórias e conflitantes entre si. A partir do modelo de organização proposto a seguir, podemos afirmar que este é composto por três esferas, entre as quais se instalam os conflitos e sobre as quais incidem diferentes fontes de pressão: aquelas originadas dos poderes constituídos ou Estado Restrito, e os originados das organizações empresariais e das não empresariais, as quais formam, juntas, o Estado Amplo. Os poderes constituídos, que podemos também chamar de poder público, possuem determinadas relações com as organizações empresariais, e relações com as organizações não empresariais. Já as organizações empresariais e as não empresariais se relacionam num campo específico que chamamos aqui de Estado Ampliado.

O campo de interseção do Estado Restrito com o Estado Amplo representa o mercado, pois é ele o lugar onde ocorre a simultaneidade de todas as relações entre as suas esferas constitutivas, especialmente as relações econômicas que regulam o processo de acumulação capitalista. É nesse campo onde se pode observar com mais clareza o aparecimento dos conflitos e de sua regulação.

O Estado Restrito é constituído pelos três poderes constituídos no processo de estruturação política de um país ou de uma nação, quais sejam, os poderes executivo, legislativo e judiciário, o que corresponde ao que Gramsci (1986) chamou de sociedade política, e são responsáveis pelos processos mais amplos de regulação da vida social e econômica, incluindo-se aí o monopólio da violência. De outro lado, temos o Estado Amplo, constituído de duas esferas diferentes, porém complementares: as organizações empresariais e as não empresariais. Podemos considerar ambas as esferas do Estado Amplo, em seu conjunto, como uma esfera do Estado correspondente à sociedade civil, embora os limites entre Estado Restrito e Estado Amplo não sejam muito claros.

Sendo o mundo das organizações, dos particularismos, da defesa muitas vezes egoísta e encarniçada de interesses parciais, a dimensão política da sociedade civil tem sua construção condicionada por características que são específicas de cada formação social. A concorrência e as lutas entre os diferentes grupos, projetos e interesses funcionam como os móveis decisivos de sua politização. É dessa forma – ou seja, como espaço político – que a sociedade civil pode ser vinculada ao espaço público democrático e pode funcionar como base de uma disputa hegemônica e de uma oposição efetivamente emancipadora, popular e democrática às estratégias de dominação referenciadas pelo grande capital, a exemplo das lutas dos trabalhadores atingidos por grandes projetos governamentais, nos quais a sociedade civil tanto pode liderar suas lutas como pode inviabilizá-la, caso não administre os conflitos que se instalam nas esferas que a compõe, ou seja, as esferas empresarial e não empresarial.

Cabe às organizações empresariais levar à frente o planejamento, a execução e o controle do processo produtivo e assegurar os processos de acumulação e exploração, a exemplo das empresas, dos sindicatos patronais, federações e confederações empresariais, entre outras. As organizações não empresariais, por sua vez, são compostas pelas famílias, associações, sindicatos de trabalhadores, Igrejas e tantas outras organizações deste gênero.

Essas diferentes esferas que formam o Estado exercem relações que podem se dar de uma esfera para outra ou entre as três esferas, simultaneamente. Assim, o Estado Restrito

(poderes constituídos) se relaciona com as organizações empresariais e tem nesta última uma das fontes de pressão. Ainda com relação ao Estado Restrito, este mantém relações com as organizações não empresariais e tem nela a sua segunda fonte de pressões internas. Por fim, as duas esferas do Estado Amplo (as organizações empresariais e as organizações não empresariais) mantêm relações entre si e atuam entre si ora de forma convergente, ora divergente, em que defendem os mesmos interesses e por isso exercem a mesma pressão sobre o Estado Restrito, ora se enfrentam em torno de objetivos conflitantes.

Além dos campos de relações entre essas esferas em particular, há um em que todas elas se relacionam ao mesmo tempo, cujos embates podem se dar das mais diferentes formas em torno da luta pela manutenção de seus interesses em particular ou no âmbito das outras esferas. É nesse campo chamado mercado que ocorre a síntese das tensões ou conflitos sociais, situações em que cada setor da sociedade faz a defesa de determinados interesses, mediante a ação estatal tendo como pano de fundo um determinado discurso ideológico e estratégias de controle social.

Ao longo do processo de objetivação e de reprodução do capitalismo, a sociedade civil ganhou corpo graças a uma modernização que afirmou, de modo muito agressivo, uma multidão de interesses particulares. Com isso, inúmeras agregações inferiores contrapuseram-se às agressões de natureza mais propriamente política e tenderam a associar-se tão-somente à face participativa da democracia. Assentando-se sobre a solidariedade de interesses específicos e, sendo regra geral fiscalizadas pelo Estado, tais agregações não se destinam a fundar novas concepções do mundo ou programas para a sociedade. Pode-se mesmo dizer que as novas objetivações do capitalismo e da sociedade moderna induzem a que a participação de determinados setores da sociedade civil se descole da política e percam conteúdo ético-político, em benefício de um vínculo mais estreito com os interesses particulares, com a resolução de problemas e com o atendimento a demandas específicas de classes sociais.

O Estado globalmente considerado se origina da articulação entre o Estado Amplo e o Estado Restrito. Como afirma Bernardo (2000), o papel crucial desempenhado pelo Estado Restrito na coordenação da economia durante as primeiras fases do capitalismo permite criticar as teses dos que consideram que este modo de produção obedeceria inicialmente a um modelo livre-concorrencial e que a intervenção econômica das formas clássicas do Estado só teria começado a ocorrer em épocas tardias. Foi exatamente o contrário que se passou. Para o autor, a função central desempenhada pelas condições gerais da produção na integração

econômica requer a sua integração, no nível superestrutural, com uma instituição política centralizadora e coordenadora, ou seja, o Estado. A partir de então, as empresas passaram a manifestar cada vez mais claramente as características de um aparelho de poder. Desde o início do capitalismo, os mecanismos de produção da mais-valia constituem simultaneamente uma forma de exercício do poder sobre a classe dos trabalhadores, mas, enquanto o Estado Restrito se ocupa dos aspectos cruciais da esfera política, ou seja, dos aspectos formais e legais do controle social, as empresas, enquanto órgãos estatais puderam se manter mais despercebidas; à medida, porém que o Estado Amplo foi assumindo funções de centralização e coordenação da economia, a ação das empresas enquanto aparelho global de poder tornou-se notória, servindo assim a evolução posterior, como tantas vezes acontece, para revelar um fenômeno que desde muito antes vinha ocorrendo: os patrões sempre recorreram ao serviço pessoal repressivo, que seriam por vezes os próprios contra-mestres, os capangas ou mesmo testas-de-ferro. Com o desenvolvimento do capitalismo, estas funções passaram a ser desempenhadas pelas instituições que compõem o Estado Restrito. Procurando ampliar a sua área de controle e aprofundá-la, o Estado Amplo converteu-se igualmente num produtor sistemático de ideologia.

Além das pressões internas que o Estado Restrito sofre das outras duas esferas constitutivas do aparelho estatal, há as fontes de pressões externas, as quais ocorrem sobre o conjunto do Estado ou sobre parte dele. Tais fontes de pressão se originam, via de regra, dos embates que ocorrem entre a luta para a preservação dos interesses do capitalismo em escala mundial e, de outro, dos movimentos de resistência ao capital em escala internacional, como os movimentos sociais ou as organizações não governamentais, cujos melhores exemplo são a Via Campesina no campo da luta pela agricultura camponesa e o Green Peace na luta pela preservação ambiental, para citarmos apenas dois movimentos que atuam fortemente nos processos de resistência à construção de grandes barragens.

O principal aspecto que devemos levar em consideração quando queremos analisar o papel do Estado na condução de políticas de desenvolvimento regional através da construção de grandes barragens, tomando-se como referência teórica a estrutura do Estado acima proposta, é que a sua atuação está fortemente condicionada ao grau de desenvolvimento do capitalismo em dado país. Ao contrário do que se pode pensar, seu poder não decorre somente da vontade dos governantes, nem apenas da vontade daqueles setores da sociedade que o pressionam para dele obter determinados privilégios, mas de uma série de fatores que agem

em conjunto, como a conjuntura econômica, social e política em que as políticas de desenvolvimento estão situadas. Isso porque, como afirma Przeworsky (1995, p. 6), mesmo que no capitalismo os recursos escassos sejam privadamente apropriados, a propriedade é institucionalmente separada da autoridade. Assim, existem dois mecanismos mediante os quais os recursos são alocados para usos diversos e distribuídos para os consumidores: o mercado e o Estado, sendo que este último também pode alocar e distribuir, agindo sobre aqueles mesmos recursos que constituem a propriedade privada. Estados podem não somente taxar e transferir, mas também regular os custos e benefícios relativos, associados a decisões privadas. Portanto, há no capitalismo tensões entre o mercado e o Estado, o que mostra que nem sempre este atua em benefício do capital. No caso da construção de grandes barragens, isso pode ser condicionado pela capacidade de resistência das comunidades atingidas, cujos processos de organização e de luta podem limitar os benefícios que este tipo de empreendimento pode gerar para o capital, dependendo do jogo de pressões e de concessões de ambos os lados, tendo o Estado Restrito como árbitro.

Ainda segundo aquele autor, não há como esses dois mecanismos levarem a resultados baseados apenas em critérios de justiça social ou sem que haja tensões ou conflitos. É do fato de que os benefícios gerados pelo mercado devem ser sistematicamente diferentes daqueles coletivamente preferidos pelos cidadãos que se origina a necessidade do Estado atuar em determinadas áreas da sociedade, a exemplo das políticas de desenvolvimento regional no âmbito dos recursos hídricos ou de assistência social. Isso porque a democracia oferece uma oportunidade de obter reparação por meio do Estado àqueles que são pobres, oprimidos ou miseráveis em consequência da apropriação privada dos recursos produtivos.

É esse papel do Estado em relação aos vários aspectos da vida social e econômica que constitui o tema central das controvérsias em torno da políticas públicas. Derivam daí os discursos em favor do progresso segundo os quais os governos devem intervir de algum modo na economia, com o intuito de modernizá-la, tornar o circuito econômico mais eficiente e, com isso, reduzir os níveis de pobreza e melhorar a distribuição da riqueza. Isso nos coloca diante das seguintes indagações: pode o Estado suprir as falhas de funcionamento do mercado, tornando a alocação de recursos mais eficiente? Os mercados operariam “mais suavemente” por que são continuamente organizados e regulados pelo Estado? Ou seria a intervenção estatal uma fonte permanente de incerteza e ineficiência? No caso da presente tese sobre os impactos das barragens pesquisadas, a intervenção beneficia ou prejudica o bem-

estar geral? Essas questões decorrentes da tensa convivência entre o Estado Restrito e o Estado Amplo e os mercados são tão genéricas e complexas que se reproduzem em campos acadêmicos que não compartilham de quaisquer interesses substantivos. Estudos das políticas públicas proliferam a tal ponto que atualmente são publicadas revistas especializadas em áreas específicas de políticas de governo, como políticas sociais, de desenvolvimento regional e política econômica, entre outras.

Um fato decorrente de nossa proposta de análise da organização do Estado é que esta depende, fundamentalmente, do processo de desenvolvimento histórico de uma dada sociedade, em que ora o poder do Estado se manifesta de forma limitada, localizada em determinados setores da sociedade, ora este, mais desenvolvido, tem um alcance muito maior na condução do desenvolvimento das forças produtivas.<sup>11</sup> No caso do Nordeste brasileiro, é a partir do governo Vargas que o Estado começa a transformar o seu caráter “autoritário por omissão” em “autoritário ativo”, através da intensificação do intervencionismo, processo esse que se acentuou mais ainda no último pós-guerra. Paulatinamente os tentáculos do poder central começavam a se estender no rumo das áreas interioranas onde, até então, o Estado só chegava mediatizado pela figura daqueles que comandavam o poder local, cujo melhor exemplo são os coronéis no Sertão nordestino. Nesse caso específico, esse processo se torna mais evidente a partir do início dos anos 1970, mas suas origens remontam ao início do século XX, quando a ação do poder público na mobilização da força de trabalho como instrumento de controle social se limitavam à formação das frentes de trabalho<sup>12</sup>. Por intermédio do

---

<sup>11</sup> Isso reflete muito bem a experiência do DNOCS ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A formação e a evolução histórica da estrutura política brasileira nos leva, segundo a análise de diferentes autores, a dois tipos de análise. Encontramos, por um lado, autores como Victor Nunes Leal (1975), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) e Gilberto Freire (1975), que enfatizam a importância do nível local na formação da estrutura do poder, enquanto autores como Raimundo Faoro (1952) desenvolveu uma abordagem que atribui ao nível central um extraordinário poder, progressivamente centralizador e decisivo para a aceleração do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

<sup>12</sup> As “frentes de trabalho”, organizadas segundo a lógica das grandes obras keynesianas, concentravam, historicamente, sua ação na construção de estradas e açudes, segundo a mesma filosofia do DNOCS. Daí, os períodos mais difíceis para a região tornavam-se os mais rentáveis para os latifundiários, que passavam a ser alvo da assistência do Estado sob a forma de obras públicas em suas terras. Os momentos em que o Estado intervinha, assalariando a mão-de-obra desmobilizada pela seca, não representava, no entanto, uma modificação nas relações de produção que pudesse ameaçar a estrutura tradicional do binômio latifúndio-minifúndio. Os trabalhadores engajados nas frentes de trabalho recebiam, por seu trabalho, uma porção de alimentos (farinha e rapadura, basicamente) e, eventualmente, uma soma insignificante em dinheiro. Após o final “institucional” da seca, os trabalhadores das frentes eram desmobilizados, devendo permanecer disponíveis, in loco, para o latifúndio.



DNOCS, as grandes obras hidráulicas se tornaram um instrumento fundamental para a continuidade das relações de reciprocidade características do que Bursztyń (1985) chamou de “compromisso coronelista” no Nordeste. No lugar do poder oficialmente atribuído aos coronéis, conforme ocorreu no período imperial é do ponto de vista econômico que o Estado passa, então, a assegurar a hegemonia política desse grupo. Se, no passado o poder central chegava ao nível local materializado na figura do coronel, esse panorama começa a mudar no século XX. Com o passar do tempo, a presença institucional do Estado começa a se fazer sentir mesmo nos confins mais distantes do Sertão e isto implica a necessidade de uma reestruturação dos esquemas de legitimação, onde o poder central assume o papel de patrocinador da manutenção da estrutura de poder econômico, social e político, desta feita no âmbito do espaço econômico nacional.

Diferentemente da prática tradicional do DNOCS, que investia na construção de barragens privadas, no interior dos latifúndios, a nova estratégia visava ir muito mais além: se, anteriormente, o paternalismo do Estado se materializava através da simples socialização dos custos dos investimentos em infraestrutura nas terras dos coronéis, nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista o poder central procura patrocinar a modernização na região, mediante estímulos à produção para o mercado e à criação de uma mentalidade empresarial entre os produtores rurais, apoiado por uma rede crescente de grandes barragens para a implantação de perímetros irrigados. Foi a partir delas que o Estado definiu os novos instrumentos modernizantes: a implantação de grandes projetos de irrigação e mobilização de toda uma infraestrutura de abastecimento de água através da construção de extensas redes de adutoras para dar suporte ao processo de urbanização às médias e grandes cidades da região, além da criação de uma classe empresarial ligada à agricultura irrigada.

Assim, os programas especiais de desenvolvimento inserem-se no processo de acumulação capitalista em que o Estado visa apoiar novas formas de acumulação de capital e de legitimação política, ao mesmo tempo em que as antigas são preservadas. Porém, não se pode comprovar, ainda, que isso seja uma estratégia deliberada de transformação localizada de “unidades camponesas” em “agricultura capitalista”, sem afetar a estrutura arcaica circundante, embora seja isso que de fato acontece. Mas o Estado não é um árbitro neutro, nem um juiz que garanta o bem-estar de todos de um modo uniforme, na ausência de conflitos e tensões. Nem é simplesmente ou necessariamente um instrumento, uma ferramenta nas mãos das classes dominantes para realizar seus interesses ao seu bel prazer. Há limites para

isso, pois o Estado é uma relação social e toda ação de sua parte gera reação no conjunto da sociedade. Neste sentido, analisaremos o problema aqui pesquisado sempre na perspectiva de que o Estado é um campo de batalhas onde as diferentes frações da burguesia e certos interesses de grupos no poder se defrontam ou se conciliam com certos “interesses” das classes subalternas. Se não se considera o Estado como o resultado de um consenso social para evitar “a guerra de todos contra todos”, então é preciso situá-lo no contexto global da sociedade. Assim, como afirma Faleiros (1995, p. 46), “o Estado é, ao mesmo tempo, o lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como o interesse geral”.

Em consequência, o Estado resume, condensa, mediatiza as relações sociais, segundo as correlações de força entre o Estado Restrito e o Estado Amplo ou sociedade civil. O aparelho estatal não está somente em função dos interesses da classe dominante. Ele pode dominar, integrar, aceitar, transformar, estimular certos interesses das classes dominadas. Ou seja, o Estado é hegemonia e dominação ao mesmo tempo. Portanto, devemos sempre desconfiar do discurso de satanização do Estado e dos capitalistas como sendo as fontes de todas as desgraças dos segmentos mais pobres e injustiçados, a exemplo daqueles que são vítimas das grandes obras conduzidas conjuntamente pelo Estado e pelo grande capital, pois, como afirma Sader (1996), o neoliberalismo sobrevive a si mesmo devido à incapacidade da esquerda (incluídos aí os movimentos sociais) em construir formas hegemônicas alternativas para sua superação, que articulem um projeto de socialização do poder e que desarticule, através da luta organizada, as bases de legitimação do pensamento neoliberal, o qual sobrevive graças à passividade, à despilitização e à desagregação social.

As ações modernizadoras do Estado (de um modo geral, em particular nos programas de construção de grandes barragens) dependem não só de sua capacidade de dispor e de gerir recursos originários da acumulação de capital, segundo as pressões das forças sociais, as exigências da reprodução da força de trabalho e a manutenção da estabilidade social, mas também de sua capacidade de utilizar determinadas estratégias manipulatórias que viabilizem o processo de acumulação capitalista, como veremos no capítulo 4. Para se legitimar junto às classes dominantes, num sistema liberal eletivo, os grupos no poder devem afastar a ameaça de perder o controle do Estado face ao movimento ou partido concorrente das classes dominadas e ao mesmo tempo procurar a lealdade das classes subalternas para obter apoio

popular à sua política. Para tanto, o Estado necessita de uma autonomia relativa na gestão das contradições inerentes ao processo de produção e às relações de classes e grupos, mesmo fora do processo de produção.

Poulantzas (1986) já apresenta uma interpretação diferente de Przeworski. Mesmo admitindo que o Estado capitalista pode até realizar uma política anticapitalista a curto prazo, ao mesmo tempo em que mantém os interesses do grupo do poder a longo prazo. Mas as concessões feitas pelo Estado se inscrevem num contexto de produção capitalista, onde devem de um lado assegurar a garantia da propriedade privada e a acumulação de capital e, de outro, garantir o consenso necessário para viabilizar o processo de acumulação. Segundo este autor, a existência da exploração e da acumulação é a condição fundamental da existência do sistema capitalista, mas não sem a presença do Estado. Exemplo disso são as políticas sociais, as quais possibilitam uma gestão, ainda que conflitiva, da força de trabalho para que ela se reproduza nas melhores condições para o capital. A análise da política social como um amortecedor das contradições das políticas de desenvolvimento implica, assim, metodologicamente a consideração do movimento do capital, e ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o obrigam a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo, a exemplo das reivindicações mais recorrentes das comunidades de atingidos por grandes barragens.

Portanto, o Estado, tal como o propusemos aqui, busca determinadas formas de legitimação de suas políticas de desenvolvimento, utilizando determinadas estratégias de controle social baseadas na desmobilização de grupos sociais marginalizados do processo de desenvolvimento visando não só garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista, e na propagação de uma ideologia que lhe sirva ao sistema como um todo. Mas para isso as classes no poder buscam uma aliança explícita com diversos setores da sociedade, inclusive os setores populares para enfrentar os grupos mais resistentes à modernização. Ao mesmo tempo, se reproduz uma desmobilização dos segmentos sociais que se posicionam contra certos tipos de intervenção estatal considerados lesivos aos segmentos da população menos beneficiados ou marginalizados do processo de desenvolvimento.

### **1.3 O DNOCS E OS PRESSUPOSTOS DA INTERVENÇÃO ESTATAL**

Podemos afirmar que no Brasil a problemática das grandes barragens não é recente e tem início a partir dos fortes impactos das secas no Nordeste sobre a grande parte de sua

população. A mais conhecida durou de 1877 a 1879. Em obra clássica sobre o tema, *História da Sêca no Ceará* (1922), do farmacêutico por formação e cientista social por vocação Rodolpho Teophilo, o autor conta que a principal consequência da fome generalizada entre os retirantes vítimas daquela terrível seca foi a disseminação de doenças, principalmente a varíola, que ficou conhecida como peste cearense. Na referida obra, o autor conta-nos que apenas no dia 10 de dezembro de 1878, houve o registro de 1004 cadáveres enterrados no cemitério da Lagoa Funda, na pequena cidade de Pacatuba, até então com cerca de 20 mil habitantes; este episódio que ficou conhecido como “noite dos mil mortos”. De setembro a dezembro do mesmo ano foi registrada oficialmente no mesmo cemitério a chegada de 24.889 mortos. Os historiadores das secas no Nordeste são unânimes em afirmar que foi aquele triste evento histórico que levou o Governo Imperial a iniciar, mesmo que de forma embrionária, uma discussão sobre possíveis formas de combate às estiagens, com a construção de reservatórios.

É sabido que as secas que historicamente castigam as camadas mais pobres da população nordestina são, apesar de sua dimensão física e ambiental, uma importante fonte de sofrimento social<sup>13</sup>. As ações do Estado nesta região, através de uma instituição do porte do DNOCS revela uma presença marcante do poder estatal no processo de legitimação das estruturas de poder. Isso nos leva à necessidade de situarmos a análise da problemática das grandes barragens no contexto do processo de intervenção estatal que é, historicamente, o embrião das atuais políticas de recursos hídricos apoiadas na construção de grandes barragens. Além disso, é necessário explicitar as formas como a atuação do Estado vem se manifestando ao longo do tempo enquanto ação modernizadora. A ação modernizadora do Estado revela-se às vezes contraditória, na medida em que ele atua como um instrumento indutor do desenvolvimento capitalista, mas que em determinadas circunstâncias pode ter sua atuação condicionada por interesses que de alguma forma se contrapõem aos interesses do grande capital e das classes que estão no poder, embora preserve a reprodução do sistema como um todo.

---

<sup>13</sup> Esse conceito, amplamente utilizado por Pierre Bourdieu será utilizado nos capítulos 3 e 4, mais adiante.

### 1.3.1 Antecedentes históricos

A história da intervenção estatal no Nordeste na condução das políticas de recursos hídricos não nasceu com o processo de formação econômica da Região, só mais tarde é que sua presença se faz necessária em função da problemática das secas. O processo de interiorização de sua população rumo aos seus sertões, por exemplo, se deu originalmente pelo movimento espontâneo do fluxo migratório de homens brancos livres e negros fugidos ou alforriados responsáveis pela pecuarização do interior da região como forma de garantir a sua ocupação demográfica.

Posteriormente é que se fez necessária uma forte presença do Estado na Região, que passou a se manifestar sob um duplo caráter: autoritário e paternalista<sup>14</sup>. O contexto no qual a economia algodoeira-pecuarista do Nordeste foi incorporada à ordem econômica nacional e internacional chamou para si a presença do Estado que impulsionou o desenvolvimento da produção do que podemos muito bem classificar como as “commodities” da época. Nestas condições, construiu-se historicamente a estratégia fundamental da acumulação de recursos hídricos como a pedra angular da questão do desenvolvimento regional através da criação de um órgão público voltado exclusivamente para este fim, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Este organismo, engenhado como aríete da “modernidade nordestina”, foi, no entanto, transformado desde o início num instrumento de dominação de classes a serviço das oligarquias agrárias no Semi-Árido nordestino<sup>15</sup>, na medida em que a intervenção do Estado na citada região buscou conciliar a necessidade de se combater os efeitos das secas com o atendimento dos interesses políticos e econômicos de suas oligarquias<sup>16</sup>.

Segundo Guimarães Neto (1989), instituições como a IFOCS e o DNOCS se revelaram importantes instrumentos no âmbito da ação modernizadora do Estado no Nordeste não só no combate aos efeitos das secas, mas, sobretudo enquanto estratégia de

---

<sup>14</sup> A esse respeito, consulte-se o excelente trabalho de Marcel Burzstyn, onde o autor fez um estudo aprofundado da evolução da intervenção estatal no Nordeste, segundo os seus condicionantes econômicos, sociais e políticos. BURZSTYN, Marcel – O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes, 2ª Ed., 1985 (especialmente o capítulo 1, PP. 17-21).

<sup>15</sup> Sobre esse assunto, ver: OLIVEIRA, Francisco de – Elegia para uma Re(li)gião – SUDENE, Nordeste: Planejamento e Conflito de Classes. O autor analisa a intervenção estatal no Nordeste, com especial ênfase na ação do DNOCS segundo a perspectiva da reprodução econômica e social da Zona Semi-Árida no contexto do desenvolvimento capitalista a níveis regional e nacional.

<sup>16</sup> Especificamente no caso do poder político das oligarquias no Nordeste, consultar o excelente trabalho de Tese de Mestrado de AGUIAR, Gelfa de Maria Costa – O Estado e a Seca: Intervenção Estatal no Nordeste do Brasil – 1979/83. João Pessoa, FIPLAN, 1985. Universidade Federal da Paraíba.

integração da Região ao conjunto da economia nacional e, conseqüentemente, de sua modernização econômica e social, pois aquele órgão federal atuava não só na construção de grandes barragens, mas também na área de transportes. Segundo ele, “(...) internamente no Nordeste, em razão das secas e da ação do IFOCS (posteriormente DNOCS), foram construídas grandes extensões de rodovias que anos mais tarde foram incorporadas à rede básica do país e da região.” (1989, p. 95)

Não há como negarmos que as estiagens que secularmente se abatem sobre o Nordeste “seco” reclamaram a presença governamental, o que levou à criação da IOCS, da IFOCS e posteriormente do DNOCS para porem em prática os programas de combate às estiagens<sup>17</sup>. No final do século XIX, algumas dessas secas foram particularmente fortes em suas conseqüências econômicas e principalmente sociais, a exemplo da que ocorreu entre 1877 e 1878, quando se verificou, segundo alguns historiadores, uma mortandade e um êxodo rural nunca vistos<sup>18</sup>. Não obstante isso devemos lembrar que tal processo de intervenção estatal teve suas bases dadas já quando do início do período de colonização.

São complexas as origens e diversos os fatores que condicionaram a forte presença do poder público no Nordeste semi-árido. Entretanto, podemos associar a intensificação desse processo às mudanças verificadas ao nível de sua organização econômica, cuja dinâmica esteve sempre associada a fatores físico-ambientais e às demandas externas pelos produtos de sua economia. A própria formação do seu espaço produtivo, uma economia frágil, pouco diferenciada e inexpressiva no contexto regional criou uma estrutura social marcada fundamentalmente por uma acentuada desigualdade de classes. Ao contrário da área produtora de cana-de-açúcar, a estrutura econômico-social da economia algodoeira-pecuarista nordestina apresentava uma dinâmica própria de acumulação, mas era fortemente dependente do movimento do capital mercantil da economia açucareira.

---

<sup>17</sup> A Inspeção de Obras Contra as Secas, mais conhecida como IOCS, foi criada no governo de Nilo Peçanha, pelo Decreto nº 7619 de 21 de outubro de 1909, sendo este órgão de caráter emergencial. Em 1919, durante o governo de Epitácio Pessoa, a IOCS passou a se chamar IFOCS, Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, pelo Decreto nº 13.687, de 9 de julho daquele mesmo ano. Neste mesmo ano foi assinada a Lei nº 3.965, conhecida como Lei Epitácio Pessoa, que regulamentou a construção de grandes obras de acumulação de água e irrigação na região Nordeste. Essa mesma lei criou a Caixa Especial, um mecanismo de financiamento segundo o qual o Governo Federal ficava autorizado a contrair empréstimos junto a bancos internacionais até o limite de 200 mil contos de réis para financiar aquelas obras. Ver, a esse respeito: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de – *A Seca do Nordeste, Um Falso Problema*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988, PP. 31-63.

<sup>18</sup> A esse respeito, consulte-se o excelente trabalho de Cincinato Ferreira Neto - *A tragédia dos mil dias*. Trata-se de um dos mais completos relatos sobre a seca de 1877-1879, a maior que já se abateu sobre o Nordeste e que, segundo alguns historiadores, teria dizimado quase um milhão de nordestinos.

A estrutura produtiva no sertão nordestino passou por uma expressiva recomposição após a rápida expansão do cultivo do algodão, um produto cuja demanda mundial crescia exponencialmente já nos primórdios da indústria têxtil na Inglaterra e nos Estados Unidos, que criou as condições para uma especialização da nossa agricultura regional. Enquanto o capital mercantil domina a esfera da comercialização do algodão, a sua produção fica sob a responsabilidade dos meeiros, posseiros e moradores, categorias de produtores que contribuíram decisivamente para a formação do campesinato naquela região, embora de forma bastante diferenciada. Surge assim uma estrutura agrária que ao longo do tempo se consolidaria no Semi-árido, tendo de um lado, a produção de subsistência, em grande parte praticada sob uma “negociação” entre grandes proprietários e pequenos agricultores e, de outro, os grandes fazendeiros, ocupados com a produção algodoeira, os quais também contaram com a participação dos parceiros e arrendatários, mas atrelados ao capital mercantil. Da modelagem da estrutura fundiária daí resultante surgiu uma correspondente estrutura de poder.

A ordem social daí derivada passa a ter contornos mais bem definidos quando entram em relações sociais e econômicas os grandes proprietários de terras – os coronéis, senhores do poder, e os outros atores sociais, como os meeiros, posseiros, pequenos arrendatários e até mesmo pequenos proprietários, estes últimos submetidos a determinadas formas de exploração que serviam de base para a acumulação e a reprodução do sistema. Esse estado de desigualdade prepara os caminhos dos conflitos sociais na região, os quais muitas vezes degeneravam em ações punitivas de grupos de vítimas da exploração latifundiária, como os cangaceiros, ou ainda de levadas humanas que seguiam as pegadas de figuras mítico-religiosas, reduzindo ao plano do fanatismo e da individualidade a superação das questões sociais. Em ambos os casos, são atores e autores desses conflitos de classe contra a ordem social, econômica e política então estabelecida, de onde se originavam protestos que, conforme observou Menezes, são protestos “do homem que toma a arma e decide fazer a sua reparação e o do homem que pega do rosário e apela para o céu. Um protesto viril e violento, um protesto resignado e místico. Um cai no cangaço e no crime; o outro, se ajoelha e reza. (MENEZES, 1970, p. 190).

Nestas condições, o Estado Nacional acata os interesses das classes dirigentes regionais, assustadas com as homéricas campanhas da Coluna Prestes, criou uma estrutura técnico-burocrática sob a orientação do DNOCS. Embora criado com o propósito de combater

os efeitos das secas circunscrevendo as suas ações ao assim chamado Polígono das Secas<sup>19</sup>, havia, na verdade, o interesse dessas oligarquias de servir-se desse órgão para consolidar os esquemas de acumulação baseados na articulação latifúndio-minifúndio. Logo, a intervenção do Estado no Nordeste acabou por criar mecanismos de reforço da estrutura política para dar suporte à sua estrutura produtiva. Essa intervenção não só não ousou transformar as condições de reprodução da estrutura social e econômica como também as manteve intactas e fortalecidas. Mas seu papel será redefinido quando da completa inserção da economia nordestina no mercado nacional, a partir de meados dos anos de 1950, com as conseqüente mudanças nos esquemas de dominação de classes na região.

### **1.3.2 As barragens no processo de descoberta do Nordeste “seco”**

É consenso entre os estudiosos da história da formação econômica e social do Nordeste considerar a atuação do poder público no estudo do seu meio físico como sendo uma das mais ricas (senão a mais rica) experiência já ocorrida em uma região Semi-Árida do mundo. De fato, entre as principais atribuições da IOCS nessa região estava a realização de estudos sistemáticos sobre suas características meteorológicas, geológicas, pedológicas, topográficas e hidrológicas, além da fauna e da flora. Para tanto, foram utilizados vastos recursos humanos e financeiros para mobilizar equipes de técnicos e cientistas, nacionais e estrangeiros, com a finalidade de realizar tais estudos<sup>20</sup>. Coube a essas equipes, com a ajuda de milhares de trabalhadores a incumbência de fazer uma verdadeira varredura nos sertões do Nordeste para levantar as suas potencialidades os limites de seus recursos naturais, especialmente os de solo e água, para definir áreas propícias à construção de grandes obras de represamento de água (os chamados boqueirões e “gargantas de serra”, àquela época) dotando a região de grandes volumes de águas vindas com os seus invernos incertos.

---

<sup>19</sup> É preciso fazer distinção entre Polígono das secas e o Semiárido. O primeiro refere-se a uma divisão administrativa e foi criado por uma lei, de 7 de janeiro de 1936 e posteriormente teve complementado o seu traçado pelo Decreto-Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946. Ele abrange oito Estados nordestinos - o Maranhão é a única exceção -além da área de atuação da Adene em Minas Gerais, com 121.490,9 km<sup>2</sup>, e compreende as áreas sujeitas repetidamente aos efeitos das secas. Já o Semiárido ocupa 841.260,9 km<sup>2</sup> de área no Nordeste, nas regiões do Agreste e Sertão nordestinos e outros 54.670,4 km<sup>2</sup> em Minas Gerais e caracteriza-se por apresentar reservas insuficientes de água em seus mananciais, nas regiões do Agreste e Sertão Nordestinos. Atualmente, o Polígono das Secas, segundo a Resolução nº 11.135 do Conselho Deliberativo da SUDENE, abriga 1.133 municípios.

<sup>20</sup> Foi assim que o engenheiro Arrojado Lisboa, diretor do IOCS até 1912, coordenou uma equipe de técnicos e cientistas contratados da Leland Stanford Junior University – Califórnia, entre os mais capacitados na área de estudos físico-ambientais dos Estados Unidos, além de profissionais brasileiros, todos formados no exterior. Ver a esse respeito: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de – op. Cit. Na nota nº 4, pp. 42-27.



No final dos anos trinta do século passado, já existia um acervo bastante considerável de estudos físico-ambientais das quatro principais bacias hidrográficas do Semi-árido: Acaraú e Jaguaribe, no Ceará; Sistema do Alto Piranhas, na Paraíba e o Sistema Baixo Açu ou Baixo Piranhas, no Rio Grande do Norte. Posteriormente, no final da década de 1940, foram iniciados os estudos do Sistema do Apodi, no Rio Grande do Norte. Ao final da década de 1950 já estava praticamente consolidado um vasto conhecimento agroecológico dos sertões nordestinos, fundamentado em pesquisas sobre os recursos ambientais do semi-árido, apontando para as suas potencialidades e limitações para a acumulação de água em grandes reservatórios voltados para a perenização de rios e para a irrigação.

Esses estudos foram detalhados posteriormente para as faixas úmidas da referida zona, que foram chamadas de vales úmidos. Trata-se de estreitas faixas de terras servidas por rios (na sua grande maioria de regime hidrológico temporário) com vastas formações hidrológicas subterrâneas e solos com boa aptidão agrícola. O objetivo de tais estudos era orientar as futuras ações governamentais no uso desses recursos naturais, seja no abastecimento humano e animal, seja no desenvolvimento da agricultura irrigada, através da perenização de rios.

Podemos considerar que já havia se acumulado um conhecimento significativo durante a primeira metade do século XX sobre o ecossistema do Nordeste semi-árido, o qual foi decisivo para o desencadeamento de ações governamentais em sua economia, especialmente sobre suas atividades agropecuárias, em que pese o GTDN ter diagnosticado o reduzido grau de conhecimento não só dos recursos naturais como a organização econômica como uma limitação para o desenvolvimento da Região. A segunda fase refere-se aos estudos de aproveitamento desses recursos, propriamente dito. Tratava-se nesse caso de definir as estratégias que possibilitassem, dentro das limitações de solo e água, a modernização das atividades agropecuárias com vistas à “retenção” dos fluxos migratórios no campo. Tais objetivos, entretanto, não foram alcançados, não só no que diz respeito à construção de barragens, como também na difusão da agricultura irrigada, revelando, pois, um insuficiente desenvolvimento das forças produtivas de até então. Mas isso não tirou os méritos do IFOCS quanto ao grande avanço verificado no conhecimento técnico e científico produzido sobre o ecossistema regional, que só passaria a ser largamente utilizado a partir do final dos anos de 1950, o que coincide com a integração da economia nordestina ao mercado nacional e uma maior inserção da mesma na divisão internacional do trabalho.

Por outro lado, a realidade econômica e social do Nordeste “seco” não se tornou objeto de estudos e pesquisas por parte do poder público, tal como ocorreu com seus aspectos físicos. Isso porque o afloramento dos conflitos sociais pareciam, mesmo aos olhos dos estudiosos, uma consequência natural do “espírito violento” do homem nordestino, e não necessariamente algo vinculado com as condições materiais e objetivas de vida de sua população<sup>21</sup>. Tudo era reduzido à secular questão da cultura da brutalidade do homem do campo (leia-se: camponês) como fonte dos problemas de insubordinação. O próprio fato de o DNOCS ter sido capturado pelas oligarquias rurais, diante da atuação das classes políticas e intelectuais dominantes àquela época justifica essa negligência com relação aos desdobramentos das causas da pobreza e do atraso do Nordeste por parte do poder público. Até porque à época ainda não tinham sido difundidos entre nós estudos que servissem de referencial a uma reflexão sobre as causas do reduzido grau de desenvolvimento econômico regional. Mesmo a teoria marxista não era conhecida dos que se ocupavam desse problema.

Foi assim que o pensamento de homens públicos como Rodolfo Teófilo, Liberato de Castro e Thomás Pompeu de Sousa Brasil<sup>22</sup>, cujo conservadorismo de suas obras saltava aos olhos, acabou reforçando a dominação das oligarquias rurais e a ação conservadora do Estado. Outros estudiosos lograram dar um certo aprofundamento à questão das secas e suas trágicas consequências sobre a sociedade nordestina, a exemplo de José Américo de Almeida e José Guimarães Duque<sup>23</sup>. O que se pode destacar na obra desses pioneiros no estudo dos problemas do Nordeste – o que foi, de fato um grande avanço para a época – é a preocupação não exatamente com a acumulação de água, mas o seu aproveitamento de forma racional e em proveito da grande massa da população nordestina, o que abriu caminho para o tratamento da questão agrária regional. Entretanto, muitos desses autores cometeram sérios equívocos na

---

<sup>21</sup> A esse respeito, consultar o excelente trabalho de Alberto Passos Guimarães sobre as raízes da violência e do banditismo: *As classes perigosas – banditismo urbano e rural, especialmente a terceira parte*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

<sup>22</sup> Ver, a esse respeito: i) RODOLFO, Teófilo – *A Fome*. Rio de Janeiro, José Olympio, 3ª Ed., 1979; SOUZA BRASIL, Thomás Pompeu de. *Memórias sobre o Clima e a Seca do Ceará*. Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1958 (Coleção Instituto do Ceará, Monografia, nº 23); iii) CARREIRA, Liberato de Castro. *A Seca do Ceará*. Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio* (Artigos publicados entre 1877 e 1879). Apud: ALVES, Joaquim. *História das Secas*. Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1958 (Coleção Instituto do Ceará, Monografia, nº 23).

<sup>23</sup> Sobre esses autores, consulte-se: i) GUERRA, Felipe e GUERRA, Teófilo – *Secas Contra Seca no Rio Grande do Norte; Secas e Invernos, Açudagem, Irrigação e Costumes Sertanejos*. Mossoró, Escola Superior de Agricultura e Fundação Guimarães Duque/CNPq, 1980, 3ª Ed. (Coleção Mossoroense, 29); ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e Seus Problemas*. João Pessoa, A União, Secretaria da Educação e Cultura, 1980, 3ª edição revisada; DUQUE, José Guimarães – *Solo e Água no Polígono das Secas*. Fortaleza, DNOCS, 1953, 3ª edição.

análise dessa questão, decorrentes do desconhecimento da natureza da agricultura irrigada e da sua organização social.

Entre os autores acima citados, José Guimarães Duque foi o que, de fato, logrou aprofundar o debate sobre os problemas do Nordeste semi-árido. O que há de mais original na sua obra é sem dúvida a denúncia das condições econômicas e sociais em que vivia a maioria dos sertanejos. Mesmo com pouco rigor técnico e científico, Duque alertou para os perigos da prioridade dada pelo poder público aos estudos técnicos e físico-ambientais e da construção de grandes barragens, obscurecendo a análise de fatores outros determinantes das condições de exploração e miséria que se abatiam sobre os cassacos<sup>24</sup>. Não tardaram as reações de indignação dos latifundiários a esta denúncia feita pelo citado autor que, entre outros, podemos encontrar nos pronunciamentos do senador paraibano Argemiro Figueiredo<sup>25</sup>.

A ação do DNOCS continuou priorizando a construção de barragens de pequeno e médio porte e outras obras de infra-estrutura, como estradas de ferro e de rodagem. Essa estratégia só começou a sofrer mudanças significativas a partir da década de 1950, quando a intervenção governamental passa a ser redirecionada pelo processo de integração da economia nordestina ao mercado nacional até então em curso, bem como pelo surgimento de estudos (na sua maioria de caráter acadêmico) que passaram a denunciar os equívocos dessa forma de atuação do poder público na região. Aí a agricultura irrigada passa a ter um novo status no processo de legitimação da presença do Estado, dessa vez revestido de um discurso modernizador. Até então, a ação estatal priorizava os programas de açudagem, coluna mestra do fortalecimento do poder das oligarquias agrárias.

### **1.3.3 Políticas de açudagem e acumulação primitiva**

Conforme já enunciado, a criação do DNOCS pelo então governo central inaugurou uma nova fase de intervenção estatal no Nordeste. Ao contrário das fases anteriores, o poder público passou a atuar de forma direta na economia da região, de modo a promover a racionalização da produção, amparada no domínio do conhecimento dos recursos hídricos

---

<sup>24</sup> Esse era o nome dado aos camponeses extremamente empobrecidos, pequenos sitiantes e meeiros do Nordeste Semi-árido, cujo uso perdurou até meados da década de 1970. Esse se tornou um termo perjorativo que acabou por ser utilizado para caracterizar vagabundos, desocupados e toda sorte de atores sociais marginais.

<sup>25</sup> Para aquele parlamentar paraibano, a criação da SUDENE representava um projeto arquitetado por Celso Furtado visando a socialização das terras no Nordeste, com base nas idéias de Guimarães Duque. Ver, a esse respeito: Anais do Senado Nacional, 1959 – Pronunciamentos. De Guimarães Duque, consulte-se: Solo e Água no Polígono das Secas, op. cit. Na nota nº 8.

disponíveis e na racionalização de seu uso. Essa intervenção, no entanto, ainda não correspondia a uma ação planejada do Estado, no sentido de que não havia um plano de desenvolvimento regional, o que pode explicar as mudanças significativas nas estruturas de ausência de mudanças significativas na estrutura de produção e de poder locais.

Mesmo que os recursos para financiamento da mobilização de recursos hídricos no Nordeste pelo DNOCS, através da construção de grandes barragens, fossem resultado da transferência de parte do excedente dos setores dominantes (capitalistas) da economia nacional, as ações do DNOCS ainda não estavam inseridas num processo de acumulação ampliada no âmbito da produção primária da região, pois, como afirma Oliveira (1985), isto se dava mediante a utilização dos recursos excedentes da economia nacional pelo poder público na construção de pequenos e médios açudes e na implantação de benfeitorias, na maioria das vezes em benefício de grandes proprietários fundiários, sem que isso resultasse em mudanças na organização da produção, seja nos aspectos econômicos, seja nos aspectos sociais e políticos. Pelo contrário, esse padrão de intervenção até reforçava os esquemas de exploração e dominação dos camponeses pelos latifundiários e pela oligarquia algodoeira-pecuária.

Dados históricos relativos à construção de barragens no Nordeste pelo DNOCS mostram que a maioria delas fora construída inicialmente nos domínios das grandes propriedades particulares, para viabilizar as atividades algodoeiras e pecuárias<sup>26</sup>. Como mostram as Tabelas 1.1 e 1.2, até o final da década de 1930, o número de barragens construídas nos domínios das grandes propriedades privadas chegou a representar mais de um terço do número de barragens construídas em áreas de domínio público. Foram construídas naquele período 35 barragens através do Programa de Açudagem em Cooperação<sup>27</sup>. Só o estado do Ceará, onde se encontrara (e ainda se encontra) a sede do DNOCS foi beneficiado

---

<sup>26</sup> Assim, a grande maioria dos açudes construídos pelo Programa de Açudagem em Cooperação (açudes localizados em propriedades particulares, normalmente em latifúndios) pertenciam às oligarquias rurais ou a seus representantes mais próximos, a exemplo da então emergente burguesia agrária. Exemplo disso podemos encontrar na construção dos seguintes açudes, no Rio Grande do Norte, todos de grande porte: i) Açude Barra Verde, em Currais Novos, pertencente a Thomaz Salustino de Melo, desembargador e Vice-governador do estado; ii) Açude Tâmia, em Goianinha, de Wandick Teixeira Lopes, político, latifundiário e grande comerciante de estivas e cereais; iii) Açude Limoal, em Goianinha, pertencente à Usina Estiva S/A e iv) Açude Teodorico, em Santa Cruz, pertencente a Teodorico Bezerra, latifundiário, deputado federal e presidente do PSD - Partido Social Democrático. Ver, a esse respeito: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de – Op. cit. na nota nº 19.

<sup>27</sup> Embora se chamasse programa de açudagem em cooperação, este na verdade era uma forma que as oligarquias agrárias nordestinas criaram para reivindicar para si o redirecionamento dos gastos governamentais em seu próprio benefício, sem que estes entrassem com qualquer contrapartida.

com 62,9% do total dessas barragens. A Bahia, cujo território abriga a maior parte do Semi-árido nordestino, ficou com apenas 1,2% dessas barragens.

Ora, como explicar o fato de que os estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, possuindo 89,4%, 55,8% e 83% de seus territórios dentro do Polígono das Secas, fossem tão pouco beneficiados pelo Programa de Açudagem em Cooperação? Essa concentração de barragens no Ceará reflete o controle dessa instituição governamental exercido pelas suas oligarquias rurais durante várias décadas da primeira metade do Século XX<sup>28</sup>. E isso se explica pelo fato de que o Ceará foi, de todos os estados nordestinos, o mais coronelista e oligárquico. A esse respeito Oliveira (1985) enfatiza esse tratamento diferenciado dado ao Ceará traçando um paralelo entre a atuação do DNOCS e o fortalecimento das estruturas de poder daí decorrentes, quando afirma que

(...) Não havia no Ceará um “Nordeste” açucareiro, nem qualquer outra atividade produtiva que não fosse determinada pela estrutura típica do latifúndio-minifúndio. O Ceará era, antes da entrada do Nordeste na divisão internacional do trabalho pela via da produção do algodão, um vasto e subpovoado curral de gado, com algumas microzonas como a do Cariri, onde medrou também a atividade açucareira (com razão era o Cariri do Ceará muito mais ligado às estruturas de produção vigentes no “Nordeste” açucareiro de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. (1985, p. 37)

Assim, como já assinalou o referido autor, falar de açudes ou do DNOCS no Ceará àquela época era o mesmo que falar de suas oligarquias rurais e vice-versa. Ainda a esse respeito, no que diz respeito à construção de barragens públicas naquele mesmo período, percebe-se também a hegemonia do Ceará, tendo sido construídas ali não só as maiores barragens da região, como também em maior número. Como mostra a Tabela 1.2, até 1930 38,2% das barragens públicas construídas no Nordeste estavam no Ceará, vindo logo em seguida o Rio Grande do Norte, com 26,8%. Assim, apenas aqueles dois estados concentravam dois terços de todas as barragens construídas pelo DNOCS, representando 92,5% de todo o volume de água acumulado.

Durante as duas décadas que se seguiram aos anos 1930 não houve maiores modificações na orientação do governo federal em suas estratégias de combate aos efeitos das

---

<sup>28</sup> Ainda a esse respeito, devemos lembrar que o DNOCS fora criado como um órgão público de competência administrativa e operacional em todo o território nacional e que o fato deste nunca ter atuado fora dos domínios do Nordeste semi-Árido é uma prova inequívoca do exclusivismo de sua utilização pelas oligarquias agrárias do Nordeste.

secas. Mesmo a Revolução de 30 não mudou suficientemente a ordem econômica e social do Nordeste, pois, embora com esta tenha se verificado um considerável avanço do poder central sobre as oligarquias rurais nordestinas, com o conseqüente enfraquecimento de suas estruturas de poder local, isso não resultou em mudanças significativas no domínio político sobre as classes marginalizadas. Tanto que a política de açudagem dos anos de 1930 praticamente continuou intocada, dissociada de uma política agrária que possibilitasse a criação das condições objetivas e materiais de acesso da grande maioria de sua população ao considerável volume de água até então acumulado, bem como às vastas extensões de terras que circundavam essas barragens.

Os dados referentes à construção de barragens no período em questão confirmam o enunciado. Como mostra ainda a Tabela 1.1, cerca de 83% das barragens construídas entre os anos de 1931 e 1950 em regime de cooperação (barragens privadas) se localizavam no Ceará, representando quase 80% da capacidade total de acumulação. Bahia e Pernambuco continuaram praticamente fora da atuação do DNOCS, em que pese o fato desses estados abrigarem vastas extensões de terra no Polígono das Secas. Note-se, por outro lado, que no que tange à construção de barragens públicas, a ação do DNOCS revela duas importantes mudanças. A primeira, a desconcentração da construção de grandes barragens no Ceará, e a segunda, uma importante mudança na concepção técnica na construção dessas obras.

**TABELA 1.1**  
Barragens Construídas e Volume de Água Acumulada pelo Programa de Açudagem em Cooperação do DNOCS segundo os Estados Nordestinos (Até 1930/ de 1931 até 1950)

Estados	Barragens			Capacidade de acumulação			Volume médio (m <sup>3</sup> )
	Número	%	% acum.	Volume (m <sup>3</sup> )	%	% acum.	
<b>Até 1930</b>							
Ceará	22	62,9	62,9	27.601.826	86,9	86,9	1.254.628
Rio Grande do Norte	6	17,2	80,1	1.762.214	5,6	92,5	294.036
Paraíba	4	11,4	91,5	1.998.570	6,2	98,7	499.642
Baia	3	8,5	100,0	418.845	1,3	100,0	139.615
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>31.783.455</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>908.098</b>
<b>De 1931 a 1950</b>							
Ceará	200	83,0	83,0	428.570	79,9	79,9	2.143
Rio Grande do Norte	15	6,2	89,2	28.553	5,3	85,2	1.904
Paraíba	18	7,5	96,7	35.021	6,5	91,7	1.946
Pernambuco	5	2,1	98,8	41.367	7,7	99,4	8.273
Baia	3	1,2	100,0	3.082	0,6	100,0	1.027
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>536.596</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>2.227</b>

FONTE: Araújo, José Amaury de Aragão (Coord.) – Barragens no Nordeste do Brasil. Fortaleza, DNOCS/MINTER, 1982.

Assim, como mostra a Tabela 1.2, no período de 1931 a 1950, os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba foram contemplados com quantidades de barragens não muito diferentes de seu total, ficando com 20,6%, 14,7% e 26,5% de seu total, respectivamente. Por outro lado, o estado de Pernambuco passou a abrigar quase 18% do total de grandes barragens públicas<sup>29</sup> construídas nesse período, contra apenas 3% do período anterior.

Além disso, houve importantes mudanças de concepção técnica nas estratégias de armazenamento de água no Semi-Árido no que diz respeito ao programa de construção de barragens públicas. Assim, embora o número de barragens construídas no período de 1931 a 1950 tenha sido quase sete vezes menor em relação ao período anterior, o volume de água acumulado aumentou em quase 200%, graças à assimilação dos conhecimentos proporcionados pelos avanços da engenharia hidráulica fora do Brasil. Àquela época havia uma total dependência do Brasil em relação às condições técnicas e científicas na construção de grandes barragens. Daí porque, pelo menos até o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, essas eram, invariavelmente, construídas por empresas estrangeiras. Essa dependência não se limitava aos recursos de máquinas, equipamentos e materiais, mas também em termos de recursos humanos, pois não havia ainda no País cursos de formação na área de engenharia. Possuir um diploma de engenharia era um privilégio de poucos. Observe-se que no referido período a capacidade média de acumulação das barragens construídas na Paraíba já passava de 125 milhões de m<sup>3</sup>, as do Ceará ficaram perto dos 100 milhões de m<sup>3</sup>, enquanto a média geral ultrapassou os 60 milhões de m<sup>3</sup>.

No terceiro período de nossa análise, ou seja, aquele que se estende dos anos de 1951 a 1988 há uma mudança mais acentuada ainda na estratégia de mobilização de recursos hídricos por parte do Governo Federal. Primeiro, porque há uma prioridade na construção de mega barragens<sup>30</sup> voltadas para a perenização dos principais rios da região visando a implantação de grandes perímetros irrigados e a construção de extensas adutoras para o abastecimento

---

<sup>29</sup> Há uma variedade de classificações no que se refere ao tamanho de uma barragem. Assim, segundo a ICOLD (Comissão Internacional sobre Grandes Barragens), uma grande barragem é aquela que possui altura igual ou superior a 15 metros, contados do alicerce. Já o DNOCS classifica as barragens também pela sua capacidade de acumulação, sendo uma grande barragem aquela que possui capacidade acima de 15 milhões de m<sup>3</sup>.

<sup>30</sup> Esse conceito surgiu com o início da construção de grandes barragens com fins de geração de energia hidrelétrica, mas logo seus métodos de engenharia foram empregados na construção de barragens no Nordeste com fins não hidrelétricos, mas sim para abastecimento de grandes centros urbanos. É o caso da barragem do Castanhão, construída durante o governo Fernando Henrique Cardoso, cuja capacidade de acumulação, de 6,7 bilhões de m<sup>3</sup>, representa 53% da capacidade de todas as barragens construídas pelo DNOCS antes de sua construção. Ver, a esse respeito, a Dissertação de Mestrado de Milena Marcintha Braz – Nova Jaguaribara: representações sobre o modo de vida urbano. Fortaleza, UFCE – Mestrado em Sociologia, 2005.

urbano-industrial, o que se deu a partir da década de 1970, seguindo rigorosos critérios técnicos. Aí chama a atenção a acentuada queda da participação relativa do Ceará no total de

TABELA 1.2  
Barragens Construídas e Volume de Água Acumulado pelo Programa de  
Açudagem Pública do DNOCS segundos os Estados Nordestinos  
(Até 1930/ de 1931 a 1950/ de 1951 a 1988)

Estados	Barragens			Capacidade de acumulação			Volume médio (m <sup>3</sup> )
	Número	%	% acum.	Volume (m <sup>3</sup> )	%	% acum.	
<b>Até 1930</b>							
Ceará	37	38,2	38,2	533.398	78,2	78,2	14.416
Rio Grande do Norte	26	26,8	65,0	92.373	13,5	91,7	3.553
Paraíba	12	12,4	77,4	18.490	2,7	94,4	1.541
Pernambuco	3	3,0	80,4	2.758	0,4	94,8	920
Bahia	10	10,3	90,7	20.444	3,0	97,8	2.044
Piauí	8	8,3	99,0	14.821	2,2	100,0	1.853
Sergipe	1	1,0	100,0	115	0,0	100,0	115
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>682.399</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>7.035</b>
<b>De 1931 a 1950</b>							
Ceará	7	20,6	20,6	675.058	32,5	32,5	96.437
Rio Grande do Norte	5	14,7	35,3	130.711	6,3	38,8	26.142
Paraíba	9	26,5	61,8	1.125.236	54,2	93,0	125.026
Pernambuco	6	17,7	79,5	51.085	2,5	95,5	8.514
Bahia	4	11,8	91,3	33.177	1,6	97,1	8.294
Piauí	1	2,9	94,2	54.600	2,6	99,7	54.600
Alagoas	1	2,9	97,1	3.738	0,2	99,9	3.738
Sergipe	1	2,9	100,0	835	0,1	100,0	835
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>2.074.440</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>61.013</b>
<b>De 1951 a 1988</b>							
Ceará	29	18,0	18,0	5.989.021	47,8	47,8	206.518
Rio Grande do Norte	22	13,8	31,8	2.809.023	22,5	70,3	127.683
Paraíba	22	13,8	45,6	1.467.145	11,8	82,1	66.688
Pernambuco	27	16,9	62,5	1.261.303	10,0	92,1	46.715
Bahia	20	12,5	75,0	721.448	5,8	97,9	36.072
Piauí	5	3,1	78,1	116.452	0,9	98,8	23.290
Alagoas	22	13,8	91,4	52.987	0,4	99,2	2.408
Sergipe	9	5,6	97,5	17.904	0,2	99,4	1.989
Minas Gerais	4	2,5	100,0	79.116	0,6	100,0	19.779
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>12.514.399</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>78.215</b>

FONTE: Araújo, José Amaury de Aragão (Coord.) – Barragens no Nordeste do Brasil. Fortaleza, DNOCS/MINTER, 1982.



barragens públicas construídas, bem como o aumento da capacidade de acumulação das barragens construídas mais recentemente em mais de 500% em relação ao período anterior, graças à sofisticação tecnológica na construção dessas grandes obras<sup>31</sup>. Nesse período, além de haver uma distribuição bastante próxima do número de barragens construídas entre os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Alagoas, o Programa de Açudagem em Cooperação passa a sofrer sérias restrições, até a sua extinção no final da década de 1960.

Essas mudanças refletem, por sua vez, um processo mais amplo de transformações econômicas, sociais e políticas no âmbito dos programas de mobilização de recursos hídricos no espaço geográfico ora analisado, que aos poucos vão tomando a forma do que hoje se conhece por programas de desenvolvimento regional e territorial. No plano econômico há a priorização do aumento da eficiência no uso dos recursos financeiros e tecnológicos voltados para a introdução de melhorias tecnológicas na agricultura praticada nos domínios das grandes bacias hidrográficas através de uma gestão mais racional dos recursos hídricos voltada para a perenização de longos cursos d'água para o abastecimento urbano-industrial e a difusão da agricultura irrigada. No plano social verifica-se um certo controle social por parte de segmentos da sociedade que se mobilizaram para inibir o uso da máquina estatal (leia-se: o DNOCS) em benefício das classes dominantes no meio rural e, por fim, um desmantelamento das estruturas de poder local, onde o poder dos coronéis cede cada vez mais espaço ao poder de grandes fazendeiros, com forte liderança parlamentar e também pelos novos burocratas.

## **1.4 GRANDES BARRAGENS E A PRODUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS**

### **1.4.1 Políticas de açudagem como instrumento de modernização**

Embora as primeiras experiências no campo da irrigação tenham sido iniciadas nos primeiros anos da década de 1930, essas se deram de forma muito tímida e sem que

---

<sup>31</sup> Essa sofisticação tecnológica se reflete na substituição gradativa das barragens de terra por barragens de concreto, construída com altíssima concentração de máquinas e pouca mão-de-obra. Apenas para ilustrar esse avanço tecnológico na construção dessas barragens, basta sabermos que na construção da barragem do Castanhão entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000, no Ceará, com capacidade de acumulação de 6,7 bilhões de m<sup>3</sup>, foram empregados aproximadamente 350 operários, contra os cerca de 1.500 operários ocupados na construção da barragem Coremas-Mãe D'Água, entre os anos de 1932 e 1938.

resultassem em maiores mudanças na estrutura produtiva da região<sup>32</sup>. Após mais de cinquenta anos de atuação da IFOCS e do DNOCS, a extensão da agricultura de irrigação no Nordeste não ultrapassava modestos 5.000 hectares. O reordenamento das modalidades de utilização dos recursos hídricos acumulados passou a priorizar em suas atenções a implantação dos chamados perímetros irrigados como experiência piloto da irrigação explorada em bases intensivas no Semi-árido, através da importação de modelos de produção já testados nos estados Unidos e em Israel. Importa ver aqui sob que condições se deu esse novo padrão de intervenção estatal, como isso resultou num novo padrão de acumulação e de que forma a agricultura irrigada promovida diretamente pela ação estatal se manifesta a nível da reorganização social e política do espaço produtivo do semi-árido.

Vimos que as mudanças verificadas na política de açudagem do governo federal no Nordeste ocorreram tanto em nível da finalidade dos programas específicos, como do público-alvo envolvido com as suas ações. A construção de barragens de porte cada vez maior e a perenização de rios visavam à modernização da agricultura em larga escala, na medida em que possibilitam a distribuição da água em grandes extensões de terra, além do abastecimento das pequenas e médias cidades das áreas beneficiadas. Em substituição à velha estratégia de pulverizar os sertões nordestinos com um número elevado de barragens de pequeno porte, tem início no final da década de 1960 uma nova estratégia de política de recursos hídricos, com a construção de um menor número de barragens, porém com capacidades de acumulação cada vez maiores e, com isso, resultando em maiores impactos nas suas áreas de influência imediata, especialmente sobre os contingentes humanos aí residentes, com o objetivo de difundir a irrigação como estratégia de modernização nos moldes de uma economia de escala. Assim, a capacidade de acumulação das barragens construídas pelo DNOCS no Nordeste, no período que vai de 1951 a 1988 já era seis vezes maior do que a das barragens construídas no período 1931-1950, atingindo um volume total de quase 13 bilhões de metros cúbicos.

Com o surgimento desse novo padrão de intervenção o programa de açudagem em cooperação, que financiava a construção de barragens de pequeno porte no interior dos latifúndios passa a sofrer uma série de restrições, até a sua completa extinção em meados da

---

<sup>32</sup> As primeiras experiências do DNOCS no âmbito da agricultura irrigada se iniciaram nos anos de 1930, nos municípios de Icó e Quixadá, no Ceará, e no de São Gonçalo, na Paraíba. Em Icó, foram iniciadas as obras de irrigação no açude Lima Campos em 1932 e, em 1939, estavam sendo irrigados ali apenas 250 hectares. Em Quixadá, em 1940, uma década após o início das obras de irrigação, apenas foram construídos canais para irrigar cerca de 500 hectares. Na Paraíba, no município de Sousa, no distrito de irrigação de São Gonçalo, a irrigação foi iniciada em 1932 em caráter experimental com apenas 120 hectares. Apenas a título de comparação, naquele mesmo período (anos 1930), em todos os Estados Unidos havia cerca de meio milhão de hectares irrigados.

década de 1970. Esse programa é substituído gradativamente pela construção de barragens de porte cada vez maior voltadas não só para a implantação de grandes projetos de irrigação como também para a implantação de extensas redes de adutoras voltadas para o abastecimento das cidades das áreas de influência dessas barragens e também para dar suporte à interiorização do processo de industrialização no período áureo da SUDENE. Buscava-se com isso, no discurso oficial, a contenção dos fluxos migratórios da região do Polígono das Secas para outras regiões do País. Porém, na década de 1970, as ações do DNOCS não lograram tal êxito, uma vez que a construção dos grandes reservatórios não se fez acompanhar de mudanças significativas na estrutura produtiva nem da organização social de modo que se criassem os meios necessários ao acesso da maioria da população economicamente ativa aos benefícios econômicos e sociais que uma grande barragem pode trazer. Não tendo acesso à água acumulada, os agricultores familiares, para não se submeterem aos esquemas de exploração do latifúndio, optavam pela busca de trabalho em outras regiões, notadamente na Região Sudeste.

Os dados relativos à população das áreas de atuação mais intensa do DNOCS confirmam tal afirmação. Nos municípios nordestinos onde foram concentradas as médias e principalmente as grandes barragens houve um crescimento bastante acelerado da população urbana, enquanto que a população rural ou ficou estagnada ou simplesmente diminuiu, inclusive em termos absolutos, enquanto se assistia a uma aceleração dos fluxos migratórios para fora da região. Com o surgimento dos grandes perímetros irrigados, que constituem espaços próprios de um novo padrão de intervenção do Estado na promoção de uma agricultura moderna, racionalizada e baseada na irrigação em larga escala, esse quadro passa por mudanças significativas. No entanto, tais mudanças, introduzidas pela tecnificação da agricultura não foram suficientes para reverter nem os fluxos migratórios nem tão pouco uma tendência à diminuição das desigualdades sociais.

#### **1.4.2 A natureza econômica e social das políticas de recursos hídricos**

Para entendermos como uma política pública de recursos hídricos possibilita a transformação de uma agricultura explorada em bases tradicionais é preciso que sua concepção se harmonize com os pressupostos de modernização. Assim, torna-se necessário elaborarmos uma definição mais precisa do que vem a ser tais políticas para, num segundo

momento, delinear os seus limites e as suas possibilidades como fator de mudança econômica e social.

A construção de grandes barragens tem sido, sem dúvida, a forma mais extremada que o homem encontra para superar os conflitos decorrentes do uso desse recurso que, na maioria das vezes, se apresenta escasso. Dada a sua natureza técnica, a construção de grandes barragens possui uma grande capacidade indutiva de transformar as estruturas produtivas das áreas onde se encontram economias organizadas em bases tradicionais, especialmente aquelas de base agrária. O impacto transformador dessas obras se revela também no âmbito das relações sociais de produção, modificando a estrutura de classes sociais prevalecentes. Por outro lado, o aparecimento de extensos lagos que se formam com a construção dessas barragens sempre implica em conflitos sociais devido à resistência das populações que residem nessas áreas em serem transferidas para outras áreas ou simplesmente não perderem suas terras. Exemplo disso são as inúmeras barragens que foram construídas no Nordeste Semi-árido para a expansão da agricultura irrigada.

Desde meados do século passado os impactos ambientais e sociais causados por grandes barragens foram enormes em várias partes do mundo, particularmente no Nordeste. Estima-se que quase um milhão de pessoas foram deslocadas pelas barragens públicas construídas no Nordeste. Os vultosos investimentos necessários à construção dessas obras e os impactos gerados por elas provocaram e continuam provocando conflitos socioambientais que contestam a localização e os impactos dessas construções sobre a sobrevivência e a cultura de um número bastante grande de comunidades rurais e de pequenos núcleos urbanos ao longo de várias décadas no Nordeste, tornando-se assim uma das questões mais controvertidas no âmbito das políticas de desenvolvimento regional levadas a cabo por sucessivos governos.

Em consequência disso é que a construção de grandes barragens tornou-se um tema extremamente polêmico, não só devido aos seus impactos físicos, como também ao fato de que estas obras estruturantes não garantem o acesso do conjunto da população aos benefícios que estas podem trazer. A esse respeito, o geógrafo pernambucano Manuel Corrêa de Andrade (1999) sempre foi um crítico ferrenho dessas obras no Nordeste, pois segundo ele a construção de barragens, ao priorizar o combate aos efeitos das secas concentrando a atenção no problema da falta de água, acabava por omitir problemas fundamentais da Região, como o do acesso à propriedade da terra pela imensa maioria dos agricultores devido à acentuada concentração fundiária. Essa perspectiva se manteve mesmo com a implantação da política de

construção de açudes pelo DNOCS, pois isso acabava na apropriação de recursos públicos pelos grandes proprietários. Mesmo com relação à política de construção de grandes barragens fora dos domínios dos latifúndios, o referido autor sempre se posicionou como um defensor de políticas hídricas alternativas (como cisternas, poços, pequenos açudes comunitários), alegando que estas grandes obras provocam diversos danos ambientais e sociais, como o deslocamento de grandes contingentes populacionais com a consequente perda de terras férteis nas áreas inundadas, a mudança de nível dos lençóis subterrâneos, os riscos de salinização e a perda de grande parte da água por evaporação.

Na contramão de Manuel Correia de Andrade temos outro grande estudioso da problemática das grandes barragens, o economista Otamar de Carvalho, o qual tem um posicionamento favorável à construção de grandes barragens como forma de dotar o Semi-Árido nordestino de uma infraestrutura hídrica que dê suporte ao seu desenvolvimento social e econômico. Para ele, o problema não está nessas obras, mas no modelo de desenvolvimento adotado pelas políticas públicas na área do Semi-árido nordestino. Mas este último autor também apresenta uma postura crítica com relação à política de grandes barragens implementada pelo DNOCS porque esta nunca fora implementada ou proposta para enfrentar o que ele considera as duas principais causas de atraso da Região: a estrutura agrária, caracterizada pela forte concentração da terra e a exploração máxima da força de trabalho do agricultor em benefício dos grandes latifundiários e a atuação do capital comercial, a forma mais conservadora de todos eles. Assim, ele propunha combinar uma política de recursos hídricos, seja estruturada na construção de grandes reservatórios ou na exploração dos poucos rios perenes da Região com uma de reforma agrária, visando a difusão da agricultura irrigada como o principal instrumento de promoção do progresso técnico no Semi-Árido, dentro do que ele chamou de modernização reformista, em contraposição à modernização conservadora. Como ocorreria esse progresso técnico? Segundo o autor,

(...) o progresso técnico é introduzido de forma a que os seus benefícios possam ser generalizados a todos os que se dedicam às atividades modernizadas, via captação de parte dos excedentes gerados pelo aumento da produtividade. A generalização desses benefícios pode ser levada a todos os agentes do processo, e em particular aos pequenos produtores, porque a modernização reformista não exclui a utilização de instrumentos como a reforma agrária e os que lhes são complementares (acesso efetivo ao crédito e aos serviços de pesquisa, extensão rural, comercialização e garantia de preços). A modernização nesse sentido é reformista porque exige e incentiva a participação de todos os agentes ligados à produção e à comercialização agrícola no processo de tomada de decisões (CARVALHO; 1988, p. 337).

No entanto, segundo o referido autor, para que a agricultura irrigada seja um processo eficaz que contribua de fato para a transformação econômica e social do Semi-Árido, esta devia ser feita mediante a execução de grandes projetos de irrigação pública, tal como o modelo inaugurado pelo DNOCS no Nordeste já na década de 1950 e incrementado na de 1970, com o assentamento de agricultores familiares em perímetros irrigados para o bom aproveitamento dos recursos hídricos, seja dos rios perenes, seja das grandes barragens construídas na Região. No entanto, o que tem se verificado, é que as grandes barragens têm servido cada vez mais para a expansão dos grandes projetos de irrigação dos grandes grupos capitalistas, em detrimento dos agricultores familiares.

As barragens para fins não hidrelétricos construídas pelo DNOCS desde o início do século XX podem ser consideradas como o embrião das grandes e modernas usinas hidroelétricas (UHE) que surgiram na década dos anos 1950<sup>33</sup>. Esse tipo de barragens costuma ter impactos negativos bem mais acentuados devido ao fato de que os seus reservatórios costumam ser bem maiores do que as barragens para fins não hidroelétricos<sup>34</sup>. Mas os efeitos deletérios sobre os ecossistemas, o deslocamento e o empobrecimento das populações deslocadas compulsoriamente, a dizimação de recursos pesqueiros importantes e a divisão desigual de custos e benefícios dessas obras só despertaram a resistência de setores da sociedade contrários à sua construção a partir da década de 1960, revelando o reduzido grau de organização e mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais no campo até então. Como veremos nos capítulos 3 e 4, o principal argumento desses movimentos de resistência às grandes barragens que vêm sendo apresentado desde aquela época é o de que essas obras não têm servido como instrumento de inclusão social de grande parte da

---

<sup>33</sup> A idéia de se instalar usinas hidrelétricas no Nordeste era muito antiga e começou pelo aproveitamento das quedas de água do Rio Francisco. Em 1859, D. Pedro II visitou a cachoeira de Paulo Afonso. Impressionado com o que viu, ele determinou a realização de estudos sobre o potencial de geração de energia da cachoeira. Mas coube ao industrial Delmiro Gouveia a construção da primeira unidade de geração de eletricidade em Paulo Afonso: a pequena Usina Angiquinho. Ela foi criada em 1913, com o objetivo de alimentar a famosa Fábrica da Pedra, uma indústria têxtil criada por Delmiro em Alagoas, bem como de prover de iluminação pública a vila operária por ele instalada na localidade de Pedras, Alagoas, 24 km distante da Usina. Delmiro Gouveia adquirira os equipamentos na Europa e o projeto e montagem da usina coube a engenheiros estrangeiros. Mas a inauguração da Usina de Paulo Afonso só ocorreu em 15 de janeiro de 1955, pelo então Presidente da República, João Café Filho. A sua construção deu-se principalmente durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que havia criado a Companhia Hidroelétrica do São Francisco dez anos antes e representou uma verdadeira revolução na infra-estrutura do Nordeste. Assim, caberia ao DNOCS a construção de barragens para fins não hidroelétricos e à Chesf aquelas destinadas à implantação de UHE's.

<sup>34</sup> Isso, no entanto, não significa que os impactos da construção de uma UHE sejam necessariamente maiores do que os de uma barragem comum, pois várias dessas barragens possuem reservatórios bem maiores do que muitas hidrelétricas. É o caso da barragem do Castanhão, que barra o rio Jaguaribe, no Ceará, cuja capacidade de acumulação é de cerca de 6,75 bilhões de m<sup>3</sup>, superior à capacidade dos reservatórios de cerca de 55% das barragens hidroelétricas do Brasil.

população, especialmente das comunidades rurais, na repartição dos benefícios decorrentes de sua construção.

É isso que explica porque a inclusão dos segmentos mais empobrecidos da população rural do Nordeste Semi-árido nos benefícios da construção dessas barragens ao longo da história não se materializou. Assim, falando ainda no caso do Nordeste Semi-árido, tal processo de inclusão social encontrou resistências não só no reduzido grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, como também na recusa de muitos governos e das classes rurais dominantes de incorporar grandes contingentes de agricultores aos seus benefícios decorrentes das políticas de recursos hídricos. Daí a reduzida participação relativa da agricultura irrigada do Semi-Árido no total da área irrigada no Brasil como um todo<sup>35</sup>. Deve-se destacar, no entanto, que as características edafoclimáticas dessa região também contribuem para limitar tal processo de inclusão.

#### **1.4.3 Grandes barragens, diferenciação social e acumulação de capital**

A intenção de irrigar as terras do Nordeste Semi-árido através da utilização das águas de grandes barragens através da incorporação das populações ali residentes antecede a criação da IOCS, no início do século XX. Seu principal defensor foi Eloy de Sousa, que em 1909, quando deputado federal pelo Rio Grande do Norte, apresentou à Câmara Federal um projeto para incentivar a irrigação pública no Nordeste em áreas próximas a barragens que deveriam ser construídas com este fim. Essa propositura do referido deputado causou um grande impacto nos meios políticos e científicos da época, e se materializou quase dez anos após a sua apresentação, durante o governo de Epitácio Pessoa, em 1919<sup>36</sup>. Tratava-se de um projeto pioneiro e inovador para a época. O geólogo norte-americano Gerald. A. Waring<sup>37</sup>, em carta dirigida a Arrojado Lisboa, então Inspetor da IOCS, fez o seguinte comentário a respeito do citado projeto de lei:

“(…) Examinei cada artigo da lei proposta. Algumas disposições são diferentes das contidas na lei da “Reclamation Service” dos Estados Unidos, mas tanto quanto me permite julgar o conhecimento que tenho das condições do Brasil, os detalhes do projeto

---

<sup>35</sup> Apenas para termos uma idéia a esse respeito, de acordo com dados dos Censos Agropecuários do IBGE, o Nordeste possuía, em 1970, 116 mil hectares irrigados, para um total de 796 mil hectares no Brasil. Em 1985 essas áreas se elevaram para 163 mil e 1,09 milhão, respectivamente, o que mostra uma queda no percentual de participação relativa da área irrigada do Nordeste em relação ao Brasil.

<sup>36</sup> A esse respeito, ver: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. Op. Cit. Na nota nº 4, PP. 42-53.

<sup>37</sup> Sobre esse assunto, consulte-se: LISBOA, Arrojado. Memórias das Secas. Fortaleza, DNOCS, 1953.

me parecem conducentes ao desenvolvimento adequado às regiões a serem irrigadas. No seu conjunto, creio que este projeto oferece a única solução do problema das secas”.

A questão da irrigação no Nordeste se confundia com a da construção das grandes barragens e não era concebida enquanto estratégia de modernização agrícola, visto que se limitava à simples preocupação com as estiagens, e não com a transformação da estrutura agrária vigente, seja nos seus aspectos econômicos, seja nos sociais. Assim, até a desarticulação do controle político do DNOCS pela oligarquia algodoeira-pecuarista, a intervenção governamental na agricultura do Semi-árido em quase nada contribuiu para mudar a sua estrutura produtiva. As ações do DNOCS se limitavam à construção de barragens públicas e privadas, cingindo-se os seus benefícios em favor dos grandes proprietários de terras. Esse esquema de poder vai ser desarticulado pela ação estatal derivada do fortalecimento do poder central e da integração do Nordeste ao espaço econômico nacional pela via da industrialização que possibilitou mudanças significativas nas atividades até então desenvolvidas pelo DNOCS. Foram criadas, assim, as condições para a expansão da agricultura irrigada, da introdução da pesca de águas continentais em larga escala e o abastecimento urbano, promovendo a modernização das unidades de produção capitalistas no campo em que a construção de grandes barragens se reveste de um novo sentido: possibilitar a expansão da economia urbano-industrial.

O instrumento de ação estatal nessa nova fase de acumulação da economia do Semi-árido é o perímetro irrigado, para onde o poder público propôs deslocar parte das famílias de agricultores desalojadas com a construção das grandes barragens, tornando-as famílias de empresários rurais ligados à produção. Nesses perímetros, espécie de oasis que se integraram a uma nova fase de acumulação capitalista no Nordeste foram mobilizados recursos da engenharia e da gestão de recursos hídricos com o propósito de utilizar de forma racional a água acumulada nos grandes reservatórios com a irrigação de suas áreas de jusante. Esse sistema produtivo difere daquele que configura a paisagem da agricultura tradicional do Nordeste “seco” característico da fase anterior à integração do Nordeste ao mercado nacional, seja do ponto de vista das relações de produção que aí se processam, seja de sua base técnica-organizacional.

O processo de implantação da infraestrutura de irrigação dos perímetros irrigados se iniciava invariavelmente após a construção dos grandes reservatórios de água e tinha início com a desapropriação das terras irrigáveis, situadas em áreas próximas. São verdadeiros oasis



no Sertão nordestino que se tornam o eixo central de uma nova estratégia de intervenção estatal: a modernização que cria as condições para um processo de acumulação segundo padrões tipicamente capitalistas. Esse processo de acumulação se nutre, no entanto, ainda das ações governamentais, estabelecendo-se assim elementos diferenciadores na análise de parâmetros de eficiência vis-à-vis da irrigação privada.

Mas o perímetro irrigado, mesmo quando se trata de irrigação pública, constitui um espaço de excelência de atuação do capital industrial, enquanto o capital comercial fica reduzido a uma função complementar, mas não menos importante, como forma de viabilizar a apropriação crescente dos excedentes gerados. Promovendo a agricultura irrigada em áreas onde, durante várias décadas, o poder público só havia acumulado água, a intervenção estatal teria meios de fazer dos agricultores deslocados compulsoriamente da área inundada por uma barragem produtores modernos e ao mesmo tempo dissiparia todo e qualquer movimento de resistência contra a transferência dessas populações, na medida em que o reassentamento dessas famílias nesses perímetros funcionaria como uma compensação à perda de suas terras para o lago da barragem, ao mesmo tempo em que se introduzia uma agricultura tipicamente capitalista onde havia uma agricultura tipicamente camponesa.

Com efeito, o que melhor caracteriza essa fase da intervenção estatal via DNOCS, são as suas ações modernizadoras sem que houvesse mudanças ao nível da estrutura fundiária numa dimensão espacial mais ampla. Isso porque a implantação de um perímetro irrigado se limita a uma reestruturação da malha fundiária num espaço geográfico muito restrito, onde antes era praticada uma agricultura tradicional, como forma de compatibilizar o espaço produtivo aos requerimentos técnicos da irrigação. E isso, via de regra, se dá mediante a desapropriação das terras irrigáveis na jusante das grandes barragens e sua posterior distribuição com parte da população local, sem, no entanto, alterar a estrutura fundiária da região em que o perímetro irrigado está inserido.

As mudanças que daí resultam se manifestam, em um primeiro momento, numa diferenciação social dos agentes sociais da produção a partir da ação modernizadora estatal em que surgem pelas mãos do Estado mudanças nas relações sociais de produção entre o colono, ex-camponês transformado em comprador de força de trabalho (quando a força de trabalho familiar não é suficiente), mas também em uma estranha relação de subordinação do colono em relação aos agentes do poder público, ou seja, à tecnoburocracia do DNOCS. Nesse processo, a formação social tradicional do Nordeste algodoeiro-pecuarista sofre uma

ruptura localizada de sua organização social com o aparecimento de uma classe média rural ligada ao setor produtivo, e não só às atividades governamentais. Essa classe forma-se a partir dos agricultores que têm acesso à terra (ou seja, aos lotes irrigados), enquanto os excluídos, que são a maior parte da população desalojada, vão compor a classe dos assalariados.

A redistribuição de terras se dá, entretanto, sem que isso desestabilize o sistema e a relativa estabilidade social local, já que a estratégia de intervenção estatal modernizante se dá de um modo em que isso não altere a estrutura agrária como um todo. Assim, desapropriando áreas compostas em sua grande maioria por minifúndios densamente povoados, esta ação modernizadora estatal revela-se, de imediato, excludente, já que a quantidade de agricultores beneficiados pela irrigação (colonos) é bem inferior àquela que até então explorava aquelas terras com a agricultura tradicional. Logo, a irrigação praticada nesses termos acaba por “expropriar”<sup>38</sup> um grande número de pequenos agricultores e alguns poucos grandes proprietários para repassar a terra para outros, em menor número. Consequentemente, o assentamento das famílias beneficiárias no perímetro irrigado se dá de forma conflituosa, já que a ocupação da nova área pelos “escolhidos” se dá contra a vontade dos excluídos, o que não raro ocorre sob intervenção policial, porém sem resultar numa ruptura da estrutura social vigente.

Os “novos agricultores”, os colonos, tornam-se não apenas uma classe média rural que surge, mas também agentes sociais que vão legitimar não só a construção da barragem, como também todos os benefícios daí decorrentes, como condição da modernização patrocinada pelo Estado. Instala-se assim um processo de legitimação recíproca de diferenciação social: os colonos exploram uma agricultura tecnicamente estável e desfrutam de uma série de benefícios oferecidos pelo Estado, enquanto incorporam padrões de comportamento que lhes são impostos como condição necessária à sua aceitação como os escolhidos entre os deserdados da barragem. Trata-se, pois, de uma relação de subordinação dos agricultores (colonos) ao aparato técnico-burocrático do Estado que é ao mesmo tempo autoritária e paternalista. Assim Burzstyn descreveu essa realidade ao estudar duas barragens na Paraíba:

“(…) a grande transformação na estrutura social local é, sem dúvida, a aparição do colono, um novo agente até então inexistente. Na organização “arcaica” da sociedade rural do Sertão não havia lugar para uma classe média ligada à produção. O quadro

---

<sup>38</sup> O tema da expropriação dos agricultores familiares pelo Estado é tratado com bastante detalhe nos capítulos 3 e 4, quando analisamos o processo pelo qual o poder público, através desse instrumento jurídico, possibilita a construção das grandes barragens utilizando o mesmo como uma compensação e ao mesmo tempo uma estratégia de dissipação das resistências que possam surgir nesse processo.

histórico, no qual a estrutura social podia ser resumida pelo binômio latifúndio-minifúndio, tinha a sua existência assegurada pela ação conservadora do Estado. Hoje, é o próprio Estado quem patrocina o remanejamento desse quadro, que se torna cada vez mais complexo para responder aos imperativos do desenvolvimento das forças produtivas. Da mesma forma como o Estado desempenhou um papel decisivo para a emergência dos “Koulaks” na Rússia, ou dos “Yunkers” na Prússia, no final do século XIX, o Estado brasileiro assume a paternidade dos colonos (...). É possível imaginar, portanto, que, mais além do paternalismo do Estado em relação aos novos agentes sociais, passam a ser encontrados vestígios de uma busca de novos mecanismos de legitimação.” (BURZSTYN, 1985:92-93)

A relação dos colonos com o DNOCS revela-se profundamente contraditória, pois ela é, ao mesmo tempo, uma relação de subordinação e de cobrança como compensação de um desalojado por uma barragem que se torna um agente do processo de produção capitalista. Assim, eles não são proprietários de seu principal meio de produção – o lote irrigado - mas são eles mesmos que comandam o processo produtivo, comprando os insumos e os instrumentos de trabalho necessários. Nesse sentido, as relações de produção são mascaradas pela relação colono-DNOCS, já que esse parece ser, ao mesmo tempo, patrão e empregado: é patrão dos que para ele trabalham e é empregado no sentido de que a parcela irrigada não lhe pertence, pois é propriedade do DNOCS. Tanto que os colonos devem assinar um contrato com aquela instituição governamental, renovável a cada ano, onde aqueles se comprometem a seguir “religiosamente” as orientações do governo.

Outros agentes sociais da produção que aparecem no bojo desse processo de modernização promovido pelo DNOCS são os assalariados, originários das mesmas comunidades que os colonos e que, em número bastante superior a estes, trabalham em regime quase sempre temporário como diaristas, uma espécie de bóias-frias locais. São trabalhadores rurais e pequenos proprietários que residiam nas áreas desapropriadas, tanto naquelas onde é construída a barragem como naquela onde é implantado o perímetro irrigado, além dos que já residiam nas áreas circunvizinhas. Some-se a esses aqueles que imigraram de outras localidades (cidades, pequenos distritos rurais ou outros municípios da região) atraídos pelas oportunidades de emprego geradas pelos negócios que surgem da construção da barragem (a construção da barragem em si já era um fator de atração dos trabalhadores rurais em busca de emprego temporário) ou mesmo como forma de atenuarem os efeitos das estiagens sobre o nível de empobrecimento de suas famílias. Esse processo de diferenciação social vai resultar no surgimento, de um lado, de um grupo de agricultores familiares privilegiados, os escolhidos do Estado e, de outro, os excluídos do reassentamento do

perímetro irrigado, que vão compor um estoque de mão-de-obra para os colonos, muitos deles de mesma origem social.

Outro pressuposto básico da implantação de um perímetro irrigado é a sua função enquanto parte de um processo mais amplo de modernização capitalista no campo. Isso pressupõe, pois, o redirecionamento da estrutura produtiva tipicamente camponesa para a produção de mercadorias, ou seja, a sua subordinação às leis do mercado. O que caracteriza as transformações ocorridas nesses novos espaços produtivos é a estreita relação que se estabelece entre a ação estatal e o grande capital, notadamente o da indústria agroalimentar, que chega até mesmo a financiar diretamente a produção. Trata-se de uma estratégia da indústria agroalimentar de subordinar a produção à indústria. Assim Bursztyn se reporta a essa questão, referindo-se ao Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), na Paraíba:

“As relações entre o “perímetro” e a empresa PEIXE se caracterizam por uma situação em que os colonos aparecem como uma espécie de assalariados privilegiados do Estado. Este último tem o papel de um sócio filantropo do capital privado que é, em última instância, o grande beneficiário do projeto. Uma parte dos subsídios do Estado é retida pelos colonos, mas a maior fatia é transferida à indústria, sob a forma de matérias-primas subsidiadas. Em 1979, quando a PEIXE havia contratado a compra do tomate do “perímetro” de Sumé por 2,5, cruzeiros o quilo, os pequenos comerciantes locais pagavam 10 cruzeiros e o produto chegava ao consumidor final a mais de 25 cruzeiros.” (BURZSTYN; 1998, p. 36)

Até o final dos anos de 1950 a política de recursos hídricos do governo federal no Nordeste se concentrava em áreas fora da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, mais conhecido como o miolão do semi-árido. Àquela época, a prioridade conferia primazia à acumulação de águas nessa área, o que resultou nos programas de açudagem do DNOCS. Todavia, dado o considerável volume de água existente em outras bacias, sobretudo nos rios de grandes dimensões, como o São Francisco, começa a haver um redirecionamento geográfico no processo de intervenção estatal sem que isso resultasse no fim dos programas de construção de grandes barragens. Foi assim que surgiu a Comissão do Vale do São Francisco para a realização de estudos de seus recursos naturais visando a uma expansão em maior escala da agricultura irrigada, desta feita sob o comando de grandes empresas. A referida comissão foi criada em 1948, mas só começou a atuar em meados da década de 1950 e foi substituída vinte anos depois pela SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco, que logo daria lugar à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a CODEVASF.

Vários fatores contribuíram para a criação dessas instituições estatais. Entre outros, pode-se citar como principal a urgência no delineamento de uma nova estratégia de intervenção estatal que conciliasse a utilização do enorme potencial hídrico do vale do São Francisco na expansão das atividades agrícolas com o novo padrão de acumulação em curso derivado da modernização intensiva da base produtiva. Também intercomunica-se com as origens da CODEVASF a expansão da agricultura irrigada nas regiões semi-áridas de outros países, a exemplo de Israel e do vale do Tennessee, nos Estados Unidos. Assim, a CODEVASF, criada em fins da década de 1950 tinha como meta principal fomentar a expansão da agricultura irrigada em larga escala e em estreita articulação com os esforços de promoção das atividades industriais no Nordeste.

Paralelamente à criação da CODEVASF surge a Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco – CHESF, com o objetivo de viabilizar a construção de barragens para geração de energia hidrelétrica no principal rio nordestino, como estratégia de apoio a um futuro processo de industrialização do Nordeste. Portanto, nessa fase, a ação modernizadora do Estado não mais se encontrava condicionada pela estrutura de poder local nem se limitava aos programas de ajuda, mas como instrumento da expansão da indústria na referida região.

Essa nova estratégia de intervenção estatal é um elemento que integra uma série de ações articuladas de intervenção governamental que resultaram em expressivos investimentos em obras de infra-estrutura, de modo a dar suporte ao novo processo de acumulação, como a construção de várias usinas hidrelétricas no vale do rio São Francisco, cujos lagos formados a partir do barramento do seu curso geraram impactos bem mais expressivos sobre o meio ambiente e a organização social e econômica local, se comparados com as barragens construídas pelo DNOCS. Estava aí encerrada a fase de intervenção estatal em que o DNOCS atuava diretamente na esfera da produção, atuando desde a implantação de perímetros irrigados, passando pela administração de sua infra-estrutura produtiva até a comercialização da produção. A nova fase, que se estende até hoje, fundamenta-se em uma atuação do DNOCS restrita à mobilização de recursos hídricos e, mesmo assim, na condição de coadjuvante, já que a construção de barragens (para fins não hidrelétricos) passou a ser de responsabilidade dos governos estaduais no Nordeste.

## **CAPÍTULO 2**

### **CONHECENDO OS ESPAÇOS DA PESQUISA**

#### **2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS**

O Estado da Paraíba é dividido em oito bacias hidrográficas, como mostra a Figura 1, as quais são definidas de acordo com suas características edafoclimáticas, de seu potencial hídrico e de conformação de seu relevo. Estas servirão de referência geográfica para caracterizarmos os dois territórios onde se encontram localizadas as barragens objeto da nossa pesquisa: a de Santa Lúcia, mais conhecida como barragem Araçagi, localizada na bacia hidrográfica do rio Mamanguape, e a de Acauã, que barra o curso do Médio Paraíba.

A maior dessas bacias é a do Rio Piranhas, que se subdivide em seis sub-bacias: Piancó, Alto Piranhas, Rio do Peixe, Médio Piranhas, Espinharas e Seridó. Estas representam, juntas, 46% de todo o território paraibano, com 26.164 Km<sup>2</sup>. Isso mostra uma distribuição espacial bastante diferenciada tomando-se o critério de bacia hidrográfica, uma vez que a menor delas, a do Rio Miriri, ocupa apenas 0,3% do território da Paraíba. Como mostra a Tabela 2.1, há variações significativas de tamanho entre essas unidades hidrográficas. Assim, enquanto a do Rio Camaratuba, no litoral do Estado ocupa apenas 0,9% da área das oito bacias, as do Rio Piranhas e do Rio Paraíba representam 46% e 36,7% da área total, respectivamente. Isso ocorre devido, basicamente, à grande diferenciação que essas bacias apresentam no que diz respeito às suas características naturais e à sua distribuição espacial desigual no semi-árido da Paraíba.

A barragem de Acauã, construída na bacia do Rio Paraíba, a qual cobre 36,7% do território paraibano, está localizada na sub-bacia do Médio Paraíba. A mesma possui uma capacidade de acumulação de 264,5 milhões de m<sup>3</sup> e seu lago inundou terras pertencentes e três municípios do Microrregião Homogênea do Cariri Paraibano: Aroeiras, Itatuba e Natuba. Na Bacia Hidrográfica do Mamanguape, que cobre 7,5% da área total do estado, se encontra a barragem de Araçagi, cujo lago inundou terras dos municípios de Araçagi e Itapororoca, como mostra a Figura 2.

**FIGURA 1**  
**Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba e do Mamanguape em relação ao Estado da Paraíba**

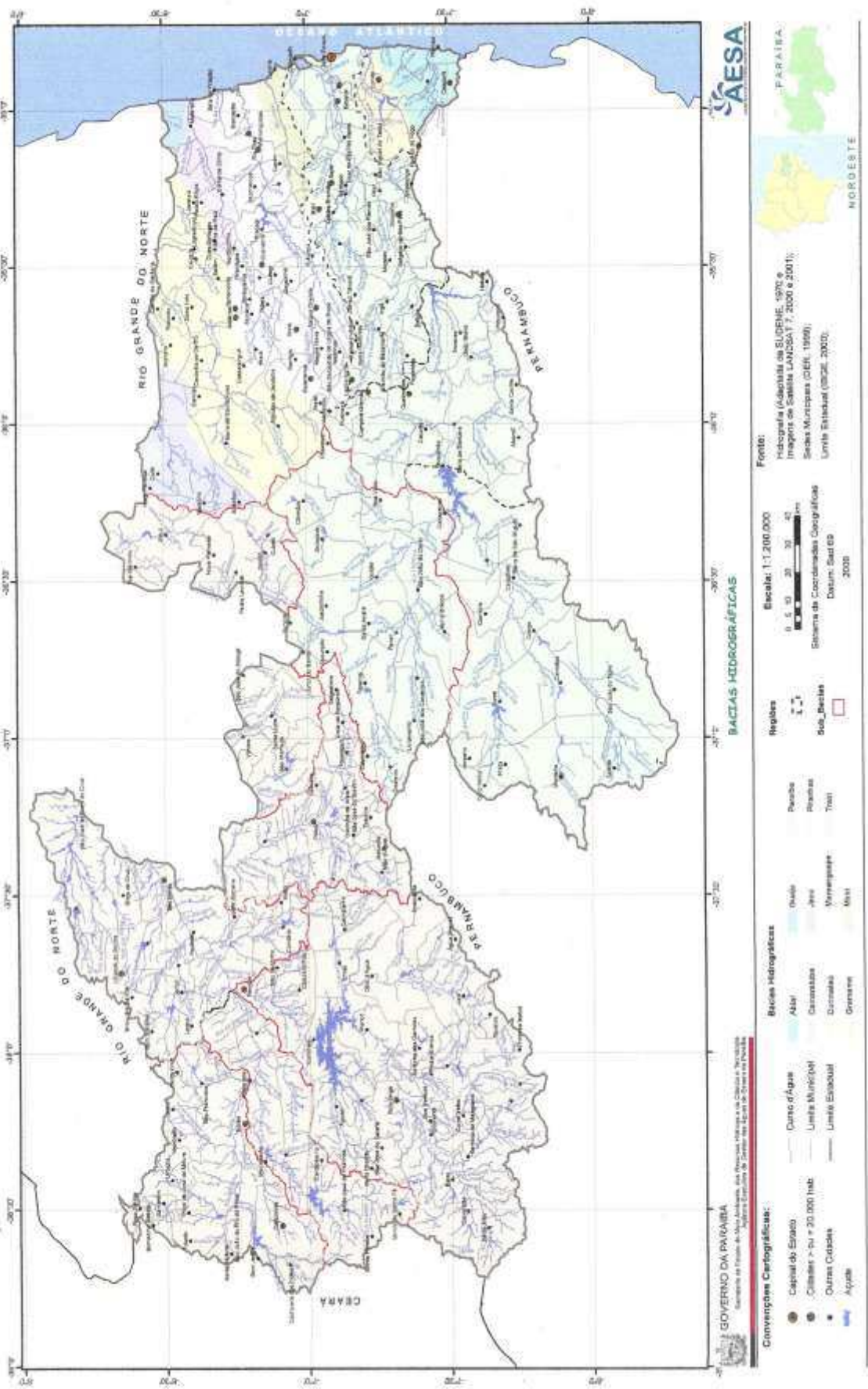


TABELA 2.1  
 Área Geográfica das Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba  
 e Mamanguape no Âmbito do Estado da Paraíba

Bacias hidrográficas	Área das Bacias		
	Área (km <sup>2</sup> )	Participação relativa (%)	
		Na sub-bacia	No Estado
1. Bacia do Rio Piranhas	26.164,0	100,0	46,0
1.1. Sub-bacia do Piancó	9.818,3	37,5	17,3
1.2. Sub-bacia do Alto Piranhas	1.982,8	7,6	3,5
1.3. Sub-bacia do Rio do Peixe	3.760,3	14,4	6,6
1.4. Sub-bacia do Médio Piranhas	3.994,3	15,3	7,0
1.5. Sub-bacia do Espinharas	3.175,3	12,1	5,6
1.6. Sub-bacia do Seridó	3.433,0	13,1	6,0
2. Bacia do Rio Paraíba	20.846,2	100,0	36,7
2.1. Sub-bacia do Alto Paraíba	5.959,3	28,5	10,5
2.2. Sub-bacia do Médio Paraíba	4.723,2	22,7	8,3
2.3. Sub-bacia do Baixo Paraíba	3.164,5	15,2	5,6
2.4. Sub-bacia do Taperoá	6.999,2	33,6	12,3
3. Bacia do Rio Curimataú	2.886,3	100,0	5,1
4. Bacia do Rio Jacu	825,5	100,0	1,6
5. Bacia do Rio Camaratuba	485,0	100,0	0,9
6. Bacia do Rio Mamanguape	4.254,3	100,0	7,5
7. Bacia do Rio Miriri	192,7	100,0	0,3
8. Bacia do Rio Gramame	1.025,9	100,0	1,9
<b>Total</b>	<b>56.679,9</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IDEME – Anuário Estatístico da Paraíba – 1997.

Tomando-se a estrutura demográfica da Paraíba como ponto de referência das bacias onde estão localizadas as barragens pesquisadas, observa-se que a distribuição da sua população é igualmente irregular, se levarmos em conta que as maiores concentrações populacionais tendem a se localizar nas áreas mais próximas e na Microrregião Homogênea da Mata Paraibana. Embora isso ocorra principalmente devido aos intensos fluxos migratórios verificados no curso das últimas três ou quatro décadas, ocorre também pela maior concentração dos recursos hídricos nos territórios mais próximos ao litoral, onde se verifica a existência de condições climáticas mais favoráveis à exploração de atividades agropecuárias e de atividades urbano-industriais, se comparado com os municípios localizados na faixa semi-árida do estado.

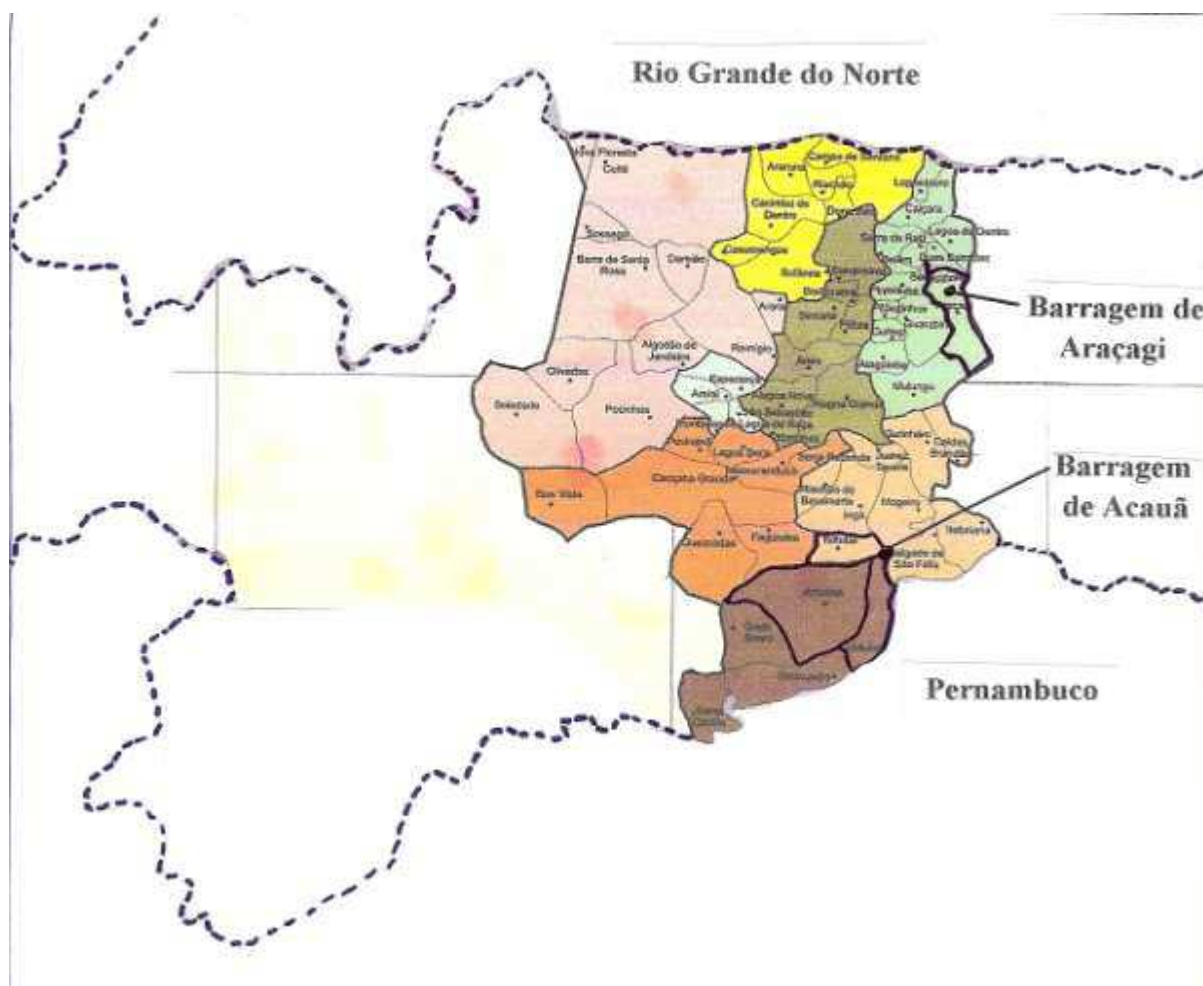
Como mostra a Tabela 2.2, no ano de 2008, quase metade da população paraibana (48,2%) se concentrava na Sub-bacia do Baixo Paraíba e nas bacias do Jacu, Camaratuba, Mamanguape, Miriri e Gramame, todas localizadas próximas ao litoral ou no próprio litoral.



No outro extremo está a Bacia do Rio Piranhas que, a despeito de abranger quase metade do território da Paraíba, abrigava apenas a quarta parte de sua população total naquele ano.

Essa concentração espacial da população da Paraíba também ocorre por influência da concentração de seus mananciais, sejam eles naturais ou construídos pelo homem, o que é uma regra geral de sobrevivência das comunidades humanas desde os tempos mais remotos. Mas a acumulação de água em mananciais artificiais (grandes barragens) na região semi-árida aumentou consideravelmente nas últimas cinco ou seis décadas, mas isso não contribuiu significativamente para o arrefecimento dos fluxos migratórios no sentido Sertão – Litoral.

**FIGURA 2**  
**Localização Geográfica das Barragens de Araçagi e Acauã**



**Fonte:** PARAÍBA: *Atlas escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa: GRAFSET, 3ª edição, 2002.

Assim, se considerarmos apenas as barragens públicas de médio e grande portes, como mostrado na Tabela 2.3, veremos que elas formavam até 2006 uma rede de 132 barragens entre estaduais e federais, as quais acumulavam juntas aproximadamente 3,7 bilhões de metros cúbicos.

TABELA 2.2

População das Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba e Mamanguape no Âmbito do Estado da Paraíba - 2008

Bacias hidrográficas	Área		População (Em 2008)	
	Km <sup>2</sup>	%	Habitantes	%
<b>1. Bacia do Piranhas</b>	<b>26.164,0</b>	<b>46,0</b>	<b>912.853</b>	<b>25,1</b>
1.1.Sub-bacia do Piancó	9.818,3	17,3	277.015	7,6
1.2.Sub-bacia do Alto Piranhas	1.982,8	3,5	53.951	1,5
1.3.Sub-bacia do Rio do Peixe	3.760,3	6,6	215.762	5,9
1.4.Sub-bacia do Médio Piranhas	3.994,3	7,0	133.614	3,7
1.5.Sub-bacia do Espinharas	3.175,3	5,6	151.639	4,2
1.6.Sub-bacia do Seridó	3.433,0	6,0	80.872	2,2
<b>2. Bacia do Rio Paraíba</b>	<b>20.846,2</b>	<b>36,7</b>	<b>1.968.882</b>	<b>54,1</b>
2.1.Sub-bacia do Alto Paraíba	5.959,3	10,5	88.736	2,4
2.2.Sub-bacia do Médio Paraíba	4.723,2	8,3	601.287	16,5
2.3.Sub-bacia do Baixo Paraíba	3.164,5	5,6	1.142.948	31,5
2.4.Sub-bacia do Taperoá	6.999,2	12,3	135.911	3,7
<b>3.Bacia do Rio Curimataú</b>	<b>2.886,3</b>	<b>5,1</b>	<b>112.178</b>	<b>3,1</b>
<b>4.Bacia do Rio Jacu</b>	<b>825,5</b>	<b>1,6</b>	<b>33.194</b>	<b>0,9</b>
<b>5.Bacia do Rio Camaratuba</b>	<b>485,0</b>	<b>0,9</b>	<b>42.092</b>	<b>1,2</b>
<b>6.Bacia do Rio Mamanguape</b>	<b>4.254,3</b>	<b>7,5</b>	<b>452.134</b>	<b>12,4</b>
<b>7.Bacia do Rio Miriri</b>	<b>192,7</b>	<b>0,3</b>	<b>16.150</b>	<b>0,4</b>
<b>8.Bacia do Rio Gramame</b>	<b>1.025,9</b>	<b>1,9</b>	<b>99.915</b>	<b>2,8</b>
<b>Total</b>	<b>56.679,9</b>	<b>100,0</b>	<b>3.637.398</b>	<b>100,0</b>

FONTES: IDEME e IBGE – Censo Demográfico da Paraíba - 2008.

Analisando-se a distribuição dessas barragens e seus respectivos volumes de água, observa-se que estas se concentram na bacia do Rio Piranhas, onde se concentraram historicamente as ações do DNOCS desde as primeiras décadas do século passado. Nesta se destaca o Complexo Hídrico Coremas-Mãe D'Água, o maior reservatório da Paraíba, com capacidade para acumular 1,36 bilhão de metros cúbicos, ou seja, quase 35% de todo o volume de água acumulado nas barragens públicas na Paraíba. Na referida bacia está localizada mais da metade das barragens públicas (52,2%), o que representa 67% do total do volume de

água acumulado. Assim, quanto mais próximo das regiões litorâneas, infensas ao clima semi-árido, menos barragens de grande porte se encontra, pois neste último caso essas são construídas para barrar o curso de rios perenes com fins de abastecimento dos médios e grandes centros urbanos. Assim, a pequena ocorrência de grandes barragens nos territórios próximos ao litoral se dá devido ao fato de que aí as chuvas ocorrem com certa regularidade e em volume adequado às exigências da população e da economia local, de base mais industrial. Já nas regiões semi-áridas, há uma tendência de se concentrar um maior número de barragens e com capacidades de acumulação bem maiores, devido à necessidade de regularização dos cursos dos rios de regime hidrológico temporário para fins de abastecimento humano e para a sustentação das atividades agropecuárias.

TABELA 2.3  
Distribuição das Barragens Públicas do  
Estado da Paraíba segundo as Bacias Hidrográficas - 2006

Bacias Hidrográficas	Barragens		Capacidade de acumulação	
	Nº	%	m <sup>3</sup>	%
1. Bacia do Rio Piranhas	69	52,2	2.609.151.341	67,0
1.1. Sub-bacia do Piancó	28	21,2	1.850.661.681	47,5
1.2. Sub-bacia do Alto Piranhas	05	3,8	23.296.481	0,6
1.3. Sub-bacia do Rio do Peixe	10	7,6	401.345.415	10,3
1.4. Sub-bacia do Médio Piranhas	07	5,3	164.393.361	4,2
1.5. Sub-bacia do Espinharas	07	5,3	107.612.712	2,8
1.6. Sub-bacia do Seridó	12	9,0	61.841.691	1,6
2. Bacia do Rio Paraíba	45	34,1	1.101.543.870	28,3
2.1. Sub-bacia do Alto Paraíba	15	11,4	265.591.667	6,8
2.2. Sub-bacia do Médio Paraíba	10	7,6	700.168.235	18,0
2.3. Sub-bacia do Baixo Paraíba	04	3,0	16.421.477	0,4
2.4. Sub-bacia do Taperoá	16	12,1	119.362.491	3,1
3. Bacia do Rio Curimataú	04	3,0	24.212.496	0,6
4. Bacia do Rio Jacu	01	0,8	12.367.300	0,3
5. Bacia do Rio Camaratuba	03	2,3	1.925.883	0,1
6. Bacia do Rio Mamanguape	09	6,8	86.092.456	2,2
7. Bacia do Rio Miriri	-	-	-	-
8. Bacia do Rio Gramame	01	0,8	56.937.000	1,5
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100,0</b>	<b>3.892.230.346</b>	<b>100,0</b>

FONTE: SEMARH - Secretaria Especial de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – 2005.

Do ponto de vista da acumulação de água em grandes barragens na Paraíba, a segunda mais importante bacia hidrográfica é a que leva o nome do Estado, a bacia do Rio Paraíba, que é dividida em quatro sub-bacias: Alto Paraíba, Médio Paraíba, Baixo Paraíba e a sub-

bacia do rio Taperoá. Nessa bacia estão localizadas cerca de 34% das barragens públicas do Estado, o que representa 28,3% do total do volume acumulado. Aí se destacam as barragens Epitácio Pessoa, no município de Boqueirão, com capacidade de acumulação de 411,7 milhões de metros cúbicos e a de Acauã. A primeira delas representa, ao lado do Complexo Hídrico Coremas - Mãe D'água, o segundo maior produtor de pescado de águas continentais da Paraíba. A terceira maior concentração de barragens fica na bacia do Rio Mamanguape, com um total de nove barragens, representando cerca de 2,2% do volume total acumulado.

Por outro lado, se fizermos uma comparação entre a distribuição de água acumulada em grandes barragens e a distribuição da população nessas bacias, veremos que há uma relação inversa entre essas duas variáveis, uma vez que há bacias que possuem um elevado percentual de participação no volume total de água acumulada e uma reduzida participação relativa da sua população no conjunto da população paraibana. Assim, tomando-se como exemplo a bacia do Rio Piranhas, a partir dos dados da Tabela 2.4, vê-se que esta possui 67% de toda a água acumulada, mas abriga apenas um quarto do total da população paraibana. No outro extremo, temos as bacias localizadas próximo às Microrregiões Homogêneas da Zona da Mata e do Litoral (Baixo Paraíba, Jacu, Camaratuba, Mamanguape, Miriri e Gramame) que juntas abrigam quase metade da população paraibana (48%), mas que representam juntas apenas 4,5% do total de água acumulada em barragens públicas.

Essa baixa concentração populacional, de um lado, e uma alta concentração de acumulação de água em barragens públicas, de outro tem uma explicação óbvia: a construção de barragens em regiões semi-áridas em qualquer parte do mundo exige que essas possuam lagos ou represas de grandes dimensões para compensar a extrema irregularidade do seu regime pluviométrico e do ciclo hidrológico, ao passo que em regiões de regime pluviométrico estável não há a necessidade de construção de grandes reservatórios, a menos que se trate de represamento de cursos de água perenes para fins hidroelétricos.

## **2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BARRAGEM DE ARAÇAGI**

### **2.2.1 Localização espacial**

A barragem de Araçagi teve a sua construção iniciada no ano de 1999 e concluída em 2001 para barrar um trecho do rio Mamanguape. Dos rios que drenam a porção oriental do estado da Paraíba, o Mamanguape, juntamente com o Paraíba, são os mais importantes, pelo que

significaram no processo histórico de ocupação populacional do interior da Paraíba. A bacia do rio Mamanguape abriga duas regiões distintas: Brejo e o seu Baixo-vale.

TABELA 2.4  
Distribuição das Barragens Públicas e da  
População do Estado da Paraíba segundo as Bacias Hidrográficas – 2008

Bacias Hidrográficas	Barragens		População	
	Capacidade (m <sup>3</sup> )	%	Número (hab.)	%
1. Bacia do Rio Piranhas	<b>2.609.151.341</b>	67,0	<b>912.853</b>	<b>25,1</b>
1.1. Sub-bacia do Piancó	1.850.661.681	47,5	277.015	7,6
1.2. Sub-bacia do Alto Piranhas	23.296.481	0,6	53.951	1,5
1.3. Sub-bacia do Rio do Peixe	401.345.415	10,3	215.762	5,9
1.4. Sub-bacia do Médio Piranhas	164.393.361	4,2	133.614	3,7
1.5. Sub-bacia do Espinharas	107.612.712	2,8	151.639	4,2
1.6. Sub-bacia do Seridó	61.841.691	1,6	80.872	2,2
2. Bacia do Rio Paraíba	<b>1.101.543.870</b>	28,3	<b>1.968.882</b>	<b>54,1</b>
2.1. Sub-bacia do Alto Paraíba	265.591.667	6,8	88.736	2,4
2.2. Sub-bacia do Médio Paraíba	700.168.235	18,0	601.287	16,5
2.3. Sub-bacia do Baixo Paraíba	16.421.477	0,4	1.142.948	31,5
2.4. Sub-bacia do Taperoá	119.362.491	3,1	135.911	3,7
3. Bacia do Rio Curimataú	<b>24.212.496</b>	0,6	<b>112.178</b>	<b>3,1</b>
4. Bacia do Rio Jacu	<b>12.367.300</b>	0,3	<b>33.194</b>	<b>0,9</b>
5. Bacia do Rio Camaratuba	<b>1.925.883</b>	0,1	<b>42.092</b>	<b>1,2</b>
6. Bacia do Rio Mamanguape	<b>86.092.456</b>	2,2	<b>452.134</b>	<b>12,4</b>
7. Bacia do Rio Miriri	-	-	<b>16.150</b>	<b>0,4</b>
8. Bacia do Rio Gramame	<b>56.937.000</b>	1,5	<b>99.915</b>	<b>2,8</b>
<b>Total</b>	<b>3.892.230.346</b>	<b>100,0</b>	<b>3.637.398</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IDEME e IBGE (Vide Figuras 5 e 6).

Em que pese a sua proximidade com a bacia do rio Paraíba (onde está localizada a segunda barragem pesquisada, a de Acauã), a bacia do rio Mamanguape apresenta características bastante distintas da primeira não só em relação ao seu relevo e de clima, mas principalmente do processo de ocupação populacional e das atividades econômicas que se desenvolveram ao longo daquele rio. O curso inicial do rio Mamanguape compreende o trecho em que este se localiza sobre o Planalto da Borborema, descendo a serra e passando por Alagoa Grande até a cidade de Mulungu. Neste trecho, o rio corta parte do Brejo Paraibano. O médio curso situa-se na região do Agreste, onde predomina a atividade pecuária, enquanto que o baixo curso compreende o tabuleiro costeiro, onde se concentram grandes extensões de terras ocupadas pela cana-de-açúcar. As maiores transformações que este rio em

seu baixo curso vem sofrendo nos últimos 30 anos estão relacionadas à atividade canavieira que vem poluindo as suas águas e provocando um acelerado processo de assoreamento.

Da nascente até a sua foz, o rio Mamanguape passa pelas cidades de Alagoa Grande, Mulungú, Mamanguape e Rio Tinto. O rio é temporário em boa parte de sua extensão, tornando-se perene até onde chega a influência das marés oceânicas. A largura na foz alcança 4 km<sup>39</sup>.

Como mostra a Tabela 2.5, a Bacia Hidrográfica do Mamanguape abriga atualmente nove barragens públicas, sendo a maior delas a de Araçagi. Esta possui uma capacidade de acumulação de pouco mais de 63.000.000 m<sup>3</sup>, o que equivale a cerca de 73% de todo o volume de água acumulado por essas nove barragens. Sua represa, embora tenha inundado terras dos municípios de Araçagi e Itapororoca, apresenta um elevado grau de influência imediata sobre os municípios de Guarabira e Cuité de Mamanguape devido não só à proximidade de sua represa em relação àqueles municípios, como também à sua importância para o abastecimento humano, pesca e irrigação, principalmente das culturas de abacaxi e cana-de-açúcar. Seu lago possui um espelho d'água de aproximadamente 186 km<sup>2</sup> e uma profundidade máxima de 35 metros na cota mínima de sangria.

TABELA 2.5  
Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape  
Volume Armazenado nos Açudes Segundo os Municípios - 2006

<b>Açude</b>	<b>Município</b>	<b>Capacidade máxima (Em m<sup>3</sup>)</b>
Santa Lúcia (Araçagi)	Araçagi	63.289.037
Vaca Brava	Areia	3.450.000
Covão	Areial	672.260
Canafístula II	Borborema	4.102.626
Tauá	Cuitegi	8.573.500
Jangada	Mamanguape	470.000
Emídio	Montadas	415.770
Pirpirituba	Pirpirituba	4.666.188
São Sebastião	S. Sebastião Lagoa de Roça	453.075
<b>Total</b>		<b>86.092.456</b>

**FONTE:** Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Paraíba – 2006.

<sup>39</sup> Está em curso o licenciamento ambiental de um grande projeto de transposição de águas que vai interligar a barragem de Acauã à de Araçagi, fazendo com que boa parte do curso do Mamanguape seja perenizado. O objetivo é transpor a água que será transposta do rio São Francisco até Acauã para a de Araçagi, de onde será distribuído um grande volume de água, por adutoras, para abastecer cerca de 25 municípios da região.

### 2.2.2 Aspectos demográficos

Como mostra a Tabela 2.6 a Bacia Hidrográfica do Mamanguape é formada por 24 municípios, cobrindo uma área de 4.254,3 km<sup>2</sup>, o equivalente a 7,5% do território paraibano. O processo de ocupação de seu território é um dos mais antigos do Nordeste e em particular da Paraíba, estando originalmente vinculado à exploração canavieira<sup>40</sup>. Ela abrigava, no ano de 1991, uma população total de 345.900 habitantes, passando este número para 363.294 em 2008, resultando em uma taxa de crescimento anual de 0,29%. No primeiro ano do período em referência, a referida bacia apresentou uma taxa de urbanização em torno de 52,8%, passando esse número para 62,5% no segundo ano, o que dá um acréscimo de cerca de 10% nesse indicador demográfico. Do outro lado observa-se um decréscimo da população rural, inclusive em termos absolutos, passando de 47,2% para 37,5%.

Essa bacia hidrográfica tem passado por um processo intenso de desruralização de sua população, uma vez que dos seus 24 municípios, apenas cinco deles não apresentaram taxa de crescimento negativo da população rural. Esse processo, no entanto, não se deu de forma homogênea, em que pese a proximidade dos municípios e a sua heterogeneidade em matéria de características naturais. Assim, se por um lado a maioria desses municípios apresentou um decréscimo da população rural (de um total de 19, o que representa 79% destes) e em alguns deles também da população total (em oito municípios, ou 33,3%), por outro lado em seis deles houve um aumento da população rural, como é o caso de Baía da Traição e Marcação, que apresentaram as maiores taxas desse indicador no período analisado, de 3,09% e 2,12%, respectivamente. No período analisado, a referida bacia perdeu um contingente de população

---

<sup>40</sup> Do século XVI, até os dias atuais, o vale do rio Mamanguape já passou por três ciclos econômicos: o do pau-brasil, o da criação de gado e o da agricultura canavieira. Este último, iniciado a partir do século XIX, passou a ser o mais importante em fins do século XIX e início do século XX, partilhando importância com o algodão que se desenvolveu no mesmo período. A cana ficava nas áreas úmidas da várzea, enquanto o algodão situava-se nos trechos entre os rios afluentes e suas vertentes. No Brejo essas duas culturas também disputavam as terras. A colonização portuguesa do vale começou em 1575, sendo o ponto de concentração a Baía da Traição, devido à presença dos franceses. Com a exploração desenfreada, o pau-brasil foi rapidamente esgotado nas matas litorâneas, e os franceses avançaram até a Serra da Raiz para explorá-lo. Tal ciclo econômico tinha caráter eminentemente exploratório e não gerou a ocupação do solo, mas o esgotamento dessa espécie florestal. Apesar do devastamento inicial com a exploração do pau-brasil, a criação de gado, atividade estabelecida na região para abastecer de animais a várzea do rio Paraíba, permitiu a manutenção de trechos da mata atlântica até o século XIX, quando foi introduzida, em larga escala, a atividade canavieira. A área da cana, devido à umidade necessária, é a que pertenceu à Mata Atlântica. Com o surto canavieiro e algodoeiro do século XIX, houve destruição de matas e capoeiras que ocupavam a várzea. A destruição da mata foi quase total no baixo vale. Próximo à desembocadura, o manguezal domina e fornece lenha para as populações. A esse respeito, ver: [www.paraiba.org.br/mamanguape/p\\_intro.htm](http://www.paraiba.org.br/mamanguape/p_intro.htm).

rural de quase 30 mil habitantes, uma população superior à população total de 20 municípios em 2008.

TABELA 2.6  
Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape  
População Residente Segundo os Domicílios - 1991/ 2008

Municípios	1991			2008			Variação (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Alagoa Grande	30.128	15.979	14.149	27.448	16.396	11.052	-0,55	0,15	-1,44
Alagoa Nova	15.616	7.099	8.517	19.163	9.219	9.944	1,21	1,55	0,92
Alagoinha	11.075	5.898	5.177	13.025	8.247	4.778	0,96	1,99	-0,47
Araçagi	18.936	4.821	14.115	17.376	6.360	11.016	-0,50	1,64	-1,48
Arara	9.654	6.207	3.447	12.356	8.299	4.057	1,46	1,72	0,96
Areia	28.130	12.905	15.225	24.992	14.037	10.955	-0,69	0,50	-1,92
Areial	6.075	3.216	2.859	6.234	4.192	2.042	0,15	1,57	-1,96
Baía da Traição	5.358	2.646	2.712	7.630	3.076	4.554	2,10	0,89	3,09
Bananeiras	23.157	5.760	17.397	21.670	8.504	13.166	-0,39	2,32	-1,63
Borborema	4.184	2.679	1.505	5.009	3.439	1.570	1,06	1,48	0,25
Casserengue	5.782	0	5.782	6.762	3.203	3.559	0,93	-	-2,81
Cuité de Mamanguape	5.945	1.091	4.854	6.505	1.742	4.763	0,53	2,79	-0,11
Cuitegi	6.989	5.469	1.520	7.047	5.676	1.371	0,05	0,22	-0,61
Esperança	27.594	16.795	10.799	29.801	20.484	9.317	0,45	1,17	-0,86
Guarabira	49.548	41.025	8.523	54.200	47.377	6.823	0,53	0,85	-1,30
Itapororoca	13.435	5.714	7.721	15.966	9.945	6.021	1,02	3,31	-1,45
Mamanguape	34.506	25.568	8.938	40.283	32.687	7.596	0,91	1,46	-0,95
Marcação	5.329	2.395	2.934	7.287	3.099	4.188	1,86	1,53	2,12
Matinhas	6.721	535	6.186	4.178	651	3.527	-2,76	1,16	-3,25
Montadas	3.836	1.500	2.336	4.558	2.770	1.788	1,02	3,67	-1,56
Mulungu	9.461	3.840	5.621	9.317	4.269	5.048	-0,09	0,62	-0,63
Pilões	7.894	2.490	5.404	6.936	3.078	3.858	-0,76	1,25	-1,96
Pilõezinhos	6.391	2.034	3.357	5.319	2.593	2.726	-1,07	1,44	-1,22
Pirpirituba	10.156	7.081	3.075	10.232	7.759	2.473	0,04	0,54	-1,27
<b>Total</b>	<b>345.900</b>	<b>182.747</b>	<b>163.153</b>	<b>363.294</b>	<b>227.102</b>	<b>136.192</b>	<b>0,29</b>	<b>1,27</b>	<b>-1,06</b>

FONTE: IBGE – Censo Demográfico da Paraíba de 1991 e projeção para 2008 para os municípios de Casserengue, Cuité de Mamanguape, Marcação e Matinhas, criados no ano de 1996.

Observe-se que no município de Araçagi, onde se situa uma das duas barragens pesquisadas, houve redução (inclusive em termos absolutos) tanto da população rural como da população total, enquanto que se verificou uma taxa de crescimento positiva da população urbana de 1,64%. Isso certamente indica que a construção daquela barragem não só não contribuiu para conter os fluxos migratórios anuais sem retorno<sup>41</sup>, como também teve sua

<sup>41</sup> No capítulo 5 veremos como a intervenção estatal, via construção de grandes barragens, pode influenciar os fluxos migratórios do território em que estas são construídas.



população urbana reforçada pela transferência compulsória das populações atingidas para as agrovilas, as quais são consideradas aglomerados urbanos pelo Censo Demográfico do IBGE.

### 2.2.3 Aspectos naturais

Como já afirmamos a Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape apresenta um quadro natural com características bastante distintas daquelas verificadas para a Bacia do Rio Paraíba, onde se encontra a barragem de Acauã. No passado, a navegação era intensa, chegando o rio a atingir 70 quilômetros de curso navegável, em períodos de chuvas. Atualmente a navegação alcança apenas 16 quilômetros através da área dos manguezais, e mesmo assim apenas em embarcações pequenas. Seus principais afluentes são os rios Araçagi, que inicia seu curso no município de Serraria, e o Guandú, em Bananeiras. Ambos são perenes e contribuem, por isso, com um volume significativo de água para essa bacia como um todo.

Como podemos verificar na Tabela 2.7, essa bacia apresenta condições climáticas mais favoráveis do que as da bacia do Médio Paraíba, a começar pelas precipitações pluviométricas, bem mais favoráveis à prática das atividades agropecuárias. Assim, no ano de 1990, o município de Araçagi apresentou um índice de precipitação anual da ordem de 986 mm/ ano, ficando o de Itapororoca com um índice de 1.212 mm. Já os índices de evapotranspiração potencial são superiores em 22,5% aos índices de precipitação pluviométrica, ao contrário do Médio Paraíba, onde essa relação chega a ser quase o dobro, contribuindo para altos índices de déficit hídrico naquele território, o que torna mais difícil a prática de explorações econômicas primárias e a economia local mais dependente da construção de grandes barragens. As temperaturas médias anuais nos municípios de Araçagi e Itapororoca, para aquele mesmo ano, foram de 24,8° C e 24,0° C, respectivamente.

TABELA 2.7  
Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape  
Dados Climatológicos para os Municípios Localizados na Área de  
Influência Imediata da Barragem de Araçagi - 1990

Municípios	Temperatura			Precipitação pluviométrica (mm)			Evapotranspiração potencial (mm)		
	Min.	Max.	Média	Min.	Max.	Média	Min.	Max.	Média
Araçagi	23,0	26,0	24,8	17	159	986	87	133	1.349
Itapororoca	22,8	25,9	24,0	18	172	1.212	85	131	1.339

**FONTE:** Laboratório de Sensoriamento Remoto da UFCG, médias do período 1911-1990.

### 2.2.4 Aspectos socioeconômicos

Se comparada com a Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba, podemos observar que a bacia que abriga a barragem de Araçagi, a do Rio Mamanguape, apresenta melhores condições de vida para o conjunto da população, a julgar pelos indicadores sociais e econômicos disponíveis. Como mostra a Tabela 2.8, houve uma melhora dos índices de desenvolvimento humano municipal para os municípios da área de influência imediata da barragem de Araçagi entre os anos de 1991 e 2000. Assim, enquanto esse índice era de 0,432 para Araçagi naquele primeiro ano, em 2000, esse número foi de 0,560, sendo que o melhor desempenho de seus componentes foi o da educação, que saltou de 0,388 para 0,636 no período considerado. Já o município de Itapororoca, teve o valor de seu índice geral elevado de 0,443 para 0,573 naquele mesmo período, tendo o seu melhor desempenho também na área da educação.

TABELA 2.8  
Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios da  
Área de Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 2000/ 2008

Município	Índices de Desenvolvimento Humano							
	1991				2000			
	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longev.	IDHM Educação	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longev.	IDHM Educação
Araçagi	0,432	0,411	0,498	0,388	0,560	0,470	0,575	0,636
Itapororoca	0,443	0,448	0,529	0,353	0,573	0,511	0,607	0,601

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – 1991 e 2000.

Já a estrutura fundiária apresenta como característica principal aquela que de um modo geral caracteriza a agricultura brasileira como um todo, qual seja, uma grande concentração da propriedade da terra e aumentou entre os anos de 1995 e 2006, período que compreende o tempo de construção da barragem; tanto que o Índice de Gini variou de 0,74 para 0,76 e em Araçagi e de 0,80 para 0,86 em Itapororoca. Assim, no município de Araçagi, no ano de 1995, segundo dados da Tabela 2.9, observa-se que no ano de 1995, no menor estrato de área, o de

até 2 hectares<sup>42</sup>, os imóveis representavam 53,7% de seu total, mas ficavam com apenas 8,2% da área total, enquanto que no ano de 2006 esses números foram de 48,7% dos imóveis e 4,3% da área total, o que mostra que houve um aumento da concentração fundiária. Já no outro extremo, tomando-se os imóveis com mais de 500 hectares, um único imóvel cobria 9,6% da área total, em 1995, enquanto que, em 2006, este percentual caiu para 3,8%.

Ainda com relação ao município de Araçagi, observa-se que houve entre os anos em comparação o desaparecimento de 949 imóveis de até 5 hectares de área, para um total de menos 1.625 hectares. Esse fato certamente resultou da construção da barragem de Araçagi, cuja represa cobriu centenas de imóveis e mais de mil hectares, como veremos com maior detalhe nos capítulos 3 e 4.

**TABELA 2.9**  
Estrutura Fundiária dos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 1995/ 2006

<b>1. Araçagi</b>								
Extratos de área	1995				2006			
	Imóveis		Área		Imóveis		Área	
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%
Até 2	1.700	53,7	1.446	8,2	1.170	48,7	762	4,3
2 - 5	958	30,2	2.466	14,0	539	22,4	1.525	8,6
5 – 20	378	11,9	3.214	18,2	540	22,5	4.958	28,0
20 - 100	107	3,4	4.243	24,0	123	5,1	4.988	28,2
100 - 500	24	0,8	4.579	25,9	29	1,2	4.778	27,0
500 - 1000	-	-	-	-	1	0,0	680	3,8
+ de 1000	1	0,0	1.700	9,6	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.168</b>	<b>100,0</b>	<b>17.648</b>	<b>100,0</b>	<b>2.402</b>	<b>100,0</b>	<b>17.691</b>	<b>100,0</b>
<b>2. Itapororoca</b>								
Extratos de área	1995				2006			
	Imóveis		Área		Imóveis		Área	
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%
Até 2	439	46,4	334	3,4	1.065	71,4	528	5,2
2 - 5	239	25,3	666	6,7	193	12,9	577	5,7
5 – 20	188	19,8	1.821	18,4	155	10,4	1.462	14,4
20 - 100	57	6,0	1.796	18,2	63	4,2	2.219	21,8
100 - 500	21	2,2	3.540	35,8	12	0,8	2.723	26,8
500 - 1000	1	0,1	530	5,4	2	0,2	1.335	13,1
+ de 1000	1	0,1	1.207	12,2	1	0,1	1.316	13,0
<b>Total</b>	<b>946</b>	<b>100,0</b>	<b>9.894</b>	<b>100,0</b>	<b>1.491</b>	<b>100,0</b>	<b>10.160</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário da Paraíba para os anos de 1995 e 2006.

<sup>42</sup> Para efeito de medição da concentração fundiária, o IBGE adota 12 diferentes faixas de estrato de áreas, começando de 0,1 hectares. No nosso caso, para facilitar a nossa análise, adotamos como o menor estrato de área o de até 2 hectares, que no IBGE se subdivide em quatro diferentes faixas.

No que se refere à condição dos produtores, observa-se em ambos os municípios que formam a área de influência imediata da barragem de Araçagi uma composição bastante diferente daquela da área da barragem de Acauã, como veremos mais adiante. Segundo dados da Tabela 2.10, em Araçagi, no ano de 1995 os proprietários representavam um pouco menos da metade de seu número total, enquanto que os ocupantes representavam 41,3%. Em 2006, aqueles primeiros tiveram essa participação elevada para 79,5%, enquanto que os ocupantes caíram para apenas 14,7%. Em termos de participação na área total, no município de Araçagi, os proprietários tiveram seu índice elevado de 84,7% para 93% no mesmo período, enquanto que os ocupantes tiveram a sua participação bastante reduzida, passando de 12,3% para apenas 5%.

Em Itapororoca, houve a mesma tendência, com algumas poucas diferenciações. Assim, os proprietários eram a grande maioria dos produtores em 1995, representando quase 48% de seu número total no período aqui analisado, e eram responsáveis por 83,8% da área total, números muito parecidos com os de Araçagi. Já para o ano de 2006 os proprietários também aumentaram a sua participação tanto em termos de número de imóveis como também na área total. Por outro lado, os arrendatários e os ocupantes tiveram redução de sua participação relativa no número de imóveis e de área total.

Finalmente, ainda segundo dados da Tabela 2.10, em 1995 não havia sido registrado dados sobre a categoria de trabalhadores sem-terra e, em 2006, ocorreu o registro de 278 e 61 dessa categoria de produtor em Araçagi e Itapororoca, respectivamente. Isso certamente se deve à construção da barragem, que fez com que muitas famílias perdessem suas terras, mas também devido ao fato de que esta categoria (condição) de produtores foi introduzida recentemente no Censo Demográfico.

No que se refere à produção agrícola, em termos de cultivos temporários, a Tabela 2.11 mostra que no município de Araçagi se destacavam, no ano de 2000, em área plantada, as culturas típicas da agricultura familiar, como o feijão (27%), o milho (25,5%), a mandioca (21,3%) e a fava (11,5%), mas em termos de valor da produção o destaque era o abacaxi, que embora respondesse por apenas 7% da área plantada total, respondia por 64,8% do valor da produção. Em 2008, essa participação percentual na área plantada se alterou, com destaque para o aumento da participação do abacaxi, que passou de 7,2% para 19,8% no período considerado, o que de resto ocorreu em todo o Estado. Esse produto representou quase 73% do valor da produção, vindo em segundo lugar a mandioca, com 16,9%. Esse acentuado

aumento da cultura do abacaxi em termos de área plantada nesse período (311%) e no valor da produção (475%) está fortemente vinculado à construção da barragem objeto de nossa pesquisa, que fez aumentar o arrendamento de terras para o cultivo irrigado dessa fruta, atraindo médios e grandes produtores para áreas próximas daquele manancial.

Por fim, em Itapororoca, houve uma alteração significativa em matéria de cultivos temporários no mesmo período. Assim, a cana-de-açúcar, responsável por mais da metade da área plantada naquele primeiro ano com 55%, ocupando o primeiro lugar, passou para o segundo lugar em 2008, com 32,8%, dando lugar ao abacaxi, que passou de 11% para 49,2% no mesmo período, tendo esse aumento sido impulsionado pela difusão do uso da irrigação também graças à construção da barragem, que possibilitou uma oferta mais regular de água para a agricultura irrigada. Nesse período, o abacaxi passou de 67,5% do valor da produção para 90,8% nesse município.

TABELA 2.10  
Condição dos Produtores Rurais nos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Araçagi - 1995/ 2006

<b>Araçagi</b>								
<b>Condição do Produtor</b>	<b>1995</b>				<b>2006</b>			
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Proprietário	1.567	49,5	14.945	84,7	1.955	79,5	16.299	93,0
Arrendatário	251	7,9	456	2,6	67	2,7	311	1,8
Parceiro	41	1,3	67	0,4	18	0,7	40	0,2
Ocupante	1.309	41,3	2.177	12,3	362	14,7	860	5,0
Prod. sem terra	-	-	-	-	278	2,4	-	-
<b>Total</b>	<b>3.168</b>	<b>100,00</b>	<b>17.645</b>	<b>100,0</b>	<b>2.460</b>	<b>100,0</b>	<b>17.510</b>	<b>100,0</b>
<b>Itapororoca</b>								
<b>Condição do Produtor</b>	<b>1995</b>				<b>2006</b>			
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Proprietário	453	47,9	8.291	83,8	988	63,6	9.047	92,5
Arrendatário	153	16,2	639	6,5	131	8,4	357	3,7
Parceiro	2	0,2	1	0,0	3	0,2	4	0,0
Ocupante	338	35,7	963	9,7	369	23,8	375	3,8
Prod. sem terra	-	-	-	-	61	4,0	-	-
<b>Total</b>	<b>946</b>	<b>100,0</b>	<b>9.894</b>	<b>100,0</b>	<b>1.552</b>	<b>100,0</b>	<b>9.783</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário da Paraíba para os anos de 1995 e 2006.

No que se refere ao cultivo de lavouras perenes, o destaque no município de Araçagi no ano de 2000 foi o urucum, não só em termos de área plantada (53,3%) como também em valor da produção (50,2%), o mesmo se repetindo em 2008, como mostra a Tabela 2.12. Os outros cultivos que se destacaram foram a castanha-de-caju, banana, coco e manga.

Quanto a esse tipo de cultivo no município de Itapororoca praticamente se repete o rol de culturas permanentes, onde a castanha-de-caju e o coco tiveram uma maior expressão econômica, além do mamão, terceiro lugar em área plantada.

Quanto à produção pecuária, como mostra a Tabela 2.13, em termos de efetivo animal, o destaque nos dois municípios fica para os bovinos, que representavam em 1995 cerca de 76% do rebanho total de Araçagi, vindo logo em seguida os caprinos e ovinos que, juntos, representavam pouco mais de 15% . Já em Itapororoca, o rebanho bovino representava cerca de 70,5% do efetivo total, enquanto que os caprinos e ovinos somavam 24,9%, uma participação relativa bem mais expressiva do que aquela verificada em Araçagi.

De um modo geral, esse quadro apresentado pela pecuária nos dois municípios em análise quase que não apresentou grandes alterações, apenas o rebanho bovino de Araçagi apresentando um ligeiro aumento em 2006 se comparado com o primeiro ano de análise, enquanto os caprinos e ovinos, juntos, tiveram a sua participação reduzida para 9%.

TABELA 2.11  
Produção Agrícola de Culturas Temporárias dos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 2000/ 2008

<b>Araçagi</b>								
Lavouras temporárias	2000				2008			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)
Abacaxi (Mil frutos)	450	450	14.400	3.600	1.850	1.850	59.200	20.720
Algod. herb. car. (t)	103	103	42	25	5	5	4	3
Batata-doce (t)	51	51	610	93	60	60	660	276
Cana-de-açúcar (t)	310	310	12.400	279	300	300	9.000	315
Fava grão (t)	720	720	156	181	1.150	1.150	515	1.072
Feijão grão (t)	1.700	1.650	396	297	2.200	2.200	820	1.426
Mandioca (t)	1.340	1.340	15.760	942	2.080	2.080	24.900	3.780
Milho grão (t)	1.600	1.500	550	127	1.700	1.700	1.100	419
Tomate (t)	3	3	90	14	20	20	600	480
<b>Total</b>	<b>6.277</b>	<b>6.127</b>	<b>-</b>	<b>5.558</b>	<b>9.365</b>	<b>9.365</b>	<b>-</b>	<b>28.491</b>
<b>Itapororoca</b>								
Lavouras temporárias	2000				2008			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)
Abacaxi (Mil frutos)	600	600	18.000	6.120	3.000	3.000	90.000	34.200
Batata-doce (t)	60	60	480	72	60	60	480	192
Cana-de-açúcar (t)	3.000	3.000	72.210	2.363	2.000	2.000	67.742	2.371
Fava grão (t)	30	30	6	8	60	60	24	60
Feijão grão (t)	500	500	110	96	280	280	125	250
Mandioca (t)	700	700	5.600	336	450	450	3.000	540
Milho (t)	550	550	275	66	250	250	150	53
<b>Total</b>	<b>5.440</b>	<b>5.440</b>	<b>-</b>	<b>9.061</b>	<b>6.100</b>	<b>6.100</b>	<b>-</b>	<b>37.666</b>

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários 2000 e 2008.

TABELA 2.12

Produção Agrícola de Culturas Perenes dos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 2000/ 2008

<b>Araçagi</b>								
Lavouras Permanentes	2000				2008			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produ- ção	Valor da produção (R\$ Mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produ- ção	Valor da produçã o (R\$ Mil)
Abacate (t)	1	1	18	3	-	-	-	-
Banana (mil cachos)	60	60	72	108	70	70	1.008	252
Cast. de caju (t)	70	70	70	42	80	80	24	19
Coco (t)	55	55	480	120	60	60	480	120
Goiaba (t)	3	3	75	3	-	-	-	-
Laranja (t)	5	5	200	9	5	5	40	12
Limão (t)	2	2	100	3	2	2	10	4
Mamão (t)	2	2	60	4	10	10	150	90
Manga (t)	46	46	2.300	23	64	64	640	192
Maracujá (t)	1	1	25	2	-	-	-	-
Pim-do-reino (t)	5	5	2	16	5	5	2	8
Urucum sem. (t)	285	280	224	336	330	330	264	660
<b>Total</b>	<b>535</b>	<b>530</b>	<b>-</b>	<b>669</b>	<b>626</b>	<b>626</b>	<b>-</b>	<b>1.357</b>
<b>Itapororoca</b>								
Lavouras Permanentes	2000				2008			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produ- ção	Valor da produção (R\$ Mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produ- ção	Valor da produçã o (R\$ Mil)
Banana (mil cachos)	10	10	20	30	10	10	120	30
Cast. de caju (t)	120	120	72	43	120	120	36	29
Coco (t)	100	100	610	153	100	100	610	153
Laranja (t)	1	1	50	2	1	1	8	2
Mamão (t)	50	45	1.500	90	80	80	1.200	720
Manga (t)	2	2	60	1	10	10	100	30
Maracujá (t)	5	5	120	7	5	5	10	6
Urucum sem. (t)	-	-	-	-	10	10	6	15
<b>Total</b>	<b>288</b>	<b>283</b>	<b>-</b>	<b>326</b>	<b>336</b>	<b>336</b>	<b>-</b>	<b>985</b>

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários 2000 e 2000.



**TABELA 2.13**  
**Produção Animal dos Municípios da Área de**  
**Influência Imediata da Barragem de Araçagi – 1995/ 2006**

Rebanhos	1995		2006	
	Número	%	Número	%
<b>Araçagi</b>				
Bovino	15.000	76,2	14.845	80,3
Caprino	2.200	11,2	1.035	5,6
Ovino	800	4,1	642	3,5
Suíno	680	3,5	781	4,2
Equino	580	2,9	498	2,7
Asinino	230	1,2	498	2,7
Muar	180	0,9	188	1,0
<b>Total</b>	<b>19.670</b>	<b>100,0</b>	<b>18.487</b>	<b>100,0</b>
<b>Itapororoca</b>				
Bovino	6.500	70,5	7.589	83,7
Caprino	1.100	11,9	488	5,4
Ovino	1.200	13,0	375	4,1
Suíno	130	1,4	240	2,6
Equino	200	2,2	218	2,4
Asinino	30	0,3	68	0,7
Muar	60	0,7	97	1,1
<b>Total</b>	<b>9.220</b>	<b>100,0</b>	<b>9.075</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de 1995 e 2006.

## 2.3 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BARRAGEM DE ACAUÃ

### 2.3.1 Localização espacial

A barragem de Acauã foi construída no leito do rio Paraíba, em sua porção média. É a segunda maior bacia do estado, após a do rio Piranhas, e abrange 38% do seu território. Este rio banha dezenas de municípios e cidades de relevância econômica, passando pela região mais urbanizada e industrializada do estado. Em sua área de abrangência estão incluídas as cidades de João Pessoa, a capital, e Campina Grande, seu segundo maior centro urbano. O trecho em que foi construída a barragem de Acauã é o Médio Paraíba, que atravessa áreas de vinte municípios.

### 2.3.2 Aspectos demográficos

A Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba abrigava uma população total de pouco mais de 542 mil habitantes em 1991, correspondendo a sua população rural a 30,7%, o que mostra

um grau avançado de urbanização nesse território. Já no ano de 2008 a população total da referida bacia passou para pouco mais de 601 mil habitantes, um aumento, portanto, de 0,61% ao ano no período analisado.

Como mostra a Tabela 2.14, só o município de campina Grande respondia por 61,7% da população total dessa sub-bacia no ano de 2008, enquanto que Aroeiras, Itatuba e Natuba, que tiveram parte suas superfícies inundadas pela barragem de Acauã, respondiam juntos, naquele mesmo ano por apenas 6,5% da população total.

**TABELA 2.14**  
**Bacia Hidrográfica do Médio Rio Paraíba**  
**População Residente Segundo os Domicílios - 1991/ 2008**

MUNICÍPIO	1991			2008			Variação (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Alcantil	4.050	887	3.163	5.068	2.010	3.058	1,33	4,93	-0,20
Aroeiras	20.047	5.154	14.893	19.174	8.444	10.730	0,26	2,95	-1,91
Barra de Santana	8.944	821	8.123	8.619	741	7.878	-0,22	-0,60	-0,18
Boqueirão	14.824	10.094	4.730	15.877	11.345	4.532	0,41	0,69	-0,25
Campina Grande	321.904	305.626	16.278	371.060	354.048	17.012	0,84	0,87	0,26
Caturité	4.253	619	3.634	4.467	988	3.479	0,29	2,79	-0,26
Fagundes	13.195	4.351	8.844	11.830	5.346	6.484	-0,64	1,22	-1,81
Gado Bravo	8.752	531	8.221	8.236	759	7.477	-0,36	2,12	-0,56
Ingá	17.221	9.336	7.885	18.168	11.254	6.914	0,32	1,11	-0,77
Itatuba	9.141	4.105	5.036	9.841	5.531	4.310	0,43	1,77	-0,91
Lagoa Seca	21.660	6.378	15.282	24.937	9.200	15.737	0,83	2,18	0,17
Massaranduba	12.030	2.240	9.790	12.494	4.242	8.252	0,22	3,83	-1,00
Natuba	11.624	2.951	8.673	10.216	3.060	7.156	-0,76	0,96	-1,12
Puxinanã	11.573	2.601	8.972	12.881	3.878	9.003	0,63	2,38	0,02
Queimadas	32.555	11.814	20.741	38.883	19.862	19.021	1,05	3,10	-0,51
Riachão do Bacamarte	4.501	2.086	2.415	4.172	2.699	1.473	-0,45	1,53	-2,87
Riacho de Sto. Antônio	1.229	722	507	1.524	1.014	510	1,27	2,02	0,03
Sta. Cec. do Umbuzeiro	7.777	0	7.777	7.016	1.526	5.490	-0,60	-	-2,03
Serra Redonda	7.305	2.570	4.735	7.651	3.520	4.131	0,27	1,87	-0,80
Umbuzeiro	9.585	2.896	6.689	9.173	3.724	5.449	-0,26	1,49	-1,20
<b>Total</b>	<b>542.170</b>	<b>375.782</b>	<b>166.388</b>	<b>601.287</b>	<b>453.191</b>	<b>148.096</b>	<b>0,61</b>	<b>1,11</b>	<b>-0,68</b>

**FONTE:** IBGE – Censo Demográfico da Paraíba de 1991 e PNAD para o ano de 2008.

A grande maioria dos municípios que formam essa sub-bacia se constituem em áreas de intensos fluxos migratórios no sentido campo-cidade, uma vez que quase todos eles apresentaram redução na participação relativa da população rural no conjunto de sua população. Assim, dos 20 municípios dessa sub-bacia, apenas três não apresentaram redução da população rural em termos absolutos. Considerando-se o seu território como um todo, a população rural teve uma redução de 11% em relação à população total no período entre os

anos de 1991 e 2008, ou seja, uma taxa anual de -0,68%, o que significa que a zona rural dessa sub-bacia perdeu um contingente de mais de 18 mil habitantes no período considerado.

No caso específico dos municípios que tiveram parte de suas terras inundadas pelo lago da barragem de Acauã, todos eles tiveram redução de sua população rural, não só em termos relativos, como também em termos absolutos. Inclusive Aroeiras e Natuba apresentaram queda na sua população total entre aqueles anos, o que mostra mais uma vez que a construção de grandes barragens, seja em regiões semi-áridas ou não, nem sempre é garantia de redução dos fluxos migratórios nem mesmo de melhoria na qualidade de vida da população residente em sua área de influência imediata. No caso específico de Aroeiras, o que mais contribuiu para a formação do espelho d'água da represa (aproximadamente 60%), sua população rural apresentou uma significativa redução de 28% no período analisado, o que quer dizer que mais de 4 mil pessoas deixaram a sua zona rural, para o que com certeza contribuiu bastante a construção de Acauã, pois isso se revela como um reflexo do deslocamento compulsório das comunidades que tiveram suas terras inundadas.

### **2.3.3 Aspectos naturais**

O rio Paraíba tem a maior parte do seu curso perenizado por várias barragens, onde se destacam as de Boqueirão e Acauã. Mas em seu leito o curso de água desaparece em épocas de seca em alguns trechos, embora isso não ocorra a partir de seu curso médio. Ele nasce na Serra de Jabitacá, município de Monteiro, divisa com o estado de Pernambuco, percorrendo toda a região centro-sul da Paraíba, banhando uma área de 20.071,83 km<sup>2</sup>, compreendida ente as latitudes 6°51'31" e 8°26'21" sul e as longitudes 34°48'35" e 37°2'15" a oeste de Greenwich. Seu curso total tem 380 km e segue no sentido sudoeste-leste, quando então deságua no oceano Atlântico, na região metropolitana compreendida pelos municípios de Cabedelo, Lucena, Santa Rita, Bayeux e João Pessoa, formando uma foz do tipo misto. Em seu estuário encontram-se dezenas de desembocaduras de outros rios, manguezais e o Porto de Cabedelo, além de diversas ilhas, como a Ilha da Restinga, Ilha Stuart e Ilha Tiriri, entre outras. No alto curso, recebe entre outros afluentes o Rio Taperoá, antes de formar a barragem de Boqueirão, construído na década dos anos cinquenta do século passado para fazer o controle de enchentes, apoiar atividades agropecuária e, principalmente, regularizar o abastecimento humano nas principais cidades daquela bacia hidrográfica, principalmente de

Campina Grande, centro industrial daquele território<sup>43</sup>. No seu curso médio o Paraíba tem como principal afluente o rio Paraibinha, que forma a Represa de Acauã, e o rio Gurinhém, a partir dos quais ele passa a correr em seu baixo curso, tendo como principais tributários o rio Paroeira e o rio Sanhauá, que separa as cidades de João Pessoa e Bayeux.

A barragem de Acauã está localizada em um espaço geográfico com características bastante distintas daquelas da barragem de Araçagi, o que contribuiu na escolha das mesmas para a realização da nossa pesquisa. Nele, predomina uma formação natural típica do Nordeste brasileiro conhecida como caatinga, palavra originária do tupi-guarani que significa mata branca. Localizada em área de clima semi-árido, apresenta temperaturas médias anuais que oscilam entre 25°C e 29°C. A fauna é rica, com cerca de 148 espécies de mamíferos, das quais dez são endêmicas. Entre as 348 espécies de aves, quinze são endêmicas e 20 encontram-se ameaçadas de extinção. Em razão da semi-aridez e do predomínio de rios temporários, sua biota aquática se apresenta pouco diversificada. Mas já foram identificadas pelo menos 185 espécies de peixes, distribuídas em mais de cem gêneros, sendo a maioria delas (cerca de 57 %) do tipo endêmica.

A Caatinga é uma das regiões semi-áridas mais populosas do mundo. O sistema vem sofrendo historicamente drásticas modificações devido às ações humanas. O estudo "A Conservation Assessment of the Terrestrial Ecoregions of Latin America and the Caribbean", realizado pelo Banco Mundial e a WWF, define prioridades para a conservação da biodiversidade, as quais são estabelecidas em seis níveis por ordem de relevância. O ecossistema Caatinga está classificado no nível I. Esta alta prioridade é alcançada quando se considera que além da situação de vulnerabilidade do ecossistema, deva ser acrescentada a sua representatividade para a biodiversidade de um território. Com efeito, "os domínios de caatinga" estão presentes em quase todo o Nordeste brasileiro, ou mais precisamente, na área denominada de Polígono das Secas, que inclui parte do norte do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo. A essa representatividade somam-se os aspectos físicos e as formas de

---

<sup>43</sup> A primeira cheia do Rio Paraíba que se tem notícia ocorreu em 1641, causando estragos às culturas da várzea, mas tendo pouco impacto sobre a população. Outras que sucederem ainda no tempo do Brasil Colônia foram as de 1698 e a de 1731. A de 1780 trouxe consigo uma cruz ao Engenho Espírito Santo, gerando o nome da vila ali existente. Já a de 1924 arrasou cidades do agreste paraibano, como Itabaiana e Pilar. A construção do Açude Boqueirão, no médio curso do rio, espaçou mais as enchentes que ainda hoje ocorrem apenas no baixo curso, alimentado pelos afluentes, a exemplo da de 1985, que arrasou a cidade de Cruz do Espírito Santo, e a mais recente, de 2004, que causou vários estragos em muitas localidades. Ver a esse respeito: Silva, Lígia Maria Tavares da. Nas margens do Rio Paraíba do Norte. (2003)

exploração econômica do ecossistema, resultando daí a sua alta vulnerabilidade às ações do homem.

A forma de exploração adotada através dos tempos contribuiu fortemente para que o Nordeste se tornasse, hoje, a área mais vulnerável do país à incidência da degradação ambiental, o que ocorre de forma mais acentuada no bioma Caatinga: meio ambiente frágil, fundamentado em grande parte sobre um embasamento cristalino, com solos rasos, amplas zonas tropicais semi-áridas e forte pressão demográfica. Some-se a isso os elevados níveis de pobreza e exclusão social de uma parcela significativa da população, o que acaba contribuindo para a degradação desse ecossistema. O uso dos recursos da flora e da fauna de forma inadequada devido aos problemas socioeconômicos que caracterizam essa região decorre, principalmente, da ausência de políticas públicas que privilegiem formas alternativas de atividades econômicas que garantam a sua sustentabilidade.

A lenha e o carvão vegetal, juntos, constituem uma importante fonte de energia na área pesquisada, perdendo somente para a eletricidade. No Nordeste, no ano de 1992, a lenha e a estaca destacaram-se como os principais produtos de origem florestal. No estado da Paraíba como um todo, 86% das Unidades de Produção Rural (UPR) extraíram lenha, enquanto que apenas 38% produziram estacas, o que mostra uma reduzida intensidade de reposição florestal. Conseqüentemente, a cobertura vegetal foi reduzida a menos de 50% da área do estado, ao contrário da taxa anual de desmatamento que só tende a crescer.

Na área da barragem de Acauã, segundo o depoimento de muitos atingidos pelo seu lago, o desmatamento e a caça de subsistência são as atividades responsáveis pelo sustento da maioria das famílias, o que pode contribuir futuramente para a extinção da maioria das espécies animais. O hábito de consumir animais da fauna autóctone é antigo, vindo desde o período da colonização e, ainda hoje, é grande a importância social da fauna nativa nordestina na alimentação de sua população. Uma outra importante fonte de proteínas para muitas das famílias desalojadas pela barragem é a pesca, que na maioria das vezes ocorre de forma predatória.

Como podemos observar na Tabela 2.15, os dados climatológicos para a área da Sub-Bacia do Médio Paraíba mostram uma grande diferença desta em relação à do Rio Mamanguape, onde se encontra a barragem de Araçagi. Trata-se de uma área de clima com níveis de aridez bem mais acentuados, com atividades agrícolas mais vulneráveis às irregularidades climáticas e às estiagens, uma vez que os índices de precipitação

pluviométrica para os três municípios localizados nas bordas do lago da barragem de Acauã possuem uma média anual em torno de 662 mm/ ano, enquanto que a temperatura média anual fica em torno dos 23,5° C, bem próximo para os valores registrados para o Nordeste Semiárido como um todo.

**TABELA 2.15**  
Bacia Hidrográfica do Rio Médio Paraíba  
Dados Climatológicos para os Municípios Localizados na  
Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 2009

Municípios	Temperatura			Precipitação pluviométrica (mm)			Evapotranspiração potencial (mm)		
	Min.	Max.	Média	Min.	Max.	Média	Min.	Max.	Média
Aroeiras	22,0	25,2	23,9	10	110	631	78	124	1.236
Itatuba	21,8	24,9	23,6	10	111	662	78	125	1.241
Natuba	21,2	24,5	22,8	11	113	692	77	128	1.254

**FONTE:** Laboratório de Sensoriamento Remoto da UFCG, médias do período 1911-2009.

Essas características fazem com que, para compensar os déficits hídricos registrados nas áreas de caatinga, haja uma maior concentração de grandes barragens construídas pelo poder público. Assim, como mostra a Tabela 2.16, a Sub-Bacia do Médio Paraíba abriga uma série de grandes barragens que, no seu conjunto, possuem uma capacidade total de acumulação de água de mais de 700 milhões de m<sup>3</sup>. As duas maiores, a Eptácio Pessoa e Acauã respondem por cerca de 17% de todo o volume acumulado nas barragens públicas da Paraíba e por 94% do volume acumulado na sub-bacia. Todas as barragens do Médio Paraíba possuem, juntas, uma capacidade de acumulação oito vezes maior do que a da Bacia do Mamanguape, onde foi construída a barragem de Araçagi.

#### **2.3.4 Aspectos socioeconômicos**

Assim como ocorre com a maioria dos municípios do interior do Brasil, especialmente no Nordeste, aqueles que estão na área de influência imediata da barragem de Acauã apresentam baixos índices de desenvolvimento humano. Mesmo assim, houve aumento neste indicador de melhoria da qualidade de vida da população dos três municípios considerados por nossa pesquisa. Se considerarmos os anos de 1991 e 2000, mesmo tendo havido um aumento de seus valores, veremos que esses índices estão abaixo das médias do Brasil para aqueles anos.

TABELA 2.16  
Sub-bacia Hidrográfica do Rio Médio Paraíba  
Volume Armazenado nos Açudes Segundo os Municípios - 2006

Açude	Município	Capacidade máxima (Em m <sup>3</sup> )
Epitácio Pessoa	Boqueirão	411.686.287
José Rodrigues	Campina Grande	22.332.348
Gavião	Fagundes	1.450.840
Chã dos Pereira	Ingá	1.965.600
Acauã	Aroeiras/ Itatuba/ Natuba	253.142.247
Serra Velha	Itatuba	689.800
Massaranduba	Massaranduba	604.390
Milhã	Puxinanã	828.103
Chupadouro II	Serra Redonda	634.620
Riacho de Santo Antônio	Riacho de Santo Antônio	6.834.000
<b>Total</b>		<b>700.168.235</b>

FONTE: Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Paraíba – 2006.

Como mostra a Tabela 2.17, Aroeiras foi o município que experimentou uma maior melhora desse índice no período considerado, uma vez que passou do segundo lugar em 1991 com um valor de 0,435 para o primeiro lugar entre os três municípios, com um índice de 0,559. Dos três componentes do IDH, o que apresentou uma maior elevação para todos os três municípios foi o da educação, o que certamente ocorreu devido às políticas públicas específicas para esse setor, especialmente o da educação básica. Isso mostra que a melhoria do índice de desenvolvimento humano se deve, em grande parte, às políticas públicas de assistência e desenvolvimento social, especialmente aquelas que ocorrem através de mecanismos de transferência de renda<sup>44</sup>, uma vez que a economia desses municípios se sustenta basicamente de atividades primárias, pouco dinâmicas e que têm passado por profundas crises de sustentabilidade nesses últimos anos.

No que se refere à estrutura fundiária dos municípios em questão, a mesma se apresenta igualmente concentrada. Assim, em Aroeiras, os imóveis com até 2 hectares passaram de 15,2% para 35,8% do número total entre 1995 e 2006, enquanto que sua participação na área total passou de 0,8% para 2,7% naquele mesmo período. A Tabela 2.18 mostra que aumentou o grau de concentração fundiária, uma vez que se considerarmos os imóveis com até 5 hectares, houve uma queda de sua área média de 2,143 hectares para 1,749

<sup>44</sup> A esse respeito, veja-se o Capítulo 4, onde são apresentados e analisados dados a respeito de alguns programas de assistência social voltados para amparar as famílias de atingidos pelas barragens aqui pesquisadas.

hectare naquele período, o mesmo tendo ocorrido também para os outros dois municípios. Já no outro extremo, ainda no município de Aroeiras, no ano de 1995, 3 imóveis com mais de 500 hectares, que representavam apenas 0,2% do total de imóveis, cobriam 5,4% da sua área total.

TABELA 2.17  
Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios de  
Área de Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1991/ 2000

Município	Índices de Desenvolvimento Humano							
	1991				2000			
	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longev.	IDHM Educação	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longev.	IDHM Educação
Aroeiras	0,435	0,438	0,452	0,416	0,559	0,493	0,555	0,628
Itatuba	0,447	0,433	0,455	0,452	0,526	0,460	0,530	0,587
Natuba	0,420	0,425	0,452	0,382	0,513	0,474	0,503	0,561

FONTE: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil – 1991 e 2000.

Observe-se que no ano de 2006 não havia mais nenhum imóvel com mais de 500 hectares em Aroeiras, para o que certamente contribuiu a construção da barragem. Ainda a esse respeito, podemos notar que, se considerarmos os imóveis com até 20 hectares, desapareceram um total de 656 destes, resultando em uma queda na área total de mais de 1.750 hectares. Isso certamente ocorreu, em grande parte, devido à construção da barragem de Acauã, cujo lago, de tão extenso, fez desaparecer um número bastante significativo de pequenos imóveis rurais. A isso voltaremos a analisar com maiores detalhes nos capítulos 3 e 4, quando trataremos dos impactos da construção das barragens pesquisadas.

Em Itatuba e Natuba a concentração fundiária também é elevada, realidade que não mudou com a construção da barragem acima citada. Assim, no primeiro destes municípios, os imóveis com até 2 hectares representavam 59,3% do número total em 1995, experimentando uma ligeira queda para 56,3% em 2006, enquanto que a sua participação na área total caiu de 2,9% para 1,6%. Já no outro extremo, os imóveis com mais de 500 hectares passaram de 0,6% do número total de imóveis para 1% naquele mesmo período, enquanto que a sua participação na área total subiu de 25,8% para 26,4%. O mesmo não ocorreu com o município de Natuba, onde os imóveis de menor tamanho (até 2 hectares) perderam participação no total da área, mas os imóveis com mais de 500 hectares tiveram a sua participação relativa no total da área



reduzido. Já aqueles de tamanho intermediário, com áreas variando de 20 hectares a 100 hectares tiveram a sua participação na área total elevada de 22,4% para 25,1% no período em análise.

**TABELA 2.18**  
Estrutura Fundiária dos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1995/ 2006

<b>1. Aroeiras</b>								
Extratos de área	1995				2006			
	Imóveis		Área		Imóveis		Área	
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%
Até 2	348	15,2	352	0,8	506	35,8	436	2,7
2 - 5	739	32,3	1.978	4,9	397	28,1	1.144	6,9
5 – 20	799	34,9	6.991	17,4	327	23,2	2.971	18,0
20 - 100	320	14,0	12.555	31,2	151	10,7	6.014	36,6
100 - 500	77	3,4	16.243	40,3	31	2,2	5.887	35,8
500 - 1000	3	0,2	2.158	5,4	-	-	-	-
+ de 1000	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.286</b>	<b>100,0</b>	<b>40.277</b>	<b>100,0</b>	<b>1.412</b>	<b>100,0</b>	<b>16.452</b>	<b>100,0</b>
<b>2. Itatuba</b>								
Extratos de área	1995				2006			
	Imóveis		Área		Imóveis		Área	
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%
Até 2	854	59,3	750	2,9	530	56,3	407	1,6
2 - 5	296	20,5	773	3,0	168	17,8	444	1,8
5 – 20	133	9,2	1.200	4,7	102	10,8	985	4,1
20 - 100	89	6,2	4.060	15,8	78	8,3	3.466	14,4
100 - 500	59	4,2	12.215	47,8	55	5,8	12.474	51,7
500 - 1000	9	0,6	5.612	21,9	8	0,9	5.139	21,3
+ de 1000	1	0,0	1.008	3,9	1	0,1	1.230	5,1
<b>Total</b>	<b>1.441</b>	<b>100,0</b>	<b>25.618</b>	<b>100,0</b>	<b>942</b>	<b>100,0</b>	<b>24.145</b>	<b>100,0</b>
<b>3. Natuba</b>								
Extratos de área	1995				2006			
	Imóveis		Área		Imóveis		Área	
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%
Até 2	261	28,6	232	1,5	106	25,2	89	0,8
2 - 5	297	32,5	843	5,3	96	22,9	279	2,6
5 – 20	240	26,3	2.009	12,6	131	31,2	1.213	11,2
20 - 100	84	9,2	3.560	22,4	67	16,0	2.723	25,1
100 - 500	27	2,9	5.334	33,5	17	4,0	4.356	40,2
500 - 1000	4	0,4	2.442	15,3	3	0,7	2.182	20,1
+ de 1000	1	0,1	1.500	9,4	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>914</b>	<b>100,0</b>	<b>15.920</b>	<b>100,0</b>	<b>420</b>	<b>100,0</b>	<b>10.842</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário da Paraíba para os anos indicados.

Considerando-se os imóveis de até 20 hectares, a Tabela 2.18 mostra também que em 2006, comparado com 1995, desapareceram 656 imóveis em Aroeiras, 483 em Itatuba e 494

em Natuba, o que em parte certamente deveu-se à formação do lago de Acauã. A exemplo do que ocorreu em Araçagi, a concentração fundiária também aumentou no período após a construção da barragem de Acauã, com exceção do município de Natuba, cujo Índice de Gini variou de 0,80 para 0,78 entre os anos de 1995 e 2006. Já nos municípios de Aroeiras e Itatuba, esse índice variou de 0,71 para 0,74 e de 0,87 para 0,88, respectivamente, em igual período.

Quanto à condição do produtor, em 1995 predominava no município de Aroeiras a categoria de proprietário. Estes representavam naquele ano 84,4% de seu número total, sendo estes responsáveis por 95,7% da área total, mas sua participação caiu para 50,4% e 91,1% do número total e da área total em 2006, respectivamente.

Assim como ocorrera em Araçagi, a pesquisa apontou para um número significativo de agricultores pertencentes à categoria dos trabalhadores sem-terra no município de Aroeiras, que não existiam em 1995 (quando os ocupantes representavam 15,1% do total de imóveis) e que em 2006 representavam mais de 35% de seu total. Certamente isso ocorre devido, pelo menos em parte devido à construção da barragem de Acauã, pois seu lago cobriu centenas de pequenas propriedades, fazendo surgir centenas de famílias de agricultores sem-terra. Essa categoria também apareceu nos municípios de Itatuba e Natuba, mas em proporção bem menor se comparado com Aroeiras. Nestes municípios, os proprietários representam em média mais de 90% do número total de produtores e também da área total, vindo logo em seguida os ocupantes e os arrendatários.

Os dados referentes à produção agrícola da área de influência imediata de Acauã mostram um perfil bastante distinto daquela da barragem de Araçagi, onde se destacam as chamadas culturas industriais, como a cana-de-açúcar, o abacaxi e o urucum, como mostra a Tabela 2.20. Assim, tomando-se como exemplo Aroeiras, vê-se na Tabela 2.20 que no ano de 2000, as culturas temporárias que mais se destacavam tanto em termos de área plantada como em valor da produção eram o feijão, o milho e a fava, vindo logo em seguida a mandioca. Por outro lado, houve um crescimento significativo do cultivo do tomate, cuja participação no valor da produção passou de apenas 4,3% em 2000 para mais de 27% em 2008, o que pode ser explicado pela introdução das técnicas de irrigação que vieram após a construção da barragem.

TABELA 2.19  
Condição dos Produtores nos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Acauã, em Número e  
Percentual de Ocorrência dos Estabelecimentos Agrícolas – 1995/2006

<b>Aroeiras</b>								
<b>Condição do Produtor</b>	<b>1995</b>				<b>2006</b>			
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Proprietário	1.930	84,4	38.555	95,7	1.099	50,4	15.894	91,1
Arrendatário	9	0,4	30	0,1	5	0,2	61	0,3
Parceiro	2	0,1	4	0,0	3	0,1	4	0,0
Ocupante	345	15,1	1.692	4,2	307	14,1	1.495	8,6
Sem terra	-	-	-	-	768	35,2	-	-
<b>Total</b>	<b>2.286</b>	<b>100,0</b>	<b>40.281</b>	<b>100,0</b>	<b>2.182</b>	<b>100,0</b>	<b>17.454</b>	<b>100,0</b>
<b>Itatuba</b>								
<b>Condição do Produtor</b>	<b>1995</b>				<b>2006</b>			
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Proprietário	400	27,8	23.841	93,0	369	38,2	23.358	96,8
Arrendatário	19	1,3	246	1,0	10	1,0	137	0,6
Parceiro	-	-	-	-	8	0,8	10	0,0
Ocupante	1.022	70,9	1.532	6,0	564	58,3	619	2,6
Sem terra	-	-	-	-	16	1,7	-	-
<b>Total</b>	<b>1.441</b>	<b>100,0</b>	<b>25.619</b>	<b>100,0</b>	<b>967</b>	<b>100,0</b>	<b>24.124</b>	<b>100,0</b>
<b>Natuba</b>								
<b>Condição do Produtor</b>	<b>1995</b>				<b>2006</b>			
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Proprietário	787	86,0	15.174	95,3	391	89,7	11.437	99,3
Arrendatário	6	0,7	29	0,2	6	1,4	34	0,3
Parceiro	2	0,2	2	0,0	10	2,3	12	0,1
Ocupante	119	13,1	716	4,5	22	5,0	39	0,3
Sem terra	-	-	-	-	7	1,6	-	-
<b>Total</b>	<b>914</b>	<b>100,0</b>	<b>15.921</b>	<b>100,0</b>	<b>436</b>	<b>100,0</b>	<b>11.522</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de 1995 e 2006.

Note-se, ainda com relação ao município de Aroeiras, que embora a construção da barragem tenha implicado na inundação de centenas de pequenas propriedades rurais e de mais de 1.700 hectares de terras agricultáveis, isso não resultou na redução da área plantada como um todo. A esse respeito faremos uma análise mais detalhada nos capítulos 3 e 4.

No que se refere aos municípios de Itatuba e Natuba, no primeiro ano do período considerado, no primeiro município a área plantada, ao contrário de Aroeiras, caiu em mais de 54% entre os anos de 2000 e 2008. Com exceção do tomate, cultivado quase sempre com a utilização da irrigação, os cultivos que mais se destacavam nesses dois municípios nos anos em análise eram aqueles típicos da agricultura familiar, como o milho, o feijão, a fava e a

**TABELA 2.20**  
**Produção Agrícola de Culturas Temporárias dos Municípios da Área de**  
**Influência Imediata da Barragem de Acauã – 2000/ 2008**

<b>Aroeiras</b>								
<b>Lavouras temporárias</b>	<b>2000</b>				<b>2008</b>			
	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da produção (R\$ Mil)</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da produção (R\$ Mil)</b>
Algod. herb. car (t)	2	2	2	1	5	5	4	3
Batata-doce (t)	1	1	10	3	30	30	300	132
Fava grão (t)	120	120	48	41	600	600	240	384
Feijão grão (t)	800	750	270	182	1.100	1.100	330	446
Mandioca (t)	40	40	160	60	30	30	300	90
Milho grão (t)	600	500	150	27	800	800	560	230
Tomate (t)	3	3	90	14	20	20	600	480
<b>Total</b>	<b>1.566</b>	<b>1.416</b>	<b>-</b>	<b>328</b>	<b>2.585</b>	<b>2.585</b>	<b>-</b>	<b>1.765</b>
<b>Itatuba</b>								
<b>Lavouras temporárias</b>	<b>2000</b>				<b>2008</b>			
	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da produção (R\$ Mil)</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da produção (R\$ Mil)</b>
Algod. herb. car (t)	900	900	180	108	3	-	-	-
Batata-doce (t)	2	2	20	2	3	3	30	11
Fava grão (t)	500	500	20	17	190	190	38	95
Feijão grão (t)	1.500	1.500	30	18	1.100	1.100	220	440
Mandioca (t)	50	50	500	15	5	5	50	6
Milho grão (t)	2.500	2.500	250	50	1.200	1.200	960	317
Tomate (t)	10	10	400	240	4	4	80	56
<b>Total</b>	<b>5.462</b>	<b>5.462</b>	<b>-</b>	<b>450</b>	<b>2.505</b>	<b>2.502</b>	<b>-</b>	<b>925</b>
<b>Natuba</b>								
<b>Lavouras temporárias</b>	<b>2000</b>				<b>2008</b>			
	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da produção (R\$ Mil)</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção</b>	<b>Valor da produção (R\$ Mil)</b>
Batata-doce (t)	5	5	30	6	10	10	100	35
Fava grão (t)	5	5	2	2	250	250	150	300
Feijão grão (t)	520	520	104	58	540	540	170	383
Mandioca (t)	10	6	60	3	4	4	40	5
Milho grão (t)	450	450	270	59	500	500	600	198
Tomate (t)	30	30	1.200	720	20	20	400	280
<b>Total</b>	<b>1.020</b>	<b>1.016</b>	<b>-</b>	<b>848</b>	<b>1.324</b>	<b>1.324</b>	<b>-</b>	<b>1.201</b>

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários 2000 e 2008.

mandioca. O algodão herbáceo, que representava 16,5% da área plantada em Itatuba no primeiro ano do período analisado, praticamente desapareceu no ano de 2008. As culturas que tiveram as maiores quedas em sua área plantada foram: a mandioca (- 90%), a fava (- 62%), o milho (- 52%) e o feijão (- 26,7%). Ao contrário do que ocorreu com Itatuba, em

Natuba não se verificou uma redução na área plantada total, tendo esta aumentado em quase 30% entre os anos de 2000 e 2008. Destaque-se mais uma vez a cultura do tomate, que em 2000, a despeito de cobrir apenas 2,9% da área total, representava quase 85% do valor da produção, tendo esse valor caído para 25% aproximadamente, em 2008.

No que diz respeito à produção das culturas permanentes, os dados da Tabela 2.21 mostram que esta revelou-se sem expressão nos municípios de Aroeiras e Itatuba no período aqui analisado, tanto em termos de área plantada como em valor da produção. Tanto que a área plantada com essas culturas foi de apenas 28 e 8 hectares no ano 2000, respectivamente. Já em Natuba, no ano de 2000 foram registrados mais de 1.400 hectares cultivados com culturas permanentes, com destaque para a banana e a uva, que representaram 85,7% e 10% da área plantada, respectivamente. Nesse município o destaque em termos de valor da produção ficou com a uva em ambos os anos analisados, cujos percentuais de participação na área plantada e no valor da produção, em ambos os anos foram, em média, próximos de 10% e 50%, respectivamente. Esses dados mostram que, ao contrário do que se costuma pensar, a construção de grandes barragens não impacta diferentes municípios e diferentes atividades econômicas da mesma forma, apesar de sua proximidade, podendo tomar variadas formas, inclusive no que diz respeito aos aspectos sociais, pois diferentes populações atingidas por essas barragens podem sofrer impactos de forma distinta, como veremos nos capítulos seguintes.

Finalmente, no que diz respeito à pecuária nos municípios aqui referidos, esta também se apresenta de forma um tanto diferenciada daqueles da barragem de Araçagi, uma vez que nestes a distribuição do rebanho se apresenta de forma bastante heterogênea, em que pese se tratar de três municípios com características climáticas, fisiográficas e econômicas bastante parecidas. Assim, como mostra a Tabela 2.22, em 1995, se por um lado em Aroeiras havia uma predominância dos rebanhos bovinos, o seu efetivo era inferior à soma dos caprinos e dos ovinos. Já em Itatuba os bovinos representavam quase 70% do total dos rebanhos, ficando os caprinos com apenas 2,7% e os ovinos com pouco mais de 16%. A situação em Natuba se mostrava intermediária, se comparada aos dois primeiros municípios. Aí, não só houve uma queda significativa do total dos rebanhos entre os anos considerados, como também houve uma queda na participação relativa do rebanho bovino em igual período, passando de pouco mais de 59% para 52,5%.

TABELA 2.21  
Produção Agrícola de Culturas Permanentes dos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Acauã – 2000/ 2008

<b>Aroeiras</b>								
Lavouras Permanentes	2000				2008			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)
Banana cacho (t)	4	4	3	6	30	30	480	384
Castanha-de-caju (t)	9	9	12	9	5	5	2	2
Coco (Mil frutos)	-	-	-	-	3	3	14	6
Goiaba (t)	2	2	40	1	2	2	12	5
Laranja (t)	2	2	80	2	2	2	12	5
Manga (t)	6	6	300	8	6	6	48	23
Maracujá (t)	-	-	-	-	2	2	24	14
Sisal (t)	5	5	2	1	5	5	4	3
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>55</b>	<b>55</b>	<b>-</b>	<b>442</b>
<b>Itatuba</b>								
Lavouras Permanentes	2000				2008			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)
Banana cacho (t)	1	1	1	1	-	-	-	-
Coco (Mil frutos)	5	5	15	4	5	5	15	5
Manga (t)	2	2	20	3	2	2	20	4
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>9</b>
<b>Natuba</b>								
Lavouras Permanentes	2000				2008			
	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Produção	Valor da produção (R\$ Mil)
Abacate (t)	1	1	11	1	-	-	-	-
Banana cacho (t)	1.200	1.200	1.800	1.260	1.000	1.000	12.000	2.100
Coco (t)	34	34	102	26	20	20	60	19
Laranja (t)	20	20	600	18	5	5	20	8
Manga (t)	6	6	300	8	6	6	60	11
Maracujá (t)	-	-	-	-	2	2	30	40
Uva (t)	140	110	2.200	1.540	110	110	1.980	2.376
<b>Total</b>	<b>1.401</b>	<b>1.371</b>	<b>-</b>	<b>2.853</b>	<b>1.143</b>	<b>1.143</b>	<b>-</b>	<b>4.554</b>

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários 2000 e 2008.

TABELA 2.22  
Produção Animal dos Municípios da Área de  
Influência Imediata da Barragem de Acauã – 1995/ 2006

Rebanhos	1995		2006	
	Número	%	Número	%
<b>Aroeiras</b>				
Bovino	5.020	38,7	6.390	39,1
Caprino	3.600	27,7	4.849	29,7
Ovino	1.700	13,1	2.587	15,8
Suíno	860	6,6	1.026	6,3
Equino	350	2,7	279	1,7
Asinino	1.150	8,9	907	5,6
Muar	300	2,3	289	1,8
<b>Total</b>	<b>12.980</b>	<b>100,0</b>	<b>16.327</b>	<b>100,0</b>
<b>Itatuba</b>				
Bovino	8.900	69,3	9.800	64,4
Caprino	345	2,7	1.250	8,2
Ovino	2.080	16,2	2.550	16,8
Suíno	290	2,3	510	3,4
Equino	645	5,0	610	4,0
Asinino	390	3,0	340	2,2
Muar	185	1,5	160	1,0
<b>Total</b>	<b>12.835</b>	<b>100,0</b>	<b>15.220</b>	<b>100,0</b>
<b>Natuba</b>				
Bovino	5.750	59,2	3.620	52,5
Caprino	1.200	12,4	900	13,1
Ovino	1.415	14,6	1.250	18,1
Suíno	520	5,3	400	5,8
Equino	320	3,3	330	4,8
Asinino	325	3,3	210	3,1
Muar	180	1,9	180	2,6
<b>Total</b>	<b>9.710</b>	<b>100,0</b>	<b>6.890</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de 2000 e 2008.

### **CAPÍTULO 3**

#### **AS COMUNIDADES ATINGIDAS ANTES DA CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS**

No final da década de 1990 o governo do estado da Paraíba anunciou a construção da barragem Santa Lúcia, mais conhecida como barragem de Araçagi, com capacidade para acumular cerca de 60 milhões de m<sup>3</sup>. Localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape, que abriga trinta municípios em uma área total de 4.254 km<sup>2</sup>, com uma população total de cerca de 500 mil habitantes no ano de 2000, a referida barragem tinha como objetivos o abastecimento humano de dez municípios – incluindo o de Guarabira, o maior deles, com cerca de 15% daquela população, e a modernização das atividades agropecuárias, com destaque para a irrigação e a aquicultura. Na mesma época também foi anunciada a construção de outra barragem de grande porte, a de Acauã, cujo lago inundaria terras dos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, no rio Paraíba, para acumular mais de 250 milhões de m<sup>3</sup> e com os mesmos propósitos da primeira.

Dez anos depois do início da construção da barragem de Araçagi, em junho de 2010, quando iniciei a minha pesquisa de campo para a elaboração desta tese, fui até a casa do agricultor Manoel, de 72 anos de idade. Ele chegou na antiga comunidade da Tainha em meados dos anos sessenta e logo foi trabalhar como morador de um grande proprietário de terras. Com o tempo, ganhou a confiança do fazendeiro, tornou-se o seu braço direito fazendo o controle do arrendamento dos pequenos lotes de terra que aquele arrendava exclusivamente a agricultores entre aqueles mais humildes. Atingido pela barragem, Manoel foi a primeira pessoa que me proporcionou registrar a primeira das três histórias de vida para eu começar a entender a história das comunidades atingidas pelas duas barragens pesquisadas.

Ouvir alguns camponeses sobre a história dessas barragens foi de fundamental importância para entender como tudo isso começou. Mais do que isso, foi a matéria-prima que eu precisava para compreender a verdadeira natureza do que chamo aqui de Estado manipulatório. Indagado como surgiu a história da barragem, ele pacientemente falou:

*Bem, a gente tava lá na (antiga) Vila Tainha, e aí apareceu essa história que Zé Maranhão ia fazer essa barragem e tal e tal. E andou por aqui um povo de fora medindo as terras em redor da beira do rio e lá vai e lá vem e lá vai e lá vem, esse povo pra cima e pra baixo; e depois disseram que ia fazer a barragem e que o povo ia ter*



*que procurar um canto pra ficar porque não podia ficar lá porque as águas iam crescer muito e ia alcançar muitas moradas. Como de fato, alcançou mesmo, tem lá canto que alcançou mesmo. O meu terreno já ficava meio longe, mas ela (a água) alcançou também. (Manoel, 72, agricultor atingido)*

Um mês após ter entrevistado o “Seu” Manoel, viajei por um percurso de aproximadamente 160 km de Araçagi até o município de Natuba, onde na comunidade do Costa (uma das agrovilas construídas para abrigar os atingidos da barragem de Acauã) entrevistei o jovem agricultor Amaury, um dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) junto às comunidades deslocadas pela referida barragem. O seu depoimento foi bem mais contundente para entendermos o caráter manipulatório com que o poder público trata a questão das grandes barragens junto às comunidades locais, quando este afirmou:

*Bem, as pessoas (os técnicos do governo estadual) chegaram aqui dizendo que ia ser construída uma barragem que ia gerar muito emprego e muitos benefícios para o povo daqui e de toda a região, mas estavam enganando o povo porque disseram que nenhum morador ia ser prejudicado e com isso foi passando o tempo e só depois que a barragem estava sendo construída é que fomos descobrir que não era como o governo dizia; as pessoas iam aos poucos perdendo as suas terras na medida em que a barragem ia enchendo e nada de se desapropriar outra área pra reassentamento, porque uma agrovila não é assentamento. Foi aí que vieram pessoas de outras localidades do estado e de outros estados para se juntar a nós e nos incluir na luta do MAB a nível nacional. (Amaury, 29, agricultor atingido)*

Rothman (1996) mostra que, quando a desinformação e as promessas vazias das empresas e do poder público produzem as decepções e as desilusões das populações atingidas e quando, mesmo com o apoio do MAB, ONG’s e segmentos progressistas da Igreja e das universidades, tal apoio não resultam na superação das ameaças e riscos trazidas pela construção de uma barragem, essas decepções acabam como uma repetição das experiências de outras populações atingidas, produzindo um sentimento de indignação, passo fundamental para o início de mobilização e resistência organizada.

### **3.1 AS REAÇÕES DAS COMUNIDADES ATINGIDAS**

#### **3.1.1 As primeiras reações**

Temerosas dos possíveis impactos negativos das barragens de Araçagi e Acauã sobre o seu modo de vida, as comunidades localizadas nas áreas a serem inundadas pelas mesmas iniciaram um processo de resistência à construção daquelas obras, porém de forma bastante

diferenciada, uma vez que as famílias das comunidades que iriam ser inundadas pela barragem de Araçagi, além de se anteciparem ao início de sua construção, contaram com importantes segmentos da sociedade local, como suas próprias associações, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, em menor escala, a Prefeitura local. Assim o senhor Luís, agricultor de Araçagi, resumiu a reação das comunidades locais:

*A gente se reuniu logo que soubemos da notícia da construção da barragem (...) Aí a gente sentou, organizou a associação primeiro, que estava desativada e botou ela de novo em atividade. Depois trouxemos um cidadão de João Pessoa, um doutor do ramo de João Pessoa (advogado), arrecadamos o dinheiro com todo mundo e pagamos pra fazer as filmagens. Então a gente fazia diversas reuniões nas comunidades. Se tivesse uma família com um terreninho aqui ou ali a gente ia lá fazer entrevista com eles lá. Fazia as filmagens e já começava a espalhar. Já era época de campanha, né? O candidato ao governo era da nossa região, o Dr. Roberto Paulino. Aí começou: se unimos à outra associação, a de Mulunguzinho, que botaram em atividade também, e quando tava tudo prontinho, procuramos a Pastoral de Guarabira (a CPT – Comissão Pastoral da Terra), na pessoa do Padre Luiz. Procuramos ele, contamos a situação real a ele, contamos tudinho como era, como não era, mostramos a ele muitas fotos e a gravação, inclusive de famílias que diziam que não saiam de lá (...) E aí a gente pediu apoio a ele e ele ficou de apoiar. (Luís, 50, atingido, Presidente da Associação dos Atingidos de Araçagi, Vila Tainha)*

Aqui o papel da igreja Católica, através da CPT foi de grande importância nas ações de reação das comunidades à construção daquela barragem, que articulou as ações locais a alguns órgãos da imprensa paraibana sobre o fato, antes mesmo da construção da barragem. Um jornal de grande porte assim informou a indignação da CPT, pela fala de um de seus representantes, o deputado estadual Frei Anastácio, do Partido dos Trabalhadores:

**Deputado vê prejuízos para 400 famílias em Araçagi:**

O deputado estadual Frei Anastácio (PT) denunciou, na tribuna da Assembléia Legislativa da Paraíba, que o governo estadual iniciou a construção da barragem de Araçagi sem apresentar sequer o mapeamento das famílias, terras, casas e benfeitorias existentes na região. De acordo com o deputado, cerca de 400 famílias estão se sentindo prejudicadas e elaboraram um abaixo-assinado que será entregue a todas as autoridades públicas da Paraíba. O abaixo-assinado feito por dez comunidades (...) tem o apoio da Diocese de Guarabira e da própria Câmara Municipal de Araçagi. “Negar informações a um povo que muito mais do que casas tem toda uma vida construída na região, é cometer uma injustiça contra a história da Paraíba”, afirmou Frei Anastácio. (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 20/9/1999)

Mas ainda havia a recusa do governo estadual em ouvir os agricultores, o qual tentou dar início à construção da barragem, mas enfrentou a decisiva reação dos agricultores. Um deles, morador da antiga vila de Mulunguzinho assim relatou a primeira reação das comunidades:

*Bem, quando essa barragem estava sendo construída, um grupo grande de pessoas da comunidade tentou explodir (implodir) a barragem. Chegaram até a fazer buracos e colocar dinamites, mas não chegaram ao objetivo, porque foram impedidos pela polícia, que tinha sido avisada por técnicos do governo e por engenheiros da obra. Então, é possível que esse povo não tivesse interessado na construção dessa barragem. (João, 65, atingido, Vila Mulunguzinho)*

Mas a barragem à qual o agricultor se refere em seu depoimento não era a barragem propriamente dita, mas uma barragem auxiliar, de terra, que é construída em baixa altura para desviar o curso do rio e, assim permitir o início da grande barragem. E dois meses depois os agricultores conseguiram o seu objetivo, quando, de madrugada, chegaram em dois ônibus e destruíram completamente a barragem, além de danificarem algumas das máquinas da construtora responsável pela obra. Essa ação forçou o governo estadual a sentar em uma mesa de negociação com os agricultores.

Como consequência imediata das negociações realizadas entre as duas comunidades e o governo estadual, foi criada uma comissão composta por representantes dos agricultores e do governo estadual, os primeiros representados por membros das associações das duas comunidades (Tainha e Mulunguzinho), e representantes da CPT, que elaborou um documento com duas reivindicações dos agricultores para que a construção da barragem fosse liberada. A primeira dizia que a construção das duas agrovilas para abrigar os atingidos deveria ser iniciada e concluída antes da barragem; nestas deveriam constar: casas de alvenaria; ruas pavimentadas, eletrificadas e com rede de abastecimento de água domiciliar; equipamentos sociais, como escolas, posto de saúde e praças; e transporte escolar para levar parte dos estudantes dessas comunidades para as escolas localizadas nas cidades de Araçagi e Guarabira. Mas as exigências não pararam por aí, pois o governo chegou a construir até dois templos religiosos, um em cada uma das duas agrovilas, fato bastante incomum em relatos de movimentos de resistência à construção de grandes barragens. A segunda reivindicação dos atingidos de Araçagi, o reassentamento das famílias atingidas para uma propriedade a ser desapropriada para este fim, jamais saiu do papel.

Já em Acauã, as ações de resistência das comunidades atingidas ocorreram de forma completamente diferente daquelas verificadas em Araçagi, a começar pelo fato de que o MAB (que não atuou no caso da barragem de Araçagi) iniciou o movimento de resistência de forma tardia. Assim um líder político local, da agrovila de nova Pedro Velho resumiu assim esse problema:

*Pedro Velho é na verdade um conjunto habitacional (urbano) construído em plena zona rural, e possui cerca de trezentas e setenta casas construídas pelo Projeto Mariz. Logo, não foram construídas como parte do planejamento da construção da barragem, mas sim como forma de reduzir o sofrimento daqueles que foram desalojados, e mesmo assim a sua construção teve... Só começou depois que a construção da barragem foi iniciada. No começo da transferência das famílias para esta comunidade, quase todos moravam (ainda) em barracas, parecia mais um acampamento de refugiados. (Iran, 49, vereador, agricultor atingido)*

Embora de forma tardia, iniciou-se um processo de mobilização através do MAB, que organizou uma estratégia de resistência baseada na denúncia das obras na imprensa, articulação das populações locais e algumas instituições públicas em torno de suas reivindicações. Essas comunidades levaram à frente suas lutas em torno de três reivindicações: i) indenização justa pelas terras inundadas; ii) relocação das famílias que tiveram suas terras atingidas pela formação do lago para novas áreas; e iii) criação de um programa de crédito e assistência técnica para que os agricultores pudessem reconstruir a sua rotina de trabalho.

A reação dessas comunidades foi uma resposta aos fortes impactos que a construção dessas barragens trouxe para o seu cotidiano. A exemplo do que ocorrera em outras grandes barragens, seja para fins hidrelétricos ou não, Araçagi e Acauã trouxeram uma série de impactos na sua área de influência que, de uma forma ou de outra, gera sofrimento social e na maioria das vezes acaba inviabilizando a reprodução das unidades de produção agrícola em bases familiares. Assim, a curto prazo, podemos destacar os seguintes impactos: i) a inundação de áreas antes exploradas com atividades agropecuárias; ii) a destruição de toda a infra-estrutura produtiva na área inundada; iii) o pagamento de indenizações em valores muito baixos, se comparados com o preço de mercado dos imóveis submersos - tendo inclusive sido excluído desse pagamento um número considerável de famílias; e iv) o não reassentamento das famílias em outras áreas para estas retomarem as suas atividades produtivas, conforme havia sido prometido pelo governo estadual .

Alguns órgãos da imprensa paraibana anunciaram os problemas criados pela barragem na vida dos agricultores, como, por exemplo, um jornal de Campina Grande, que com a manchete “Construção de Acauã deixa famílias na miséria”, deu a seguinte informação:

Moradores do distrito de Pedro Velho (177 km de João Pessoa) denunciaram que estão vivendo na miséria, por conta da construção da barragem de Acauã. Segundo informações da população, que reside na área futuramente a ser coberta pela água, o megaprojeto, que pretende criar um reservatório (com um espelho d’água) de 1725 hectares, só prejudicou as cerca de três mil pessoas que tiveram suas casas desapropriadas e hoje não têm possibilidades de subsistência (...). Dois anos depois,entretanto, com o reservatório concluído e a barragem aumentando seu volume de água diariamente, a situação é precária. Os moradores que optaram por trocar suas casas por outras, cerca de 150 famílias, estão morando em uma área inóspita, sem espaço para plantio ou criação de animais. Esses moradores estão vivendo de doações de cestas básicas, da Igreja ou da aposentadoria de algumas poucas pessoas, sem expectativa de local para trabalhar”. (JORNAL DA PARAÍBA, 1/9/2002).

Quase dois anos depois, outro jornal denunciava a situação dos agricultores em cuja manchete os chamava de “vítimas do descaso”:

A falta de planejamento na construção da barragem de Acauã trouxe sérios prejuízos para as 450 famílias da extinta comunidade de Pedro Velho, que culpam o governo anterior pela situação de abandono em que vivem hoje. Uma parte das famílias, que trabalhavam como agricultores em suas terras, recebeu uma casa como indenização e, hoje, vive sem ter o que fazer, nem de onde tirar o sustento. A outra parte luta para conseguir as indenizações prometidas e não pagas. As casas construídas para abrigar os moradores de Pedro Velho ficam em uma vila que não tem rede de esgoto, calçamento, escola e nem mesmo água potável”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 14/3/2004)

Em que pesem as denúncias da situação dos atingidos pelos jornais acima citados, tratou-se, na verdade, de uma “luta solitária”, como bem definiu uma agricultora atingida por Acauã, pois aí que não se verificou praticamente nenhum apoio de qualquer organização da sociedade civil aos atingidos, nem mesmo das que atuam no campo religioso, a exemplo da igreja Católica, cuja ausência deu espaço para a atuação de inúmeras igrejas evangélicas nas agrovilas que surgiram nas bordas do lago da referida barragem, mas mesmo assim muito depois da sua construção.

### **3.1.2 O papel da sociedade civil**

É inegável a importância da participação dos diversos segmentos da sociedade civil nos processos de conflitos sociais. Mas essa participação costuma ocorrer de forma muito

diferenciada, mesmo em se tratando de problemas comuns a diferentes grupos ou classes sociais. É o caso da atuação das organizações religiosas nos movimentos de resistência camponesa à construção de grandes barragens, que podemos ilustrar muito bem com os casos de Araçagi e Acauã.

Na barragem de Acauã, ao contrário da de Araçagi, como já afirmamos, verificou-se a ausência da igreja Católica nas lutas das comunidades atingidas, o que pode ser explicado, em grande parte, pela sua atuação histórica desta instituição em apoio aos camponeses da segunda barragem nos conflitos em torno da propriedade da terra. Mas isso não quer dizer que devamos olhar cada igreja como se fosse um bloco monolítico que tem nas palavras de sua cúpula dirigente a expressão única de suas posições, tal como afirma Poletto (2009), para quem a Comissão Pastoral da Terra nasceu justamente de uma experiência social traumática quando mais de 8.000 famílias foram deslocadas compulsoriamente da área inundada pelo lago da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, durante o governo do general Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), justamente a fase de maior repressão política no País.

De qualquer forma os posicionamentos da Igreja Católica e das igrejas evangélicas são bastante diferentes com relação à problemática das grandes barragens. Vejamos, por exemplo, o depoimento de um representante da Igreja Católica no movimento dos atingidos pela barragem de Araçagi, que é bastante revelador a esse respeito:

*Toda barragem tem como objetivo trazer o progresso, e todo progresso gera conflitos. A história da humanidade mostra que, pelas maiores construções o progresso sempre trouxe conflitos (...) Primeiro, conflitos baseados no pensamento de pessoas que defendem a ideologia segundo a qual a defesa da ecologia está em primeiro lugar; outros são aqueles que defendem a vida humana, pois se desloca, se transfere grandes grupos de pessoas de sua terra para em nome do progresso, através da construção de uma barragem. Então, a Igreja, como instituição, na sua essência defende a pessoa humana. Para ela o ser humano é maior do que qualquer progresso, pois o maior progresso deve ser aquele que existe e se forma dentro do ser humano (...) Então, é preciso que haja muita sintonia entre os governantes, entre as entidades de classe e entre a própria instituição, se podemos dizer assim, Igreja, pois ela, além de ser uma instituição divina, é também humana. E por ser humana e por ser divina, ela defende o humano que é a semelhança de Deus. Então, eu, particularmente, defendo muito mais a defesa do elemento humano. Não adiante ir atrás do progresso, o progresso chegar sem que ele valorize as pessoas humanas. As pessoas humanas devem ser respeitadas pelos seus direitos, pois a pessoa humana deve ter seus direitos invioláveis. (Gaspar, 51, Padre da Arquidiocese de Guarabira – PB)*

No centro da discussão colocada pela igreja Católica em torno dos impactos das grandes barragens está a sua preocupação com aquilo que, para Chayanov, constitui o elemento estruturador da agricultura camponesa: a família. Assim, todas as ações dessa instituição em Araçagi teve como preocupação central os possíveis riscos de desestruturação da instituição familiar. O mesmo entrevistado acima se referiu a esse respeito:

*Não podemos sequer ser contra a construção dessas barragens, pois a água é o bem maior da vida e o mundo inteiro está precisando cada vez mais dela (...). Mas não podemos negar que elas podem trazer como consequência a desestruturação familiar. O que é isso? Desestruturação familiar significa que na história de um povo, esse povo herdou terras de seus antepassados, fazendo com que a terra faça parte da sua história, que por sua vez lutaram para garantir a sobrevivência das futuras gerações tendo na família o seu principal meio de exploração da terra, da agricultura; daí o nome agricultura familiar! E esse problema começa a partir da separação dos jovens da terra, pois esses jovens não vão herdar a terra, esse bem natural e divino, tanto quanto foi com os seus pais. Daí porque a Igreja defende que o governo construa as barragens que sejam necessárias, mas que ele dê todas as condições necessárias para que essas famílias continuem a ser família, para que as famílias não percam a sua identidade, os seus laços afetivos. Os jovens, quando eles saem de seu lugar para dar lugar a uma barragem e quando chegam em um lugar estranho e percebem que lá eles não têm a liberdade que aquela terra lhes dava, eles vão embora pra São Paulo ou para o Rio (...) É quando a família se separa e perde a sua essência, que na linguagem deles (dos agricultores familiares) eu me lembro de ter ouvido tantas vezes seus pais dizerem: “meus filhos, não vão pra longe daqui, não podemos ficar longe um do outro porque juntos fica mais fácil pra os pequenos sobreviverem” (...) De nada adianta construir uma grande barragem para vir no rastro dela as grandes plantações de cana, de abacaxi e outras que utilizam o agrotóxico pra sujar a água e matar o peixe, este que é alimento e fonte de vida.*

Ou seja, em Araçagi, a igreja Católica apresentou um posicionamento de politização da questão agrária, da defesa da terra dos atingidos pela barragem, bem diferente da posição das evangélicas, que passaram a atuar nas comunidades de Acauã. A esse respeito se pronunciou um pastor representante de uma dessas igrejas:

*A Assembléia de Deus chegou aqui na vila há cerca de cinco anos, ou um pouco mais e foi a última a chegar, pois a Católica já tinha lá na Pedro Velho antiga, onde havia uma pequena igreja que foi coberta pelas águas e as outras chegaram um pouco depois do pessoal ocupar a vila. E nós chegamos até aqui porque muitos de nossos irmãos nos procuraram pedindo alguma ajuda, não só espiritual, mas que não tinham acesso a outras igrejas, principalmente a Católica, e então foram até o Pastor Edjar e trouxeram alguns irmãos para uma reunião com algumas pessoas da comunidade; foi quando tivemos a iniciativa de trazer a nossa igreja para cá. (Joás, 42, Pastor da Igreja Assembléia de Deus)*

No caso das igrejas evangélicas, a estratégia de atuação junto aos atingidos pela barragem de Acauã, pode ser explicada também pelo Pastor acima citado:

*Em termos de problemas de família, pelo que nós temos registrado e avaliado em nossas reuniões são dois os principais: em primeiro lugar aquelas situações em que alguém está passando por uma dificuldade espiritual e em segundo as privações, principalmente de ordem financeira, mas os problemas principais são mais de ordem espiritual, porque somos a igreja que menos atua nessa área de ajuda social e material. E mesmo no segundo caso a solução do problema não envolve necessariamente dinheiro para essas famílias, mas a doação de roupas, alimentos ou até mesmo a nossa igreja conseguir com aqueles seus seguidores que têm posses, transporte para aqueles que não têm como pagar o seu deslocamento até uma cidade próxima ou mesmo para Campina Grande e até para a capital.*

As diferenças não param por aí. Na perspectiva da CPT, a superação dos problemas causados pelas barragens passa necessariamente pela politização da questão. No caso de Araçagi há uma história de sacralização dos movimentos dos camponeses que remontam aos anos cinquenta e sessenta do século passado. Trata-se, segundo depoimento dos atingidos, de uma história com forte sentido de religiosidade e resistência social, de muito sofrimento, de muitas lutas, de muitos assentamentos que foram conquistados resistido ao poder dos latifundiários, inclusive de lutas armadas. Os agricultores das comunidades da Tainha e de Mulunguzinho já tinham uma tradição em aliar a prática do catolicismo à luta pela terra na região polarizada por Araçagi. Daí porque para a CPT a luta dos atingidos de Araçagi deve ser pautada pelas exigências de reparação das perdas pelo governo, inclusive com o reassentamento dos agricultores.

A Assembléia de Deus, por sua vez, tem uma orientação completamente diferente, para qual a saída para os problemas criados pela construção da barragem passa pelo esforço pessoal de cada um, e não necessariamente pelas mãos do governo, adotando uma ética moral e religiosa que encoraje o indivíduo a não depender da ajuda do poder público. Essa orientação foi definida da seguinte forma por um representante da Assembléia de Deus:

*Eu não acompanhei de perto o drama dessas pessoas, mas sei que não houve participação das igrejas de um modo geral, inclusive da nossa, porque nós chegamos aqui bem depois dessas comunidades terem sido transferidas de suas terras por causa da barragem. Sei também que esses problemas foram causados em grande parte pelo governo que não cumpriu com o que foi acertado com as comunidades. Mas eu acho que há por parte de muita gente um alarde com relação a isso. Eu sei que o governo tem a sua parte de culpa, mas não podemos levar as pessoas a se conformarem com essa explicação e encorajá-las a buscar as suas próprias saídas. Nós às vezes com o*



*tempo nos conformamos, mas o tempo não espera por ninguém, não é verdade? Sei que eles sempre me falam de sua luta, desde o momento em que houve aquela preparação para que eles tivessem que sair lá do outro Pedro Velho pra vir pra cá, mas uns queriam vir e outros não queriam e com isso ficaram esperando pelo tempo, mas o tempo trouxe uma surpresa e a barragem, que achavam que só encheria só com dez anos na verdade encheu rápido e pegou o povo de surpresa, despreparado. Quer dizer, o povo esperou pelo tempo, mas o tempo não espera pelo povo. Correram por causa da enchente e com isso perderam praticamente tudo, casas completas, mas é preciso passar por cima disso e buscar a salvação por outros meios e não só com a ajuda do governo. A saída, portanto, é encorajar as pessoas a buscarem as suas soluções próprias (...) E uma dessas saídas é o estabelecimento de um negócio próprio. Se você andar por aí (pelas agrovilas) vai ver que muitos dos negócios que mais prosperaram estão nas mãos dos evangélicos. E sabe por que? Porque eles são mais regrados, mais controlados e, portanto mais preparados para os seus negócios.*

Para Martins (1989), a sacralização dos movimentos no campo é sempre um risco para as lutas dos trabalhadores rurais. Segundo ele destacou em texto do final da década de 1980, que na luta pela terra no Brasil havia a marca e os riscos de uma sacralização do espaço político libertador. Mas essa sacralização não foi produzida propriamente pela ação da Igreja, e sim pela expansão capitalista dos últimos vinte anos que modificou a relação entre terra e poder, de modo que o capital se associou à propriedade da terra, tornando-se por isso conservador e anti-reformista. Para esse autor, a sacralização do espaço político em que se dão os movimentos sociais no campo

*está estreitamente associado ao confinamento da ação política do pobre e marginalizado às estruturas políticas imediatas e locais. Ora, é aí que está a sede última de parcela fundamental do poder político. É aí que as oligarquias realimentam seus vínculos clientelísticos e de dominação. É aí, também, que se abre o confronto prático e imediato com o direito de propriedade que sustenta a dominação oligárquica, que hoje associa terra e capital. (MARTINS; 1989, p. 62)*

Pode-se perceber, pois, que os processos de sacralização variam enormemente de caso para caso. No caso específico da igreja Católica, por exemplo, ora ela pode atuar numa perspectiva de enfrentamento com o poder público em favor dos atingidos, como ocorreu em Araçagi; ora ela pode simplesmente estar ausente, caso da barragem de Acauã, ou ela toma para si a defesa aberta da construção da barragem, assumindo em alguns casos o discurso progressista do governo e do grande capital.

Com relação a este último tipo de posicionamento da igreja Católica, esta instituição social toma para si a tarefa do convencimento das populações atingidas a não se posicionarem

contra a construção da barragem. Foi o que aconteceu com a barragem do Castanhão, no Ceará. Houve aí claramente um processo de “conformação” das dezenas de milhares de famílias desalojadas pela referida barragem, que foi assim relatado por um jornal cearense, apud Braz (2005):

Poucos dias antes do início da ocupação da Nova Jaguaribara ocorreu a entrega das chaves pelo governador do Estado do Ceará ao prefeito municipal, em 26 de julho de 2001, antecedida por uma romaria vinda de Jaguaribara, cujo cortejo litúrgico foi acompanhado por carros de bombeiros, trazendo as imagens dos santos padroeiros: São Vicente Férrer e Santa Rosa de Lima. Algumas pessoas traziam cartazes impressos com o seguinte slogan: “Com São Vicente Férrer rumo à Terra Prometida”. Na nova cidade também foram afixadas faixas: “Nova Jaguaribara, a Terra Prometida”. Depois veio o ato litúrgico com cânticos e orações. Logo após, a palavra de Dom José, bispo de Limoeiro do Norte. A pregação da igreja, como é tradicional, apelava para a conformação popular, através da submissão a Deus, do amor ao próximo, do desprendimento material, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, falava em conscientização política pela luta popular, em participação nas decisões políticas e em construção da cidadania. O discurso do governador ligou a religião à política (...) agradecendo aos jaguaribenses pelo grande gesto cristão de deixar sua terra por amor aos outros cearenses, e que estes últimos receberão então a dádiva divina, que é o direito à água (JORNAL O POVO, 25/09/2001).

No caso dos partidos políticos, tanto em Araçagi como em Acauã não se verificou o apoio destes ao movimento das comunidades atingidas, o que comprova a tese de Martins (1995) segundo a qual as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e incorporação dos problemas enfrentados pelos camponeses e da questão agrária, o que contribui para tolher as lutas camponesas e ao mesmo tempo empobrecer a ação dos próprios partidos políticos.

### **3.2 AS COMUNIDADES PESQUISADAS ANTES DAS BARRAGENS**

Não há consenso sobre a população que vivia nas terras inundadas pelas barragens de Araçagi e Acauã, pois o INTERPA (Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba), órgão responsável pela política fundiária levantou, para a barragem de Araçagi, um total de 750 habitantes, enquanto que o MAB afirma ter passado de 1.500; já nas áreas dos três municípios inundadas pela barragem de Acauã o cálculo oficial foi de 1.800 habitantes atingidos diretamente, enquanto que o MAB afirma que esse número era superior a 2.600 habitantes.

Diante de números tão diferentes, resolvemos fazer uma ampla pesquisa sobre a organização social e econômica das comunidades atingidas pelas barragens pesquisadas, onde

constam os aspectos demográficos daquelas comunidades antes e depois da construção das referidas barragens a partir de dados oficiais.

### 3.2.1 A organização social e econômica das comunidades atingidas

#### a) Barragem de Araçagi

Segundo dados oficiais do governo do estado da Paraíba, foram desapropriados para a construção da barragem de Araçagi cerca de 236 imóveis nos antigos povoados rurais da Tainha e de Mulunguzinho, os quais abrigavam, juntos, 227 famílias, o que representava uma população total de 968 habitantes, como mostra a tabela abaixo. Após a construção da referida barragem, as famílias atingidas foram reassentadas em duas agrovilas, que levaram o mesmo nome dos povoados inundados. Aí foram reassentadas 252 famílias, totalizando 1.196 habitantes, como mostra a Tabela 3.2. Trata-se de um número superior àquele de famílias oficialmente consideradas como atingidas diretamente pelo reservatório. Isso pode ser explicado pelo fato de que o movimento de reação dos agricultores à construção da barragem levou o governo a “reparar” com casas ou indenizações muitas famílias que não possuíam o título de posse da terra, por se tratar de agricultores ocupantes ou arrendatários.

TABELA 3.1  
Aspectos Demográficos das Comunidades Atingidas  
pela Barragem de Araçagi Antes da Formação do Lago - 1999

Comunidade	Município	Nº de imóveis desapropriados	Número de habitações	Nº de famílias	População total
Tainha	Araçagi	123	112	118	496
Mulunguzinho	Araçagi	113	102	109	472
<b>Total</b>		<b>236</b>	<b>214</b>	<b>227</b>	<b>968</b>

FONTE: FAC – Fundação de Ação Social do Estado da Paraíba. Relatório Sócio-econômico da Barragem de Araçagi. João Pessoa, 1999.

A estrutura fundiária da área inundada pela barragem acima referida, assim como ocorre com o Brasil de um modo quase geral, se mostrava bastante concentrada, predominando a presença de imóveis com pequenos estratos de área, como mostra a Tabela 3.3. Assim, os imóveis com até 2 hectares, que representavam pouco mais da metade de seu total (50,8%), ficavam com menos de 10% da área total, o que resultava em uma área média

de menor de 1 hectare. No outro extremo, os imóveis com áreas entre 50 e 100 hectares representavam apenas 1,3% de seu total, mas cobriam mais de 20% da área total, ocupando uma área média de pouco mais de 79 hectares.

TABELA 3.2  
Aspectos Demográficos das Comunidades Deslocadas  
pela Barragem de Araçagi Após a Formação do Lago - 2007

Município	Comunidades (Agrovilas)	População		Unidades habitacionais	
		Nº famílias	Pop. total	Número	Def./ Sup.
Araçagi	Tainha	167	706	126	- 41
	Mulunguzinho	131	490	126	-5
<b>Total</b>		<b>298</b>	<b>1.196</b>	<b>252</b>	<b>- 46</b>

FONTES: IBGE – Censo Demográfico - 2007.

FAC – Fundação de Ação Social do Estado da Paraíba. Relatório Sócio-econômico da Barragem de Araçagi. João Pessoa, 1999.

TABELA 3.3  
Malha Fundiária da Área Inundada pela Barragem Araçagi - 2000

Estratos de área (ha)	Imóveis		Área		Área média (ha)
	Número	%	Área (ha)	%	
Até 2	120	50,8	114,50	9,9	0,954
Mais de 2 a 5	61	25,8	205,67	17,8	3,371
Mais de 5 a 10	31	13,2	218,55	18,9	7,050
Mais de 10 a 20	16	6,8	232,48	20,1	14,530
Mais de 20 a 50	5	2,1	146,65	12,7	29,330
Mais de 50 a 100	3	1,3	238,20	20,6	79,400
Mais de 100	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>100,0</b>	<b>1.156,05</b>	<b>100,0</b>	<b>4,898</b>

FONTE: PARAÍBA: Estudo de impacto ambiental da barragem de Acauã. SEMARH, 2000.

(1) Foram consideradas apenas as áreas dos imóveis rurais e desconsideradas as áreas das antigas vilas ocupadas por imóveis públicos ou coletivos, como mercado público, delegacia, escolas, igrejas etc.

Com muitas pequenas propriedades, as atividades econômicas dessa área se caracterizavam em sua maior parte de subsistência, com o cultivo de milho, feijão, fava,

inhame, mandioca e, em menor escala, a cana-de-açúcar, o abacaxi e o mamão, estas últimas concentradas no município de Itapororoca.

A pecuária explorada na área inundada pela barragem de Araçagi, por sua vez, tinha nos bovinos o seu principal rebanho, o qual representava cerca de 67% do efetivo total e 92% do valor da produção, vindo logo em seguida os caprinos, ovinos e suínos. A maior concentração de bovinos se encontrava no município de Itapororoca (56,5%), enquanto que a soma dos caprinos e ovinos se concentrava em Araçagi, com quase 60% do total.

TABELA 3.4  
Produção dos Principais Produtos Agrícolas na Área Inundada  
pela Barragem de Araçagi Antes de sua Construção – 1999

Produto	Área plantada		Produção	Valor da produção	
	ha	%		R\$ 1.000	%
<b>Culturas temporárias</b>					
Abacaxi (Mil frutos)	35	6,0	1.340	1.945	89,5
Algodão herb. car. (t)	3	0,5	2	2	0,09
Batata-doce	12	2,0	149	25	1,1
Cana-de-açúcar (t)	42	7,2	1.875	47	2,1
Fava em grão (t)	35	6,0	8	11	0,5
Feijão em grão (t)	154	26,4	39	31	1,4
Mandioca (t)	133	22,7	1.645	98	4,5
Milho em grão (t)	171	29,2	63	17	0,8
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>100,0</b>		<b>2.176</b>	<b>100,0</b>
<b>Culturas permanentes</b>					
Banana (Mil cachos)	8	10,0	18	13	14,5
Castanha-de-caju (t)	12	15,0	8	9	10,0
Coco (Mil frutos)	16	20,0	92	6	6,7
Mamão (t)	4	5,0	114	0,4	0,5
Manga (t)	1	1,2	33	0,03	0,1
Urucum semente (t)	39	48,8	31	61	68,2
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>89,43</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FAC – Fundação de Ação Social do Estado da Paraíba. Relatório Sócio-econômico da Barragem de Araçagi. João Pessoa, 1999.

## b) Barragem de Acauã

Por ter um volume de água mais de quatro vezes maior do que a barragem de Araçagi, a barragem de Acauã apresenta números bem mais expressivos em termos de população diretamente atingida pela formação de sua represa. Assim, como mostram os dados da Tabela 3.5, antes da construção de Acauã, havia na área hoje inundada seis povoados ou comunidades rurais, espalhados nos municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba. Ali foram

desapropriados 805 imóveis, onde moravam 832 famílias, um número bem inferior ao apontado pelo MAB, que diz que esse número passava de um pouco mais de mil famílias, incluindo aquelas que não possuíam o título de posse de terra.

Com a construção da barragem, surgiram naqueles três municípios citados seis agrovilas construídas para abrigar as famílias desalojadas pela sua represa, onde foram construídas 994 unidades habitacionais para abrigar cerca de 1.031 famílias, totalizando uma população de 3.678 habitantes. A maior dessas agrovilas é a de Pedro Velho, que abriga quase a metade de toda a população deslocada compulsoriamente, ou seja, 49,6% do total. Segundo lideranças do MAB entrevistadas na pesquisa, atualmente essa população já se aproximou de cinco mil habitantes, uma vez que Pedro Velho, seguido de longe da comunidade de Cajá atraiu um contingente significativo de pessoas não só dos municípios que tiveram parte de seus territórios inundados pela barragem como também de outros municípios daquela região, principalmente da zona rural.

TABELA 3.5  
Aspectos Demográficos das Comunidades Atingidas  
pela Barragem de Acauã Antes da Formação do Lago - 1999

Comunidade	Município	Nº de imóveis desapropriados	Número de habitações	Nº de famílias	População total
Cafundó	Aroeiras	88	89	107	476
Cajá	Aroeiras/ Itatuba	154	124	139	667
Ilha Grande	Aroeiras/ Natuba	44	39	42	183
Junco	Natuba/Aroeiras	44	45	44	155
Melancia	Itatuba/ Natuba	122	115	127	532
Pedro Velho	Aroeiras/ Natuba	353	353	373	1424
<b>Total</b>		<b>805</b>	<b>765</b>	<b>832</b>	<b>3.437</b>

FONTE: FAC – Fundação de Ação Social do Estado da Paraíba. Relatório Sócio-econômico da Barragem de Acauã. João Pessoa, 1999.

No que se refere à estrutura fundiária da área da barragem antes de sua construção, os dados da Tabela 3.7 sugerem que esta era bem mais concentrada do que a da área inundada pela barragem de Araçagi. Assim, se por um lado os imóveis com até 2 hectares representavam mais de 78% do seu número total, por outro estes cobriam apenas 4,1% da área total inundada, o que mostra que a malha fundiária da área coberta pela barragem de Acauã era bem mais concentrada do que aquela que fora inundada pela barragem de Araçagi.

TABELA 3.6  
Aspectos demográficos das comunidades deslocadas  
pela barragem de Acauã após a formação do lago - 2007

Municípios	Comunidades (Agrovilas)	População		Unidades habitacionais	
		Nº famílias	Pop. total	Número	Def./ Sup.
Aroeiras	Pedro Velho	470	1823	390	- 80
	Riachão	100	385	120	- 20
Itatuba	Cajá	134	532	122	- 12
	Melancia	105	386	122	17
Natuba	Água Paba	100	270	120	20
	Costa	122	282	120	- 2
<b>Total</b>		<b>1031</b>	<b>3678</b>	<b>994</b>	<b>- 37</b>

FONTES: IBGE – Censo Demográfico - 2007.

FAC – Fundação de Ação Social do Estado da Paraíba. Relatório Sócio-econômico da Barragem de Acauã. João Pessoa, 1999.

Assim, se por um lado os imóveis com até 2 hectares representavam mais de 78% do seu número total, por outro estes cobriam apenas 4,1% da área total inundada, o que mostra que a malha fundiária da área coberta pela barragem de Acauã era bem mais concentrada do que aquela que fora inundada pela barragem de Araçagi.

Essa concentração fundiária aumentou ainda mais após a construção das barragens de Araçagi, pois isso resultou no desaparecimento de centenas de pequenos imóveis, enquanto que grandes propriedades foram preservadas. No caso de Araçagi a formação do lago resultou na inundação de mais de 1.000 hectares, enquanto que Acauã fez desaparecer mais de 1.500 hectares, resultando em uma redução significativa da participação da agricultura familiar na economia daquela área. Essa mesma concentração de terras ocorreu nos outros municípios da área de influência imediata da referida barragem, e de um modo geral, no conjunto dos dois municípios, embora os imóveis com até 2 hectares representassem mais de 70% de seu total, estes cobriam menos de 3% da área total<sup>45</sup>.

<sup>45</sup> Esses dados só estão disponíveis para Cuité de Mamanguape para o ano de 2006 porque em 1995 este município ainda não existia formalmente e, portanto, não constava nas estatísticas do IBGE.

TABELA 3.7  
Malha fundiária da área inundada pela barragem de Acauã

Estratos de área (ha)	Imóveis		Área		Área média (ha)
	Número	%	Área (ha)	%	
Até 2	376	78,2	70,36	4,1	0,187
Mais de 2 a 5	44	9,2	146,51	8,6	3,329
Mais de 5 a 10	27	5,6	192,64	11,2	7,134
Mais de 10 a 20	23	4,8	301,72	17,6	13,118
Mais de 20 a 50	4	0,8	180,37	10,5	45,090
Mais de 50 a 100	4	0,8	341,39	20,0	85,347
Mais de 100	3	0,6	480,16	28,0	160,053
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>100,0</b>	<b>1713,15</b>	<b>100,0</b>	<b>3,561</b>

FONTE: PARAÍBA: Estudo de impacto ambiental da barragem de Acauã. SEMARH, 2000.

(1) Foram consideradas apenas as áreas dos imóveis rurais e desconsideradas as áreas das antigas vilas ocupadas por imóveis públicos ou coletivos, como mercado público, delegacia, escolas, igrejas etc.

Um dado que chama a atenção foi o aumento bastante significativo de uma categoria de trabalhadores sem-terra, o que pode ser explicado tanto pela perda da terra pelos atingidos tanto de Acauã como de Araçagi, como também pela inclusão dessa categoria de produtores no Censo Agropecuário do IBGE. Estes não chegavam a ser numericamente significativos em Araçagi, mas no município de Aroeiras em 2006 representavam mais de 35% de seu total. Isso é uma consequência direta da construção da barragem de Acauã, cuja represa, ao cobrir centenas de pequenas propriedades, fez surgir centenas de famílias de trabalhadores sem-terra. Essa categoria de trabalhadores rurais também apareceu nos municípios de Itatuba e Natuba, mas em proporção bem pequena se comparados com Aroeiras. Nesses municípios, os proprietários representam em média mais de 90% do número total de produtores e também da área total, vindo logo em seguida os ocupantes e os arrendatários. Isso fez com que aumentasse o número de trabalhadores que, na falta de sua terra, que desapareceu sob as águas da barragem, foi levado a arrendar outras terras, e os que nem isso consegue, apela para outras alternativas de sobrevivência, como a pesca, como relata um agricultor de Araçagi:

*É tudo de terreno arrendado, eu mesmo trabalho num pequeno pedaço de terra arrendado, porque a maioria desse pessoal não tinha terra lá onde hoje é a represa e os que tinha não tem mais. Se a gente tivesse terra pra nós mesmo era bom de mais, mas nós não temos. E a gente que não tem, o jeito é a gente arrendar. Por isso que eu lhe disse que a felicidade do pobre aqui nessa região é essa barragem, porque é dentro da água que nós vamos buscar o sustento do dia-a-dia, porque a agricultura custa muito a dar resultado, e o peixe não, tá todo dia lá esperando pelo pescador (João, 48, pequeno arrendatário, Araçagi)*



Uma das consequências da redução da área agricultável devido à formação das represas dessas grandes barragens é a elevação dos preços do arrendamento, o que, no caso de Araçagi, atraiu a agricultura comercial, a exemplo da cana-de-açúcar e do abacaxi, gerando assim um aumento da concentração de renda, pois os agricultores locais não têm como competir com o grande capital. Um agricultor afetado por esse processo conta que

*(...) quem arrenda é mais os de fora. Essa terra aqui, passando vizinho da gente aqui é toda arrendada pra abacaxi pelo pessoal de Itapororoca, alguns de Araçagi, Sapé e passando daqui a um quilômetro ou um quilômetro e meio lá tem uns 100 hectares de terra de Dr. Carlos e só lá já tem uns 70 hectares arrendados pro plantio de cana e abacaxi... Isso só de uma empresa! Então o pobre não tem condições de trabalhar assim, porque a renda (o custo do arrendamento) é alta e se for trabalhar de alugado (assalariado) o emprego não é o tempo todo (Ivanildo, 52, atingido, Vila Mulunguzinho)*

No que diz respeito à produção antes da construção da barragem, verifica-se que a mesma difere significativamente da de Araçagi. Assim, como mostra a Tabela 3.8 para o conjunto dos três municípios da área de influência de Acauã, em termos de cultivos temporários, eram o tomate e a mandioca, os quais representavam juntos mais de 81% do valor da produção, embora estes respondessem por um pouco mais 8% da área plantada. As culturas típicas de subsistência, como milho, feijão e batata-doce cobriam a maior parte da área plantada, mas como todo produto voltado mais para o consumo familiar, tinham menor expressão em termos de valor da produção.

Já os produtos agrícolas de cultivo permanente de maior destaque em termos de área plantada eram a banana e a uva, sendo que a primeira cobria sozinha 85% da área plantada, ficando a uva com 6,2%. Este último produto, por sua vez, respondia sozinha por mais de 90% do valor da produção.

No que se refere à organização social dessas comunidades, esta é estruturada pelo que serve de referência para a construção das relações de sociabilidade e que, de uma forma ou de outra, ajudam a estruturar a memória coletiva do lugar. Esses lugares de referência refletem a importância das relações econômicas, da religiosidade das comunidades e suas expressões culturais, a exemplo da feira livre, das igrejas, do cemitério e de todo e qualquer espaço onde ocorre a socialização das informações.

Tanto a antiga comunidade habitada pelas famílias realocadas com a inundação da barragem de Araçagi (as vilas de Tainha e Mulunguzinho) como da de Acauã (vila de Pedro

Velho) estavam estruturadas em função de suas feiras livres, principal via de integração da agricultura camponesa com o mercado. Era nesse espaço de sociabilidade que as famílias iam vender os seus excedentes da produção e buscar os produtos que não produziam. Assim um camponês de Aroeiras descreve esse importante espaço de trocas:

*Quer dizer, era um lugar pequeno, mas era bem arrojadinho porque vinham os mangaieiros lá de Pernambuco e abastecia a nossa feirinha de um tudo, que fosse em carro ou em caçuá de animal, como caçuá de banana e todo tipo de mercadoria. Eu mesmo cansei de levar os caçuá dos mangaieiros de Pernambuco na canoa, de um canto a outro. Por isso que eu lhe disse que não faltava movimento lá” (Adauto, 56, atingido, vila de PedroVelho)*

TABELA 3.8  
Produção dos principais produtos agrícolas na área inundada  
pela barragem de Acauã antes de sua construção – 1999

Produto	Área plantada		Produção	Valor da produção	
	ha	%		R\$ 1.000	%
<b>Culturas temporárias</b>					
Algodão herb. car (t)	92	11,5	35	18	3,0
Batata doce	3	0,4	28	10	1,6
Fava em grão (t)	49	6,2	18	15	2,5
Feijão em grão (t)	258	32,3	52	37	6,2
Mandioca	47	6,0	305	118	19,6
Milho em grão (t)	328	41,2	139	31	5,2
Tomate	20	2,4	700	372	61,9
<b>Total</b>	<b>797</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>601</b>	<b>100,0</b>
<b>Culturas permanentes</b>					
Banana (Mil cachos)	194	85,0	232	168	9,2
Castanha-de-caju (t)	3	1,3	5	3	0,2
Coco (Mil frutos)	7	3,1	19	5	0,3
Laranja (t)	5	2,2	186	6	0,3
Manga (t)	5	2,2	162	5	0,3
Uva	14	6,2	226	1.635	89,7
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>1.822</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FAC – Fundação de Ação Social do Estado da Paraíba. Relatório Sócio-econômico da Barragem de Acauã. João Pessoa, 1999.

Igualmente importante eram os encontros da comunidade em torno das missas nas antigas vilas. A esse respeito, devemos lembrar que o desaparecimento da igreja, tanto quanto o das terras exploradas pelas famílias para o seu sustento era motivo de resistência contra a

construção da barragem e a sua reconstrução (em réplica que reproduzisse fielmente a antiga construção) em um local a salvo da inundação foi motivo de negociação entre as famílias a serem realocadas compulsoriamente e o governo estadual, o que só foi cumprido no caso da barragem de Araçagi. Referindo-se à submersão das duas igrejas da antiga vila de Pedro Velho, um agricultor de Aroeiras afirma que

*Todas elas foram cobertas, só deu tempo mesmo tirar umas coisas de dentro e logo a água cobriu. As de São Pedro e São Sebastião do jeito que tavam a água cobriu; só deu tempo mesmo de tirar os santos e os bancos também, né? Material de tela, madeira, parede, tudo ficou inteirinho de baixo d'água. Tem igreja que ficou a mais de 18 ou 20 metros no fundo da barragem (Luiz, 40, atingido, vila de Pedro Velho)*

O ciclo hidrológico da barragem de Acauã faz com que muitos moradores da nova vila de Pedro Velho relembrem os cultos religiosos que haviam antes da inundação e, de certo modo, reavivam periodicamente a religiosidade dessa comunidade, quando muitos de seus moradores se dirigem para lá para apreciar parte dessas igrejas quando o nível da água está baixo o suficiente para deixar a mostra parte dessas antigas construções. E isso é um acontecimento característico de todas as experiências de construção de grandes barragens. Assim, referindo-se à barragem do Castanhão, no Ceará, Braz (2005) fala de como a inundação da principal igreja de Jaguaribara, a maior cidade inundada pela represa do Castanhão, mexeu com o imaginário popular, a ponto de ter influenciado no surgimento de uma procissão anual ao lugar inundado. Assim ela relata a transferência dos santos e outros objetos antes da inundação e submersão da referida igreja:

O evento foi antecedido por uma romaria vinda do antigo município, que tinha como objetivo fazer a mudança dos santos padroeiros da cidade (sede) Santa Rosa de Lima e São Gonçalo – e do distrito de Poço Comprido – São Vicente Férrer (...). A igreja foi um dos primeiros equipamentos a mudar-se; tanto que, em alguns relatos, registrei pessoas afirmando que só acreditaram que a cidade ia mudar com a transferência dos santos (...). Na transposição dos santos de uma cidade para a outra, o percurso foi permeado de simbolismo: em procissão, as pessoas levaram as imagens retiradas do templo a ser destruído (submerso) para a nova igreja matriz. Após a chegada dos mesmos, ocorreu a solenidade de entrega das chaves da cidade, que se iniciou com as palavras do bispo de Limoeiro do Norte, padres e depois dos políticos presentes (BRAZ; 2000, p.55)

Ao contrário do que ocorrera com as populações realocadas pela barragem do Castanhão, o mesmo não ocorreu no caso da barragem Acauã<sup>46</sup>, pois segundo relatos da

---

<sup>46</sup> Já com relação à barragem de Araçagi, pressionado pelas comunidades locais, houve a transferência de móveis e objetos religiosos tanto do templo da vila Tainha como de Mulunguzinho e o governo do estado ainda

pesquisa de campo, o governo estadual não cumpriu com a promessa de construir novas igrejas antes que se iniciasse a formação do lago e, pegos de surpresa, os moradores tiveram muito pouco tempo para retirar alguns poucos objetos (imagens de santos, principalmente) antes que a água cobrisse os templos. O mesmo ocorreu com o cemitério, referência de sociabilidade das comunidades locais e que está sempre ligado ao mesmo ocorrido com os templos religiosos. As formas como as comunidades desalojadas pela barragem Acauã negociaram com o governo estadual sempre estiveram impregnadas de simbolismo e até hoje o não cumprimento do acordo de transferência dos restos mortais de seus parentes para um novo cemitério, a ser construído na nova vila de Pedro Velho, mexem com o imaginário dessas comunidades<sup>47</sup>.

Esse ciclo hidrológico da barragem, que volta e meia mexe com o imaginário fica registrado no depoimento da maior parte dos entrevistados, especialmente dos que já entraram na terceira idade. Há que se observar ainda as estratégias de reprodução da agricultura camponesa que essas comunidades põem em prática. Para tanto, elas buscam no associativismo, nas formas coletivas de exploração das atividades agrícolas, nas atividades não agrícolas ou nas migrações a fonte de sustentabilidade de sua organização. É o que veremos logo a seguir.

### **3.2.2 A organização econômica dos atingidos**

Um dos pilares de sustentação da economia camponesa é o seu acesso ao que as ciências sociais chamam de sistema de uso comum da terra e demais recursos. Como mostra Almeida (2009) nesses sistemas o controle da terra e demais recursos produtivos é feito mediante a utilização de “normas específicas instituídas para além do código legal vigente”. Tais normas são acatadas de maneira consensual no âmbito das relações sociais estabelecidas pelos grupos familiares que fazem uso dos referidos recursos, viabilizando assim a sua reprodução social e material.

---

construiu uma igreja nova para cada uma das novas vilas construídas para abrigar as famílias desalojadas pela referida barragem.

<sup>47</sup> Depois de cinco anos de transferência para as agrovilas construídas no entorno daquela barragem foi iniciada a construção de um novo cemitério, desta feita na nova Pedro Velho, mas este nunca foi utilizado por ter tido a sua construção embargada pelos órgãos ambientais devido à falta de licença ambiental e por ter sido construído em terreno de formação geológica inadequada para esse tipo de construção. Para muitos moradores de Pedro Velho, o referido cemitério traz má sorte para a população local, tal como uma vingança dos mortos (antepassados) que ficaram esquecidos no fundo da barragem e defendem a sua demolição.

Um levantamento detalhado da organização social e econômica das comunidades atingidas indicou características que apontam para a presença de elementos da economia moral como elemento de sustentação responsável pela reprodução social e material das mesmas. Alguns depoimentos de agricultores atingidos por ambas as barragens dão uma idéia da organização econômica das comunidades atingidas, que tinham na feira livre um dos principais espaços de sociabilidade que davam sentido ao seu cotidiano. Assim um agricultor atingido por Acauã se refere a um desses aspectos:

*Tinha uma feirinha boa danada no domingo, quando a gente ia vender nossos legumes e o pessoal de fora, até de Pernambuco ia vender troço práns nossas casas, roupa, sapato, de tudo tinha um pouco. Hoje aqui a gente não tem feira, tem que ir pra Aroeiras ou Campina; ou então comprar mais caro nas bodegas e nos mercadinhos daqui, porque os fornecedores alegam que as condições de estrada pra cá são muito ruins e por isso as mercadorias chegam mais caras. Quer dizer, era um lugar pequeno, mas era bem arrojadinho porque vinham os mangaieiros lá de Pernambuco e abastecia a nossa feirinha de um tudo, que fosse em carro ou em caçuá de animal, como caçuá de banana e todo tipo de mercadoria. Eu mesmo cansei de levar os caçuá dos mangaieiros de Pernambuco na canoa, de um canto a outro. Por isso que eu lhe disse que não faltava movimento lá. (Luís, 64, atingido, vila de Pedro Velho)*

Eis aí uma característica importante da economia moral dos camponeses, em que estes desenvolviam toda uma estratégia de compra e venda em torno daquilo que eles consideravam de fundamental importância para a sua sobrevivência, a feira dominical, um local de intensas relações econômicas, mas que servia como uma extensa rede de relações sociais. Essas relações foram afetadas fortemente pelo desaparecimento dessas comunidades no fundo da barragem, pondo em risco a reprodução social e material dessas comunidades devido à perda das condições necessárias para tal, como atesta outro depoimento, ainda se referindo à feira livre da antiga Pedro Velho como um espaço de sociabilidade:

*É, antes nós tinha a feira lá onde o povo ia vender os nossos produtos da agricultura e comprava as coisas que precisava pra dentro de casa dos comerciantes que vinham de fora oferecer de tudo: roupa, sapato, produto de limpeza, charque, um bocado de coisa, né? Hoje nós temos que ir pra Aroeiras, nos mercados (supermercados) de lá. Só compra aqui se precisar de uma coisa mais ligeiro, um pedacinho de carne, uma coisa pra não ficar sem tempero. Aqui se mata um ou dois bois só por semana, fica ali naquele galpão (uma construção que era para ser a feira livre do povoado e se encontra abandonado), vem pouca gente de fora trazer novidade aqui pra nós. Já lá no outro Pedro Velho a feira era boa e muito sortida. Tanto que lá não tinha supermercado, mercadinho só tinha um e mesmo assim pequenininho; agora, aqui não tem mais feira livre, mas tem um espalho danado de mercadinhos grandes, cada um maior do que o outro, fora os supermercados grandes de Aroeiras, mas lá era melhor*

*porque nós podia vender os produtos da nossa agricultura. (José, 46, atingido, vila do Costa)*

Essas mesmas práticas de sociabilidade se repetiam no dia-a-dia do cultivo da terra. Como afirmou Severino, um agricultor de 72 anos atingido pela barragem de Acauã, “na antiga Pedro Velho havia terra pra plantar, muito pasto pra dar pros bichos, além de uns peixinhos meio graúdos que a gente pegava no rio (...). Havia também muitas miunças que se criava sem dificuldade, de modo que a qualquer hora tinha o que se comer sem precisar ter que ir ao mercado pra comprar nossa própria comida. E mesmo quem não tinha terra podia arrendar um pedacinho de alguém ou trabalhar no alugado na parceria que ninguém passava necessidade não”.

Esses elementos da economia moral dos camponeses são os poucos que aproximam a experiência de Araçagi à de Acauã como um raro traço comum entre ambas as barragens. Sendo comunidades com um passado marcado por intensas lutas contra os grandes proprietários de terras e tendo ao seu favor um importante segmento progressista da igreja Católica, depoimentos dos agricultores dos povoados de Tainha e Mulunguzinho são repletos de exemplos de relações de solidariedade que atuavam como estratégia de luta na sua reprodução social e material, como a realização de mutirões, a troca de dias de trabalho e o uso comunitário de espaços de recursos de uso comum, como aqueles destinados à pesca, caça e até mesmo plantio de pastagens de forma coletiva.

Essas comunidades atingidas por grandes barragens apresentam como uma de suas principais características uma cultura marcada fundamentalmente por valores que diferem da economia individualista de mercado. Isso leva essas comunidades ao aproveitamento de espaços de recursos naturais de uso comum, cuja existência passa a sofrer o risco de desaparecimento devido à perda de extensas áreas de terras para as grandes represas<sup>48</sup>. Ainda hoje, inúmeras comunidades rurais dispõem desses espaços territoriais (florestas, campos,

---

<sup>48</sup> Do ponto de vista acadêmico, o debate sobre os espaços de recursos naturais de uso comum foi lançado com o artigo de Hardin, “*A Tragédia dos Comuns*”, publicado em 1968. Nesse trabalho, o autor conclui que se o acesso aos bens comuns for aberto aos vários usuários, aumentando-se indefinidamente as áreas de exploração comunitária, a tendência é a exploração excessiva dos recursos naturais e a queda da rentabilidade da atividade, como a pesca, e por isso propõe ou a privatização ou a intervenção estatal como forma de controle desses espaços. Aqui, o autor ignora que nos sistemas tradicionais de uso comunitário também existem regras destinadas a evitar a utilização excessiva dos recursos naturais, a exemplo das comunidades das reservas extrativistas de florestas e das áreas de uso comum na agricultura camponesa. Tanto que nas décadas subsequentes cresceu significativamente o número de estudos que revelam a importância dos sistemas tradicionais de uso comum e de controle comunitário sobre esses espaços territoriais, a exemplo da agricultura familiar no Brasil e em outros países.

lagos, lagunas, rios) que foram e muitos ainda são explorados coletivamente, o que constitui uma forma de resistência da agricultura camponesa. Os recursos naturais contidos nesses espaços são usados pelas comunidades através de um conjunto de normas construídas coletivamente ao longo do tempo e que regulam o acesso dos membros das comunidades aos recursos considerados de uso comum. O acesso aos recursos naturais de uso comum é garantido pelo fato de se pertencer à comunidade e participar do mesmo universo simbólico de normas e proibições, em geral fundado em uma complexa teia de relações familiares e comunitárias. Em determinados momentos da história, essas formas de apropriação comum dos recursos passaram a sofrer o impacto de outras formas de propriedade, como a estatal e a privada, e estar ameaçadas de desaparecimento. Em certos casos a ameaça externa tem sido um elemento essencial na afirmação de direitos comunitários e na reconstrução da tradição, embora seja esse caso em número reduzido. Em outros casos, o próprio Estado reconhece juridicamente esses arranjos tradicionais frente à expansão da grande propriedade particular, embora, na maioria das vezes, isso ocorra porque ou esses espaços não apresentam potencialidades concretas para o processo de acumulação capitalista ou são funcionais a esse sistema.

Os impactos sofridos por comunidades rurais pela construção de grandes barragens reflete uma realidade histórica dos camponeses na luta pela sua reprodução enquanto grupo social, quando estes enfrentam situações adversas decorrentes do desenvolvimento capitalista. Muitas vezes isso ocorre como resultado das ações modernizadoras das políticas governamentais que acabam por favorecer a valorização e a concentração do capital através da especulação e concentração fundiárias, caso muito comum entre as comunidades locais atingidas diretamente por grandes barragens.

Isso ocorre de uma característica das sociedades que se modernizam e por isso se tornam eletrointensivas: o aumento dos riscos de desestruturação dos segmentos mais vulneráveis da sociedade aos efeitos da modernização capitalista. Trata-se de uma fase do desenvolvimento capitalista em que os interesses privados dominam cada vez mais as esferas da vida social, impulsionados pelo mercado e pela ideologia neoliberal.

Pelo que podemos ver até agora podemos afirmar que a economia moral é uma importante base de sustentação da agricultura camponesa e que o seu desaparecimento está fortemente vinculado à desestruturação da organização econômica estruturada em bases

morais e solidárias, como afirma Polany.<sup>49</sup> Na história da humanidade, até o século XVIII não havia separação entre economia e moral, pois existia uma unidade entre o social, o econômico, o político e o religioso a tal ponto que não fazia sentido separar uma da outra. Segundo a expressão cunhada por Karl Polanyi (2000), a economia estava imersa no sistema social, ou seja, era impossível separar mentalmente a economia de outras atividades sociais, não existindo em muitas sociedades uma palavra específica para designá-la<sup>50</sup>.

A separação entre economia e moral foi lenta e progressiva. Durante o período mercantilista, foi amadurecendo a noção de economia como mecanismo objetivo independente de imperativos morais, encontrando mais receptividade em certas áreas do que em outras. Mas, conforme a tese da autodestruição, segundo a qual o capitalismo traz em si mesmo o germe de sua própria destruição, pode-se afirmar que “a sociedade de mercado, longe de promover a suavidade e outras atitudes louváveis, manifesta uma forte tendência a minar os fundamentos morais que servem de base a toda sociedade” (HIRSCHMAN; 1986, p. 16).

No meio rural, as comunidades tradicionais preservaram durante muito tempo os valores morais e religiosos como reguladoras de suas transações econômicas. Thompson usou

---

<sup>49</sup> Karl Polanyi afirma que a submissão do ser humano à necessidade (a fome) é um fenômeno moderno e que a desarticulação da economia leva o homem a ver a sua sobrevivência ameaçada, tanto que nas chamadas sociedades “primitivas” não há o problema da falta de alimentos. A sociedade humana se organizou de modo tal que todas as pessoas estavam amparadas, independentemente de sexo, idade e condição social. O “progresso econômico”, portanto, é feito às custas da desarticulação dos elementos sociais e culturais e, conseqüentemente, da moral, e acaba por rearticular-se para atender à subordinação aos interesses individuais da acumulação. Ver, a esse respeito: Karl Polany – A grande Transformação.

<sup>50</sup> Embora atualmente haja entre nós um termo muito utilizado como sendo correspondente à economia moral, economia solidária, não se deve confundir tais conceitos como sendo sinônimos. Uma diferença de peso entre economia moral de Thompson e economia solidária é que o autor se refere à distribuição e ao consumo de bens de primeira necessidade, não sendo este o caso da economia solidária. Com uma ressalva talvez; também se tratou de uma luta contra a fome, mas a partir de entidade da sociedade civil e não dos próprios interessados. Essas “experiências têm garantido a sobrevivência imediata e a subsistência de populações carentes, afetadas há mais de duas décadas por uma conjuntura economicamente adversa” (Gaiger, 1998: 49). Os empreendimentos comunitários estudados por este autor surgiram por iniciativa “caritativa” do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, frente à fome. Outras diferenças: Se as situações estudadas por Thompson e pelos intelectuais do campo da economia solidária têm algumas semelhanças, guardadas as especificidades históricas, sócio-políticas e sócio-culturais, não poderíamos usar o conceito de economia moral por englobar aqui tanto iniciativas populares como ações caritativas de outros setores sociais. Uma outra diferença, esta radical, é que os valores propostos para a realização destes empreendimentos econômicos são propositivos e não costumeiros ou tradicionais como no contexto estudado por Thompson. Ele faz, no entanto, um comentário particularmente interessante para nosso estudo quando escreve: “A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer: é adotada pelas primeiras cooperativas de moinhos de farinha, por alguns socialistas owenitas, e continua a existir durante anos nas entranhas da Sociedade Cooperativa de Vendas por Atacado” (Thompson, 1998: 202). Neste sentido, a economia solidária não estaria, ela também, adotando uma economia moral nas cooperativas que ela organiza? Esta frase de Thompson semeia uma dúvida.



pela primeira vez o termo de economia moral num texto escrito em 1971, intitulado *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. Nele o autor se levanta contra um reducionismo econômico crasso a respeito das revoltas populares. A seu ver, pode-se detectar nas revoltas populares da Inglaterra do século dezoito, uma noção legitimadora. Era em nome de princípios morais que eram feitas as queixas, os confiscos de grãos ou de pães e isto, em geral, de maneira disciplinada e com objetivos claros. O autor afirma que esta economia moral "supunha noções definidas, e apaixonadamente bem defendidas, do bem-estar comum" (THOMPSON, 2008, p. 152). Além do mais, essa economia moral não se manifestava unicamente nos momentos de crise, mas estava presente no pensamento da época e "incidia de forma geral sobre o governo".

O uso do termo moral proposto pelo referido autor se tornou bastante polêmico<sup>51</sup>. Para ele, a economia moral dos pobres é uma visão consistente tradicional do conjunto das normas e obrigações sociais [e] das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade. Traduzido em termos marxistas, podemos dizer que a economia moral designa "o modo como as relações de classe são negociadas. Ela mostra como a hegemonia não é apenas imposta (ou contestada), mas também articulada nas relações diárias de uma comunidade" (THOMPSON, 2008: 261).

Atualmente, a teoria da economia moral está sendo usada em áreas e estudos diversos sendo, por isto, necessária a sua redefinição em cada caso. Entre os estudos de economia moral realizados em sociedades camponesas, há o de James Scott (1979), ainda inédita em português, para o qual o termo designa "concepções camponesas de justiça social, direitos e

---

<sup>51</sup> Segundo Lechat (2001), a princípio, não há uma economia moral em si mesma, em sentido absoluto, pois a moralidade, embora subjetiva, faz parte da cultura de um povo e, como tal, depende do contexto sócio-histórico de cada uma delas. Trata-se de um modo costumeiro de agir pautado por normas e valores, fruto de transmissão e reinterpretação por cada grupo social em função de uma certa experiência de vida. Enquanto uma determinada sociedade não distinguir de maneira específica as atividades econômicas das outras, não existe a necessidade do conceito de economia moral. O conceito de economia moral surgiu em oposição à concepção clássica e neoliberal de economia. Assim, entende-se por economia moral uma visão consistente de normas e valores que devem ser respeitados pela atividade econômica com vistas a garantir a justiça e a equidade social. Como ocorreu a erosão do patrimônio social? Já para Hirsch, apud Hirschman (1986), a primazia do interesse individual sobre o coletivo, dificultou a preservação dos bens coletivos e da cooperação; o sistema fundado no interesse pessoal não possuía recursos próprios para motivar o interesse geral; finalmente a base racionalista e individualista do mercado minou a atitude religiosa que pregava virtudes. Marx e Engels também já tinham denunciado que na sociedade capitalista tudo se transforma em mercadoria e os laços sociais são dissolvidos pelo dinheiro. Ele ironizou os 'socialistas utópicos' justamente porque faziam isso em sua crítica à sociedade capitalista e porque recorreram à exortação moral para apresentar os remédios que propunham.

obrigações, reciprocidade (...), mas vai muito além de descrições de valores ou atitudes morais. Scott mostra como a ameaça às instituições redistributivas, às obrigações religiosas caritativas, às normas de reciprocidade e ao direito à subsistência, bem como a dominação européia e as racionalizações do mercado, provocaram, muitas vezes, a participação dos camponeses em movimentos revolucionários. Em outra importante obra, também inédita em português, Scott (1985) examina as formas de resistência que os pobres podem criar frente ao poder e aos limites que lhe podem ser impostos. Há uma série de acordos tácitos sobre tais limites que são a todo o momento testados e renegociados.

O caráter moral da organização econômica dessas comunidades está patente nos depoimentos de muitos dos agricultores entrevistados, os quais nos mostram as relações de reciprocidade, de solidariedade e de confiança mútua que regem as relações sociais e econômicas e que, conforme mostram alguns autores, é desestruturada pelos processos de modernização da sociedade. Essas relações de reciprocidade ocorrem mesmo entre desiguais, desde que isso ocorra para manter e reproduzir a unidade de produção camponesa. É o caso de um velho agricultor atingido pela barragem de Araçagi cuja atuação junto a um grande proprietário de terra possibilitava a utilização de suas terras por camponeses que não detinham a propriedade de uma terra, possibilitando a reprodução da agricultura camponesa mediante o pequeno arrendamento. Um importante instrumento da organização econômica das comunidades atingidas era o mutirão, o qual parece estar condenado ao desaparecimento. Através desse sistema, os agricultores trocam horas de trabalho entre si para viabilizar a exploração de atividades em suas unidades de produção que, de outra forma, ou seria impossível ou não teria a mesma eficácia do ponto de vista da sustentabilidade da agricultura camponesa. Essa prática, característica da economia moral entre esses produtores, parece não ter sido destruída pela construção das barragens, embora ocorram hoje de forma bastante precarizada. Assim um jovem agricultor da vila de Mulunguzinho, próxima à barragem de Araçagi, descreve como as famílias realocadas para aquele núcleo habitacional organiza o mutirão nas poucas faixas de terra que escaparam à inundação, afirmando que

*Cada familia plantava um roçadinho pequeno numa banda do terreno e na outra criava uns bichinhos. Depois fazia a troca, a área passava pra outra familia e cada qual que tratasse de colher pra ela mesma. Quem não tinha como pagar a diária (mão-de-obra assalariada) tinha a ajuda dos vizinhos (José, 56, atingido, Vila Tainha)*

Ou seja, a construção dessas barragens desarticula a agricultura camponesa na medida em que ela inviabiliza a continuidade dos processos de compra e venda em bases tradicionais, ao mesmo tempo em que “joga” os agricultores no mercado tipicamente capitalista, ao mesmo tempo em que transforma o agricultor em um consumidor de muitos produtos que, antes da perda de suas terras para a barragem ele mesmo produzia, abalando profundamente a autonomia da agricultura camponesa.

Mais do que isso, dificulta a reprodução da pequena indústria que de diversas formas se articulava com a agricultura dessas áreas, a exemplo da produção de roupas pelas pequenas empresas de base familiar, produção de utensílios domésticos em bases artesanais e até mesmo produtos de higiene e limpeza, agora substituídos pelos produzidos por grandes empresas, inclusive multinacionais.

### **3.3 AS GRANDES BARRAGENS NA VISÃO DOS ATINGIDOS**

#### **3.3.1 Grandes barragens e expropriação camponesa**

Ao contrário do que se possa pensar, o processo de expropriação não ocorre única e exclusivamente sob a ação do capital, mas pode ter no Estado o seu principal indutor, pois ele sempre ocorre sob uma base legal. Assim, a presunção é que o Estado, baseado na lei, garante que “o interesse da coletividade haverá de prevalecer sobre o meramente individual” (SOUZA, 1985, p. 68). Assim, do ponto de vista jurídico, o conceito de expropriação, quando usado como sinônimo de desapropriação, representaria uma reafirmação do direito de propriedade, enquanto que no âmbito da tradição das Ciências Sociais, ele seria a sua própria negação, isto é, desconsidera direitos associados a formas não tipicamente capitalistas de apropriação.

A expropriação dos camponeses pelo Estado na construção de grandes barragens ocorre porque os valores pagos a estes, considerados como valores de mercado, na verdade não existem a priori, pois são frutos de relações sociais entre agentes econômicos na defesa de seus interesses particulares, de modo que a determinação de seu valor passa pelo poder de barganha de cada uma das partes envolvidas no processo, sendo que quase sempre prevalece o poder do poder público e do capital sobre o dos camponeses. Além disso, no caso dos camponeses e de outras classes subalternas, a tão propalada igualdade jurídica na condução dos processos desapropriatórios “... não passe de uma ficção legal: de um lado está uma

empresa estatal, com seus enormes recursos, seus corpos técnico e jurídico, enfim, o poder; do outro está o pequeno agricultor, desamparado, temeroso, pressionado” (VAINER e ARAÚJO, 1990, p. 21).

É de Marx a noção mais bem formulada de expropriação<sup>52</sup>, desenvolvida no Capítulo XXIV de “O Capital”, quando trata da expropriação dos camponeses nos primórdios do capitalismo, quando o mesmo afirma: “O senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais” (MARX, 1975, p. 833). Ou seja, a expropriação não está fundada em mecanismos puramente de mercado, mas na coerção fundada na lei. Marx chega mesmo a levantar a questão da compensação que os camponeses mereciam pela perda de suas glebas, quando questiona: “... perguntaríamos que indenização recebeu a população dos campos quando entre 1810 e 1831 foi espoliada em 3.511.770 acres de terras comuns, com os quais, através do Parlamento, os Landlords presentearam os Landlords?” (IDEM, p. 845).

Dentre as formas de intervenção estatal que mais influenciam as mudanças econômicas e sociais do campo no Brasil, destacam-se as políticas de recursos hídricos, voltadas para a superação de estruturas econômicas e sociais de base tradicional. No âmbito dessas políticas, a construção de barragens se constitui no tipo de intervenção que gera mudanças mais visíveis e de maiores proporções no âmbito do trabalho rural, pois resulta em impactos simultâneos sobre o meio ambiente, a economia e as relações sociais locais. Grandes contingentes populacionais são deslocadas para fora da área de inundação; a agricultura, historicamente construída ao longo de muitas gerações, fica submersa e impactos ambientais – na maioria das vezes negativos - surgem no entorno dessas barragens como decorrência do aumento do grau de antropização (aumento da pressão do homem sobre os recursos naturais) na área de influência imediata dos lagos que aí se formam. A julgar pela experiência brasileira e em especial a da região Nordeste, isso se explica pelo fato de que as iniciativas para enfrentar a problemática dos recursos hídricos no Brasil têm se baseado fundamentalmente na construção de grandes barragens, sem considerar muitas vezes a realidade social nem as

---

<sup>52</sup> Essa definição de expropriação na obra de Marx influenciou sobremaneira os trabalhos de muitos pesquisadores brasileiros que tratam da questão agrária no Brasil, especialmente na área de grandes obras. Aí esse conceito aparece vinculado à idéia de usurpação, roubo, espoliação do direito de propriedade dos camponeses. Especificamente no caso da construção de grandes barragens, consultar: Sigaud, Martins-Costa & Daou (1986), Pandolfi (1986) e Sevá Filho (1990), entre outros.

condições de aproveitamento desse importante recurso pelo conjunto da população. Dowbor parece concordar com tal afirmativa, pois segundo ele esses problemas ocorrem porque essas políticas não conseguem superar o principal desafio de todo processo de desenvolvimento, que é o de “encontrar, através de uma mão bem visível do Estado equilíbrio entre a racionalidade econômica, a justiça social e a sustentabilidade ambiental” (1999:161).

De um modo geral, essa problemática no Brasil é marcada pelo autoritarismo e o desrespeito ao meio ambiente que caracterizam a ação do Estado na construção de barragens. Em decorrência disso, como lembra Waldman (2002), as populações atingidas, formadas por um amplo leque que engloba nações indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos e outras populações tradicionais, encontram sua expressão política em movimentos sociais que passaram a enfrentar diretamente as políticas de recursos hídricos.

Um aspecto controverso e pouco considerado na discussão sobre a construção de grandes barragens diz respeito ao verdadeiro papel do Estado na condução desse processo através das políticas públicas de desenvolvimento no âmbito dos recursos hídricos. A tese que aqui defendemos é a de que a sua ação nesse processo tem um caráter expropriatório. No desenvolvimento do capitalismo em sua forma clássica a expropriação teve o papel de criar as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do capitalismo pelo aumento da subordinação dos trabalhadores ao capital através da transferência dos meios de produção (da terra) para o capital, numa fase que Marx chamou de acumulação primitiva. Ele já havia identificado a expropriação de terras de camponeses como uma condição para o desenvolvimento do nascente capitalismo na Inglaterra, em uma fase que ele chamou de acumulação primitiva, que ele definiu e estudou após ter examinado as leis de desenvolvimento da produção pelo capital. Aí ele volta a sua atenção para o processo pelo qual o capitalismo se afirmou historicamente. Uma vez que as relações de produção pré-capitalistas são predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, o capitalismo só se pode afirmar esbulhando os camponeses de sua terra. Assim sendo, as origens do capitalismo se encontram na transformação das relações de produção no campo através da expropriação dos meios de produção dos camponeses, especialmente entre estes e a terra, estando aí o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> O conceito de acumulação primitiva formulado por Marx é relativamente claro e ao mesmo tempo simples, mas discute-se se ele constitui o quadro adequado para a análise da transição para o capitalismo. Mesmo que se considere a análise que Marx fez do caso da Inglaterra, não se pode admitir que ela dê conta do estabelecimento

Para Marx, a acumulação primitiva é precedente à acumulação capitalista, ou seja, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista funcionar, mas sim seu ponto de partida, sua gênese. Para ele ela é resultado de uma série de mudanças na economia, tanto no âmbito da produção agrária como no da indústria. No primeiro caso, isso ocorre graças ao processo de expropriação dos camponeses de seus meios de subsistência, em especial da terra que o mesmo cultiva, seja ela sua propriedade, seja arrendada em condições que favorecem a sua reprodução enquanto classe social<sup>54</sup>. Segundo ele,

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas (MARX; 1984, p. 263)

Marx, em *O Capital*, cita uma passagem da obra de um crítico das enclosures<sup>55</sup> na Inglaterra, como sendo um acontecimento extremamente lesivo à classe dos camponeses, constituindo isso uma fonte de descampesinação:

---

do capitalismo em outras partes do mundo, como, por exemplo, do resto da Europa e, pior ainda, da América ou da Ásia. Isso levou alguns autores a refazer o seu esquema explicativo, como Paul Sweezy, que argumentou que a maior força ativa no processo de desintegração das relações pré-capitalistas, especialmente daquelas na agricultura, são os mecanismos de troca e, assim, que as origens do capitalismo estão nas cidades através das atividades comerciais e não no campo, como queria Marx. A resposta contra a tese de Sweezy veio de Maurice Dobb, que tomou partido do filósofo alemão, afirmando que o capitalismo surge das contradições internas das sociedades pré-capitalistas, das quais o comércio é, no máximo, um catalisador. Ver, a esse respeito: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Zahar, 1988, pag. 2-3.

<sup>54</sup> Marx cita uma série de fatores que contribuíram para a descampesinação na Inglaterra. A primeira delas são as enclosures, que consistiam no cercamento das terras antes cultivadas pelos camponeses pela classe dos nobres e o conseqüente impedimento do acesso daqueles a estas, sempre tendo no Estado um instrumento de “justificação” dos diversos meios violentos de que os lords se utilizam para expropriar essas terras. A segunda delas foi a Reforma que, no século XVI, possibilitou o confisco violento dos bens da Igreja, sobretudo de vastas extensões de terras a ela pertencentes, cuja maior parte era utilizada pelos camponeses para a sua subsistência. Mas as inovações industriais também contribuíram para esse processo, uma vez que esta passou a demandar produtos (matérias-primas) que não eram do domínio da produção camponesa, como carne e peles de ovelhas, o que levou os grandes proprietários fundiários a destinar áreas cada vez maiores de terras para o cultivo de pastagens, dispensando e expulsando grandes levas de camponeses.

<sup>55</sup> As inclosures referem-se a um processo de cercamentos das propriedades rurais desenvolvido na Europa entre os séculos XV e XVIII. Até então, o que caracterizava a estrutura agrária da Europa era o sistema de campos abertos, pelo qual os camponeses cultivavam faixas alternadas por bosques, prados e pastos em sistema de uso comum. A destruição deste sistema pela prática dos cercamentos originou-se na Inglaterra, onde o desenvolvimento da indústria elevou o preço da lã, fazendo a nobreza rural a cercar suas terras para a criação de ovelhas. Assim ocorreu a expulsão dos camponeses para alinharem-se nas zonas urbanas das cidades, que cresciam muito rapidamente, formando assim uma constante reserva de mão-de-obra barata para nascente sistema industrial capitalista.

Eu falo aqui do cercamento de campos abertos e terras que já estão sendo cultivados. Mesmo os escritores que defendem os *inclorures* admitem que estes últimos aumentam o monopólio dos grandes arrendamentos, elevam os preços dos meios de subsistência e produzem despovoamento (...) e mesmo cercamento de terras desertas, como empreendem agora, rouba aos pobres parte de seus meios de subsistência e incha arrendamentos que agora já são grandes demais. “Se”, diz o Dr. Price, “a terra cair nas mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos arrendatários” (antes designados por ele como ‘uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários, que mantêm a si mesmo e a família com o produto das terras cultivadas por eles, com ovelhas, aves, porcos etc (...) que criam na terra comunal, tendo portanto pouca oportunidade de comprar meios de subsistência’) “serão transformados em pessoas que terão que ganhar trabalhando para os outros e que serão forçadas a ir ao mercado para comprar tudo de que precisam (...) Será realizado, talvez, mais trabalho, porque há mais compulsão para isso. (...) cidades e manufaturas crescerão, pois mais pessoas que buscam empregos serão impelidas para elas. Essa é a forma como a concentração dos arrendamentos opera naturalmente e em que, nesse reino, há muitos anos tem realmente operado” (MARX; 1984, p. 270)

Qual é a diferença entre o processo de expropriação levado a cabo pelo Estado a que nos referimos e aquele ocorrido em sua forma clássica, no nascedouro do capitalismo? Embora essa não pareça ser uma atribuição do Estado e sim do capital, pesquisas realizadas sobre a construção de grandes barragens, quaisquer que sejam os seus fins mostram a veracidade de tal tese. Embora em condições históricas bastante diferentes, a intervenção estatal no processo de construção dessas grandes obras pode sim ser considerado como uma possível causa de descampesinação, na medida em que tal intervenção resulta na separação entre os camponeses e os seus meios de produção, ou seja, na expropriação de suas terras e demais bens que entram na composição da sua unidade de produção agrícola. E isso ocorre devido a, pelos menos, três razões:

- a) Os valores pagos pela terra (terra nua e benfeitorias) são extremamente baixos e, assim, não são suficientes para que os proprietários possam comprar outra terra e reconstruir a vida como produtores rurais.
- b) O poder público transfere para a população atingida determinados custos que, a principio, deviam ser de sua responsabilidade, como os gastos com transporte de deslocamento das famílias para suas novas moradias e reposição de bens perdidos com o enchimento da represa, como móveis, eletrodomésticos e até animais.
- c) Há um processo generalizado de descapitalização das famílias desalojadas porque, além dos problemas antes citados, estas já chegam aos núcleos habitacionais sem a maior parte do dinheiro que receberam da indenização, pois entre o recebimento e

a ocupação definitiva da nova moradia vai um grande lapso de tempo, durante o qual essas famílias usam a maior parte das indenizações para o pagamento de dívidas ou para a compra de gêneros de primeira necessidade (alimentos, principalmente) os quais, antes da construção da barragem, eram produzidos pela agricultura de subsistência e que agora devem ser adquiridos no mercado.

A expropriação dos agricultores é um outro (entre os poucos que podemos citar) acontecimento que aproxima as lutas dos atingidos de Araçagi e Acauã. É uma consequência direta da ação modernizadora do Estado manipulatório. Os depoimentos dos atingidos de ambas as barragens mostra a forma avassaladora como o poder público pode destruir em tempo tão curto as condições de reprodução social e material dos camponeses, muitas vezes assentado no aparato jurídico do Estado capitalista, como já alertava Marx no caso dos camponeses ingleses. Indagado sobre se sua família tinha recebido uma indenização justa por sua terra, um atingido de Acauã comentou:

*Pagou nada! O meu pai só de pés de frutas tinha mais de 40 pés de coco, tudo carregado, e outras fruteiras. E a gente vivia disso; quando um adoecia papai ia lá e vendia pra comprar os remédios, se bem que meu pai quase não vendia fruta pro povo daqui, só quando tinha precisão, e era todo tipo de fruta que meu pai tinha. Pois bem, o governo pagou por tudo, terra com casa e benfeitorias, uns 6 mil reais, uma casa boa, toda de alvenaria que meu pai não dava por dinheiro nenhum nesse mundo porque aquilo era a nossa vida, o nosso sustento. E quando viu que o governo ia pagar só 6 mil ele adoeceu e mais nunca ficou bom, de tanto desgosto que ele teve de ver aquelas terra sumindo tudo embaixo d'água. (Luiz, 64, agricultor atingido de Acauã)*

Já com relação a Araçagi, a situação não foi diferente. Para um morador da nova Vila Mulunguzinho, atingido pela referida barragem assim comentou a questão das indenizações:

*Eu mesmo achei que a indenização foi muito injusta, porque me pagaram uns R\$ 500,00 pelo hectare numa terra de beira de rio, de baixio com uma qualidade pra plantar muito alta (fertilidade) que valia na época uns R\$ 1.500,00 e hoje, lá pra baixo da barragem (à jusante) não tão querendo vender por menos de R\$ 5.000,00... Isso quando tem quem queira vender! Além disso, o governo indenizou uma grande faixa de terra acompanhando a beira do rio, desde lá de cima até chegar na barragem, e os grandes proprietários tão usando essa área pra uso particular, impedindo que gente mais necessitada plante roça, inclusive usando segurança particular. (Manoel, 73, atingido, Vila Tainha)*



Pelo menos nesse aspecto Araçagi não se difere de Acauã, pois em ambos os casos houve expropriação. É o que ocorreu com o Sr. Adauto, que resume da seguinte forma como, de agricultor se transformou do dia para a noite em um trabalhador sem-terra morando em uma casa que recebera na agrovila de Pedro Velho:

*Agora, não é desacreditando em Deus, porque água ele manda muito, mas é que no fundo da minha vontade eu esperava que não enchesse, mas ainda achava que ia encher tudo e mesmo assim eu só ia sair com a água na porta da cozinha. E foi assim mesmo que eu saí: era aquele mar d'água entrando na minha casa e eu tirando os caibros da cobertura da casa, as telhas e tudo que eu pudesse aproveitar; e a água não parava de subir, até que ela já tava na cozinha e eu em cima de uma mesa tirando os troços que podia aproveitar. Aí era tirando e carregando prá parte seca com a água na cintura; e pra completar não tinha transporte. O prefeito passado ainda era candidato e ele não tinha sido eleito, mas mesmo tendo perdido ele deu uns cinco ou seis carros pra transportar os troços e o povo, mas como era gente demais, tudinho com os mesmos problemas, ia socorrendo um e socorrendo outro, mas não tinha como socorrer todo mundo naquela correria. As telhas mesmo eu perdi tudinho, ficaram embaixo d'água porque era pesada e tinha que ter mais tempo; já as madeiras eu consegui livrar levando nas costas com a ajuda de um e de outro. Eu calculo que perdi pra mais de seis milheiros de telha. Quer dizer, todo mundo teve as casas cobertas pela represa e tão tudo lá no fundo da barragem, até o cemitério tá lá também! Minha casa... Podia até alguém não dar, mas eu não dava por 15 ou 20 mil contos; inclusive eu nem precisava vender! Resultado: Me deram cinco mil de indenização, e mesmo assim esperei um tempão pra receber! Quer dizer que eu não fui indenizado, fui roubado” (Adauto, 56, atingido, vila de Pedro Velho).*

Assim, o Estado manipulatório não só sonega informações das comunidades locais antes da construção da barragem, desenvolve estratégias que impeçam uma participação mínima dos futuros atingidos no planejamento e execução da obra, paga pelas terras e benfeitorias valores irrisórios e não cumpre muitas das promessas feitas aos agricultores, como também fecha os olhos para a violência utilizada pelos grandes proprietários que se apossam de faixas de terras que por alguma razão não foram inundadas, impedindo que os agricultores mais debilitados por esse processo possam plantar pelos menos a sua própria alimentação.

Lígia Sigaud, que estudou os impactos da construção da barragem hidrelétrica de Sobradinho, no rio São Francisco, nos fala a esse respeito nos seguintes termos:

A literatura produzida a partir de Sobradinho tende a ressaltar como aspectos negativos da barragem a questão das indenizações dos bens da população e as novas condições de vida nos núcleos. Quanto às indenizações, ressalta-se frequentemente a ocorrência de inúmeras arbitrariedades. Os valores pagos pela CHESF eram estipulados não em função de critérios pré-estabelecidos, mas resultaram da capacidade de resistência daqueles que estavam sendo indenizados e de suas relações mais ou menos harmoniosas

com os funcionários da Companhia, o que teria provocado variações de até 1.000% no pagamento de bens equivalentes. (SIGAUD, 1988: 115)

Essas arbitrariedades de que nos fala a referida autora são muito comuns nesse tipo de empreendimento estatal e se dão, como a mesma afirma, não só pelo caráter autoritário como as indenizações são calculadas, mas também pela forma como diferentes atores sociais se relacionam com os agentes do governo responsáveis pela obra. No caso de Acauã, há um depoimento bastante revelador desse fato, quando um agricultor, indagado se teria havia algum tipo de tratamento diferenciado ou concessão de algum privilégio no pagamento de indenizações este afirma que categoricamente:

*Ela (a igreja Católica) recebeu porque ela tinha lá embaixo (na antiga vila de Pedro Velo) um prédio que ficou debaixo d'água e o fiscal disse que o governo pagou e pagou muito bem e em dias. Só que ninguém sabe se (o dinheiro) ficou na mão do padre ou do prefeito, porque eles eram muito apegados (aliados políticos) e até hoje ninguém sabe onde tanto dinheiro foi parar. Quem disse que pagou foi Dr. Gilberto; aliás, ali só recebia direitinho quem tinha arrumadinho com Dr. Gilberto, que era o engenheiro geral da obra. O pessoal aqui matava até bode e fazia festa pra ele comer, do matuto ao prefeito. Pronto, meu tio mesmo foi um deles. (José, 46, atingido, vila de Pedro Velho).*

Além do caráter autoritário com que se estabeleceu a metodologia de cálculo das indenizações, a autora nos fala dos enormes prejuízos causados aos agricultores pelos baixos valores das indenizações, problema que ocorreu nas barragens aqui estudadas, quando ela afirma que “para a grande maioria da população rural a indenização incidiu apenas sobre as benfeitorias, pois somente 13,9% dispunham de título que comprovasse a propriedade da terra, considerados pela CHESF indispensáveis para efeito de indenização da terra” (SIGAUD, 1988: 115/16). Duqué (1984), que também estudou o caso de Sobradinho durante o processo de realocação compulsória da população local, afirma, em estreita complementação à primeira, que a insuficiência dos valores pagos é outro argumento invocado recorrentemente. Segundo dados disponíveis, o critério utilizado pela CHESF de indenizar benfeitorias e terra segundo o seu valor venal não levou em consideração o processo inflacionário que sua presença na área, o que inviabilizou a reposição de bens, uma vez que o preço de mercado estava defasado em relação aos preços da área.

Mas os problemas decorrentes da indenização não pararam por aí. Ainda com relação ao caso de Sobradinho, as indenizações, que a população considera terem sido injustas e insuficientes, foram muitas vezes pagas antes do reassentamento, quando muitos já se

encontravam impedidos de produzir, mas ainda não relocados. Assim, as quantias recebidas, além de não corresponderem ao valor do patrimônio perdido, acabavam sendo utilizadas pela população para assegurar sua manutenção no período que antecede a transferência, ou mesmo quando já instalada no núcleo, mas ainda sem condições de extrair o seu sustento da produção.

Outros cientistas sociais fizeram estudos de Sobradinho e chegaram às mesmas conclusões acima referidas. Assim, segundo Tallowitz, apud Sigaud (1988), há fortes evidências de que mesmo para manutenção esses recursos foram insuficientes, tendo surgido inclusive situações de fome generalizada, em virtude da alta geral dos preços dos gêneros alimentícios provocada pelo aumento da demanda em função dos contingentes de mão-de-obra atraídos para a área pelas perspectivas de emprego na construção da barragem. Além disso, contribuiu para agravar ainda mais esse problema um resultado inevitável da expropriação das terras inundadas pelo lago da barragem: a transformação dos camponeses em consumidores, que passaram a demandar no mercado muitos produtos que antes eram por eles mesmos produzidos, fazendo-os competir com a população das cidades da região por uma demanda inelástica por estes bens a curto e médio prazo, bens estes produzidos em grande parte pela agricultura familiar.

Já para Sandroni (1982), que estudou os impactos da construção de Sobradinho sobre a agricultura da região, a maior fonte de descapitalização dos agricultores, depois da perda da terra, foi a perda da criação (principalmente bovinos, caprinos e suínos) no processo de transferência das famílias para os núcleos habitacionais construídos especialmente para abrigá-las como a sua nova moradia. Na economia camponesa, esses animais têm uma função de fundo de reserva e de acumulação para as suas famílias uma vez que este patrimônio representa um importante fundo de reserva e de acumulação para os camponeses. Estes servem não só como fonte de alimento para a família, como também uma espécie de poupança que pode ser transformada em itens de investimento e melhoria da infraestrutura da propriedade. Ainda segundo esse autor, mesmo os produtores que conseguiram salvar parte de seu rebanho no processo de transferência tiveram sérios problemas para mantê-los. Assim, por muito tempo eles não dispunham de áreas de pastagem para o seu já reduzido rebanho devido à subtração das áreas antes destinadas a este fim pela inundação da barragem e, mesmo depois de criadas algumas áreas comuns de pastagem nos núcleos habitacionais, estas foram objeto de conflitos entre produtores da região e logo foram apropriadas. Conseqüentemente, diante

de tais dificuldades, boa parte dos animais não resistia e morria, quando não os agricultores os vendiam por preços absurdamente baixos para poderem abastecer a casa com os víveres necessários à sua sobrevivência imediata.

São impressionantes as coincidências entre a realidade mostrada pelos autores acima referidos em uma realidade aparentemente tão diferente (uma mega barragem para fins hidrelétricos) e os depoimentos dos atingidos pelas barragens de Araçagi e de Acauã. No caso da barragem Acauã as dificuldades enfrentadas pelas famílias realocadas compulsoriamente foram bem maiores, pois, ao contrário de Araçagi, elas não dispunham sequer de uma casa para se abrigar quando do enchimento do lago da barragem. A esse respeito um agricultor se manifestou da seguinte forma:

*(...) E aí o povo se viu numa situação de ter que receber, melhor do que voltar atrás, passar necessidade e depois nem receber mais nada. E a gente tinha outro problema: a gente tinha o dinheiro no bolso, mesmo sendo muito pouco se comparado com o que devia ter recebido, mas ninguém tinha pra onde ir. (Abel, 42, atingido, Pedro Velho)*

Esse processo expropriatório é mais complexo do que ele parece ser, pois não se dá apenas pelo valor insuficiente pago pelas terras aos agricultores, mas também pelo não cumprimento daquele que para estes últimos talvez seja o mais importante, que é desapropriação de grandes extensões de terra e sua conseqüente redistribuição com os atingidos, pois isso garantiria a sua autonomia e a sua sobrevivência. No entanto, em nenhum dos dois casos estudados tal acordo foi cumprido pelo Estado, o que põe em risco a existência dos agricultores ou sua reprodução enquanto categoria social. Isso fica claro no depoimento de um atingido da barragem Acauã:

Chama a atenção do pesquisador mais atencioso o fato de que, na falta de cumprimento desse acordo, devido principalmente à reação e ao poder dos latifundiários da região, o governo estadual ter apontado para as comunidades atingidas a compra de um imóvel para fins de redistribuição de terra por elas mesmas através do crédito fundiário, uma modalidade de financiamento da reforma agrária diferente de sua forma clássica via desapropriação, onde os próprios interessados, através da criação de uma associação, toma crédito de empréstimo e negocia diretamente com um grande proprietário. Sobre isso a reação de um líder do MAB na barragem de Acauã é bastante reveladora, quando o mesmo afirma:

*(...) a gente (do MAB) avaliava a proposta assim: se a gente perdeu tudo o que a gente tinha pro governo do estado, como é que vamos pegar dinheiro com o próprio estado pra comprar aquilo que a gente perdeu pra ele mesmo? Como eu vou tirar dinheiro emprestado pra comprar algo que esse mesmo alguém me tomou? Perder as nossas terras pra o estado e depois pagar por elas de novo? Então nós deixamos bem claro que o justo é o próprio estado devolver a terra (outra terra) aos atingidos. Essa era a idéia, que o estado se responsabilizasse pelo que fez e só depois a gente entraria em linhas de crédito pra produzir. A compra de outra terra o estado assumia como uma forma dele devolver parte daquilo que ele tomou de nós re reparar essas injustiças. (Abel, 42, atingido, vila de Pedro Velho)*

Assim, a expropriação dos recursos naturais (os meios de produção) dos camponeses pelo poder estatal ocorre, inicialmente, pela recusa do poder público de aceitar a participação da população na discussão sobre a necessidade ou não da construção desse tipo de obra, pois isso é sempre colocado como uma inevitabilidade: ou seja, não há uma via alternativa, ou se constrói a barragem ou o país fica condenado ao atraso, e por isso alguém há que pagar. Essa recusa fica patente pelo fato de que de um modo quase que geral essas grandes barragens são construídas sem o aval popular, ou melhor, sem que a própria população que habita a área a ser inundada seja consultada. Tendo como pano de fundo um discurso desenvolvimentista, percebe-se uma estratégia de intervenção autoritária na construção dessas grandes obras na medida em que estas são iniciadas sem que a sociedade como um todo participe de tal decisão e, via de regra, segundo as autoridades públicas encarregadas dessas políticas de recursos hídricos, isso se deve ao fato de que estas obras são imprescindíveis.

Outros fatos comprovam o caráter expropriatório da ação do Estado na construção dessas grandes obras. Talvez o que mais chame a atenção, entre todos eles, é o fato de que os proprietários recebem pelas suas terras e suas benfeitorias valores tão baixos se comparados com os valores de mercado que esses não têm sequer como recomeçar uma nova vida fora da área inundada. Assim, o pagamento de valores tão baixos pelas terras a serem inundadas representam para os agricultores familiares (que representam cerca de 80% a 90% das famílias atingidas) praticamente o seu fim enquanto grupo social, pois isso traz como consequência imediata a precarização de suas condições de trabalho e assim não permite que esses reproduzam a sua força de trabalho nas condições anteriores, tirando dele a sua autonomia, tão importante para a sua sobrevivência enquanto agente social. Mas tal processo expropriatório revelou-se bem mais traumático no caso da barragem de Acauã, como podemos ver no depoimento do mesmo líder do MAB acima citado:

*Quando eles vieram aqui (os técnicos do governo do estado) pra fazer o levantamento, que me parece que foi da passagem de 99 pra 2000, um levantamento assim, tipo levantamento da população e a gente avaliava cerca de 800 famílias, era mais ou menos essa base. Fizeram esse levantamento e diziam o seguinte, que ia ser casa proporcional às que as famílias tinham ou dinheiro para os que optassem pelo dinheiro, mas eles nunca diziam nem pra onde a gente ia nem quanto a gente ia receber. E quando foi em 2002 a barragem já estava pronta, as casas que construíram foram todas dessa aproveitando uns recursos que tinha do Projeto Mariz, casinhas de placa, muito pequenas, que não cabe uma família de agricultor; construíram 500 casinhas dessas, espalhadas nessas quatro agrovilas nesses três municípios. Aí os de nós que tínhamos optado por dinheiro em espécie a gente não sabia nem quanto nem quando ia receber. Em 2002 a barragem já estava construída, no dia 24 de fevereiro foi inaugurada com festa pelo governo, enquanto isso a gente numa preocupação maior do mundo, todo mundo desesperado, e foi aí que parte da população começou a sair pra ocupar essas casinhas e outra parte continuou lá na antiga Pedro Velho (...). Aí no dia 26 de fevereiro, dois dias depois da inauguração, nós recebemos o primeiro pagamento das indenizações e quando o povo viu os valores recebidos ficou mais indignado ainda porque esses valores nem de longe chegaram perto do valor real dos imóveis (terras e benfeitorias), a gente fez uma média de cinco mil reais por família fora as benfeitorias, mas eles só pagaram pelas casas, de R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00 e não pagaram as benfeitorias, coisa que levamos uma vida inteira pra construir. Eram currais, cocheiras, poços artesianos, eletrificação, cisternas, barreiros e etc. Eu me lembro muito bem que na época que eles passaram avaliando um saco de cimento valia de R\$ 4,50 a R\$ 5,00 dependendo do lugar, e quando eles vieram a nos pagar, muito tempo depois, esse mesmo saco de cimento já valia de R\$ 15,00 a R\$ 17,00.*

São fartos os depoimentos que revelam o sofrimento das famílias imposto por esse processo desapropriatório, ou melhor, expropriatório. Vejamos como, no relato de dois agricultores de Aroeiras (município onde se concentra cerca de 60% da represa da barragem de Acauã) isso se abate de forma avassaladora na desestruturação da vida dos atingidos, como se pode deduzir do depoimento abaixo:

*Firmino Caetano, rapaz, tinha um partido de palma que era a coisa mais linda do mundo, todo numa baixada perto do rio, e uma ruma de algaroba que era umas bichonas boas de produção de lenha, carvão e madeira de construção! Era onde ele criava seus bichinhos, e não recebeu sem tudo que valia não! Aí veio a barragem, a água cobriu as terras e ele perdeu foi tudo e foi tudo pro fundo (da barragem), uma tristeza! Ele não recebeu nada! Dida também não recebeu (não foram indenizados), e muitos também perderam a agricultura e não recebeu. Meu cunhado também tinha um roçadinho bom e também não recebeu, só recebeu uma dessas casinhas de placa... Nada mais! (Pedro, 65, atingido, vila de Pedro Velho)*

### **3.3.2 A inundação das memórias do antigo lugar**

Em uma obra magistral sobre a memória das lutas de resistência da Guerra de Canudos, Macedo e Maestri (2004, p. 158) relatam o depoimento de um agricultor chamado Zé de Isabé, em 1993, quando o mesmo contava com cem anos de idade, quando este se

referia ao arraial de Canudos: “Eu acho que eles não deviam ter feito esse açude aí, por causa de este pessoal ter derramado este sangue aí em Canudos, e ser coberto d’água. Em sangue, derramar água assim... sei não... sei não”.

O referido agricultor se referia à barragem de Cocorobó, localizada no município de Euclides da Cunha, construída pelo DNOCS para barrar o rio Vaza-Barris, na segunda metade da década de 1960, em plena ditadura militar, em cujas margens se localizava a cidadela de Belo Monte, onde ocorreu a sangrenta batalha de Canudos, com os camponeses sob a liderança do líder religioso Antônio Conselheiro contra as tropas oficiais do governo da Bahia. Considerada pelos autores como a maior “guerra camponesa” da história do Brasil, para eles, a julgar pelo depoimento do agricultor centenário, havia um objetivo claro do governo federal em construir uma grande barragem cujo lago de 243 milhões de m<sup>3</sup> inundou uma área de mais de 2.400 hectares de terras, justamente sobre a cidadela construída para abrigar milhares de camponeses que se rebelaram contra o então governo central e que muitos anos depois se constituíra em um importante ponto turístico e de peregrinação: apagar da memória da população local esse fato histórico.

Quase todos os depoimentos dados pelos agricultores atingidos pelas barragens pesquisadas têm entre si um ponto comum, que é a idéia de inundação, como sin nimo que algo que dava significado   vida e de repente afundou, desapareceu. Mais do que isso, essa palavra aparece intimamente relacionada à idéia de memória, daquilo que, embora não possa ser mais visto, pois submergiu sob as águas das represas, insiste em permanecer no cotidiano das comunidades desalojadas para que esse evento não seja esquecido e, conseqüentemente, não se transforme em silêncio, para usarmos uma expressão de Pollak (1989). São justamente o silêncio e o esquecimento a que o autor se refere os principais sintomas de que as forças das lutas dos atingidos por grandes barragens podem estar sendo dissipadas pelo Estado.

Volta e meia, quando da realiza o das entrevistas com os atingidos das barragens pesquisadas, muitos depoimentos revelavam como aquilo que se perdeu para o “fundo” da barragem povoa o imaginário popular, como o que o agricultor acima citado afirmou:

*Mas tem telha demais no fundo dessa barragem! (...) Se a vila de Pedro Velho aparecesse de novo o povo ia tirar muita riqueza do fundo da barragem, porque cristão nenhum sabe o tanto de telha e madeira que tem ali embaixo! Eu mesmo passei um tempo atrás perto da casa que foi daquele menino daquela casa dali e vi a terra toda rachada nas margens da barragem... Se brincar até o cemitério vai ser descoberto de novo pelas  guas. (Pedro, 65, atingido, vila de Pedro Velho)*

Por outro lado, pode-se perceber que essas idéias de inundação e de memória, intrinsecamente relacionadas entre si se revela com nuances muito próprias, muito características e de certa forma um tanto distintas quando nos referimos às duas experiências pesquisadas, pois estão fortemente relacionadas ao grau de sofrimento social a que essas comunidades foram submetidas pela ação do poder público.

Podemos entender melhor tal afirmação partindo de desse depoimento:

*Tinha mais de dez carros carregando os troços do povo direto, num sei quantos dias! E depois a gente não tinha dinheiro pra pagar tanto carro por volta (por cada viagem) pra carregar tanto troço. Mas homem, tinha carro feito pra carregar os troços! Ou carregava ou perdia, porque a enchente foi ligeiro demais, em quatro dias de chuva com força essa barragem tava cheia. (José, 46, atingido, vila de Pedro Velho)*

Até que o depoente é interrompido por outro atingido, seu vizinho:

*Dona Luzia Gardino mesmo juntou gente demais pra salvar as peças dela, coitada! Naquele ruge-ruge era o povo tirando o madeiramento da casa, era cada peça de braúna (baraúna) que era isso daqui, uma madeira monstra! Foi um dismantelo. E é porque foi em 2004, porque se fosse um inverninho assim meio espalhado não tinha enchido logo assim não. (...) (Pedro, 65, atingido, vila de Pedro Velho)*

Impressiona como o processo de transferência das famílias atingidas pela barragem de Araçagi foi completamente diferente do caso de Acauã. Tal diferença pode ser resumida no depoimento de uma agricultora da Vila Tainha, quando esta afirma:

*Nós só saímos de lá (da antiga Vila Tainha), mesmo, quando vimos que a água estava se aproximando muito rápido das casas (...) Já tinha as casas da agrovilas construídas e marcadas, cada uma, pra ser ocupada por cada família. A energia também já estava instalada, já tinha a adutora pra trazer a água, só faltava ligar as casas na energia dos postes, o que foi feito até rápido. Nessa parte aí até que não teve problema com o governo, não. (Maria, 58, atingida, Vila Tainha)*

Assim, quanto maiores e mais rápidos os impactos da construção de uma grande barragem sobre a vida de uma comunidade por ela atingida, maior tende a ser o sofrimento social e este, por sua vez, tende a reforçar a memória (ou as memórias) do lugar submergido. No caso das barragens pesquisadas, do ponto de vista da perda da terra, a experiência de Acauã certamente foi a mais traumática, como podemos ver no depoimento abaixo:

*Foram muitas as conseqüências da construção dessa barragem, a começar pela perda de toda a terra de baixio (aluvião), onde a gente plantava roça e também capim para o gado, além de fazer uma pequena irrigação. Ou seja, a agricultura irrigada e a pecuária desapareceram. Já a agricultura de sequeiro continua sendo explorada por*



*alguns como forma de sobrevivência nas áreas de terra seca próximas às bordas da represa. Como a área inundou muito rápido, muitos não tiveram tempo de salvar os seus pertences (móveis, eletrodomésticos e pequenos bichos), pois não houve um plano de transferência, que os técnicos do governo chamavam de plano de evacuação (risos!). Ao contrário de Araçagi, tudo aqui foi muito improvisado, feito nas carreiras. Nós não recebemos nada de lote para plantar e, assim não há como criar bichos ou plantar uma roça para produzir pelos menos a comida da família. E pra completar, ao redor da barragem dominam os grandes proprietários, que não deixam ninguém plantar. (Iran, 49, atingido, vila de Pedro Velho)*

As lembranças do antigo lugar coberto pela barragem se dividem entre aquelas que apontam para um sentimento de conformação e às vezes de vontade de reconstrução da vida em comunidade. Quase sempre essas lembranças estão relacionadas à perda de algo que servia de referência para a vida no antigo lugar, como uma casa, um curral, uma cacimba, ou a algo que podia ter sido salvo e não foi, mas que revela a esperança de recuperar.

Invariavelmente as memórias do antigo lugar estão referenciadas pelo sentido de melhoria ou de piora na qualidade de vida depois da realocação compulsória das famílias com a construção das barragens, e estão sempre relacionadas ao lugar e data de nascimento, ao cultivo da terra, à criação de animais, entre outras coisas. Certamente é o caráter traumático e desordenado da relocação dessas comunidades que mais contribuem para a formação da memória coletiva do conjunto da população deslocada da área inundada, pois tal mudança está inexoravelmente relacionada com o dismantelamento quase que completo das condições de reprodução econômica e social dessas comunidades, devido à perda de seus meios de produção e à desestruturação das relações sociais de produção. Assim dois agricultores atingidos se refere ao seu antigo lugar de morada:

*Eu nasci e me criei lá mesmo, na antiga comunidade da Tainha. Lá era bom de se viver porque a gente vivia perto da terra e dos bichos e tinha mais sossego pra viver, criando uns bichinhos e plantando roça pro gasto da família; e quando sobrava, vendia o que se plantava num pedaço de terra perto da barragem. (José, 46, atingido, Vila Tainha)*

*Na antiga Pedro Velho havia terra pra plantar, muito pasto pra dar para os bichos, além de uns peixinhos meio graúdos que a gente pegava no rio. Havia também muitas miunças que se criava sem dificuldade, de modo que a qualquer hora tinha o que se comer sem precisar ter que ir ao mercado pra comprar nossa própria comida. E mesmo quem não tinha terra podia arrendar um pedacinho de alguém ou “trabalhar no alugado (Severino, 59, atingido, vila de Pedro Velho)*

Os conflitos socioambientais normalmente ocorrem quando a construção da barragem ameaça os camponeses com o deslocamento forçado, também chamado de “reassentamento involuntário”. Segundo Oliver-Smith, apud Vainer (2008), “quando pessoas são ameaçadas

com reassentamento, sua resistência reflete a importância do lugar na criação de um ambiente de confiança em que espaço, relações de parentesco, comunidades locais, cosmologia e tradição são articulados”. (Tradução do autor) (1994, p. 198)

Ainda segundo este autor, referindo-se às comunidades de agricultores familiares compulsoriamente deslocadas pela construção de uma barragem,

A natureza involuntária da migração envolve a perda quase total de controle de sua vida e, de modo geral, os processos de reassentamento fornecem informação insuficiente para permitir que a população afetada reassuma controle satisfatório e compreensão da ameaça ou reais mudanças das circunstâncias de suas vidas. Como consequência, quando compreensão e controle são diminuídos, o processo é geralmente caracterizado por conflito, tensão e, às vezes, resistência ativa (IDEM, p. 199).

Estudando os impactos da construção da barragem de Sobradinho, no rio São Francisco sobre a agricultura familiar, Machado (1987) classificou-os em três diferentes níveis: econômicos, ambientais e sociais, estes últimos relacionados às formas de organização social e religiosa, às condições gerais de trabalho e à cultura das populações ribeirinhas. O autor fez uma análise do discurso desenvolvimentista do Estado capitalista no Brasil sob o regime militar em torno da necessidade de se mobilizar uma infra-estrutura hídrica e de geração de energia elétrica voltada para a modernização (leia-se: industrialização) do Nordeste, o que gerou formas diversas de resistência das populações ribeirinhas à construção daquela gigantesca obra.

No caso específico da rede de relações sociais, a inundação desses espaços remete os desalojados à memória coletiva ao descreverem os espaços que estavam fortemente relacionados às práticas comunitárias de reprodução dessa rede. Para Sigaud (1988), que estudou de forma aprofundada essa problemática na construção das hidrelétricas de Sobradinho e Machadinho nos rios São Francisco e Uruguai, respectivamente, o maior desses impactos ocorreu quando grandes contingentes populacionais foram deslocadas para fora da área de inundação, sendo 60.000 pessoas em Sobradinho (em 4.214 km<sup>2</sup>) e 11.200 em Machadinho (em 270 km<sup>2</sup>) em que, em ambos os casos, cerca de 80% das comunidades atingidas eram de camponeses. Os impactos são imediatos e muito visíveis: a agricultura, historicamente construída ao longo de muitas gerações, fica submersa e surge no entorno dessas barragens problemas econômicos, sociais e ambientais devido ao aumento do grau de antropização na área de influência dos lagos que aí se formam. Some-se a isso as consequências de longo prazo que podem trazer profundas mudanças estruturais para a

agricultura familiar, entre as quais podemos citar como sendo a mais visível as migrações forçadas das comunidades atingidas.

De um modo geral os impactos resultantes da construção de grandes barragens são muito parecidos, independentemente dos fins a que estas servirão, mas variam em magnitude ambiental e em complexidade social. Normalmente, as barragens construídas para fins de geração de energia hidrelétrica costumam gerar impactos mais significativos devido à necessidade de inundação de áreas muito vastas, embora elas possam servir simultaneamente para fins de abastecimento humano e animal, irrigação e exploração da aquicultura e pesca. Assim, os casos estudados por Sigaud e Machado, no rio São Francisco, trouxeram consequências muito parecidas com os de Araçagi e Acauã, barragens construídas na Paraíba, embora se trate de obras com fins não hidrelétricos. Com relação ao deslocamento dos contingentes humanos que habitavam a antiga área inundada, como bem lembram os autores, podemos ter uma idéia da magnitude desse problema no caso da barragem de Acauã segundo a fala de uma agricultora que teve de ser deslocada junto com a sua família para o povoado de Pedro Velho, especialmente construído pelo governo estadual para abrigar a sua família. Eis o seu depoimento:

*(...) Todo dia as pessoas olhavam prá represa e viam a água subindo, mas diziam: "não, ela vai descer". A água subindo, e diziam de novo: "não, mas ela desce". Teve gente que tirou os troços – isso quando pôde tirar! – com a água por aqui (apontando a depoente para o pescoço) e Iran mesmo dizia que os engenheiros disseram pra ele que a barragem só ia sangrar depois de dez anos! O fato é que o pessoal teve que fugir da água à noite e no escuro, porque a enchente cortou a energia que passava por lá. Alguns, quando tinham, botavam uma canoa no meio da rua pra tirar umas coisinhas, uns trocinhos que ainda tinham dentro de casa e quando terminava voltava pra ajudar a tirar os troços dos outros. Se fosse uma coisa combinada com o governo a gente tinha aproveitado tudo, as telhas, os tijolos, as madeiras do curral... Teve até gente que perdeu os bichos de noite com a enchente! (Maria, 70, atingida, vila de Pedro Velho)*

Para Duqué, *apud* Sigaud (1988), os aspectos mais traumáticos que os estudiosos do problema apontam são aqueles ligados à relocação compulsória dessas populações, pois isso põe em risco a sua reprodução enquanto categoria social e na redução da sua capacidade de produção e inovação cultural. Vejamos como isso ocorreu na barragem de Acauã, na fala de um dos atingidos:

*Essa casa amarela é da minha irmã; ela vivia lá embaixo também e passou mais de ano morando numa sala de aula no colégio esperando pela construção da vila. E não foi só ela não, muita gente vivia ajuntada naquele colégio porque não tinha onde morar. Saiu açoitada, coitada, vendo a água chegar no maior espalho e ela sair na carreira pra não*

*morrer afogada. Aí o governador Cássio Cunha Lima veio visitar o povo e disse: “O que é que vocês estão fazendo aqui? Vocês não estão vendo que a barragem tá tomando água, meu povo? Aí arrojou os carros pra cima, o povo jogando os troços pra cima e o povo gritando: “Não tire coisa difícil de levar não, como telha e tijolo, só as coisas que tem tempo de carregar! E haja a barragem cobrindo tudo que era de casa! (Pedro, 65, atingido, Pedro Velho)*

A memória coletiva dos atingidos parece estar profundamente ligada a pontos de referência que norteavam as relações sociais do antigo lugar e entre estes se destacam nos depoimentos dos entrevistados estão as igrejas e o cemitério. Assim um agricultor atingido pela barragem de Acauã se refere ao primeiro destes pontos, quando indagado sobre as consequências da inundação da área sobre estes:

*Todas elas (as duas igrejas) foram cobertas, só deu tempo mesmo tirar umas coisas de dentro e logo a água cobriu. As de São Pedro e São Sebastião do jeito que tavam a água cobriu; só deu tempo mesmo de tirar os santos e os bancos também, né? Material de tela, madeira, parede, tudo ficou inteirinho de baixo d’água. (Luís, 64, atingido, vila de Pedro Velho)*

Outro assim se refere tanto às igrejas como ao cemitério:

*A barragem tando cheia a parte onde ficava a beira do rio passa de trinta metros de fundura; então quer dizer que o povoado junto com as igrejas fica a uns 20 metros de fundura quando a barragem tá cheia, né? Quer dizer, eu penso assim, né? Essa é a minha base. O que fica menos fundo é o cemitério (...). O cemitério, nesse verão, que eles soltaram um pouco de água o ano passado prevendo inverno nesse ano, soltaram água além do que já sai todo dia pra encher (perenizar) o rio e por isso o cemitério ficou descoberto só um pedaço, mas dava pra ver que algumas catacumbas ficaram de fora, uma parte das paredes dele; tanto que eu passava na canoa e batia (com o remo) nas cruz das catacumbas bem rasiadas!(Adauto, 56, atingido, vila de Pedro Velho)*

De um modo quase que geral os entrevistados mais idosos se referem à inundação tanto das igrejas como do cemitério com mais pesar do que em relação às suas próprias casas, pois se trata de referências de grande importância para as relações sociais das comunidades inundadas: a igreja como centro de oração e devoção religiosa, e o cemitério por representar um lugar de culto aos seus mortos, aos seus antepassados. Muitos atingidos de Acauã acusaram o governo do estado de não ter respeitado um acordo segundo o qual os restos mortais ali enterrados seriam transportados para um novo cemitério que seria construído na nova Pedro Velho. O lago da barragem encheu antes do previsto e o novo cemitério, construído pela Prefeitura, teve sua construção condenada à demolição pelo órgão ambiental do governo estadual por ter sido construído de forma inadequada.

### 3.3.3 Conflitos e convergências: a diversidade de visões dos atingidos

É lugar comum nos estudos e pesquisas sobre os impactos de grandes barragens sobre a agricultura camponesa se tratar a reação dos atingidos como sendo homogênea, quando na verdade muitos indivíduos podem (e na maioria das vezes é o que ocorre) agir de forma diferente. Entre os estudiosos do problema há três diferentes tipos de posicionamento. O primeiro segue uma linha de pensamento desenvolvimentista, onde estão os que defendem a construção dessas grandes obras como um imperativo do desenvolvimento econômico, pois sem elas a sociedade não teria como superar o atraso representado pelas economias regionais de base tradicional, ou seja, agrária. Em segundo lugar há os ambientalistas, que se posicionam francamente contra a construção dessas obras, sobretudo no caso das barragens para fins não-hidroelétricos e que, via de regra, adotam um discurso conservacionista, alegando que há formas alternativas de se promover o desenvolvimento econômico que não seja necessariamente através da inundação de extensas áreas, com a consequente destruição dos estoques de recursos naturais, como também elevados riscos de desestruturação da organização social e econômica das chamadas comunidades tradicionais por elas afetadas, como as comunidades indígenas, remanescentes de quilombolas e comunidades de pescadores, entre outras.

Há ainda uma terceira posição a esse respeito, que podemos chamar de intermediária, que vê na construção de grandes barragens um importante instrumento de melhoria da qualidade de vida da população em geral, mas que reconhece que, dependendo da forma como tais obras sejam construídas, pode gerar sérios problemas sociais, como o aumento das desigualdades sociais e da concentração da riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população, bem como sérios problemas ambientais. Daí a defesa que os defensores dessa linha de pensamento faz sobre a necessidade de um planejamento democrático dos programas de desenvolvimento baseados na construção de grandes barragens que incorporem as demandas sociais em todos os sentidos.

A julgar pelos resultados da nossa pesquisa, esses três diferentes posicionamentos podem ser percebidos entre os agricultores atingidos pelas barragens de Araçagi e Acauã. De um modo geral, isso ocorre por duas razões, basicamente: a primeira se refere à posição social que um determinado camponês detém em sua comunidade e, dependendo disso, diferentes indivíduos percebem de forma diferente os riscos que a construção de uma grande barragem pode trazer para a sua reprodução enquanto membro dessa comunidade. Em segundo lugar

porque ao longo do tempo o próprio capitalismo se encarregou de diferenciar e ao mesmo tempo complexificar os camponeses, de modo que estes desenvolveram estratégias de reprodução social e material de forma heterogênea. Assim, alguns logram se integrar ao mercado capitalista de forma mais dinâmica, enquanto outros permanecem isolados em uma agricultura que dificilmente extrapola as barreiras da subsistência. Assim, ao contrário do que sugerem muitos estudos, que muitas vezes apresentam as reações dos camponeses aos riscos que o capitalismo representa para a sua reprodução enquanto grupo social de forma idealizada, romantizada, essas reações costumam ser bastante diferenciadas de uma pessoa para outra.

São tão fortes e rápidos os impactos provocados pela formação dos extensos lagos das grandes barragens que essas expõem as comunidades locais a diferentes reações, que podem ir do medo que a “novidade” leva a essas comunidades, passando pela esperança de que nada vá lhes acontecer, até a conformação, pura e simplesmente. Nesse caso, o grande desafio dos que pesquisam tais reações é buscar as fontes de tais diferenças e avaliar como isso pode influenciar nos movimentos de resistência dessas comunidades às grandes barragens.

O primeiro tipo de posicionamento, radicalmente contrário à construção de uma grande barragem normalmente está relacionado ao alto grau de isolamento de um camponês em relação aos segmentos modernos da sociedade e à defesa intransigente que este faz da propriedade da terra. Por mais precárias que sejam as suas condições de produção em seu pequeno pedaço de terra, este normalmente não se interessa pelos “benefícios” do “progresso” que uma obra desse porte pode trazer para a economia local. Além disso, costuma valorizar e defender o seu modo de viver, de produzir e de se relacionar na sua comunidade, pois toda organização econômica, por mais “atrasada” que seja, tem a sua racionalidade. Podemos ver esse tipo de reação no seguinte depoimento:

*Se você for em todas as casas e perguntar ao povo se aqui é melhor de se viver do que na antiga Pedro Velho, 90% vão dizer que não. Sabe por quê? Porque lá havia terra pra plantar, liberdade e tranquilidade. Aqui é um cativo. (...) Logo cedinho da noite, todos têm de se trancar em casa e ficar se divertindo com a televisão, porque as ruas ficam sem um pé de gente, por causa do medo da bandidagem. (Severino, 73, atingido, Vila de Pedro Velho)*

Em segundo lugar há aqueles que podemos chamar de moderados, que vêem tanto os benefícios como os malefícios decorrentes da construção das grandes barragens, como demonstra o depoimento de um agricultor atingido de Araçagi:

*A construção dessa barragem trouxe muitos problemas, principalmente pra quem tinha sua terrinha certa pra plantar e colher todo ano sem depender de ninguém. Mas eu acho que trouxe também alguns benefícios: a água é em grande quantidade, quando antes a gente tinha que cavar um poço e rezar pra ter água; tem água pra irrigação, apesar de que são poucos que podem irrigar, mas emprega muitos que foram “tirados” da área da represa; tem a pesca, que ajuda muitos pais de família a tirar o dinheirinho da feira; e a água pra abastecer as casas, que vem numa tubulação, é jogada numa caixa d’água e de lá desce prá casa. Não é uma água tratada, como é a da cidade, por isso a comunidade usa só para o grosso e tem de comprar água mineral na cidade. Hoje a facilidade é muito grande, porque já tem até gente que faz entrega de água mineral, remédio e outras coisas aqui na Tainha numa moto uma meia hora depois que a gente liga. (Antônio, 69, atingido, Vila Tainha)*

Esse mesmo tipo de reação à construção de grandes barragens pode ser mais bem avaliado pelo depoimento de um jovem agricultor, líder comunitário de Aroeiras, cuja família teve sua terra coberta pelas águas da represa de Acauã:

*(...) Eu vou começar pelos pontos negativos. Eu só vejo um ponto negativo, ou melhor, dois pontos negativos. O primeiro se refere às vias de acesso, porque antes da construção dessa barragem as nossas vias de acesso tanto para as cidades aqui vizinhas como prá capital eram boas e hoje vivemos isolados do mundo, não só Pedro Velho, mas também as outras agrovilas. E depois o reassentamento das comunidades, porque esse modelo de assentamento não é um modelo humano não! Esse povo saiu de lá como se fosse um rebanho de gado enxotado, tangido pra cá. E quando chegamos aqui, com o enchimento dela (da barragem) – inclusive nós, eu morava mesmo na margem do rio – a gente saiu correndo, saímos nas carreiras, era as casas caindo e nós correndo de dentro delas. Quando chegamos aqui a gente não tinha sequer eletrificação, não tinha água pra se beber nem pra tomar banho, a gente foi entregue ao Deus dará mesmo! Quer dizer, a essa forma de assentamento a gente atribui que ficou inviável de se viver e as vias de acesso. E outra coisa, perdemos as vias (a capacidade) de produção que nós perdemos. Mas graças a Deus perdemos uma via, que era a agricultura, e aí com a construção da barragem tivemos que migrar, houve uma migração dessa atividade de agricultor pra pescador, inclusive feitiço ótimo.” (Marlon, 28, atingido, vila de Pedro Velho)*

Após apresentar os aspectos positivos da construção da barragem em questão, o entrevistado acima passa a falar dos aspectos positivos:

*Em Pedro Velho, antes de Acauã, só existia duas casas com cerâmica, que o povo chamava as casas dos barões de Pedro Velho, só duas casas. Hoje, com esse lago cheio, com a pesca e a piscicultura, pescador aqui já tem casa de cerâmica, te de moto emplacada e até de carro, quer dizer, tamos desenvolvendo uma economia boa. Não é muito não, mas pra quem não tinha nada essa barragem tá trazendo isso tudinho! Por isso você pergunta: você é contra a construção da barragem? Aí eu digo que sou contra modelo de reassentamento, mas hoje a gente mata e morre por esse açude, porque eu acho que se não fosse esse açude as desventuras dessa população seria terrível. Lá embaixo (no povoado de Pedro Velho, submergido pela barragem) a gente não tinha nenhuma fonte de renda fora a agricultura, que não dava o ano todo. Aqui nós temos*

*cadastrados 310 pescadores. Pescando diariamente de dez a quinze quilos e vendendo ao preço de 4 reais, resumindo, ao todo vai dar X reais, que durante um mês o “salário” que um pescador tá fazendo aqui tem muitos aqui que não chegam nem na metade. Aí a gente pode ser contra essa barragem?*

Em que pese opiniões tão diferentes sobre os impactos (benéficos/malefícios) resultante da construção de uma grande barragem entre os próprios atingidos, o fato é que, no geral, a experiência brasileira mostra que essas grandes obras, cuja construção tem aumentado em número e em capacidade de acumulação de forma avassaladora, tem gerado muito sofrimento social pela rapidez com que elas transformam a vida dessas comunidades, na maioria das vezes precarizando as condições de reprodução da força de trabalho dos atingidos. Em muitos casos, essas mudanças tão bruscas na vida dessas pessoas se revelam uma desgraça irreparável, como podemos atestar no depoimento emocionado de um agricultor da barragem de Acauã:

*Em todo canto dessa vila tem uma pessoa triste porque mora aqui. Dona Luzia Gardino mesmo é uma dessas pessoas; ele chega chora, coitada, toda vez que alguém fala da casa dela (na antiga Pedro Velho, agora submersa pelas águas da barragem). Ela morava numa casa de tijolo boa, bem construída, cada peça de madeira que era isso, madeiramento de primeira, mas quando ela viu aquele mundo d'água se aproximando da casa e encher a barragem ela chorou demais, a pobre da velhinha! Quase todo dia ela chora e diz: “Eu tô nessa desgraça de casa do governo, de papelão, podendo tá na minha casa lá embaixo; lá eu tinha minhas coisinhas, minha roça, água de beber no rio, e hoje temos que esperar pelo governo pro carro (caminhão-pipa) chegar pra beber um copo d'água. E não é só ela não, tem muitos aqui que vivem na tristeza maior do mundo! Eu acho até que se essa barragem secasse quase todo mundo aqui voltava correndo pra lá pra começar tudo de novo, sabia? Não tem um dia que eu não sonhe com a nossa morada lá, porque mesmo sendo uma vida dura tinha tranquilidade, e aqui não tem, isso é bem dizer uma cidade. (José, 46, atingido, vila de Pedro Velho)*

O sofrimento social é algo que resulta da mistura de sentimentos de perda e de impotência para lutar contra as forças que dificultam a reconstrução de uma vida que foi interrompida por um evento externo e que são componentes importantes da formação da memória que faz os atingidos refletir quase que cotidianamente sobre tudo aquilo que ficou para trás e que não há mais como ser recuperado. Os depoimentos parecem apontar para o fato inexorável de que a memória das comunidades atingidas está sempre acompanhada do risco de se gerar um sentimento de resignação e de impotência coletiva diante do que não pode ser feito para voltar atrás e buscar tudo aquilo que a represa “engoliu” para ser devolvido aos seus legítimos donos, para usar uma expressão dita por um agricultor de Acauã. Esse sentimento pode ser captado pelo seguinte depoimento:



*Falando no meu caso, pra mim não trouxe nada, nada; pelo contrário, piorou de tudo, de todas as formas. Primeiro porque desorganizou completamente a vida das famílias, já que todo mundo estava acostumado a viver nas margens do rio, desde criança eu era acostumado a viver tirando o sustento da nossa terra e do rio, mesmo tendo pouca água; e de repente você ter que sair quer queira ou quer não queira tem que sair do seu lugar, perder sua terra pra não ter como viver em outra, a não ser como empregado, como cativo, e quando tem como! Uma coisa é eu dizer: vou visitar alguém em João Pessoa e depois eu vou voltar prá minha terra. E hoje? Eu posso visitar João Pessoa, mas não posso mais voltar prá minha terra, prá terra da minha família. (Amaury, 29, atingido, vila do Costa).*

### **3.3.4 Nova vizinhança e estranhamento social**

A forma como a rede de relações sociais é refeita após o deslocamento das comunidades atingidas pelas barragens para os povoados especialmente construídos para este fim está fortemente relacionada ao que os próprios atingidos costumam chamar de nova vizinhança. O que isso tem de novo tem de contraditório, pois antes da construção das barragens as residências eram localizadas de forma espalhada no espaço geográfico inundado pelo lago da barragem e mesmo assim as relações de receptividade entre as pessoas eram mais intensas, ao passo que nos povoados as casas estão espacialmente adensadas, muito próximas uma das outras e, no entanto esse relacionamento tomou um certo distanciamento. E isso pode estar relacionado ao aspecto traumático do deslocamento compulsório dessas comunidades, conforme afirmou Sigaud (1988). Traumático no sentido de que tais comunidades são colocadas de forma abrupta sob condições de reprodução de suas relações sociais e econômicas tipicamente urbanas e radicalmente diferentes daquelas às quais elas estavam acostumadas. Esse deslocamento compulsório significa impor aos atingidos pela barragem um novo estilo de vida que chega de forma abrupta na medida que estes ocupam um espaço que reproduz o modo de viver da cidade.

Mas não é só isso. Um outro impacto gerado pela construção dessas barragens refere-se a mudanças significativas que ela provoca nos processos migratórios, desestruturando o seu relativo equilíbrio, que pode ser compensado pelos programas de assistência social. Isso porque, antes da construção dessas barragens, as migrações são determinadas tanto pela organização interna das unidades de produção agrícola como pelas formas específicas de reprodução das relações sociais. Como isso ocorre?

Primeiro, é preciso que observemos as devidas diferenças entre os dois casos estudados. Em Araçagi, o processo de relocação das famílias se deu de forma planejada, com

um certo ordenamento, ao passo que em Acauã isso se deu de forma caótica. Tomemos um depoimento de agricultores daquela primeira barragem:

*Nós só saímos de lá (da antiga vila da Tainha), mesmo, quando vimos que a água estava se aproximando muito rápido das casas. Houve muita chuva e muita correria pra gente vir para cá, na agrovila, que já tinha as casas construídas e marcadas, cada uma, pra ser ocupada por cada família. A energia também já estava instalada, já tinha a adutora pra trazer a água, só faltava ligar as casas na energia dos postes, o que foi feito até rápido. Nessa parte aí até que não teve problema, não (...). Ninguém aqui ficou sem receber casa! Todos que trabalhavam lá, mesmo aqueles que trabalhavam de alugado (sem-terra, assalariado ou pequeno arrendatário) receberam a sua casinha aqui. O governo não deixou ninguém desabrigado não; esse foi o acordo que a CPT fez com o governo e com o doutor Roberto Paulino, vice-governador na época da construção da barragem e que tem sua base política na região polarizada por Guarabira.” (Maria, 58, atingida, Vila Tainha)*

Trata-se de uma situação totalmente diferente do segundo caso, o de Acauã, como podemos perceber pelos depoimentos a seguir:

*Tinha mais de dez carros carregando os troços direto, num sei quantos dias! E depois a gente não tinha dinheiro pra pagar tanto carro por volta (por cada viagem) pra carregar tanto troço. Mas homem, tinha carro feito praga carregando os troços! Ou carregava ou perdia, porque a enchente foi ligeiro demais, em quatro dias de chuva com força essa barragem tava cheia.” (José Ivo, 46, atingido, vila de Pedro Velho)*

*Aí o governador Cássio Cunha Lima veio visitar o povo e disse: “O que é que vocês estão fazendo aqui? Vocês não estão vendo que a barragem tá tomando água, meu povo? Aí arrouchou os carros pra cima, o povo jogando os troços pra cima e o povo gritando: “Não tire coisa difícil de levar não, como telha e tijolo, só as coisas que tem tempo de carregar! E haja a barragem cobrindo tudo que era de casa!” (Pedro, 65, atingido, vila de Pedro Velho)*

*Pedro Velho é na verdade um conjunto habitacional construído em plena zona rural, e possui cerca de trezentas casas construídas pelo Projeto Mariz. Logo, não foram construídas como parte do planejamento da construção da barragem, mas sim como forma de reduzir o sofrimento daqueles que foram desalojados, e mesmo assim a sua construção teve começo depois que a construção da barragem foi iniciada. No começo da transferência das famílias para esta comunidade, quase todos moravam (ainda) em barracas, parecia mais um acampamento de refugiados.” (Iran, 49, atingido, vila de Pedro Velho)*

Um segundo aspecto a ser considerado é que a formação do lago de uma grande barragem não provoca apenas um deslocamento – o da área inundada para os novos povoados, mas dois deslocamentos, pois reconfigura completamente o fluxo migratório dessas populações, nos dois sentidos, no de chegada e no de partida. Vejamos como isso ocorre em Acauã, na visão de um dos dirigentes locais do MAB:

*Parte das famílias tem migrado muito pra outros municípios e pra outros estados, como Minas Gerais e São Paulo. Todo ano elas vão, e embora muitas voltem elas retornam de novo e assim vai (...) principalmente pra Minas porque tem a questão das fábricas de calçados e outros vão pro corte da cana. Pelo meu levantamento, nós temos hoje daqui, só daqui de Pedro Velho, cerca de 200 pessoas trabalhando em Minas Gerais. Pra você ter uma idéia, todo ano (no final do ano) eles alugam de dois a três ônibus que eles alugam lá pra visitar a terra, sempre no final de dezembro e voltam no meio de janeiro, depois do dia 20 de janeiro. Isso fora os que ainda ficam por lá. Então quem fica são os aposentados, os que conseguem se tornar funcionário público como eu, ou que recebe uma cesta básica, que também não é uma solução definitiva e nem contínua, às vezes passa de dois a três meses pra vir. (Abel, 42, atingido, vila de Pedro Velho)*

Outro aspecto diz respeito à padronização do modo de habitar que surge com a construção dessas barragens, mas que também difere de um caso para outro, pois em Araçagi os modelos de casa foram negociados entre o movimento dos atingidos e governo estadual, ao passo que em Acauã o único modelo de casa foi imposto aos atingidos. Essa padronização do modo de viver dos camponeses pelos programas de construção de grandes barragens foi alvo de duras críticas de Ludwig (2008), que afirma que a implantação de tais obras resulta inexoravelmente na desterritorialização de comunidades tradicionais através da formação de aglomerados de exclusão. Como isso funciona? Segundo a referida autora, (...) “parcelas cada vez mais expressivas do espaço têm sido moldadas por um padrão ótimo de funcionalidade e de utilitarismo, especialmente para os capitalistas em busca da máxima lucratividade. Contrariamente, esse processo que acelera a circulação da elite planetária gera uma massa de despossuídos que não têm menores condições de acesso às benesses da modernidade e autonomia para definir seus circuitos de vida” (LUDWIG: 2008, p. 237). Ou seja, a construção de grandes barragens numa perspectiva tipicamente liberal impõe a lucratividade do mercado sobre a valorização da natureza e da vida, na medida em que isso permite que o grande capital subjuguie os potenciais ecológicos, destrua formas de organização social, desterritorialize identidades, enterre saberes práticos e desarraigue a cultura de seus referentes locais.

Vejamos como um agricultor de Araçagi vê esse problema relativamente a Acauã:

*O que eu vi lá é que a barragem aqui é de terra e a de lá é maior, mais alta e mais moderna, é toda de concreto, né isso? Foi feita num impensado grande de serra, muito alta! Eu não vi ela pronta, era só pela metade, mas deu pra ver que mesmo assim (a água) tá tava invadindo as casas lá e o povo já tava se aperreando. E quando nós subimos eu vi uma agrovila que eu não entrei nela não, mas lá ainda não tinham construído as casas junto com a barragem, o povo teve que ir pra barracas de lona. Só depois fizeram as casas, que eu soube que foi tudo casa pré-moldada, não foi? Como*

*era casa pré-moldada, elas têm um só padrão, é igual pra todo mundo, qualquer que seja o tamanho da família. Essas da gente não, foi acertado três tipos de casa, de acordo com o tamanho das casas que foram cobertas e com o tamanho das famílias.” (José, 64, atingido, Vila Mulunguzinho)*

Outro aspecto que chama a atenção do observador mais perspicaz é que o deslocamento das comunidades atingidas pela barragem de Acauã gerou uma espécie de estranhamento entre essas mesmas comunidades em seus novos locais de moradia. Assim, morar na agrovila de Pedro Velho representa ter um status social que um morador da agrovila do Costa não tem, por se tratar de uma comunidade que além de ser a mais geograficamente isolada é composta por agricultores que não possuíam terra na área inundada. Assim um agricultor de Pedro Velho se refere à comunidade do Costa:

*Talvez o pessoal que more lá não ache, não diga isso, apesar de que lá eles tão perto do município de Macaparana e um distritozinho até grande do lado de Pernambuco, que é Pirauá. Mas é porque o pessoal do Costa não formava um povoado como era Pedro Velho, era sitio mesmo, só tina casinha solta lá pro meio do mato, uma aqui, outra mais pra ali, de modo que tinha muito morador, mas não era rua. Então quando veio o governo pra construir a barragem desapropriaram lá umas partes de terra e fizeram umas casas como fizeram aqui pro pessoal morar lá. Na época foi o prefeito de Natuba que fez isso. Com a história da barragem ele fez pra criar uma população lá pra ele, né? Aí muita gente que morava na beira do rio foi pra lá, em vez de vir pra cá. Como eles moravam do outro lado do rio, que já fica do lado de Natuba e com essa história de votação (eleições municipais) aí o prefeito de lá foi e construiu as casas e levou o povo pra lá. Além de que lá deu muita gente que veio do lado de Pernambuco, enquanto aqui não teve isso, a gente se organizou só pra ficar gente de lá de baixo. E a situação lá é pior do que aqui em termos de acesso, de abastecimento de água, de posto de saúde e de escola também”. (Adauto, 56, atingido, vila de PedroVelho)*

O mesmo ocorre entre os moradores de Aroeiras, sede do município com maior área inundada pela barragem de Acauã e a agrovila de Pedro Velho. Para os moradores desta última, as pessoas em Aroeiras os vêem com um certo desdém, como uma espécie de favela rural, um povoado de baixo status, por se tratar de uma população composta por “expulsos de seu lugar”, como podemos ver no depoimento de uma líder comunitária local:

*Porque aqui no município de Aroeiras se criou uma imagem muito ruim de Pedro Velho. O povo lá acha o seguinte: se em cada casa daqui tem um velho aposentado, pra que então esse povo trabalhar? Esse é o conceito que eles têm daqui (...). Se numa casa daqui tem uma pessoa trabalhando na prefeitura, os outros não precisam, como se isso fosse suficiente pra sustentar uma família. Aí eu estou trabalhando principalmente com esses jovens e dizendo a eles: “minha gente, vocês vêem um médico, a esposa é médica também e o filho tem outra profissão, todos eles trabalham; vocês vêem que na casa de um professor de universidade, todo mundo trabalha e seus filhos concluíram o estudo ou completaram 18 anos já vão trabalhar. Então, por que em relação a Pedro Velho as*

*“pessoas têm essa idéia? É porque na visão dos nossos políticos antigos, nossa classe política “antepassada” achava que se numa casa tem um aposentado eles já têm o que comer.” (Rosemary, 54, atingida, vila de Pedro Velho)*

Não se trata de um problema localizado, mas parece ser geral, pois os estranhamentos e tensões dentro do próprio movimento dos atingidos tem sido verificado em outras experiências de movimentos contra a construção de grandes barragens. Isso pode comprovar, pois, a nossa tese de que os impactos da construção de grandes barragens não dependem apenas da intervenção vinda de cima, ou seja, do Estado, mas da forma como a organização social e política local preexistente se comporta diante de tal intervenção, estando aí uma possível fonte de dissipação das energias de resistência dos atingidos pela ação do Estado.

Evocando mais uma vez as conclusões de Sigaud sobre o caso da barragem de Sobradinho, esta afirma:

O processo de realocação da população a partir do qual a literatura tende a pensar os “impactos sociais” de barragens (...) não parece portanto resultar exclusivamente da intervenção imposta de cima (no caso pelo Estado), nem do modo como as empresas e técnicos encaminham soluções, nem dos detalhes técnicos do planejamento, mas sim de um processo marcado por conflitos de interesses cujo desfecho depende não da correção desta ou daquela ação específica, mas do embate das forças presentes. O caso aqui analisado permite pensar, para além do que está posto pela literatura, que a intervenção do Estado nesses casos desencadeia um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais. Essas forças não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas ao longo do tempo de realocação (SIGAUD; 1988, p. 106)

Referindo-se a essa mesma problemática dos movimentos de resistência à construção da mega barragem do Castanhão, no Ceará, uma estudiosa do tema faz observações muito interessantes a respeito do processo de estranhamento na nova vizinhança dos camponeses deslocados pela referida barragem para Nova Jaguaribara, uma cidade de porte médio (cerca de 25 mil habitantes) construída para abrigar as comunidades das áreas inundadas:

(...) São pessoas desconhecidas, trabalhadores que vieram de outras cidades ou municípios para residir na nova cidade, enquanto estivessem trabalhando nas obras do Complexo Castanhão (...). Nas primeiras entrevistas, após um ano de mudança, ouvi reclamações referentes ao fato de, em Nova Jaguaribara, nos percursos realizados os moradores se encontrarem mais frequentemente com desconhecidos do que com seus conhecidos. Percebi nesses relatos uma certa aversão a esses *forasteiros* (BRAZ; 2005, p. 67)

Isso certamente ocorre porque, entre outras consequências, a construção de grandes barragens desestrutura as redes de relações sociais das comunidades locais até então existentes, as quais podem ser recriadas ou reestruturadas, porém sempre sob novas formas de sociabilidade. No caso de Araçagi o que causa estranhamento de uma nova vizinhança é a especulação imobiliária que tomou conta das agrovilas, provocada pela elevação do preço das casas, pois se localizam em uma agrovila com toda a infra-estrutura necessária a uma vida relativamente confortável, como a proximidade da sede do município, abastecimento de água, ruas pavimentadas, boa iluminação e postos de saúde e escolas, entre outros, o que não tem nas agrovilas de Acauã. Vejamos o que diz um agricultor da vila de Mulunguzinho, uma das duas agrovilas que abrigam as comunidades atingidas pela barragem de Araçagi:

*Essas casas são tão cara no mundo! Essa casinha aí da frente à minha é de 7 por 14 o caixão (a área construída) e foi vendida por R\$ 4.200,00 logo no começo da vila; hoje, se ele quiser vender ela fica numa base de 25 pra dentro! As casas daqui as mais pequenas, as mais fracas valem 15 mil contos. Depois da construção desse açude do governo o povo ficou doido por casa por aqui! (Manoel, 73, atingido, vila Mulunguzinho)*

### **3.4 BARRAGENS, EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA E EXCLUSÃO**

#### **3.4.1 Confinamento e reconhecimento social dos atingidos**

Pelo que foi exposto até aqui, vê-se que o não reconhecimento da forte relação entre as condições materiais e imateriais de reprodução da sociedade camponesa e suas relações com o meio ambiente é uma característica dos processos de intervenção estatal via construção de grandes barragens. Trata-se de uma estratégia de anulação das fontes de resistência das famílias remanejadas, como veremos com mais atenção no capítulo seguinte. Ao contrário do que mostraram Chayanov (1981) e depois Scott (1985), para os quais há uma racionalidade própria do modo de ser camponês<sup>56</sup>, as políticas de desenvolvimento regional seguem mais uma visão weberiana da economia camponesa<sup>57</sup>. No âmbito dessas políticas, essas

<sup>56</sup> Essa caracterização do camponês tradicional, como um agente social incapaz de responder aos incentivos do mercado foi repetidamente mostrada como falsa. James Scott defende a idéia de que o conservadorismo dos camponeses é um mito condescendente; os camponeses resistem a determinadas mudanças porque percebem de maneira racional uma real tentativa de explorá-los ou de tirar sua autonomia. Já para Chayanov, essa racionalidade do camponês reside nas suas escolas que estão fortemente relacionadas ao equilíbrio entre produção e consumo da família (que se confunde com a própria unidade de produção) que, por sua vez, responde às mudanças do ciclo demográfico da família.

<sup>57</sup> No seu livro, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber mostra como, ao contrário do espírito do capitalismo, os camponeses tradicionais eram tão limitados pelas noções conservadoras do certo e do errado que

comunidades são parte dos obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico e social e, como tal, devem ser removidas para dar lugar às grandes barragens, fontes de modernização da sociedade.

Podemos basear tal afirmação a partir de uma perspectiva teórica alicerçado na análise que Bauman (2005) faz desse problema, antes de entrarmos nas questões específicas de Araçagi e Acauã. O referido autor, afirma que os deslocamentos compulsórios de grandes contingentes humanos sempre ocorreram em nome do que se convencionou chamar de progresso econômico, ou o que ele chama com muita originalidade de produção de refugos humanos, antes restrito a regiões ou a áreas interioranas de alguns países e que agora ocorre em escala global, em todos os cantos do mundo. Para ele, a superpopulação de Malthus e a superpopulação relativa de Marx foram transformadas pelo progresso econômico recente em população refugada, ou seja, naquela parte da população que deve de ser “removida” em nome do progresso econômico, não importando tanto a sua dimensão numérica e relativa, mas o fato de grandes contingente humanos poderem ou não serem incluídos na lista de beneficiários desse processo.

Por que isso ocorre? Segundo Bauman, tais deslocamentos, a exemplo do que ocorreu com as grandes migrações de europeus para o Novo Mundo, sempre tiveram como objetivo maior a exportação dos “problemas sociais” produzidos internamente por meio da deportação maciça da parte afetada da população com o medo de que a acumulação de “redundantes” dentro das cidades atinja um ponto crítico de combustão. Ou seja, as migrações são uma estratégia de remoção de conflitos sociais que impedem ou dificultam o progresso econômico.

O autor lembra também que desde o principio, a era da modernização econômica ocorreu mediante a produção de grandes migrações e deslocamentos humanos, com a remoção de populações que não se prestam ao desenvolvimento material da sociedade. Para tanto, contribui inexorável e imprescindivelmente o papel do Estado nesse processo, a quem cabe definir os parâmetros da nova ordem e controlar as tensões que daí resultam, deixando para o mercado a remoção dos problemas de alocação de recursos que bloqueiam ou impedem

---

eles não podiam responder à motivação do lucro. A chave da mudança estava na Reforma protestante de Lutero e Calvino que mudaram radicalmente as idéias populares a respeito de Deus, da fé e do trabalho. Weber adverte que a revolução capitalista não foi simplesmente um produto de novas idéias religiosas, que há uma diferença entre a filosofia e os fatos. Mas Weber argumenta firmemente que, o comportamento econômico, tomado no seu conjunto, está inteiramente sujeito aos códigos morais e aos valores. Mas há que concordarmos que a racionalidade econômica, para este autor, não é um produto em si ou por si, mas é um produto histórico e social.

o progresso.<sup>58</sup> Note-se que esta é uma das principais características das sociedades eletrointensivas, ou seja, nas palavras do autor acima referido: o remanejamento das populações indesejadas. No curso do progresso econômico, que Bauman chama muito apropriadamente de linha de montagem e desmontagem da modernização, as formas existentes dessas populações ganharem a vida são sucessivamente desmanteladas pelo progresso técnico e partidas em componentes destinados a serem remontados em novas formas, de acordo com as necessidades de obsolescência do sistema produtivo.

Recorramos mais uma vez à Professora Sigaud, a respeito da barragem de Sobradinho e veremos quão próximas se encontram as suas considerações às de Bauman com relação àquela barragem e as pesquisadas para a presente tese. Segundo ela, esse é o tratamento que normalmente o poder público dispensa àquelas comunidades que se encontram em áreas a serem inundadas pelas grandes barragens:

A população aparece como um problema, um obstáculo a ser removido para “liberar a área”. Aqui em Machadinho, tal e qual em Sobradinho, não se sabe o que fazer com a população a não ser impor-lhes condições de indenização e tabelas de preços. (SIGAUD, 1986: 107)

O próprio conceito de atingido utilizado pelas autoridades públicas durante o processo de construção das grandes barragens é por demais restritivo e denota a falta de reconhecimento em relação àqueles que têm sua vida completamente desestruturada por esse processo. Tanto no caso das hidrelétricas como das barragens de Araçagi e Acauã, esse conceito se restringe apenas àqueles que conseguem provar legalmente a posse da terra para ter direito a qualquer tipo de benefício, o que acaba deixando comunidades inteiras de agricultores abandonadas à própria sorte. Por isso, MC Cully, apud Vainer (2008) apresenta um conceito completamente diferente daqueles oficialmente estabelecidos para fins de

---

<sup>58</sup> Bauman faz uma rica ilustração do papel do Estado nesse processo. Ele começa lembrando que em 1848, os “distritos perigosos” de Paris sofreram uma limpeza em ampla escala que os livrou dos *misérables* rebeldes, enquanto os “grandes imundos” eram transportados em massa, pelo mar, para a Argélia. Além disso, cerca de 30 a 50 milhões de nativos de terras pré-modernas, pertode 80% de sua população total, foram aniquilados entre a época da chegada e do estabelecimento dos primeiros soldados e comerciantes europeus e o início do século XX. Muitos foram assassinados, outros pereceram de doenças importadas, e o restante morreu depois de perder os meios que durante séculos sustentaram as vidas de seus ancestrais. Nos Estados Unidos, Theodore Roosevelt apresentou o extermínio de milhões de índios norte-americanos como um serviço altruísta prestado pelos colonizadores à causa da civilização, pois segundo ele “o colonizador e o pioneiro tiveram, no fundo, a justiça do seu lado: este grande continente só poderia ter sido mantido como uma reserva para a diversão de selvagens esqueléticos. Finalmente, o autor nos oferece como exemplo o caso de Israel, onde o governo israelense decidiu limpar o deserto de Neguev de sua população beduína a fim de abrir caminho para que novos imigrantes judeus de várias partes do mundo em busca de segurança e bem-estar econômico pudessem ser estabelecidos como colonos em terras daquelas comunidades nativas. Diante de tais considerações, podemos então perguntar: e o que dizer dos cerca de 80 milhões de pessoas que, segundo a CMB, teriam sido deslocados compulsoriamente para dar lugar às grandes barragens nos últimos 50 anos?



indenização e realocação de famílias camponesas nas áreas inundadas pelos lagos dessas barragens<sup>59</sup>, quando afirma que

A maioria das estatísticas sobre deslocamento incluem apenas aqueles deslocados pelo reservatório – porém esse número é largamente ultrapassado por aqueles que são privados de sua terra e modos de vida em função de outras partes do projeto ou pelos efeitos ecológicos de longo prazo. Igualmente, famílias que perdem parte ou toda a sua terra, mas não as suas casas, não são consideradas como “deslocadas”, ainda que a perda de uma pequena parcela de terra faça uma grande diferença entre subsistência e inanição. Populações que criam seu gado nos vales dos rios sem um título legal de propriedade, como é o caso dos índios e camponeses na maior parte do mundo, raramente recebem compensação pela perda dessas terras. Aqueles que utilizam o vale para caçar, colher frutas, vegetais e madeiras têm menos chance de serem reconhecidos como atingidos. Famílias podem ainda ficar enalhadas nas novas ilhas ou penínsulas formados pelo reservatório, tendo seu caminho de passagem para a vizinhança, escolas e mercados alagados pelo reservatório (MC CULLY; 2008, p.75) (tradução do autor)

Na verdade arriscamos ir além deste autor e afirmarmos que a simples quebra das redes sociais de relações comunitárias devido à formação de lagos surgidos pela construção de grandes barragens pode levar alguém à condição de atingido se isso representar um impedimento ao processo de reprodução de sua força de trabalho ou mesmo à subsistência da instituição familiar como, qualquer que seja a causa, a exemplo da migração forçada.

Essa problemática levantada por Bauman e confirmada por Sigaud para o caso da barragem de Sobradinho é emblemático para o Nordeste brasileiro no que tange à problemática das secas, principal razão das políticas de desenvolvimento regional com base na mobilização de recursos hídricos através da construção de grandes barragens. Referindo-se à histórica seca de 1877-1879, Frederico de Castro Neves fala sobre a enorme massa de indesejados, os retirantes, camponeses famintos que invadiam a capital da Província do Ceará (Fortaleza) e que se presta muito bem à colocação de nossas afirmações. Eis como ele relata o tratamento dado pelas autoridades da época a essas populações e que, segundo ele, foi um embrião para a criação de órgãos federais encarregados do enfrentamento das secas em bases modernas:

---

<sup>59</sup> MC Cully ilustra esta problemática em pesquisa realizada com dados sobre o Brasil. Ele cita o caso de Tucuruí, onde, até hoje, a Eletronorte se recusa a reconhecer as comunidades e os pescadores que moram a jusante como atingidos (que tiveram o seu cotidiano atingido pelas modificações no regime de cheias do rio barrado, bem como uma série de impactos negativos sobre a pesca), pois condicionam esta condição à inundação de suas terras. Ver, a esse respeito: MC Cully, P. *Silenced rivers – the ecology and politics of large dams*. London: Zed Books, 1996, 350 p.

Um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal no Ceará. A fim de prevenir a "afluência tumultuária" de retirantes famintos a Fortaleza, cinco campos localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo os agricultores que perdiam suas colheitas e se viam à mercê da caridade pública ou privada. Dois campos menores situavam-se em locais estratégicos de Fortaleza, conectados às estações de trem que traziam os famintos, impedindo que eles circulassem livremente pelos espaços da capital. Uma vez dentro do campo, o retirante era obrigado não só a permanecer nele durante todo o período considerado de seca, mas deveria submeter-se a condições de moradia, relacionamento, trabalho e comportamento regulados pelas normas irredutíveis ditadas pelos dirigentes indicados pelo interventor – prefeitos nomeados e engenheiros do IFOCS. Os campos, portanto, pretendiam impedir a mobilidade física e política dos retirantes através da concessão de rações diárias e de assistência médica. O controle dessa imensa população – o maior campo, na cidade do Crato, chegou a abrigar quase 60 mil pessoas – representou um gigantesco esforço de organização, que tinha seu contraponto nas ações violentas das multidões de retirantes que ameaçavam tomar em suas mãos a resolução de suas aflições. (NEVES; 2000, p. 20)

Uma das conseqüências da construção das grandes barragens pode ser o sentimento de invisibilidade por falta de reconhecimento social desta enquanto classe social. Ou seja, o grau de sofrimento social provocado pelo deslocamento compulsório dessas populações, traduzido pela falta de reconhecimento social se traduz em um sentimento de confinamento espacial e social e está fortemente condicionado ao processo de resistência. Confinamento e falta de reconhecimento se confundem, estão intimamente relacionadas, mas não são a mesma coisa.

O confinamento ocorre quando a uma comunidade de atingidos pela construção de uma grande barragem se impõe um isolamento imposto pelo poder público como forma de controlar as reações da população à construção da barragem e que erroneamente tem sido traduzido pelos pesquisadores do assunto mais do ponto de vista físico, ou seja, geográfico, quando na verdade ele também se traduz pela sua dimensão social. São muitos os casos em que populações deslocadas de áreas inundadas são transferidas para áreas com condições de acesso extremamente precárias, como é o caso de Acauã.

*Além desses problemas que foram causados, além desses problemas de convivência nossa aqui, o problema maior nosso agora tá na falta de acesso, porque antes (antes da construção da barragem) nós tinha três vias de acesso: beirando o rio, de Umbuzeiro a João Pessoa; saia três ônibus de Umbuzeiro pra João Pessoa e esses ônibus andavam lotado de tanta gente que se servia deles. Essa estrada que dá pro Costa que ainda tem, tá destinhorada (deteriorada), mas tem, ia pro Pernambuco, de modo que da vila antiga de Pedro Velho tinha como chegar a Umbuzeiro, João Pessoa e pro estado de Pernambuco, mas se acabou esses acessos. Hoje só tem estrada pra Aroeiras e de lá pra Campina Grande. Se a gente quer ir pra Itabaiana tem que ir por Campina Grande,*

*num arrodeio danado, ou então pra quem tem disposição vai pelo Costa, mas tem que atravessar a barragem, chegar no Costa, do Costa vai pra Pirauá (em Pernambuco) pra sair depois no balde da barragem e de lá ir pra João Pessoa. Então, já que a gente tá aqui nesse lugar jogado feito bicho, se a gente tivesse pelo menos como se locomover aí ficava mais fácil. Aqui, fonte de renda também não tem por conta disso, porque ninguém vem ninguém vai, e quando a gente morava lá embaixo (na antiga vila de Pedro Velho) vinha gente de todo canto passando pelo nosso lugar e fazendo muito movimento (comércio), porque o progresso está nas estradas e se não tem estradas não tem progresso, não é isso? Não tem desenvolvimento pro povo. Então, o problema mais sério hoje é esse porque já tamos com mais de sete anos que nós tamos aqui e ninguém, nenhum governante, esse povo que governa o município, estado, essas coisas, não tem um que providencie isso porque nós precisa de acesso pra sobreviver”. (Aduino, 56, atingido, vila de Pedro Velho)*

*É porque o gosto de viver desse povo era ter uma terra pra trabalhar. Eles chegaram aqui, socaram o povo dentro de uma casa de placa dessas... Isso não é casa que se coloque gente dentro. (Luiz, 40, atingido, vila de Pedro Velho)*

É muito forte a sensação de que a falta de reconhecimento social das comunidades compulsoriamente deslocadas pela construção de grandes barragens por parte do Estado (e não só do governo!) está inexoravelmente ligada à idéia de confinamento, que, na visão da maioria dos atingidos, isso não se remete a um conceito puramente físico, geográfico, mais multidimensional, que une compressão espacial das relações sociais à negação de direitos fundamentais. Quando indagado sobre o sentimento coletivo de abandono por parte das comunidades desalojadas pela barragem, um jovem agricultor ligado ao MAB responde:

*É essa a expressão que eles usaram; como de fato é porque essas pessoas vivem aqui isoladas, esquecidas do governo, vivendo na dependência das ajudas (dos programas sociais) do governo. Aliás, até esse pessoal dos direitos humanos também nunca voltou por aqui; fizeram relatórios e mais relatórios e até hoje ninguém daqui sabe no que deu.” (Amaury, 29, atingido, vila do Costa)*

O confinamento ocorre, portanto quando a uma comunidade é negado o acesso aos mais elementares direitos no que se refere a serviços públicos. Isso fica bem claro quando observamos atentamente o seguinte depoimento de um agricultor de Pedro Velho com relação ao abastecimento de água:

*É de quatro em quatro dias que tem água. Hoje mesmo não tem, só chega sexta-feira. Mas em compensação tem um cano (uma adutora) que foi construído pra levar água pra Aroeiras, Gado Bravo, e já tão fazendo pra Pedras de Fogo, Ingá, Riachão do Bacamarte, Mamanguape, numa distância da molesta, mas não tem pra cá! (José, 46, atingido, vila de Pedro Velho)*

Ainda com relação a esse problema em Acauã, uma moradora da comunidade do Costa faz a seguinte observação com relação à posse da casa pelos seus moradores e às condições de vida naquela agrovila:

*Tem nada! Já tá com oito anos que estamos aqui e o governo nunca que veio aqui entregar os títulos das casas. Na prática nem dono dessas casas nós somos. Então, se um dia alguém sair daqui pra trabalhar em outro canto, outra cidade, outro estado e alguém chegar e ocupar já perdeu, quem entrar entrou! (...) Tem só uma escola de ensino inicial, o ensino básico o pessoal vai prá cidade; depois disso os alunos têm que ir pra Pirauá, do outro lado da fronteira, porque aqui já faz limite com Pernambuco e lá é que tem o ensino médio. E aqui tem outro problema nessa parte da educação: é a falta de transporte seguro, não tem ônibus porque a prefeitura alega que esse povoado é muito isolado e ruim de chegar um ônibus; por isso os alunos são transportados em cima de um caminhão. Às vezes o caminhão é coberto, às vezes não, e aí tem o problema do calor, do sol.” (Maria, 39, atingida, vila do Costa)*

Note-se, no entanto que não há uma visão dominante nem tão pouco consensual dos atingidos com relação à construção das barragens, em que os sentimentos vão desde os de conformação até os de ressentimento e revolta. Os depoimentos a seguir mostram como estes são díspares em relação àqueles acima referidos e mostram como pessoas de uma mesma comunidade rural, de condições sociais tão próximas têm sentimentos tão diferentes, como o de uma agricultora septuagenária que se diz conformada e ao mesmo tempo satisfeita com a sua situação após a construção da barragem. Eis a sua resposta sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens:

*É porque o povo reclama de tudo, reclama do governo, do vizinho, de falta d’água, reclama de tudo, né? Como é que eu vou reclamar? Eu recebi uma casinha e ainda tenho o meu aposento (aposentadoria rural) pra comprar minhas coisinhas.” (Maria 72, atingida, vila do Costa)*

Outro agricultor se revela igualmente conformado:

*Apois é. Agora, quanto a esse negócio de construir barragem tá certo porque ninguém tem como empatar a vontade do governo; e outra porque o dinheiro era do governo federal, embora que foi o estado que construiu, e o governo federal não tem nada a ver com esse muído. (José, 46, atingido, vila de Pedro Velho)*

Por outro lado, se observarmos esse mesmo aspecto da vida social das agrovilas da Tainha e de Mulunguzinho, em Araçagi, podemos ver aspectos radicalmente diferentes segundo os seus próprios moradores, onde o sentimento de confinamento a que nos referimos não ocorre. Assim, segundo um habitante da primeira delas,

*Ainda na área de saúde nós temos aqui um posto de saúde que funciona todos os dias, de segunda a sexta, inclusive o médico, Dr. Edimar é muito bom, ele é do HU de João Pessoa. E ele conhece muito bem a comunidade porque ele já trabalha aqui á uns cinco ou seis anos e nosso povo quer muito bem a ele. Tem também uma enfermeira e um agente de saúde que passa de tempos em tempos nas casas pra saber como vai a saúde das famílias”. (Maria, 53, atingida, vila Melancias)*

Outro agricultor fala sobre como a sua vida melhorou consideravelmente com após a construção da barragem de Araçagi:

*A minha casa era uma casa velha de mais de cem anos, de taipa, de piso de barro batido, quer dizer, nem era cimentado. E aqui eu ganhei uma casa nova, com rua pavimentada... Eu, pra eu vir prá cidade eu tinha que passar três rios: o Taquaíba, o rio Taqui e outro do lado de lá. Quando os rios estavam cheios eram duas canoas, e o rio Taquaíba é muito forte, não tem como botar canoa pra atravessar porque ele faz... Lá a gente chama onda, que nem o mar, e assim ou passava nadando ou ficava preso prá bandas de lá. Resultado: vim morar aqui numa casa boa, grande e arejada, com rua calçada, água dentro de casa na torneira, praça prá comunidade fazer suas festinhas, escola, ônibus de graça pros estudantes; quer dizer, melhorou bastante. E pra estudar ficou mais fácil e mais perto, tanto que eu, agricultor, hoje estou fazendo a minha faculdade sem precisar ir embora prá cidade grande, porque aqui é muito tranqüilo. (Dioclécio, 39, atingido, Vila Mulunguzinho)*

### **3.4.2 Sobra casa, mas faltam empregos**

Como afirmado acima, um dos aspectos que mais têm influenciado a nova vizinhança nas agrovilas que abrigam as populações atingidas por grandes barragens é com relação às mudanças provocadas no âmbito do trabalho. Assim, antes da chegada das águas, a reprodução da força de trabalho dos agricultores estava intimamente relacionada ao ciclo da produção, de um lado, e às possibilidades de migração. Começemos pela seguinte depoimento, em que um atingido da barragem Acauã se refere à organização do trabalho antes da construção da barragem:

*Milho, fava e etc., né? E eu saia pra trabalhar; trabalhava em João Pessoa, em Pedro Velho mesmo, quando tinha serviço e a minha vida era essa, entendeu? Muitas vezes tinham pessoas daqui que trabalhavam de pedreiro e de servente também e como lá em João Pessoa eles não tinham muito conhecimento pra trabalhar lá com os engenheiros, eu já trabalhava lá naquela época da construção daqueles grandes conjuntos (habitacionais) aí os pedreiros e os outros chegavam pra mim e diziam: “Eleno, será que não dava pra você falar pra eu trabalhar lá com os engenheiros como pedreiro ou mesmo como servente? A minha família tá passando privação, tem feijão e tem o milho, mas só disso nós não podemos viver, eu preciso de uma roupa, de um calçado, umas coisas dessa”. Aí eu dizia: “Meu irmão, então vamos trabalhar” Eu falava lá com os engenheiros, eu tinha muito conhecimento com eles por conta já do meu trabalho aí eles iam trabalhar comigo e todo fim de semana nós arranjava um jeito de voltar pra*

*Pedro Velho com o dinheiro, que o pagamento era semanal. E era assim, a minha vida sempre foi assim, desde mocinho. E quando era ruim aqui e na capital também (João Pessoa) eu saía e ia trabalhar no Rio de Janeiro e de novo eu deixava a minha vela mais os filhos e algum trabalhador e eu dizia pra ela: “olhe, cuide bem do roçado, num deixe o roçado abandonado não!” Essa é uma fonte (a agricultura) onde nós fomos criados e não podemos deixar de jeito nenhum. Então, ela ficava exercendo a agricultura aqui na antiga Pedro Velho e eu lá trabalhando no Rio de Janeiro e todo mês eu mandava aquele dinheirinho pra ela pagar os trabalhadores, é claro, porque ela não tinha, e ela colhia e eu trabalhando lá. Quando eu colhia um dinheirinho mais ou menos lá fazendo economia, aí eu procurava mandar mais um dinheiro pra casa.” (Eleno, 75, atingido, vila de PedroVelho)*

A precarização das condições de reprodução da força de trabalho certamente é o aspecto mais relevante desse processo, pois ela influencia os demais aspectos relacionados à reprodução das relações sociais de produção após a construção de uma grande barragem. Assim, os fluxos migratórios deixam de ser determinados pelo ciclo produtivo da agricultura familiar e passa a ser estritamente definido pelas dificuldades de sobrevivência e pelas necessidades mais imediatas (e não satisfeitas) dos atingidos no seu novo lugar. É o que revela de forma contundente no depoimento de um jovem agricultor de Aroeiras:

*São 121 casas, mas só tem 112 famílias morando (...). É porque aqui não tinha posto (de saúde) e por isso muita gente saiu, além dos que foram embora arranjar trabalho fora. Aqui é assim direto, entra gente e sai gente, entra gente e sai gente (...). Algumas pessoas vendem a casa pra poder ir embora com algum dinheiro no bolso e as que compram acham que é de um jeito e depois vêem que a realidade é outra. Chegou um pessoal aqui há menos de um mês, vindo do Rio de Janeiro, mas já vão embora quinta-feira. Inclusive a minha família foi uma das que foram embora. (Amaury, 29, atingido, vila do Costa)*

A venda de sua nova casa como forma de conseguir os meios financeiros para a reconstrução da vida em um novo lugar reflete bem a precariedade das novas condições de vida desse agricultor. Em muitas agrovilas é crescente o número de casas que foram deixadas para trás pela falta absoluta de condições de permanência desse trabalhador nas agrovilas que surgiram da construção dessas barragens. Essa precariedade fica evidente no depoimento de um líder local do MAB em Pedro Velho:

*Grande parte da população das agrovilas migra pra Minas Gerais pra trabalhar na cana ou pra São Paulo pra trabalhar na construção e a gente que fica, a gente fica se perguntando até quando a gente vai conseguir ver as pessoas irem embora, voltam, vão embora de novo, voltam... A gente tem uma parte da população que é formada de jovens que querem vencer, enquanto os aposentados, já velhos, estão enraizados aqui e nem podem ir embora. A gente passou também aqui por uma onda de muita violência e a gente atribui isso daí à falta do que fazer, a ausência de oportunidades de ocupação*

*pra esse povo que perderam suas terras para as águas de Acauã.” (Abel, 42, atingido, vila de Pedro Velho)*

Outro aspecto a ser considerado é a nova forma como os fluxos migratórios se processam. Antes, os próprios agricultores tinham o domínio do destino a tomar; agora, as mudanças ocorridas no âmbito da economia globalizada expõe o trabalhador a novas formas de migração, em que o mesmo deve se adaptar às novas exigências do mercado, como nos mostram os depoimentos a seguir:

*Aqui tem um pessoal que leva os trabalhadores pra trabalhar numa usina do Rio Grande do Norte um tempo e depois eles voltam e depois vão de novo e assim vai, mas tem que saber ler e escrever (...). O pessoal diz que é bom demais trabalhar nessas usinas porque se o sujeito for controlado ele pode até juntar uma coisinha pra comprar um pedacinho de terra dele mesmo, mas pra ir tem que saber ler e escrever.” (Roberto, 45, atingido, Vila Mulunguzinho)*

Indagada sobre os novos destinos dos agricultores de Pedro Velho, uma líder comunitária assim se pronuncia:

*Pra tudo que é lugar, principalmente pra Pernambuco e até Minas Gerais pra trabalhar no corte da cana, de modo que toda semana sai um carro com gente daqui pra procurar emprego em outros cantos. E as pessoas me falam assim: “Rosemary, quando essas oportunidades de trabalho (da pesca e da piscicultura) surgir você me avisa, que eu quero vir embora pra cá, porque eu não quero ficar longe daqui”. Muitas pessoas que estão fora daqui também me ligam pra saber se os projetos apoiados pelo governo já saíram e eu digo sempre que esperem um pouco. Mas hoje nós temos certeza que agora nós temos como colocar esses projetos pra funcionar, porque a saída, já que falta terra, é explorar a água da barragem.” (Rosemary, 54, atingida, vila de Pedro Velho)*

Voltaremos a tratar dessa questão das migrações com maiores detalhes no próximo capítulo, quando trataremos da questão dos riscos de descampesinação e de desterritorialização dos camponeses pela construção de grandes barragens.

## CAPÍTULO 4

### **AS GRANDES BARRAGENS E O FUTURO DA AGRICULTURA CAMPONESA**

Vimos no capítulo anterior como a construção das barragens de Araçagi e Acauã impactou a vida das comunidades que viviam ali há muitas décadas, seja na subtração de alguns milhares de hectares antes explorados com agricultura e pecuária, em sua maior parte com características tipicamente camponesas, seja nas suas práticas diárias de sociabilidade. Vimos também que a construção dessas obras foi forjada por um processo de expropriação dos meios de produção dos agricultores, pondo em risco a sua reprodução social e material. Além disso, o poder público transferiu para as comunidades deslocadas os custos desse deslocamento e de reconstrução material de suas condições de trabalho. Aí também se manifestou o caráter autoritário e manipulatório com que o poder público, representado pelo governo estadual tratou as famílias deslocadas compulsoriamente, na medida em que obstaculizou qualquer forma de participação popular na condução do processo construtivo das obras de Acauã, enquanto aceitou negociar, mesmo com sérias restrições, a participação dos agricultores de Araçagi no processo de construção não só da barragem, como também das novas vilas que iriam lhes abrigar futuramente.

A partir dessas considerações, neste capítulo podemos penetrar numa seara bem mais complexa, para entendermos como o Estado busca, durante e após a construção dessas obras viabilizar uma situação de equilíbrio das tensões geradas pela construção de grandes obras mediante a “produção” de um ambiente de coesão social ou de conformação com o novo estilo de vida a que são submetidas as comunidades desalojadas de seu antigo lugar.

Trata-se de um jogo em que ocorre o embate de duas forças. Por parte do Estado e de seu aparato técnico-burocrático predomina uma racionalidade instrumental e economicista para justificar a importância das grandes obras ou determinados tipos de política de desenvolvimento como geradores de progresso, baseados nos custos sociais da desapropriação dos camponeses apenas em termos monetários. De outro lado, temos as comunidades afetadas pela ação modernizadora do Estado, com sua racionalidade política associada ao valor simbólico atribuído a vários aspectos de seu cotidiano e de suas tradições, como bens materiais, culturais, comunitários e religiosos, entre outros. Todos estes elementos são partes



fundamentais de seus projetos de vida, ao lado do valor atribuído à terra, elemento central da agricultura camponesa. Estes elementos simbólicos são de difícil (ou impossível) mensuração monetária, quando de sua fragmentação em face da migração forçada que as grandes barragens impõem, mas que nem por isso deveriam ser negligenciadas.

Veremos agora os aspectos relativos aos processos de reação das comunidades atingidas pelo reparo aos danos a elas causados, que pode ir da construção de estratégias de luta contra a nova situação em que vivem até a simples ausência de reação por parte dessas comunidades. A ausência de reação ou a construção de estratégias de lutas por essas comunidades reflete aspectos relacionados à referência e à consciência de que o lugar deles se constitui em um território historicamente construído e, como tal, a sua reprodução como classe social depende de sua defesa. Na maior parte das vezes esse embate termina com perdas irreparáveis para os agricultores, especialmente no caso do Brasil, pois a sociedade brasileira se desenvolveu naturalizando espaços de violência, sobretudo no mundo do trabalho rural. Assim, procuraremos ver, através das experiências de Araçagi e Acauã que a capacidade de resistência de uma determinadas comunidades à construção de grandes barragens está fortemente relacionada a dois fatores. Um deles é a força dos costumes que garantem os direitos dos camponeses, neutralizando a força destrutiva do mercado sobre a sua organização social e econômica. O segundo fator é o sentimento de economia moral como instrumento de coesão e solidariedade no interior dessas comunidades. A fragmentação desses dois fatores de coesão da comunidade quase sempre é resultado da desconstrução do sentido da luta através da negação do caráter universal dos direitos mais elementares da pessoa humana através do crescimento hegemônico das forças de mercado mediante a valorização do individualismo.

Como consequência disso, há uma desestruturação da agricultura local, não só nos seus aspectos técnico-produtivos, como também da sua cultura e dos seus valores morais. Há, por conta disso, todo um processo de reação por parte das comunidades atingidas com vistas a reconstruir as suas antigas condições de vida, embora muitas vezes de forma precarizada, através de lutas que contestam a forma como se dá esse modelo de intervenção estatal. Por outro lado, e como resposta à reação popular, o Estado põe em prática determinadas estratégias voltadas para a anulação ou dissipação das energias dos movimentos de resistência e de reação das populações atingidas e da força dos movimentos sociais que surgem para defender os seus interesses, tendo como principal agente dessas lutas o MAB – Movimento

dos Atingidos por barragens. Como isso ocorre? Dar resposta a essa indagação é o que veremos por toda a extensão do presente capítulo.

#### **4.1 A GESTÃO DOS HIDROCONFLITOS PELO PODER PÚBLICO**

Embora os movimentos sociais dos camponeses mais organizados tenham surgido na década dos anos 50 do século passado, pode-se considerar que os principais deles foram gestados na década de 1960, a exemplo das Ligas Camponesas, e se consolidaram no final dos anos de 1970, como o MST, a CPT e o MAB. Trata-se de um período da história brasileira em que surgiram movimentos de contestação da forma como era conduzida a construção de grandes barragens aliados à necessidade de uma ampla reforma agrária no Brasil.

Por outro lado, não podemos deixar de registrar a importância do período de redemocratização e o conseqüente fortalecimento dos movimentos sociais no enfrentamento da questão das grandes obras no âmbito da ação estatal através da pressão exercida por estes, mostrando que esse problema é apenas parte de um problema maior, a luta pela terra. Apesar das aparentes “derrotas” políticas desses movimentos em sua resistência contra a construção de grandes barragens ou contra os seus efeitos deletérios sobre a agricultura camponesa, estes movimentos seguiram crescendo e se expandindo pelo território nacional, aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por conseqüência, ampliou o poder de pressão, principalmente por meio de ocupações dos canteiros de obras e a organização de movimentos de denúncia dessas obras junto às populações dos centros urbanos.

No entanto, como veremos mais oportunamente, esses movimentos apresentam uma série de características que resultam em muitas limitações e impasses na luta dos camponeses. A esse respeito, Martins (2000) elabora uma dura crítica tanto ao MST (de cujas fileiras de militantes o MAB se originou) como à CPT salientando que, esses se constituíram em grupos de mediação pela reforma agrária que aos poucos foram se afastando dos objetivos iniciais em favor dos camponeses e se tornaram movimentos permeados pela ideologia da classe média. O autor frisa que os mediadores da luta pela terra (sindicatos, agentes de pastorais, militantes, intelectuais, etc.) são integrantes da classe média, cujos interesses e visões de mundo foram aos poucos se afastando dos verdadeiros protagonistas da questão agrária, que são os trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, meeiros, minifundiários, pequenos arrendatários, etc., havendo assim, um desencontro entre a reforma agrária almejada pelos mediadores da luta pela terra (no sentido mais amplo do termo, onde se inclui o acesso às águas das grandes barragens) e um projeto de reforma agrária implementado pelo Estado, o que acaba impossibilitando um possível diálogo para a realização de uma reforma agrária possível. Ainda

citando aquele autor, o mesmo destaca que o desencontro está, sobretudo, no fato de que MST e Igreja (leia-se CPT) conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, não legitimam essa inclusão em lutas concretas. Não legitimam ao se recusarem a aceitá-la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma. (...) Quem quer ganhar tudo, tudo perde, como está acontecendo. O MST e as *igrejas, e não só a CPT, vão ficando* fora do amplo processo de reforma agrária conduzida pelo Estado. Estão deixando de ser protagonistas políticos daquilo que poderia ser sua maior e única vitória. (MARTINS; 2000, p. 25-26).

Antes de entrarmos na questão que nos interessa mais de perto nesse capítulo – as estratégias da ação modernizadora do Estado na construção de grandes barragens no âmbito das políticas de desenvolvimento regional e as reações das comunidades atingidas – devemos considerar que esse processo se sustenta em duas tendências que ocorrem em nível global: em primeiro lugar, tem ocorrido um aumento dos conflitos socioambientais em torno da construção de grandes reservatórios e, em segundo lugar, a construção dessas obras se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento das forças produtivas nas chamadas sociedades eletrointensivas, enquanto estratégia do desenvolvimento capitalista.

De um modo geral, os conflitos que surgem do processo de construção de grandes barragens resultam do medo que essas obras impõem às populações das áreas a serem inundadas, pois isso representa um risco enorme à sua permanência ou à sua reprodução; representa a iminência da perda de seus meios de subsistência, do desaparecimento do lugar em que as pessoas construíram ao longo de gerações suas redes sociais que dão sentido às suas vidas. Em fim, significa o risco – que quase sempre se concretiza – de transferência de uma vida concreta para uma vida incerta, que não pode ser vislumbrada para o futuro.

Certamente o momento mais dramático de toda essa problemática é o processo de transferência dos moradores das áreas a serem inundadas, o que quase sempre ocorre de forma compulsória. Essa transferência, no entanto, ao contrário do que os críticos das grandes barragens e os movimentos de defesa dos atingidos sugerem, costuma gerar uma divisão entre as populações atingidas nas suas concepções a respeito da mudança. Assim, o próprio deslocamento das comunidades atingidas pelas grandes barragens já se constitui em si mesmo uma forma de enfraquecimento dos movimentos de reação perante a ação modernizadora do Estado. As compreensões dos atingidos, sejam de seus líderes, sejam dos liderados, costumam ser bastante diversificadas, conforme Braz constatou no caso da barragem do Castanhão, no Ceará, quando a mesma afirma que essas reações vão do “desejo de mudança

para a nova cidade; resistência total à mudança expressa em reações de desespero e lágrimas; e conformação, por acreditarem não poder ir contra a determinação governamental (2005: 40).

De qualquer forma, não se tem notícia de um único caso de construção de uma grande barragem que não tenha gerado um movimento de resistência a ela, que se inicia no âmbito local, mas que nem sempre toma forma de um verdadeiro movimento social. Nesse caso, devemos entender como movimento social contra a construção de grandes barragens processos de mobilização e organização de cunho comunitário aos quais os sujeitos sociais potencialmente prejudicados se unem em uma luta organizada para defender suas representações referentes ao que consideram um direito não só seu, mas principalmente de sua comunidade, o direito de acesso à terra. Esse conceito é bastante próximo daquele referenciado por Scherer-Warren, segundo a qual os movimentos sociais são

Um conjunto mais abrangente das práticas sócio-político-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (...) resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas (1996: 15, p. 16).

Eis, portanto, o principal problema que o deslocamento compulsório de comunidades camponesas por grandes barragens provoca na maioria das vezes para essas pessoas, de ter que suportar “os horrores de ser excluído, cair ou ser empurrado para fora do veículo do progresso em rápida aceleração, ser condenado à “redundância social”, sendo-lhe negado o respeito merecido pelos seres humanos, e ser designado como “dejeito humano”. (BAUMAN; 2008: 178)

A problemática das grandes barragens, construídas em número e capacidade de acumulação cada vez maiores ocorre no âmbito do desenvolvimento das sociedades eletrointensivas, as quais demandam a mobilização de recursos hídricos ao extremo, seja para a geração de energia hidroelétrica, seja para abastecimento humano e modernização agrícola. O conceito aqui adotado de sociedade eletrointensiva guarda uma larga afinidade com o conceito de sociedade de consumidores, de Bauman. Segundo ele,

A “sociedade de consumidores”, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional (IDEM; 2008: 71)

A sociedade eletrointensiva, pois, é toda e qualquer formação social assentada em estilos de vida cujos padrões de consumo e comportamentos culturais ocorrem levando ao extremo o consumo de energia elétrica, na maioria das vezes de forma predatória e condenando meios alternativos de consumo, sendo essas condicionantes as únicas que dão aos seus agentes sociais as condições gerais de ascensão social.

#### **4.1.1 Estado expropriador versus Estado assistente**

Estudando-se a problemática das grandes barragens no Brasil – e no resto do mundo não deve ser diferente – verifica-se que a construção dessas obras tem feito com que as comunidades camponesas, na maioria das vezes, acumulem um histórico de “derrotas” frente ao poder público e ao grande capital, no sentido de que raramente estas têm os danos a elas causados pelos grandes lagos que daí se formam minimamente reparados. Por que isso ocorre? As respostas que os estudiosos do assunto dão a tal indagação são muitas e variadas. Em geral, as populações atingidas não têm nenhuma referência anterior do que seja efetivamente uma grande barragem, nem que tipo de consequência ela provoca nas regiões onde é implantada. Esse caráter de novidade é reforçado pela quase completa ausência de informações e falta de canais de participação dos atingidos no processo de planejamento, construção e controle de tais obras, características da ação modernizadora do que chamamos aqui de Estado manipulatório, pois tal ação costuma não incorporar as demandas sociais nesse processo.

Apenas para ilustrarmos a dimensão dessas perdas provocadas pela expropriação dos camponeses pela construção de grandes barragens, basta citarmos o relatório da CDDPH- Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana<sup>60</sup> sobre as consequências da construção da barragem de Acauã sobre a vida das pessoas por ela atingidas:

O empreendimento provocou uma degradação das condições de vida materiais das pessoas, com a ruptura de redes culturais, sociais e econômicas, agravando ou piorando as suas condições anteriores de existência; colocando-as em situação de exclusão social que não havia anteriormente. Os chamados “reassentamentos” são acampamentos precários e isolados que não oferecem perspectivas de vida aos seus moradores”. (2010; p. 61)

---

<sup>60</sup> A CDDPH foi criada no ano de 2010 para fazer uma avaliação dos danos causados por diversas barragens (seja com fins de geração de energia hidroelétrica ou não) construídas em várias partes do Brasil sobre os direitos constitucionais das comunidades por elas atingidas. A referida comissão tem caráter permanente e é formada por membros dos poderes executivo, legislativo e executivo federais, incluindo os ministérios públicos estaduais.

Mais adiante, o referido relatório afirma que,

De modo geral, podemos afirmar que houve e permanece uma frontal violação ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais dos Povos – PIDESC, que reconhece “o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si própria e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida” (artigo 11). Podemos também afirmar que o Estado não tem tomado as medidas para garantir estes direitos, contrariando o PIDESC”. (2010; p. 61)

Por fim, o relatório afirma, em caráter conclusivo:

A situação decorrente da implantação da Barragem de Acauã constitui atentado à dignidade da pessoa humana porque se inviabilizou a subsistência das populações atingidas, que passaram à condição de extrema miséria, sofrendo as mais diversas privações, quando antes mantinham condições próprias de subsistência”. (2010; p. 61)

Sabourin (2006), ao analisar as relações entre as práticas sociais, as políticas públicas e valores humanos, afirma que nem sempre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar levam em consideração aspectos essenciais desse setor da economia, entre eles aqueles que parecem ser o mais importante, as práticas de reciprocidade, uma força social que fundamenta a sua organização geral. O autor cita como exemplo os mutirões nas comunidades rurais, o manejo compartilhado de recursos naturais comuns e a comercialização solidária. Concordamos com esse autor a respeito dos dois rumos ou orientações que a mobilização coletiva das organizações e das redes sociais dos agricultores familiares pode tomar e que, conforme pudemos apurar junto às famílias deslocadas pelas barragens pesquisadas é o que normalmente acontece nos movimentos de resistência a essas obras. Assim ele aponta esses dois possíveis rumos:

(...) Por um lado, pode-se desenvolver apenas na base do sistema de intercâmbio capitalista. Sabemos que este é gerador de um progresso tecnológico inegável, de riquezas materiais, sem dúvida nenhuma, interessantes para a humanidade, mas limitadas e cada vez mais repartidas de maneira desigual. Este desenvolvimento fundado na economia de intercâmbio e de concorrência, não é sustentável. Gera também a exploração do homem, dos recursos naturais e a exclusão dos mais pobres do direito de participar de uma verdadeira humanidade. Por outro lado, as formas de organização dos agricultores (...) podem participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Essas relações e estruturas têm conseguido, mesmo se ignoradas ou mascaradas e apesar da dominação do sistema de intercâmbio capitalista, assegurar a sobrevivência material da maioria das populações rurais e, sobretudo, a manter nas nossas sociedades, um mínimo de valores humanos. (SABOURIN; 2006, p. 47)

De fato, do ponto de vista das comunidades atingidas, como lembra Sevá Filho (1990), as grandes barragens representam uma modernização que pode assumir a forma de armadilha. Por outro lado, é preciso que evitemos a romantização e a idealização dos movimentos sociais. Como veremos mais adiante, o Estado e o capital como agentes do processo de construção de grandes barragens, obras essenciais ao processo de acumulação capitalista, não são necessariamente ruins nem bons em si mesmo, pois os resultados ou os impactos de tais obras também são afetados pelo tipo de organização e pela condução dos movimentos sociais que se criam em torno da defesa dos interesses dos atingidos por estas obras, como veremos mais adiante.

A atuação do Estado no âmbito da construção de grandes barragens é marcada por uma característica que para muitos pode ser uma contradição, mas que é parte do processo de acumulação de capital em sua totalidade, pois fundamentam as duas funções do Estado: acumulação e legitimação. Assim, se por um lado, para viabilizar as políticas de recursos hídricos (para fins hidrelétricos ou não) ele tenha que fazer o papel do expropriador de terras dos camponeses, por outro ele atua como um ente assistente das populações expropriadas como forma de garantir ou viabilizar o “equilíbrio social”, ou a manutenção da ordem institucional vigente, para usarmos um termo muito comum na linguagem do planejamento estatal.

Esse processo acaba quase sempre por forçar a migração de grandes contingentes populacionais devido ao deslocamento compulsório de suas antigas terras, transformando os produtores rurais em uma espécie de deserdados de sua própria terra. Muitos estudiosos do assunto têm mostrado que tal processo de intervenção estatal na condução da construção de grandes obras estruturantes tem gerado condições propícias para o aumento das desigualdades sociais pelo simples aparecimento de desalojados e de desabrigados<sup>61</sup>. Se os desalojados

---

<sup>61</sup> A principal diferença entre desalojado e desabrigado é o fato de que, enquanto o primeiro conta com o benefício da sua realocação para outro local de moradia (embora em alguns casos isso não ocorra, como foi o caso de Acauã, no primeiro ano da obra) o segundo é jogado em uma situação de extrema precariedade no que se refere à reprodução de sua força de trabalho, o que ocorre com aqueles que, por não possuírem título da terra que explora, acaba não recebendo nem indenização nem uma nova moradia. Assim, desalojados são aqueles que foram obrigados a abandonar a área em que trabalhava, mas que terão algum tipo de compensação através da providência, por parte do Estado, de providenciar sua relocação para novas moradias, normalmente construídas em áreas próximas à barragem especialmente para abrigá-los. Já os desabrigados – que constituem quase sempre a maioria dos atingidos - enfrentam uma situação muito mais difícil, uma vez que, não possuindo o título de posse da terra ou sua propriedade formal, o que é exigido pelo governo para efeito de indenização ou outro tipo de compensação financeira, passam a constituir uma espécie de subclasse, de despossuídos ou párias da sociedade local.

contam com a solidariedade de parentes e amigos, os desabrigados costumam ser os mais extensivamente afetados em vista da privação e estigmatização que perdura no processo de peregrinação (migração) em que se transforma o seu cotidiano. Os desabrigados formam a parte mais precarizada e mais estigmatizada dos atingidos por barragens, pois, ao perderem a terra, pelo comprometimento das novas condições de vida resultante da formação dos lagos, deixam público a ausência de laços que são comuns aos demais atingidos, os “escolhidos”, por terem o título de posse da terra: muitos de seus novos vizinhos não os querem acolher, suas condições de sobrevivência são muito mais difíceis e as possibilidades de melhoria de condições de vida bem mais remotas, algo que, no imaginário social, remete aos anti-sociais e pode até levá-los a algum tipo de desvio de conduta.

A dureza da nova realidade imposta às famílias atingidas é, na verdade, um imperativo do que se convencionou chamar de sociedade de risco. A construção de grandes barragens se configura como um risco para os camponeses na medida em que estas podem inviabilizar ou afetar negativamente as suas práticas econômicas, culturais e sociais enquanto produto de trajetórias de vida tecidas, como toda experiência humana, de ações, emoções, valores e representações, que dão sustentação à sua autonomia enquanto classe social. Assim, quanto mais eletrointensiva é uma dada sociedade, mais instáveis ou socialmente vulneráveis tendem a ser as comunidades e os grupos sociais que as compõem, de modo que o desenvolvimento das forças produtivas em proporções muito elevadas aumentam inexoravelmente o grau de riscos sobre a reprodução social e material desses grupos e até dessa sociedade em bases sustentáveis<sup>62</sup>. O conceito de vulnerabilidade nos é de grande importância para compreendermos a desigual exposição aos fatores ameaçantes a que são submetidas as comunidades atingidas por grandes barragens.

Aqui nos valeremos da contribuição da Sociologia acerca dos debates sobre riscos nas sociedades modernas, que é a de demonstrar que estes não são exclusivamente naturais ou tecnológicos, mas também sociais. Para Giddens (1991, p. 46), por exemplo, os riscos não são meros efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos das sociedades modernas

---

<sup>62</sup> Entendemos aqui como grupo social vulnerável como aquele exposto a determinado fator de perigo que não pode antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos disso derivados, situação que está associada a mudanças inesperadas do ambiente e rupturas nos sistemas de vida. Tal grupo encadeia-se com a sua capacidade em lidar com os perigos no âmbito das relações sociais, intervindo na cadeia causal dos acontecimentos. Certamente a pobreza é a variável mais relevante na explicação da vulnerabilidade no contexto da construção de grandes barragens.



(eletrointensivas, na abordagem aqui proposta). Os vários grupos são constantemente confrontados, na sociedade de risco, com os limites e com as consequências de suas ações de onde deriva o conceito de flexibilidade para explicar a possibilidade de autocrítica que se pode ter diante das práticas perigosas.

A construção social do risco em contextos de despossessão e desigualdade ambiental, enfocada a partir dos elementos materiais e simbólicos são claramente apresentados pelos atingidos entrevistados na pesquisa. É nesse sentido que a construção de grandes barragens pode se constituir em um risco para a permanência e reprodução da economia camponesa, pois ele (o risco) se configura, conforme propõem Soriano e Valencio (2009, p. 146-159), como uma relação entre uma ameaça e uma vulnerabilidade, ou seja, uma potencialidade de ocorrência de algum evento desastroso. Estes eventos se tornam cada vez mais comuns e frequentes para as comunidades tradicionais na medida em que as sociedades se tornam cada vez mais modernas e, embora se classifiquem de várias formas (naturais, tecnológicos, políticos ou sociais), afetam igualmente um determinado grupo que se apresente socialmente vulnerável a algum desses riscos.

Assim, as grandes barragens, ao gerar vastas populações de migrantes, fazem com que os desabrigados deixem público, ainda, a ausência de qualquer condição econômica para provimento de um novo domicílio provisório, minimamente condizente com os direitos humanos mais elementares, levando-os ao risco de se tornarem, perante esse mesmo imaginário, uma mescla entre incapazes e ociosos. Os desabrigados cumprem, assim, os requisitos para se enquadrarem socialmente como, utilizando a expressão de Elias e Scotson (2000), os *out-siders*, os marginais cuja comunidade em que vivia ou não existe mais ou se tornou extremamente instável devido à perda de suas terras para o “fundo” de uma grande barragem, o que a estes se revela no plano social como um desastre<sup>63</sup>. Não ter para onde ir ou não poder reconstruir sua vida e assim revelar sua condição estigmatizante é um aspecto do dano severo à autoimagem e identidade dos atingidos, que na maioria das vezes ou foi ou pode se tornar um desabrigado, como veremos mais adiante no caso das famílias atingidas por

---

<sup>63</sup> No âmbito da Sociologia, há em curso um crescente debate acerca do que se convencionou chamar de desastre, extraindo-se daí todas as determinações que envolvem o binômio sociedade e natureza. Para os nossos propósitos, consideraremos aqui o conceito de desastre social toda e qualquer realidade social onde se torna público uma situação de vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante do impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos causados a um determinado segmento social, onde os impactos da construção de uma grande barragem sobre as comunidades ali antes residentes é apenas um entre um sem número de exemplos. Ver, a esse respeito, o melhor trabalho já publicado no Brasil sobre o tema: VALENCIO, Norma et al (orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Ed. Rima, 2009.

Acauã. Um mínimo de dignidade pessoal torna-se difícil na rotina pós-desastre: necessita de asseio, mas falta acesso à água; necessita de roupa limpa, mas fica à espera da doação da roupa usada e alheia que medianamente lhe sirva; necessita guardar o lar, mas não há espaço privado de convivência para o núcleo familiar, para extravasar o *habitus* do grupo que começa, assim, a se desestruturar emocionalmente. O papel do Estado assistente é, pois, contribuir para a gestão dos conflitos sociais derivados de tal situação, através do controle do sofrimento social, no sentido proposto por Bourdieu e outros autores<sup>64</sup>, especialmente aqueles dedicados à psicologia social.

O sofrimento social se constitui em um tema essencial para a análise dos problemas vividos no cotidiano dos atingidos por grandes obras “públicas” em diferentes contextos, normalmente associado às populações socialmente excluídas, vítimas de violência e da miséria crônica, seja esta originada na ação do Estado ou mesmo na família, com atenção especial para sua repercussão nos lugares sociais e nos corpos desses grupos. Este conceito congrega uma grande variedade de experiências de dor, traumas e distúrbios - na fome, na violência doméstica, no stress pós-traumático das comunidades desfeitas, na busca por bem-estar e justiça, na moralidade, na religião e, mais recentemente, no âmbito dos processos de exclusão social. Nesse sentido, e especialmente nesse último caso, o que melhor caracteriza o sofrimento social é sua compreensão não como problema médico ou psicológico, pois isso reforçaria sua dimensão individual, mas como uma experiência social frustrada. Suas raízes estão, desta forma, intimamente ligadas aos processos de desestruturação econômica, social, cultural e política nos quais podem ser encontradas as mais variadas formas de violência, sobretudo a falta de reconhecimento social e a opressão.

---

<sup>64</sup> Para Gonçalves Filho (1998), que alinhava marxismo e psicanálise em um estudo incisivo sobre a condição subjetiva e social de populações excluídas, o *sofrimento social* está inexoravelmente associada à pobreza e à opressão que se instala nos corpos e nas subjetividades daqueles que ele chama com muita propriedade de "cidadãos impedidos". Já Sawaia (1999) utilizou expressão *sofrimento ético-político* para se referir a tudo aquilo que mutila a vida (material e subjetivamente) quando há impedimento aos atores sociais de agregar o desejo, a temporalidade e a afetividade junto às estruturas de poder, à economia e aos direitos sociais, resultando em exclusão social. Esse também é o caso de Carreiro (2003), que usa o termo *sofrimento social* para caracterizar uma situação de humilhação e de vergonha dos indivíduos sujeitos a processos de desfiliação social e que respondem a essa condição com seus próprios corpos. Ver, a esse respeito: GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998; SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 97-118; e CARREIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, 2003.

Portanto, o Estado que expropria é o mesmo que atua como Estado assistente<sup>65</sup>. Estado assistente no sentido aqui proposto é aquele que pratica o aliciamento político de determinados segmentos da população por meio de uma espécie de espetacularização de programas sociais – e, não raro, em diversos tipos de parcerias com a sociedade civil – configurando uma postura populista e assistencial, em detrimento de uma gestão pública estruturada no compromisso e na competência de realizar os programas de governo prometidos para a sociedade como um todo, além de um ambiente econômico digno da prática de um sistema econômico decente e socialmente responsável. Este enfoque, fundamentado na definição formal da palavra assistencialismo, representa uma interpretação dos movimentos assistencialistas politiquieiros dos quais iremos tratar, tanto do governo federal como do estadual, alguns em continuidade dos programas dos governos anteriores. Tal questão é parte importante da problemática do papel do Estado nas sociedades capitalistas.

Em seu livro *Estado e Economia no Capitalismo*, Przeworski (1995) se propõe a discutir, sob diversos ângulos teóricos, essa espinhosa questão da natureza do Estado no capitalismo, bem como as condições através das quais ele poderia agir sobre a economia e as suas consequências para o conjunto da sociedade, influenciando seu ritmo e direção. Para tanto, ele utiliza uma classificação teórica – aparentemente consensual entre os estudiosos do assunto – que separa as diversas abordagens em função dos interesses últimos (de classes sociais, grupos ou indivíduos) que o Estado deveria (ou poderia) atender. Dessa forma, Przeworski agrupa as teorias em torno de três proposições básicas, nenhuma das quais de todo inverídica: o Estado governa em função dos interesses do povo; o Estado governa em função de seus próprios interesses; e o Estado governa em função dos interesses do capital. No primeiro caso, o objetivo é testar a hipótese contida nas teorias econômicas da democracia, de que os indivíduos (eleitores, políticos e burocratas) são soberanos em suas escolhas e o resultado das ações de governo reflete e atende aos interesses coletivos – porque, em verdade,

---

<sup>65</sup> Não se deve confundir Estado assistente com Social-democracia. Em diferentes épocas e períodos históricos, é possível identificar vários tipos de políticas assistenciais promovidas por inúmeros Estados. Nos países de economia capitalista tardia, onde ainda se fazem sentir resquícios de um Estado de base ainda agrária e de democracias que ainda não amadureceram, essas políticas assistenciais desenvolvidas por esses países se situam no campo da justiça material, ou seja, são consideradas pela maior parte dos segmentos sociais como dádivas ou prebendas ofertadas pelos governantes. Já no Estado do Bem-estar, as políticas de assistência social são reconhecidas como direitos sociais. A partir dessa premissa, pode-se afirmar que o que distingue o Estado do Bem-estar do Estado-assistente não é tanto a intervenção estatal na economia e nas condições sociais com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade de vida da população, mas o fato dos serviços prestados serem considerados direitos conquistados no âmbito do que se convencionou chamar cidadania.

não há sentido em usar, nessas teorias, a expressão Estado, e sim governo. No segundo caso, a idéia é problematizar a hipótese da autonomia da burocracia de Estado na condução das ações de governo, as quais refletiriam objetivos próprios dos governantes, objetivos institucionais do Estado ou mesmo interesses ligados ao bem comum, desde que voltados para a perpetuação da máquina burocrática e os partidos políticos aí envolvidos na estrutura de poder. Por fim, temos a situação em que o Estado governa em função dos interesses do capital: neste caso, a proposta é relativizar a hipótese de dependência incondicional das ações de governo aos objetivos de valorização dos capitalistas e de perpetuação do próprio sistema fundado na propriedade privada dos meios de produção.

No caso específico da problemática das grandes barragens, conforme poderemos ver oportunamente, as três hipóteses se fazem presentes na ação do Estado em sua atuação no âmbito da acumulação capitalista, mas em proporções tais que a defesa dos interesses do grande capital e dos interesses do governo (ou seja, do Estado Restrito) se faz mais presente e com mais regularidade, enquanto a defesa dos interesses das classes sociais subalternas (e, pior ainda no caso das minorias sociais) não se configura como uma regra geral.

#### **4.1.2 Estado, organização popular e o lugar dos atingidos**

Há um confronto de forças no crescente processo de construção de grandes barragens no âmbito do desenvolvimento capitalista: de um lado o poder público juntamente com o grande capital e de outro a população local atingida por essas obras, composta em sua grande maioria por camponeses. Aqui, duas forças impulsionam os movimentos de resistência dos camponeses contra a construção de grandes barragens: a memória do lugar submergido e a necessidade de preservação das condições materiais de sua reprodução enquanto classe social. De sua parte o Estado Restrito, entendido aqui como poder público, enquanto detentor do monopólio da violência cria determinadas estratégias para “encaixar” a construção dessas obras no discurso da modernização e do progresso social na implementação de políticas de assistência social para as comunidades atingidas com vistas à gestão dos conflitos socioambientais que surgem com os movimentos de resistência.

De um modo geral, uma análise dos movimentos de resistência às grandes barragens requer uma perfeita compreensão das formas de organização das comunidades atingidas, cujas ações de reação estão inexoravelmente condicionadas à participação do Estado Amplo, ou seja, da sociedade civil, cujo conceito aqui adotado segue aquele adotado por Norberto

Bobbio, proposto pelo autor a partir de uma análise das especificidades desse segmento do Estado em Marx e em Gramsci<sup>66</sup>. Para ele,

Na linguagem política de hoje, a expressão “sociedade civil” é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil/ Estado. O que quer dizer que não se pode determinar seu significado e delimitar sua extensão senão redefinindo simultaneamente o termo “Estado” e delimitando a sua extensão. Negativamente, por “sociedade civil” entende-se a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo (BOBBIO; 1995, p. 33).

No caso dos movimentos dos atingidos por barragens há que se considerar, além dessas instituições, os movimentos sociais que surgem desse processo, que estão inseridos na sociedade civil e, por isso, vão buscar nela o apoio necessário para que possa alcançar as suas reivindicações. Assim, as instituições que normalmente atuam no âmbito do problema aqui estudado são: as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos e outras organizações representativas dos atingidos, como associações comunitárias. De início é necessário ter em conta que a atuação dessas instituições nesses movimentos de resistência ocorre de forma diferenciada de caso para caso, de acordo com as características políticas, econômicas, sociais e culturais de cada território.

Vimos no capítulo anterior como as experiências de Araçagi e Acauã se mostraram tão diferentes naquilo que o professor José de Souza Martins chama de sacralização dos movimentos sociais do campo. Assim, em Araçagi, houve uma atuação marcante da Igreja católica em apoio ao movimento dos atingidos, enquanto que em Acauã não só não se verificou a presença desta Igreja como de nenhuma outra. Nesse aspecto, a luta dos atingidos de Acauã foi, como bem disse uma agricultora atingida entrevistada pela pesquisa de campo, da área, uma luta solitária.

---

<sup>66</sup> Há diferenças consideráveis entre o conceito de sociedade civil em Marx e em Gramsci. Embora num sentido não estritamente marxiano, pode-se falar da sociedade civil como uma infra-estrutura (ou seja,...) e do Estado como uma superestrutura. Na segunda acepção, a sociedade civil adquire uma conotação axiologicamente positiva e passa a indicar o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação, formam-se os grupos que lutam pela emancipação do poder político, adquirem força os assim chamados contra-poderes. Desta acepção, porém, pode-se também dar uma conotação axiologicamente negativa, desde que nos coloquemos do ponto de vista do Estado e consideremos os fermentos de renovação de que é portadora a sociedade civil como germes de desagregação. Na terceira acepção, “sociedade civil” tem ao mesmo tempo um significado ao mesmo tempo cronológico, como na primeira, e axiológico, como na segunda: representa um ideal de sociedade sem Estado, destinada a surgir da dissolução do poder político. Esta acepção está presente no pensamento de Gramsci nas passagens em que o ideal característico de todo o pensamento marxista sobre a extinção do Estado é descrito como reabsorção da sociedade política pela sociedade civil, como a sociedade civil na qual se exerce a hegemonia distinta da dominação, livre da sociedade política.

Como nos alerta Poletto (2009), para compreender de forma correta a forma de participação das Igrejas Cristãs na luta pela terra no Brasil, é fundamental ter presente algumas características dessas instituições, para evitarmos enveredar por uma visão equivocada, adotada muitas vezes tanto pelo pensamento de direita como de esquerda segundo a qual as igrejas de um modo geral formam um bloco monolítico e está igualmente em todos os lugares onde sua presença se faça necessária. É o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surgiu justamente de uma experiência de luta contra a construção de uma barragem hidrelétrica, em um momento onde a cúpula da Igreja Católica não questionava a atuação do governo militar na questão agrária<sup>67</sup>. Sua função era articular e apoiar as mais de 8.000 famílias desalojadas de suas terras durante a formação do lago da UHE de Itaipu, em Foz do Iguaçu, na divisa do Brasil com o Paraguai. Ela atuou amplamente no conflito gerado pela construção da referida obra, entre os atingidos (pequenos proprietários com e sem títulos de terra, posseiros e arrendatários) e as empresas responsáveis pela construção da barragem e que girava em torno das dificuldades de negociação entre o valor de indenização das terras e benfeitorias existentes, as formas de pagamento e a exigência de novas terras e melhores condições de vida nas novas comunidades para que as famílias desalojadas pudessem retomar o ritmo normal de vida com a exploração da terra. Assim nos fala Poletto da atuação da CPT e do Estado junto aos atingidos, para o qual não há registro de grandes conquistas na luta dos atingidos por grandes barragens pelas razões seguintes:

Essa foi a dinâmica da luta no Paraná, que se repetiu nas barragens de Sobradinho, na Bahia, e Itaparica, em Pernambuco, ambos sobre o rio São Francisco, assim como na barragem de Tucuruí, na Pará, no rio Tocantins, e a barragem de Balbina, no estado do Amazonas (...). Em todas elas, poucas foram as vitórias das comunidades camponesas ribeirinhas. O Estado protegeu os interesses das grandes empreiteiras e os trabalhadores foram coibidos, e até reprimidos com dureza. Perante a opinião pública, os atingidos eram apresentados como símbolos do atraso, quando na verdade diversos estudos demonstraram que havia alternativas menos daninhas ao meio ambiente e aos direitos da população (POLETTTO; 2009, p. 152).

---

<sup>67</sup> A CPT surgiu em 1975, em meio a um clima de contestação pública ao regime militar que iniciou um trabalho de militância e de articulação dos setores favoráveis à defesa dos direitos humanos das comunidades rurais na sua luta pela terra. Era o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), considerado o período de maior repressão política no País durante o ciclo de governos militares. Inicialmente atuando de forma incipiente, esse segmento da Igreja Católica aos poucos se espalhou por várias regiões do Brasil atuando em diferentes frentes de luta pela terra, tais como: posseiros, atingidos por grandes barragens, os sem-terra, os agricultores familiares, os bóias-frias e os trabalhadores em regime de escravidão. A CPT é considerada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como um *órgão oficioso* da Igreja Católica no Brasil, mas atua de forma autônoma em sua forma organizativa e administrativa.

Essa atuação da Igreja Católica parece ter sido fundamental para que os impactos da construção da barragem de Araçagi não se revelassem tão dramáticos como foi em Acauã, e as experiências de resistência das barragens de Araçagi e de Acauã confirmam as afirmações acima. Assim, há uma multiplicidade de atuação da Igreja Católica em diversas experiências de construção de grandes barragens pelo Brasil afora.

Deve-se notar, no entanto, que em Araçagi o papel da Igreja Católica no movimento dos atingidos foi de engajamento político pela defesa inexorável dos direitos dos agricultores, mas não representou uma atuação contra a construção da barragem propriamente dita, pois esta instituição de um modo quase que geral compartilha da visão desenvolvimentista segundo a qual a construção de grandes barragens é uma inevitabilidade do processo de modernização da sociedade e do desenvolvimento econômico. Isso mostra que, se por um lado essa instituição se mostrou independente do Estado e se posicionou claramente contra o governo estadual em relação à forma como a construção daquela obra estava sendo conduzida, por outro ela busca internalizar o discurso hegemônico da modernização capitalista, no qual as chamadas políticas hídricas se apresentam como uma benesse do poder público e um instrumento de modernização nas mãos da sociedade. Assim, no que se refere à sua participação nos processos de organização dos movimentos de resistência às grandes barragens, as igrejas – todas, não somente a católica -, podem assumir três diferentes tipos de atuação: elas podem se inserir no movimento e tomar uma posição de enfrentamento do poder público em favor dos atingidos, como ocorreu em Araçagi; podem se inserir no movimento e tomar uma posição conciliadora em prol do discurso desenvolvimentista do Estado capitalista, como ocorreu na mega barragem do Castanhão, no Ceará; ou simplesmente se encontra completamente ausente do movimento, caso da barragem de Acauã, onde as igrejas católica e evangélicas só apareceram alguns anos após a construção da barragem.

Como nos lembra Coutinho (1992), nas sociedades em que o Estado Amplo ou a sociedade civil ainda não se tinha desenvolvido suficientemente, ou seja, nas sociedades pré ou protocapitalistas, havia uma unidade indissolúvel entre a Igreja e o Estado, de modo que a aquela ainda não se colocava como algo “privado” nem se contrapunha a este. Segundo o autor,

A ideologia que a Igreja veiculava (e é bom lembrar que ela controlava todo o sistema educacional) não tinha nenhuma autonomia em relação ao Estado-coerção, à “sociedade política”. Com a ajuda do Estado, a Igreja oficial impunha a ideologia dominante de modo coercitivo, repressivo, com os mesmos meios de que o Estado se valia para impor sua dominação em geral. Com as revoluções democrático-burguesas, e já na época da

implantação dos primeiros regimes liberais (de participação política restrita), acontece um fato novo: o que podemos chamar de laicização do Estado. Os instrumentos ideológicos de legitimação, a começar pelas Igrejas, passam a ser algo “privado” em relação ao “público”; o Estado já não impõe mais coercitivamente uma religião; e até mesmo o sistema escolar, controlado agora em grande parte pelo Estado, passa a admitir cada vez mais uma disputa ideológica em seu próprio interior. As ideologias, ainda que naturalmente não sejam indiferentes ao Estado, tornam-se algo “privado” em relação a ele: a adesão às ideologias em disputa tornam-se um ato voluntário (ou relativamente voluntário), e não algo mais imposto coercitivamente (1992; p. 80).

Como ocorre a defesa do discurso desenvolvimentista, que fundamenta a intervenção estatal na mobilização de recursos hídricos necessário à acumulação capitalista, de um lado, e a defesa das comunidades atingidas, de outro? Trata-se de um discurso segundo o qual toda barragem tem como objetivo trazer o progresso, embora todo progresso gere conflitos. Primeiro, tem-se os conflitos baseados no pensamento de pessoas que defendem a ideologia segundo a qual a defesa da ecologia está em primeiro lugar; outros são aqueles que defendem a vida humana, pois as grandes barragens deslocam ou transfere grandes contingentes de pessoas de sua terra em nome do progresso, o que pode resultar na desestruturação das famílias atingidas. Então, seria preciso que houvesse muita sintonia entre os governantes, as entidades de classe e a própria Igreja, pois ela, além de ser uma instituição divina, é também humana. O problema está em saber até onde isso é possível.

Foi essa ação da Igreja católica que certamente contribuiu para que as conseqüências da construção da barragem de Araçagi não fossem tão traumáticas quanto foi em Acauã, pois encorajou a população local a enfrentar toda e qualquer tentativa do governo estadual de construir aquela obra sem que isso passasse por uma negociação com as comunidades locais. Alguns depoimentos de agricultores são muito ilustrativos a esse respeito, a começar pela exigência das comunidades de Araçagi para que todos os trabalhadores fossem reassentados nas novas agrovilas, independentemente de ter ou não o título de posse da terra a ser inundada. O presidente da Associação dos Atingidos pela Barragem de Araçagi assim se refere ao processo de organização da população local contra a construção da barragem:

*Eles chegaram dizendo que tinham que ter um comprovante que era dono da casa e da terra. Aí nós dissemos: não, vai ter que beneficiar todo mundo. Aí fomos para as rádios, os jornais e até pro governador. Não podemos negar que fomos muito bem recebidos pelo governador e também pelo vice (Roberto Paulino, que tem base política no vizinho município de Guarabira). Só que não foi só porque o governador recebeu a gente... Não! Foi com luta, muita luta. Morreu gente ainda, mataram gente, inclusive eu mesmo fui ameaçado por muita gente grande daqui, grandes proprietários interessados nas terras.” (Luís, 50, atingido, vila da Tainha)*



Assim ele ainda se refere à participação dos segmentos da sociedade civil organizada no processo de mobilização contra a construção da barragem:

*Procuramos também o sindicato. O sindicato ajudou no aviamento dos documentos, assim, ajeitando os nossos documentos. A Prefeitura também ajudou muito, na pessoa do prefeito Didi Braz também. Qual foi a presença dele aqui? Foi na questão de transporte, porque no começo a gente não tinha nem como uma faixa fazer; alimentos... Ele (o prefeito) arranjava o dinheiro pras famílias que iam participar do movimento. Depois associação conseguiu uns carrinhos e a gente levava o povo. Nessa questão de anuncio no jornal e nas rádios a CPT entrava com 50% e a associação entrava com o resto. Tina jornal que cobrava até 200 reais pra botar uma notícia nossa na primeira página. Eu me lembro que se gastava com o transporte uns 50 reais e depois queria que saísse a noticia no outro dia. E teve também um movimento lá na barragem pra sair na imprensa. A barragem ainda estava na fundação quando a CPT foi lá pra paralisar. Foi todo mundo já decidido pra paralisar a obra. Isso aconteceu antes da gente abrir ela (a barragem de desvio do curso do rio). Abrimos a comporta do balde do rio, porque a água corria direto e se ela fechasse, que era o que eles queriam, a área ia ser inundada e as famílias iam ter que sair. Na época o responsável era doutor Rodrigo, um cabeludo, que as pessoas foram se esquentando, se inquietando e depois quiseram pegar ele lá! E também o chefe dele, o doutor Paco, dono da empresa Gama, uma empresa grande de construção de barragens. E lá tinha muita gente, como Padre Luiz, tinha outros padres lá, aí tinha um bocado de gente que conhecia muito bem as leis, tinha advogado, ligado à CPT, doutor Francisco, e tinha contador... tinha gente da equipe toda da CPT, e também o Padre Gaspar. Até o Bispo, Dom Antônio Luís veio aqui rezar uma missa no local onde os trabalhadores (os operários da barragem) faziam refeição.*

O mesmo agricultor nos fala da mobilização das comunidades da Tainha e de Mulunguzinho que, em um ano de eleição, se organizaram para destruir a barragem de desvio do curso do rio e denunciar que a mesma estava sendo construída sem negociação com as mesmas e que iria permitir a construção da barragem definitiva:

*O que a empresa fez? Antes de começar a construir as agrovilas, tampou a passagem do rio e o desvio da água começou a prejudicar as famílias das comunidades Mulunguzinho e Tainha. Desse jeito, o povo não tinha mais como ir na cidade fazer a feira nem as crianças podiam ir prá escola, com a água inundando tudo. Aí o pessoal que tava à frente do movimento tomou a iniciativa de procurar os engenheiros responsáveis pela obra e dizer que aquela barragem tava inundando tudo. Procuramos o engenheiro e procuramos saber dele de quem era aquela "tapagem" que tava lá e ele disse que não sabia. Então, se não sabia, não era dele. E eu disse, se não é seu, é da população, da comunidade. E a população disse: já que não é do senhor, doutor, então é nosso e nós da comunidade não vamos ficar prejudicados, sem escola, sem saúde, sem ter condição de ir à feira... Diante da pressão, a própria comunidade, acompanhada pela Igreja e com o conhecimento do próprio engenheiro, abriu um grande buraco na barragem (de desvio do curso do rio), mas abriu uma coisinha assim, porque a própria água levou ela toda. Aí foi quando eles (os técnicos do governo do estado) tomaram conhecimento que não foram eles, mas a própria população que mandou arrombar a barragem. Na época procuramos a secretária do governador, e ele disse que a gente tava certo e que ele assumia o compromisso com a comunidade e diante dos representantes da Diocese de Guarabira (da Pastoral da Terra), disse que só com 50% das agrovilas construídas é que começava a construção da barragem. Ou seja, primeiro constrói os povoados, ou senão o povo ia ficar vivendo inundado feito jacaré!*

Um outro atingido por Araçagi nos fala da destruição da barragem de desvio do rio:

*Ah, foi gente demais! Nós enchemos quatro ônibus e fomos pra lá, juntamos gente daqui e da Tainha, fomos de ônibus, de caminhão, teve gente que foi até a pé mesmo! Chegamos lá e seguramos os engenheiros (fizeram-nos reféns), porque eles não estavam fazendo o que foi concordado com o governo, eles estavam fazendo a base da barragem desviando o rio lá em cima pra secar ele pra poder fazer a base embaixo, na rocha. Quando esse povo todo chegou lá foi uma grande confusão, começamos a discutir com eles (os engenheiros) e começou a zoada; e faz, não faz, faz, não faz, até que o povo começou a tomar os equipamentos e destruir o aterro que fizeram pra desviar o rio, até que a água do rio que estava muito forte desceu com força e arrombou a barragem, levando o aterro abaixo. Foi quando a notícia se espalhou e veio meio mundo de gente do governo pra cá; veio o secretário, um representante do governador, depois foi deita uma comissão e se acertou que eles iam parar a obra, não continuariam enquanto eles não cumprissem com as regras que foram acertadas lá no gabinete do governador e realmente não continuaram, as máquinas ficaram paradas, inclusive com a comunidade fiscalizando se elas iam continuar paradas". (Dioclécio, 39, atingido, vila de Mulunguzinho)*

Portanto, uma primeira conclusão a que chegamos é que a reação das famílias de agricultores atingidas pela barragem de Araçagi foi de antecipação à construção da referida obra e que essa reação incluiu resistência física. Resta-nos ver como isso ocorreu no caso de Acauã. Mas antes precisamos entender como o poder público desenvolve as suas estratégias de controle desses movimentos de resistência das comunidades atingidas.

#### **4.1.3 Estratégias de controle estatal dos movimentos de resistência**

Os movimentos de contestação e de resignação que podem surgir como resultado da construção de grandes obras são formas como a própria dominação - a ação do Estado capitalista na condução da construção de barragens - é testada pelos subordinados - as comunidades atingidas ou deslocadas compulsoriamente. É o que Moore Jr. (1987) chamou de uma contínua sondagem entre governantes e súditos, a fim de descobrir o que eles podem efetuar impunemente, e testar e descobrir os limites da obediência e da desobediência, pois nenhuma das partes em conflito (poder públicos e atingidos) sabe exatamente onde se situam os seus limites, até descobrir pela própria experiência.

Alguns estudos sobre os impactos dessas obras mostram que a atuação do poder público se dá desenvolvendo estratégias de intervenção que chamamos aqui de manipulatórias. São estratégias de controle social que visam neutralizar inicialmente as reações das comunidades que se mobilizam devido aos riscos que tais obras podem trazer para a reprodução do seu lugar e do seu modo de vida. De acordo com Vainer e Araújo (1990), que estudaram movimentos de reação à instalação de usinas hidrelétricas na região Sudeste do

Brasil, são três essas estratégias: a desinformação da população local, na medida em que governo e empresas sonegam informações sobre o empreendimento às comunidades que serão futuramente atingidas; a adoção de atitudes patrimonialistas, ou seja, o pagamento de “compensações” pela perda da terra apenas aos proprietários; e a negociação individual, de caso a caso, evitando uma pressão organizada numa perspectiva comunitária dos futuros afetados pela obra.

#### **a) Antes da construção da barragem**

Em um primeiro momento, há nas estratégias de neutralização das reações das comunidades locais o que chamamos de fase de desmobilização preparatória dos movimentos de resistência, em que governo e empresas iniciam o processo de detalhamento local da obra, como levantamento aerofotogramétrico e planialtimétrico e a demarcação da área a ser inundada futuramente. São essas informações que são sonegadas às populações residentes na área em que será formado o lago. Uma vez que as famílias ou comunidades que serão atingidas pela obra obtêm conhecimento do que se trata, é negado a elas o direito de discutir e participam das atividades de planejamento e de sua execução.

Mas o caráter manipulatório do poder público encarregado do empreendimento não para por aí. Valendo-se de artifícios legais e jurídicos, o governo impõe compensações absurdas às comunidades rurais da área de formação do lago, a exemplo do pagamento de indenizações com valores irrisórios (e quando paga!), o que acaba aprofundando o grau de empobrecimento dessas famílias.

Iniciada a fase de execução, o órgão público encarregado da obra e a empresa responsável pela sua construção normalmente promovem uma aceleração do cronograma de execução da obra antes de serem concluídas as negociações sobre as compensações a serem oferecidas às comunidades locais, o que impõe a elas a sua transferência imediata, de forma compulsória, enfraquecendo as iniciativas de organização de um movimento de resistência por parte dos futuros atingidos. No caso de Acauã, no entanto, a sua construção foi iniciada antes mesmo que fossem iniciadas as negociações sobre as perdas que as famílias teriam e a sua transferência. Além disso, a acomodação dessas famílias nas vilas que foram construídas para abrigá-las (muito depois do início da construção da barragem) foi realizada sob forte pressão policial. Essa estratégia não foi utilizada pelo governo estadual em Araçagi devido à organização dos agricultores que, como vimos, reagiram de uma forma completamente

diferente dos atingidos de Acauã, pois se anteciparam ao início da construção da obra. Neste último caso, um agricultor resumiu assim a estratégia das empresas de acelerar o cronograma de construção da barragem visando anular qualquer reação das comunidades locais:

*O inicio começou ligeiro, chegou um pessoal aqui do governo, foi e não foi a gente pensou que era só ilusão, não era? Mas aí quando fomos ver a bicha já tava sendo construída. Os homens começaram a fazer as medições, as máquinas começaram a chegar e pronto, foi só começar a construção sem dizer a ninguém; eu pelo menos ninguém do governo foi no nosso sitio falar disso. Aí continuaram a medir, e haja chegar máquina cada uma maior do que a outra, e eles dizendo pra nós que a água não chegava nunca lá... O povo mesmo não acreditava também! E aos poucos aquela barrajona foi se erguendo. Começaram a construir escavacando aquilo (a fundação da barragem) de um lado a outro bem fundo e quando viram que o espalho d'água ia atingir também Natuba aí incluíram o pessoal da Taboca e Melancia. Essa barragem por uma parte foi boa, mas por outra foi meio ruim. Pra mim mesmo foi bom, mas na mesma hora foi ruim porque eu fiquei sem as estradas pra trabalhar porque a barragem é muito espalhada e isolou nós aqui nesse meio de mundo, sem passagem pra ir pro brejo e agora quem quiser ir pra aquelas tem de atravessar de canoa porque o governo não construiu a ponte. (José, 46, atingido, vila de Pedro Velho)*

Essas estratégias de controle social das comunidades atingidas por grandes barragens teve o seu caráter manipulatório verificado por Sigaud (1988) no estudo de caso realizado por ela sobre a barragem da UHE de Sobradinho. Para essa autora, há um histórico de promessas não cumpridas por parte do poder público quanto aos impactos que tanto inquietam as comunidades que vivem nas áreas a serem inundadas. No caso específico das barragens aqui pesquisadas, tal assertiva fica bastante evidente no depoimento dos próprios atingidos. Assim se referiu uma agricultora de Araçagi com relação àquela barragem, que inundou a maior parte da terra de sua família:

*Nós ficamos sabendo da construção dessa barragem através do pessoal da associação comunitária, que anda muito atrás de notícia. Disseram que ouviram (dos técnicos do governo estadual) que essa obra ia ser uma coisa muito boa pra todo mundo e que ninguém ia precisar sair daqui ou ia ficar prejudicado.” (Maria, 58, atingida, vila Tainha)*

O que é confirmado por outro agricultor, cujo depoimento sugere o início da construção da barragem sem que a própria população local soubesse:

*Bem, a gente tava lá na (antiga) vila Tainha, e aí apareceu essa história que Zé Maranhão ia fazer essa barragem e tal e tal. E andou por aqui um povo de fora medindo as terras em redor da beira do rio e lá vai e lá vem e lá vai e lá vem e esse povo pra cima e pra baixo; e depois disseram que ia fazer a barragem e que o povo daqui ia ter que procurar um canto pra ficar porque não podia ficar lá porque as águas iam crescer muito e ia alcançar muitas moradas. Como de fato, alcançou mesmo; tem lá canto que alcançou mesmo. O meu terreno já ficava meio longe, mas ela (a barragem) alcançou ele também.” (Manoel, 73, atingido, vila Tainha )*

Já um vereador de Aroeiras, se referindo ao início da construção da barragem de Acauã, não só confirma os depoimentos acima citados como também deixa claro o problema das promessas não cumpridas:

*A construção da barragem começou (...) durante o governo de José Targino Maranhão e o governo, após fazer o levantamento da população da área, lhes apresentou duas ofertas: ou receber uma casa mais um pequeno lote para a prática da agricultura, com área de até quatro hectares, ou receber uma indenização em dinheiro. Mas na prática a coisa foi muito diferente, pois fizeram o loteamento (do povoado de Pedro Velho) fora da lei, sem licença ambiental e sem um mínimo de infra-estrutura. No fundo, no fundo, todo mundo sonhava que a água nunca chegasse a Pedro Velho antiga. Mas as chuvas vieram antes do tempo e quando a barragem começou a encher e a água inundar o lugar, houve uma enorme correria, com todo mundo fugindo para o povoado e “invadindo” as casas do Projeto Mariz. É estranho, mas fomos considerados pelo governo do estado invasores de nossa própria terra!(Iran, 49, atingido, Pedro Velho)*

## **b) Após a conclusão da obra**

Trata-se da fase que chamamos aqui de fase de compensação econômica e social. As estratégias vão desde a manifestação da violência física até as formas de violência simbólica. As estratégias de violência física mais visível é o confinamento das famílias atingidas em novos espaços comunitários que, na grande maioria das vezes, não oferecem as mínimas condições de sobrevivência para essas famílias, como a falta absoluta de terras para estas garantir a sua reprodução social e material, bem como a sua acomodação em unidades residenciais sem as mínimas condições de habitabilidade e segurança social, a exemplo de casas construídas com “tecnologias” inadequadas à cultura camponesa e ausência de serviços básicos, como abastecimento de água, saneamento, serviços de saúde e educação. Some-se a isso o isolamento geográfico que ocorre em muitas experiências, no Brasil e em outras partes do mundo. As situações de extrema dificuldade impostas por esta nova realidade acaba por forçar a migração de parte da população atingida em busca de novas alternativas de sobrevivência, como veremos a seguir.

Outra estratégia de compensação aos efeitos deletérios dessa intervenção modernizadora do Estado capitalista é a utilização de programas sociais destinados a “amparar” as famílias atingidas, visando reduzir o grau de sofrimento social decorrente de seu deslocamento compulsório. Daí por que nas vilas rurais habitadas pelos atingidos das barragens pesquisadas, os principais meios de sustentação dessas famílias são os programas de transferência de renda e segurança alimentar, como o Bolsa-Família e a distribuição de

cestas básicas. Muitas famílias têm na aposentadoria a única renda financeira permanente, pois as demais são temporárias e incertas.

Por fim, temos a estratégia da cooptação dos movimentos sociais por parte do poder público, seja através de alianças políticas locais ou através da participação das principais lideranças do movimento dos atingidos em determinados tipos de ações compensatórias desenvolvidas pelo poder público, a exemplo da participação dos movimentos dos atingidos e de organizações não governamentais em programas de transferência de renda, distribuição de cestas básicas e de programas de treinamento profissional voltados para a preparação dos agricultores para novas atividades produtivas, na maioria das vezes de caráter urbano voltado para o seu futuro assalariamento ou visando transformá-lo em um pequeno empresário, sempre na perspectiva da ideologia do empreendedorismo.

Cada uma dessas estratégias do Estado tem como objetivo dissipar as energias de resistência dos movimentos dos atingidos e gerar diferentes graus fadiga ou cansaço. Muitos estudiosos da questão das grandes barragens destacam como o principal aspecto dessas estratégias de controle dos movimentos dos atingidos o caráter autoritário dos processos de construção dessas obras no Brasil, de modo que quanto mais complexo for o seu processo construtivo, maiores são as dificuldades dos segmentos organizados da sociedade civil de intervir em apoio às comunidades locais.

Essa postura autoritária do Estado está marcada por uma racionalidade instrumental que lhe dá coesão e está inexoravelmente relacionada aos princípios do desenvolvimento econômico<sup>68</sup>. Como bem afirma Scherer-Warren e Reis (2008), essa racionalidade diz respeito ao projeto da fração hegemônica da classe dominante, que se pretende universal, atribuindo uma legalidade e uma legitimidade às suas próprias ações, visando criar um discurso hegemônico em torno da necessidade dessas obras como fonte de progresso. É por isso que, no caso específico das populações atingidas por grandes barragens, essa racionalidade não encontra respaldo em vários setores das classes dominadas ou daqueles mais diretamente atingidos por estes grandes projetos – as suas próprias vítimas.

---

<sup>68</sup> Por outro lado, afirma a autora que, mesmo dentro da tecnocracia estatal há uma diversidade ideológica entre aqueles que formam o seu quadro técnico, o que mostra que há conflitos e contradições dentro da própria estrutura estatal, e que esse é um fenômeno se ampliou no período da redemocratização da sociedade brasileira. Isso fez surgir dentro das empresas estatais a possibilidade de alguns técnicos se manifestarem com base em uma identidade ideológica, ainda que parcial, em favor das vítimas dos grandes projetos estruturantes estatais, de modo que estes passaram a atuar no âmbito do seu planejamento de modo a reduzir o máximo possível os impactos sobre as comunidades atingidas por tais projetos.

É no cerne dessa problemática que surgem e se desenvolvem as lutas sociais, com diferentes graus de violência entre o Estado e as populações que residem nas áreas inundáveis ou submersíveis. Não se trata, necessariamente, de violência física - embora muitas vezes ela se faça presente nos processos de relocação compulsória dessas populações ou de despejo de famílias por forças policiais que tentem ocupar latifúndios como forma de protesto, como veremos mais adiante, mas à violência simbólica que na maioria das vezes ocorre sutil e dissimuladamente, colocando em precipício toda uma história e uma cultura dessas comunidades. Nessa luta travada entre os agricultores e o poder público, no âmbito do Estado capitalista, a ação “modernizadora” do Estado se apresenta devastadora mediante o uso de determinadas processos de dominação, calcados em estratégias de convencimento ou de indução ao cansaço no processo de lutas, deixando para as populações migrantes um rastro de incerteza e insegurança quanto à mudança para um novo (e sempre desconhecido) lugar para dar continuidade à vida.

Essa problemática foi por muito tempo objeto de análise sociológica de Bourdieu, para quem

O Estado não precisa necessariamente dar ordens e de exercer uma coação física, ou uma imposição disciplinar, para produzir um mundo social ordenado; isto enquanto estiver em condições de produzir estruturas cognitivas incorporadas que concordem com as estruturas objetivas e de se garantir assim a submissão dóxica à ordem estabelecida. (BOURDIEU; 1998, p. 158)

Com relação à adoção de políticas públicas e sociais do governo como compensação aos efeitos negativos provocados sobre a vida das comunidades atingidas, a principal função de tais instrumentos é manter a “coesão social” entre os membros das comunidades atingidas, através da manutenção de níveis minimamente adequados da reprodução da força de trabalho e da unidade social familiar, o que significa, na prática, anular ou pelo menos reduzir o grau de descontentamento dos atingidos. Tais instrumentos são numerosos e variados, que vão desde a construção de núcleos habitacionais para abrigar essas populações, passando por programas de assistência à saúde e educação até programas de transferência de renda, a exemplo da aposentadoria rural e do Bolsa-Família, além da distribuição de cestas básicas, à qual já nos referimos anteriormente.

A Tabela 4.1. mostra que é bastante elevado o número de famílias que recebem o benefício do Bolsa-Família nos municípios de influência imediata das barragens pesquisadas. Assim, em 2009, 66% das famílias consideradas pobres pelo Governo Federal nos municípios

de Araçagi e Itapororoca (76,2% e 78,1%, respectivamente) 69,3% das de Araçagi e 65,3% das residentes em Itapororoca recebiam o referido benefício. Esses dados são muito parecidos com aqueles apresentados para os três municípios que tiveram parte de suas terras cobertas pelo lago da barragem de Acauã. Embora esses municípios apresentem percentuais de famílias pobres em relação ao seu total superiores aos de Araçagi e Itapororoca, variando de 67,7% em Natuba, até 69,5% em Aroeiras, o percentual de participação relativa das famílias beneficiárias do Bolsa-Família no conjunto da população total é bastante significativo.

Como é essa realidade no caso específico das famílias atingidas pelas barragens pesquisadas? Se levarmos em conta esses mesmos dados aplicados para o caso das agrovilas construídas para abrigar aquelas famílias, veremos que, logo de início, percebe-se que o número de famílias em que há pessoas recebendo aposentadoria tanto entre os atingidos de Araçagi quando os de Acauã é muito próximo, o que pode ser explicado pelo fato de se tratar de um benefício que foi universalizado, ou melhor, estendido para os trabalhadores rurais por meio constitucional.

TABELA 4.1

População Beneficiária do Programa Bolsa-Família nos  
Municípios Onde se Localizam as Barragens de Araçagi e Acauã -2009

Municípios	Indicadores					
	População Total	Estimativa de famílias pobres pela PNAD	Estimativa de famílias pobres pelo Programa		Nº de famílias beneficiadas	
			Número	% A	Número	% A
<b>ARAÇAGI</b>						
Araçagi	17.877	3.360	2.559	76,2	2.330	69,3
Itapororoca	16.405	2.696	2.106	78,1	1.760	65,3
<b>Total</b>	<b>96.671</b>	<b>16.457</b>	<b>11.489</b>	<b>69,8</b>	<b>10.865</b>	<b>66,0</b>
<b>ACAUÃ</b>						
Aroeiras	19.722	3.565	3.055	85,7	2.479	69,5
Itatuba	10.115	1.782	1.450	81,4	1.233	69,2
Natuba	10.510	1.628	1.266	77,8	1.102	67,7
<b>Total</b>	<b>40.347</b>	<b>6.975</b>	<b>5.771</b>	<b>82,7</b>	<b>4.814</b>	<b>69,0</b>

FONTE: Ministério do Desenvolvimento Social – 2009.



Por outro lado, no que se refere ao Bolsa-Família, um benefício criado para famílias muito pobres que vivem em situação de alto risco econômico e social, percebe-se que o percentual delas que recebe o referido benefício nas agrovilas da barragem de Acauã é bem maior se comparado com as agrovilas que abrigam os atingidos pela barragem de Araçagi. Assim, enquanto na vila Mulunguzinho 44,3% de suas famílias recebiam esse benefício em 2011, em Pedro Velho, a maior das agrovilas do entorno da barragem de Acauã, esse benefício era recebido por 63% de suas famílias, ficando a comunidade de Água Paba com o maior percentual, ou seja, 79%.

Faleiros (1995), ao criticar a concepção instrumentalista e mecanicista das políticas sociais do Estado, afirma que

As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologetas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação, e de pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária. (FALEIROS; 1995, p. 55).

TABELA 4.2  
Resumo dos Programas Sociais nas  
Agrovilas das Barragens de Acauã e Araçagi - 2011

Comunidades	Número de famílias	Programas sociais e assistenciais							
		Ap. rural		Bolsa-família		Cestas básicas		Pão e leite	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>ACAUÃ</b>	<b>1031</b>	<b>540</b>	<b>52,4</b>	<b>706</b>	<b>68,5</b>	<b>786</b>	<b>76,2</b>	<b>783</b>	<b>75,9</b>
Água Paba	100	48	48,0	79	79,0	93	93,0	92	92,0
Cajá	134	72	53,7	98	73,2	121	90,3	118	88,1
Costa	122	66	54,1	92	75,4	113	92,6	109	89,3
Melancia	105	53	50,5	76	72,4	94	89,5	92	87,6
Pedro Velho	470	247	52,6	296	63,0	298	63,4	302	64,3
Riachão	100	54	54,0	65	65,0	67	67,0	70	70,0
<b>ARAÇAGI</b>	<b>298</b>	<b>160</b>	<b>53,7</b>	<b>137</b>	<b>45,9</b>	<b>194</b>	<b>65,1</b>	<b>194</b>	<b>65,0</b>
Mulunguzinho	167	89	53,3	74	44,3	107	64,1	108	64,7
Tainha	131	71	54,2	63	48,1	87	66,4	86	65,6
<b>Total geral</b>	<b>1329</b>	<b>700</b>	<b>52,7</b>	<b>843</b>	<b>63,4</b>	<b>980</b>	<b>73,7</b>	<b>977</b>	<b>73,5</b>

FONTES: IBGE – Censo Demográfico – 2007 para o número de famílias e secretarias municipais de assistência social para programas de assistência social.

De qualquer forma, o grau de dependência das famílias atingidas por barragens em relação aos programas de “compensação social” que visam minorar os efeitos da construção dessas obras sobre a reprodução social e material das mesmas pode ser um indicador do grau de sofrimento social que as grandes barragens podem impor a essas comunidades. Em ambas as barragens pesquisadas os depoimentos dos atingidos apontam para essa realidade, mas esta parece ser mais “dura” no caso das famílias atingidas por Acauã.

Assim um jovem militante do MAB atingido pela barragem de Acauã resume essa realidade:

*Sabe por que muita gente não sai daqui? Não é porque não tem rendimento não, é porque tem aquela história: o povo tem um cartão ou outro e antes o sujeito ia pra São Paulo procurar emprego; mas hoje um avô tem dois ou três cartão (aposentadoria), tem dois, três até cinco netos, ele vai trabalhar em usina? Agora, isso é um muído que vem de longe, né? Pode caçar um cabra aqui, chame um cabra pra trabalhar por 50 contos que isso não paga nem promessa. Agora, não foi por causa de barragem não que esse trabalhador ficou assim não, foi por causa de sabedoria. O senhor acha que um velho tendo dois cartão em casa, os netos vai querer trabalhar? Vai nada! Quem sustenta esse povo é o governo! (José, 46, atingido, vila de Pedro Velho)*

Esse depoimento revela um aspecto importante que se esconde por trás das decisões dos atingidos no seu cotidiano no que diz respeito à sua reprodução identitária e que por isso nem sempre pode ser visualizada por um pesquisador: uma racionalidade baseada numa espécie de cálculo do custo-benefício de se deixar ou não a comunidade em busca de novos meios de sobrevivência. E isso ocorre porque diferentes pessoas têm diferentes habilidades e diferentes desejos, o que faz com que haja uma multiplicidade de reações dos atingidos por grandes barragens em relação às suas estratégias de luta após a submersão de seu antigo lugar.

A terceira forma de controle das reações das comunidades atingidas ocorre mediante processos de embates e negociações em que as próprias lideranças dos movimentos de resistência às barragens acabam por atuar no sentido de viabilizar e até fortalecer tal estratégia de controle do poder público via políticas sociais. Em Acauã, por exemplo, o MAB tomou para si responsabilidade pela distribuição das cestas básicas que as comunidades localizadas no entorno daquela barragem recebem há pelo menos cinco anos, o que acaba por aumentar os conflitos entre os próprios atingidos e gerar um desvirtuamento do verdadeiro papel daquele movimento social, que é o de lutar para reparar os danos e os sofrimentos causados àquelas famílias pela ação do governo estadual. Na visão de um líder comunitário naquela localidade, contrariando a opinião de muitos dos atingidos, isso é uma “conquista” do movimento:

*A gente conseguiu trazer uma distribuição de cestas básicas pra atender um contingente a nível de Acauã, né? Aí vêm cestas básicas pra cá e para as outras comunidades nos outros municípios (as comunidades do Costa e de Melancia, que abrigam a outra parte das comunidades atingidas) e conseguimos trazer um telecentro (uma espécie de lan house pública, administrada ou pelo governo municipal ou por uma entidade social) pra cá através de um programa do governo federal, através do COHEP, que é uma rede de mobilizadores sociais, e alguns cursos profissionalizantes, como: corte e costura, cabeleireiro, criação de galinhas. (Abel, 42, atingido, membro do MAB, Pedro Velho)*

Esse processo de cooptação dos movimentos sociais pelo aparelho técnico-burocrático do Estado acaba fortalecendo essa estratégia de controle não só porque este se distancia dos objetivos para os quais eles surgiram, como também gera uma desagregação das comunidades atingidas. Assim, em Acauã a cobrança de taxas às famílias inscritas no programa de distribuição de cestas básicas da Companhia Nacional de Abastecimento pelo próprio MAB gerou um clima de condenação do movimento pelos próprios atingidos. Segundo um agricultor de Pedro Velho,

*A cesta básica que vem pra cá ainda é pelo MAB e é a única coisa que sustenta o movimento por aqui; só que nós temos que pagar 5 reais pra poder receber, quando no começo eles andaram atrás do governo pra conseguir essa feira mode reduzir mais o sofrimento do povo e conseguiram, mas de graça, porque é do governo (da CONAB) e depois começaram cobrando um real dizendo que era pra cobrir despesas, que era por isso e por aquilo. Só que os empregados do governo que vêm pra cá fiscalizar essas cestas até o café que eles bebem (as refeições e as diárias) é por conta do estado e eles não cobram nada, mas eles do MAB cobram 5 reais de cada família pra ela receber a feira (...). Faz tempo que o negócio tá desse jeito, viu? Eu sei que começaram com um real, depois subiram pra três e agora tá em cinco reais. Se a cesta básica é uma coisa que o governo dá, então por que o povo tem que pagar? Eu mesmo não vou nem lá, mas a minha mulher vai porque nós temos direito, nós somos todos atingidos então temos direito. Eu fazia parte do MAB logo na época quando começou porque eu pensava que eu tava atrás de um objetivo, só que eu vi que eu não tava alcançando esse objetivo (...) Quando eu vi que a coisa não era desse jeito aí eu saí fora. Ainda fui duas vezes pra Brasília, em Brasília eu ainda fui duas vezes e era pra eu tá indo até hoje; só que eu vi que além da feira eu nunca vi acontecer outra coisa, porque não tem outra coisa que eles fazem além dessa feira e do leite. E as famílias têm que pagar pela feira porque de qualquer jeito elas precisam e se não pagar tinha que comprar mais caro fora em outro canto, mas eu não acho justo cobrar de uma família necessitada o que é dado pelo governo. (Adauto, 56, atingido, vila de Pedro Velho)*

Portanto, o que se pode perceber é que a construção das barragens de Araçagi e Acauã impactaram fortemente a vida das famílias de agricultores que habitavam a área agora inundada, porém com diferentes graus de precarização das condições de reprodução social e material, especialmente no que se refere à força de trabalho. Isso pode ser verificado pelo fato de que o grau de dependência das comunidades de Acauã em relação aos programas de assistência dos governos estadual e federal é bem maior do que o de Araçagi, como revelam os dados da Tabela 4.2. Ainda com relação à barragem de Acauã, um vereador da comunidade

de Pedro velho, a maior das agrovilas construídas para abrigar as famílias atingidas, com mais de 400 residências, faz a seguinte observação:

*Hoje, boa parte de nossa população vive da ajuda do governo, como aposentadoria - cerca de 50% das famílias têm pelo menos um aposentado, bolsa-família - mais de 60% das famílias têm esse benefício, e outras ajudas, como as da Prefeitura Municipal e as cestas básicas. Poucos voltaram à condição de agricultor, fazendo roçado ao redor da barragem. Uma menor parte da população das agrovilas que abrigam os atingidos é a que consideramos aqui os grandes privilegiados: os servidores públicos, como agentes de saúde, professores, merendeiras e motoristas da Prefeitura.” (Iran, 49, atingido, vila de PedroVelho)*

Mas os programas de assistência social não têm apenas a função de “reparar” os graves problemas que compulsório das comunidades locais por grandes obras estruturantes, pois esses programas não são específicos para o caso das grandes barragens; estes possuem uma outra função, mais complexa, que é a de servir como estratégia de controle social dos movimentos contrários à sua construção, uma espécie de instrumento de legitimação do que as autoridades públicas costumam chamar de uma inevitabilidade do desenvolvimento, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Uma organização do terceiro setor, a Articulação do Semi-Árido também participou desse processo nas agrovilas do entorno do lago de Acauã, na medida em que a sua ação na construção de cisternas através de um programa do governo federal resultou num certo arrefecimento dos conflitos e da insatisfação das comunidades atingidas pela barragem. É bom lembrar que essas cisternas foram construídas por uma ONG em comunidades que distam a menos de um quilômetro da terceira maior barragem da Paraíba e para as quais o governo estadual ainda não levou a água pela adutora que fora prometida aos atingidos antes da construção daquela obra. Assim um agricultor da Agrovila do Costa se refere a essa ação:

*Começamos a tentar uma negociação com o governo estadual, tentando fazer com que as coisas melhorassem, mas até agora nada, depois de oito anos que fomos transferidos pra cá. Aqui no Costa mesmo a gente sofre muito com a falta de água, apesar da barragem estar tão perto de nós. Quer dizer que até hoje, depois de quase dez anos de construída a barragem ainda não temos água encanada, dependemos do governo com os carros-pipa ou então nós mesmos temos que nos virar pra ir pegar água. Agora tivemos a ASA (Articulação do Semi-Árido) que veio com um projeto de cisternas do governo federal (Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido Nordeste, lançado durante o governo Lula) e melhorou uma coisinha de nada, mas não é o bastante porque não é o suficiente por que cada família recebe uma cisterna com 18 mil litros pra o ano todo.” (Amaury, 29, atingido, comunidade do Costa)*

A atuação desses movimentos sociais na execução de programas sociais do governo acaba por confundi-los como sendo parte do aparelho técnico-burocrático do próprio Estado

aos olhos das comunidades desalojadas pelas barragens, pois muitas vezes as lideranças desses movimentos são levadas a definir os critérios de seleção das famílias que irão receber este ou aquele benefício, o que acaba gerando descontentamento entre aqueles que o movimento (no caso, o MAB) diz defender. Muitos agricultores atingidos por Acauã expressam o seguinte sentimento a esse respeito:

*Inclusive eles (os membros do MAB) eram contra que a Prefeitura entregasse o leite diretamente nas residências porque na outra gestão era entregue numa repartição pública pra ter mais controle político. Hoje, eles mesmos que eram contra isso, eles mesmos aceitam participar da entrega nas casas do povo, sem fiscalização de nada. (...) E quando o atual prefeito assumiu deu bons empregos pra eles (aos líderes do MAB), práns esposas deles e aí eles fizeram um acordo e se calaram. Aí pronto, tá desse jeito agora..( Adauto, 56, atingido, vila de Pedro Velho)*

Foi verificado pela pesquisa que de fato é comum (e de fato ocorreu) esse processo de cooptação do movimento dos atingidos. Isso envolve não só a participação de movimentos sociais na execução de políticas públicas de assistência social como forma de reduzir os efeitos perversos da construção das grandes barragens, como também o estabelecimento de alianças políticas locais do movimento com os governos municipais, o que ocorre em muitos outros casos espalhados pelo Brasil.

No nível da nova organização econômica da unidade de produção familiar essa estratégia se revela mais nítida no apoio que o governo dá às iniciativas de busca de novas oportunidades de trabalho das comunidades atingidas em suas novas atividades econômicas, o que pode inclusive estar associada às políticas de assistência social. Tanto em Araçagi como em Acauã, por exemplo, o governo federal apóia o cultivo de peixes praticado por agricultores atingidos pela moderna técnica de tanques-rede, além de apoiá-los contra a ação dos atravessadores adquirindo parte ou toda a produção através da CONAB. Assim, para compensar os efeitos negativos que a construção das barragens trouxe para a vida das comunidades por ela desalojadas, o poder público busca viabilizar a reorganização econômica dos atingidos nas atividades que utilizem o próprio lago da barragem, uma vez que isso não implica em ações de reestruturação fundiária, evitando assim conflitos com os grandes proprietários da região. Não é por outra razão que as atividades de pesca e piscicultura estão entre as mais beneficiadas em termos de apoio financeiro tanto por parte do governo federal como do estadual, ó que inclui programas específicos da agricultura familiar como a garantia da compra antecipada da produção, quando essa existe, evidentemente.

#### 4.1.4 Representações sobre o novo modo de vida

A transferência compulsória das comunidades atingidas por grandes barragens para espaços criados ou construídos especialmente para abrigá-las e com características tipicamente urbanas ou semi-urbanas acaba, na maioria das vezes, por impor mudanças bruscas de hábitos entre seus habitantes, transformando-os em consumidores segundo os requerimentos das sociedades eletrointensivas, tal como as definimos. O principal desses requerimentos, sem sombra de dúvida, é a gradativa transformação dessa gente em comunidades de consumidores, uma vez que a perda da terra impõe uma subordinação crescente dos atingidos ao mercado enquanto demandantes de mercadorias. No entanto, esse processo não é linear nem garante essa nova condição social a todos os atingidos pelas grandes barragens, pois muitos deles acabam sucumbindo ao que Bauman chama de teste de seleção dos novos consumidores. Para este autor,

(...) Os que não passam no teste são “consumidores falhos”, por vezes subcategorizados como “pessoas que fracassaram em sua busca por asilo” ou como “imigrantes ilegais”, outras vezes como a “subclasse” (ou seja, um conjunto variado de pessoas que tiveram o acesso recusado a todas as classes sociais reconhecidas, que são inaceitáveis como membros de uma classe), quase sempre dispersos de modo anônimo nas estatísticas sobre os “pobres” ou as “pessoas abaixo da linha de pobreza” – segundo a definição clássica de Simmel, objetos de caridade, e não sujeitos capazes de discernir/ escolher como o restante dos membros da sociedade de consumidores (BAUMAN; 2008, p. 85).

Qual a principal condição imposta pelo circuito de mercado para que as populações atingidas sejam alçadas à condição de novos consumidores? É, certamente, outro processo de mudança brusca, que é a transformação de sua força de trabalho – antes imersa na lógica da reprodução da agricultura camponesa – em mercadoria, na medida em que a formação de grandes lagos artificiais libera grandes contingentes de agricultores que, por razões de sobrevivência e no processo de reprodução de sua força de trabalho, acabam nos braços do assalariamento capitalista, como veremos mais adiante. Portanto, há nos novos espaços de convivência social das populações que habitavam as áreas submergidas pelo lago das grandes barragens uma espécie de “filtragem” para se determinar os “escolhidos”, e esse espaço é o encontro do mercado de trabalho tipicamente capitalista. Aqui cabe mais uma vez uma feliz citação de Bauman sobre essa questão, quando ele afirma que

Para entrar na sociedade de consumidores e receber um visto de residência permanente, homens e mulheres devem atender às condições de elegibilidade definidas pelos padrões do mercado. Espera-se que se tornem disponíveis no mercado e que busquem, em competição com o restante dos membros, seu “valor de mercado” mais favorável (2008, p. 82)

Um pouco mais adiante, o mesmo autor afirma:

(...) É lá, no local de encontro de vendedores e compradores, que se realiza todos os dias a seleção e a separação entre condenados e salvos, incluídos e excluídos (ou, para ser mais exato, consumidores adequados e defeituosos (2008, p. 85-86).

Uma das consequências desse novo modo de vida é a ruptura que ocorre na rede de relações que havia antes da construção das barragens. Como justificar que, no interior dos movimentos de reação a estas obras, os atingidos acabem por desenvolver ou criar estigmas entre eles mesmos? Considerando-se o conceito dado pelo autor acima, pode-se afirmar que há uma coerência no cenário de lutas dos atingidos com a representação do seu eu, em que, nas circunstâncias da crise ou da instabilidade gerada pelo deslocamento compulsório dessas comunidades, as representações das identidades entre determinado número desses deslocados começa a se dissipar, o que acaba por sujeitá-los à estigmatização pela perda das referências para o reconhecimento de sua identidade condizente com sua vida no período pré-barragem, formando o que Goffman (1988) chama de *identidade deteriorada*. Assim, o estigma que marca os agricultores da Comunidade do Costa, por exemplo, surgiu no próprio processo de separação destes dos demais quando do seu deslocamento para as suas novas moradias. Lembremos que esse estigma é mais forte quando se considera a visão que os habitantes das cidades vizinhas têm dos atingidos, para os quais estes últimos não têm razão de ter resistido à construção daquela barragem, pois esta obra se constitui num grande benefício para toda a população da região. Não é por outra razão que o movimento dos atingidos não encontra eco entre os trabalhadores do segmento urbano.

O “status” estigmatizante ao qual parte dos atingidos é afetada é rotulado por aqueles que administram a situação e tem a ver com a discussão sobre os *estabelecidos* e os *outsiders* de Elias e Scottson (2000), na qual o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último, enfraquecendo-o. Tanto que, confrontando-se os depoimentos dados por moradores de Pedro Velho e da comunidade do Costa, percebe-se na fala destes últimos que a primeira dessas duas comunidades é sempre referida de forma positiva – tem melhores condições de moradia, está mais estruturada economicamente, é prioritária perante aos olhos dos políticos locais – ao passo que na segunda as pessoas estão mais isoladas do mundo e lhes faltam as condições mais elementares de sobrevivência, como direito à segurança alimentar, serviços de educação e saúde. Enquanto no Costa havia muitas casas abandonadas durante a realização da pesquisa (2010 e 2011), em

Pedro Velho ela é motivo de especulação e de bons negócios imobiliários. Vejamos como um agricultor de Pedro Velho se refere aos habitantes da agrovila do Costa:

*Talvez o pessoal que more lá (na comunidade do Costa) não ache, não diga isso, apesar de que lá eles tão perto do município de Macaparana, um distritozinho até grande do lado de Pernambuco, que é Pirauá. Mas é porque o pessoal do Costa não formava um povoado como era Pedro Velho, era sitio mesmo, só tinha casinha solta lá pro meio do mato, uma aqui, outra mais pra ali, de modo que entre esse povo tinha muito morador, mas não era rua. Então quando veio o governo pra construir a barragem desapropriaram lá umas partes de terra e fizeram umas casas como fizeram aqui pro pessoal morar lá. Na época foi o prefeito de Natuba que fez isso. Com a história da barragem ele fez pra criar uma população lá só pra ele, né? Aí muita gente que morava na beira do rio foi pra lá, em vez de vir pra cá. Como eles moravam do outro lado do rio, que já fica do lado de Natuba e com essa história de votação (eleições municipais) aí o prefeito de lá foi e construiu as casas e levou o povo pra lá. Além de que lá deu muita gente estranha que veio do lado de Pernambuco, enquanto aqui não teve isso, a gente se organizou só pra ficar gente de lá de baixo. E a situação lá é pior do que aqui em termos de acesso, de abastecimento de água, de posto de saúde e de escola também. (Adauto, 56, atingido, vila de Pedro Velho)*

Por fim, temos os conflitos que se instalam no interior dos próprios movimentos dos, o que leva os membros das comunidades atingidas a criar embates entre si, caracterizando o que poderíamos chamar de conflitos intraclasse. Esses conflitos podem ser visualizados em diversos níveis de manifestação, que vão desde a organização econômica nas novas condições de reprodução da força de trabalho dos atingidos até a mobilização política que estas adotam para superar os problemas que surgem com o seu deslocamento compulsório.

Esses conflitos também podem ocorrer como decorrência do próprio processo de deslocamento compulsório das comunidades atingidas. Foi o que ocorreu durante a construção da barragem de Acauã, quando estas foram reassentadas em seis diferentes núcleos habitacionais que, por razões diversas, entraram em um processo de estranhamento entre si. Dessa forma, a agrovila de Pedro Velho, localizada em Aroeiras, a maior delas goza do status de cidade, enquanto que outras comunidades são vistas como sendo comunidades muito isoladas e que pouco contribuem para a manutenção do movimento.

## **4.2 O PAPEL DO MAB**

### **4.2.1 Considerações iniciais sobre o movimento dos atingidos**

Sem a pretensão de fazermos aqui uma contextualização histórica acerca das origens do MAB, devemos ver de forma breve alguns aspectos essenciais sobre sua formação e sua atuação no âmbito da organização de comunidades atingidas por grandes barragens no Brasil e, dessa forma, podermos entender as suas estratégias de luta no caso da presente tese.



O MAB surgiu enquanto movimento social de enfrentamento dos fortes impactos que surgiram com a construção de barragens para a implantação de usinas hidrelétricas sobre a vida das comunidades rurais locais, compostas em sua grande maioria de camponeses. Com a construção dessas mega barragens, essas comunidades começaram a se organizar devido à intensificação da falta de condições básicas de reprodução social e material das famílias deslocadas pela obra. Como consequência disso, muitas delas tiveram que migrar para as cidades adjacentes, aumentando significativamente a população urbana e tornando a vida dessas famílias cada vez mais difícil nas áreas urbanas devido à falta de oportunidades e de condições de vida, aumentando ainda mais a população de excluídos nesses centros urbanos.

É no início dos anos 70 do Século XX que se encontram as raízes históricas do MAB, que emerge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005, p. 9). Segundo registros deste movimento, os focos principais de resistência, organização e luta que constituíram as origens do que viria a ser este movimento social se encontraram em três diferentes regiões do Brasil, quais sejam:

Primeiro na região Nordeste, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular. Segundo no Sul, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilização e organização nesta região. Terceiro na região Norte, no mesmo período, o povo se organizou para garantir os seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí (MAB, 2002, p. 6).

Na região Nordeste, ainda no que tange às usinas hidrelétricas, na década de 70, no auge do ciclo de governos militares, as barragens eram construídas sem nenhuma consideração para com os problemas sociais e ambientais decorrentes da sua construção. Aí, no rio São Francisco, o que mais concentra esse tipo de barragem, só a construção de Itaparica resultou na inundação de uma área superior a 830 km<sup>2</sup> e resultou no deslocamento compulsório de mais de 40 mil pessoas.

O surgimento do MAB ocorreu a partir da organização conjunta de sindicatos de trabalhadores rurais e de setores progressistas ligados à Igreja Católica e, em alguns poucos casos, de igrejas evangélicas. Nesse último caso cabe destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), responsável em grande parte pela organização dos movimentos de resistência à construção de barragens em várias partes do Brasil.

Por outro lado, na maioria das vezes os embates entre as comunidades atingidas por grandes barragens e os responsáveis pela sua construção (governo e empresas) terminam por

minar a resistência dos atingidos. A esse respeito, um renomado estudioso do assunto que pesquisou movimentos de resistência camponesa a grandes barragens na região Norte, por exemplo, afirma que

(...) As medidas tomadas pela empresa para reassentar essas famílias em outras áreas, definidas pelos órgãos que se ocupavam de terras (...) foram arbitrárias e, por isso, recusadas na maioria das vezes pelos agricultores. Como desdobramento, foi constituindo-se um sério campo de conflitos. As indenizações, por exemplo, consideradas irrisórias e corroídas pela inflação foram rejeitadas por muitos. Tendo de forma abrupta seus projetos de vida interrompidos, essas famílias experimentaram longos momentos de insegurança devido, sobretudo, à impossibilidade de trabalhar e produzir, dada a instabilidade que envolve um processo de mudança de uma área para outra, agravado pela desigualdade de interesses das partes. (DIEGUES; 1999, p. 56).

#### **4.2.2 A atuação do MAB em Acauã**

O movimento de reação e resistência à barragem de Acauã começou muito tardiamente. O MAB chegou às comunidades atingidas por esta obra quando a mesma já estava pronta e o lago já se encontrava em fase de enchimento, e quando a população de várias comunidades daquela área se desesperava sem ter para onde ir, como foi o caso dos moradores de Melancias. Além disso, os agricultores, em sua grande maioria, não haviam sequer recebido qualquer indenização, o mesmo não tendo ocorrido com os grandes fazendeiros. No período de 1999 (início da construção da barragem) até 2004, não houve praticamente inverno e isso aumentou ainda mais o grau de sofrimento social das comunidades atingidas, pois, além de não ter a terra para plantar, caiu drasticamente a demanda por mão-de-obra nas fazendas da região, forçando parte a migrar e impondo aos que ficaram o pagamento de diárias com valores irrisórios.

Liderados por um estudante da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande, cuja família morava na antiga Vila de Pedro Velho, um grupo de atingidos buscou informações na internet e descobriu que havia um movimento de atingidos por barragens a nível nacional e, com a ajuda daquela instituição, receberam a visita de alguns dirigentes do Movimento vindos do Rio Grande do Sul. Inicialmente a organização do movimento dos atingidos de Acauã se concentrou basicamente na nova Vila de Pedro Velho, a maior das seis agrovilas, cuja construção só ocorreu em 2001. Por isso, os dirigentes do MAB indicaram um de seus militantes para ajudar na organização do movimento de resistência e levá-lo a todas as comunidades que surgiram com a formação do lago de Acauã.

Só em 2001 é que outras famílias começaram a receber suas indenizações. Tendo chegado tarde e pagas com valores muito baixos, isso só fez aumentar ainda mais o quadro de sofrimento dessas famílias, que se encontravam muito endividadas. No ano de 2002, o MAB organizou a primeira manifestação de protesto contra a situação de sofrimento e pobreza em que se encontravam os atingidos de Acauã, quando realizou na capital paraibana uma passeata com cerca de mil pessoas, percorrendo as principais ruas do centro da cidade e terminando em frente ao Palácio do Governo do Estado, na Praça João Pessoa. Embora tenham sido recebidos pelo governador Roberto Paulino (do PMDB, o mesmo que negociou a construção da barragem de Araçagi com os agricultores e com a CPT, entre outros segmentos da sociedade local), o mesmo alegou que estava na condição de governador interino e que o governo não poderia fazer nada por estar em fim de mandato.

No governo seguinte, os dirigentes do movimento foram recebidos pelo novo governador, Cássio Cunha Lima, do PSDB, que chegou a impressionar os que participavam da passeata ao subir no carro de som e prometer que todas as famílias atingidas por Acauã seriam recompensadas por todo o sofrimento imposto pelo governo anterior, incluindo o reassentamento das mesmas em outros imóveis rurais daquela região. Um ano depois, foi marcada uma nova reunião com o citado governador, mas a mesma não chegou a ocorrer. Diante disso, os líderes do movimento procuraram o Ministério Público Estadual – MPE, o qual sugeriu ao governo estadual a assinatura de um termo de ajuste de conduta (TAC), mas o próprio governador se recusou a assumir tal compromisso.

No ano de 2007, representantes dos atingidos receberam em Pedro Velho, na sede da sua associação, representantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, uma comissão criada pelo governo Lula para fazer um levantamento de todos os possíveis casos de violação dos direitos humanos em comunidades atingidas por grandes barragens em todo o Brasil. Segundo o relatório final da referida Comissão, os dois piores casos de violação de direitos das comunidades atingidas por essas obras foram Tucuruí, no Pará, e Acauã, na Paraíba.

Finalmente, em 2010, o próprio Presidente Luís Inácio Lula da Silva afirmou em Brasília, para representantes do MAB, que até o final de seu governo as famílias atingidas de Acauã teriam seus direitos reparados, ou seja, seriam reassentadas e ainda teriam o valor das indenizações reavaliado, o que nunca aconteceu. Como paliativo, o governo federal, em

parceria com o governo estadual, implantou programas de assistência social às famílias atingidas, como o Bolsa-Família e a entrega de cestas básicas pela CONAB.

Com o aumento do número de barragens para fins não hidrelétricos, especialmente na região Nordeste, o MAB aos poucos passou a apoiar a organização de movimentos de resistência das comunidades locais por elas atingidas<sup>69</sup>. No entanto, embora este movimento tenha nas suas origens a colaboração dos sindicatos de trabalhadores rurais e de setores progressistas ligados à Igreja Católica, muitas vezes, na sua atuação em defesa das comunidades atingidas não se verifica a presença ou apoio nem de sindicatos nem de setores ligados às igrejas, como a CPT, por exemplo. É o que ocorreu no caso de Acauã.

Com relação à atuação do MAB na Paraíba, devemos ter em conta dois aspectos importantes quando se trata das barragens por nós pesquisadas. O primeiro é que esse movimento nem sempre está em todos os processos de deslocamento compulsório de comunidades camponesas por grandes barragens, tanto que este não atuou junto aos atingidos pela barragem de Araçagi. Em segundo lugar, ao contrário do que ocorrera naquela primeira barragem, em Acauã, quando o movimento dos atingidos começou a construção da barragem já se encontrava em estágio bastante avançado.

Assim, no caso de Acauã o processo de mobilização e organização dos agricultores que habitavam a área a ser inundada só teve início quando a construção da referida obra já se encontrava em estágio avançado. Além disso, ali não se verificou a presença de nenhuma instituição religiosa na resistência da população local contra a construção da barragem, o que só ocorreu alguns anos após o deslocamento da população para as agrovilas, quando estas foram tomadas pela presença de diversas igrejas evangélicas.

O movimento dos atingidos por grandes barragens, como qualquer movimento social, pode deixar de ser questionador e pode instalar sobre a comunidade que ele diz defender ou representar uma espécie de ditadura consensual. É comum esse tipo de influência do marxismo-leninismo clássico ou do stalinismo em muitos dos movimentos sociais. Além disso, é comum ocorrer um estilhaçamento dos interesses individuais que contribui para a

---

<sup>69</sup> É preciso lembrar que não só as barragens para fins hidrelétricos geram impactos de grandes dimensões sobre a economia local, especialmente sobre a agricultura camponesa. Muitas barragens construídas para fins não hidrelétricos podem gerar impactos bem maiores do que algumas hidrelétricas. Exemplo disso é a barragem do Castanhão, construída pelo DNOCS no Ceará, que tem dimensões superiores à hidrelétrica de Itá, construída na bacia do Rio Paraguai. A primeira possui uma capacidade de acumulação de 6,7 bilhões de m<sup>3</sup> e inundou uma área de 325 km<sup>2</sup>, tendo desalojando aproximadamente 16 mil pessoas. A segunda barragem, a UHE de Itá, possui uma capacidade de armazenagem de 5,2 bilhões de m<sup>3</sup>, com um lago de aproximadamente 100 km<sup>2</sup> e desalojou 14 mil pessoas, aproximadamente.

dissipação das forças de resistência do movimento. Isso contribui para o arrefecimento das lutas dos atingidos porque, por diversas razões, ocorre uma reduzida capacidade de indignação por parte das comunidades atingidas derivada da ausência de uma consciência sobre a gravidade das consequências da construção de uma obra desse porte e por isso estas ou resistem tardiamente ao processo avassalador da ação modernizadora do Estado ou simplesmente não esboçam qualquer reação.

Só mecanismos de movimentos coletivos são capazes de fazer com que comunidades reajam contra a ação do Estado na implantação de grandes obras. E muitas comunidades, como as atingidas pela barragem de Acauã, talvez não tenham se preparado historicamente para defender as suas terras, como ocorreu em Araçagi. Talvez esteja aí a explicação para as sérias limitações que os próprios atingidos apontam na atuação do MAB, a exemplo do que um morador de Pedro Velho comentou a esse respeito:

*Pra mim ele tá muito longe do povo. Pra mim tá igual aos políticos, porque os políticos só vêm aqui de quatro em quatro anos, quer dizer, de dois em dois anos, que tem eleição pro estado e pro município também, né? O MAB só atuou na gestão passada porque eles eram contra o prefeito e era em cima da ferida direto. Na época que começou o MAB o gestor era o pai desse que tá ai hoje e era uma briga danada do MAB com ele. Eles (os componentes do MAB) eram que nem uma cangalha num burro, eles em cima do burro, que era o prefeito, machucando as costas dele. Era oposição mesmo! Aí foi quando veio a política e o outro ganhou. E quando esse ganhou o MAB se aliou a ele. Ou melhor, o MAB começou a perseguir (fazer oposição) a esse que ganhou e que hoje não é mais prefeito. E começaram a cobrar dele, e apertando... Eu digo isso porque tinha merenda nas escolas, tinha esse leite (Programa Pão e Leite), todo dia ele (o MAB) tava na porta da escola brigando e cobrando dele e ele sempre fazendo o que devia fazer e o que podia. Até que veio a eleição e ele perde pro outro; e nessas altura quando o outro tá de fora eles (o prefeito eleito e os seus colaboradores) se aliaram ao MAB, embora fossem inimigos antes, mas porque eles são muito espertos se juntaram. (Adauto, 56, atingido, vila de Pedro Velho)*

Isso mostra porque, embora o MAB possa ser caracterizado como uma rede de apoio às comunidades submetidas aos riscos decorrentes da construção de grandes barragens, nem sempre essas redes possuem características de acolhimento e solidariedade no interior desse movimento, o que é comum em movimentos de resistência em diversos segmentos da sociedade. Isso ocorre inclusive em comunidades urbanas sob situações de risco, como, por exemplo, populações faveladas diante de desalojamentos compulsórios, em que muitas vezes, o que se tem nesse tipo de comunidade afetada por um problema comum é a unidade na pobreza ou na miséria e não a solidariedade entre os iguais, pois, mesmo vivendo na mesma comunidade e compartilhando o mesmo cotidiano, as pessoas nem sempre se estimam e muitas vezes até se temem.

Os próprios líderes do MAB em Acauã reconhecem que há em curso um processo de enfraquecimento do movimento, mas colocam como causa não as contradições internas do movimento, e sim devido à recusa do governo (tanto o federal quanto o estadual) em atender às reivindicações das comunidades atingidas. Trata-se, evidentemente, de uma visão simplista da realidade por parte de algumas das lideranças do movimento, que vez por outra utilizam um discurso de satanização do Estado e do capitalismo, e não (também) das contradições e dos equívocos do próprio movimento, que muitas vezes acaba reproduzindo as estratégias de dominação do poder público junto às comunidades atingidas que eles dizem representar.

Assim, os embates entre o poder público e as grandes empresas do setor da construção civil diretamente interessadas nessas obras, de um lado, e o MAB, representando os atingidos, de outro, quase sempre resultam no enfraquecimento dos movimentos de resistência e de luta dos atingidos por seus direitos mais elementares. Com o tempo, a dispersão dos atores sociais envolvidos nessa luta revela o que os líderes comunitários chamam de sinais de cansaço. O fato é que com o tempo pode haver (e é o que ocorre na maioria das vezes) uma dissipação das energias de resistência das comunidades atingidas, como deixou claro um dos representantes do MAB na vila de Pedro Velho. Para ele,

*O tempo é um grande inimigo (dos movimentos populares), e é assim que a gente avalia esse processo, porque quanto mais passa o tempo, mais essas famílias tendem a se acostumar, a se conformar com essa situação de abandono em que elas estão. E aí aquela luta, aqueles anseios, aquela vontade de mudar, tudo isso vai se dissolvendo no tempo, não sabe? E os governos, isso é o que eles querem mesmo, e o que poderia ser a redenção pra nós (a construção da barragem) se torna um pesadelo. Ou seja, a barragem de Acauã, que poderia ser a redenção de uma região inteira, porque a gente tem muita água armazenada, muita terra aqui e muitos municípios ao seu redor, mas essas terras estão na sua maior parte nas mãos de grandes proprietários. E o povo que saiu lá de baixo (da área inundada pela barragem), que teve a maior perda, sem ter o que fazer diante da situação, o fato é que poucos têm um trabalho público, são funcionários públicos, a maioria das casas têm os velhos aposentados que têm que sustentar dois ou três filhos e suas famílias, a renda da economia local é gerada na maior parte disso. Grande parte da população das agrovilas migra pra Minas Gerais pra trabalhar na cana ou pra São Paulo pra trabalhar na construção e a gente que fica, a gente fica se perguntando até quando a gente vai conseguir ver as pessoas irem embora, voltam, vão embora de novo, voltam... A gente tem uma parte da população que é formada de jovens que querem vencer, enquanto os aposentados, já velhos, estão enraizados aqui e nem podem ir embora. A gente passou também aqui por uma onda de muita violência e a gente atribui isso daí à falta do que fazer, a ausência de*

*oportunidades de ocupação pra esse povo que perderam suas terras para as águas de Acauã. Digo isso porque lá embaixo (na área agora inundada pela barragem) as pessoas tinham uma vida diferente e depois da barragem foram aglutinados aqui junto com outras pessoas, porque não veio pra cá só gente de Pedro Velho, veio de diversas comunidades ribeirinhas, inclusive de cidades de fora, daqui e de Pernambuco (Abel, 42, atingido, vila de Pedro Velho).*

Esses sinais de cansaço a que nos referimos ocorrem porque, na medida em que o tempo passa é cada vez menor a participação das pessoas no movimento, o número de pessoas que poderia participar ou que participava e saiu é cada vez menor, pois estas vão aos poucos deixando a luta travada no seu cotidiano para buscar seus próprios meios de sobrevivência. Assim, vencidos pelo cansaço, de tanto esperar por sucessivos governos, muitos vão abandonando as fileiras do movimento para proverem a sua sobrevivência pessoal, seja se assalariando em municípios próximos ou migrando para áreas distantes em busca de oportunidades de trabalho. Aliás, aqui há um detalhe importante a ser observado no caso de Acauã: segundo depoimentos de alguns atingidos, observou-se que as pessoas que se converteram a alguma religião evangélica (ou que já faziam parte da mesma antes do surgimento da barragem) são as que menos migram em busca de meios de sobrevivência, seja para municípios paraibanos, seja para fora da Paraíba. Aparentemente a explicação para tal fato é que há por parte das igrejas evangélicas – o que, aliás, ocorre também com a igreja Católica – uma preocupação com uma possível desestruturação ou estilhaçamento da estrutura familiar e, por isso, os evangélicos buscam saídas de caráter mais local, como o estabelecimento do próprio negócio, uma vez que o empreendedorismo é uma marca de seu discurso religioso.

Essas limitações que caracterizam as ações do MAB têm suas origens em questões muito complexas do ponto de vista político e econômico. A primeira delas diz respeito ao fato de que a defesa que este movimento faz das reivindicações e das demandas das comunidades atingidas é claramente incompatível com o modelo de desenvolvimento capitalista em curso no Brasil e em outras partes do mundo, onde é crescente o processo de construção de grandes barragens. Tais reivindicações são: corte dos altos subsídios fornecidos pelos governos de muitos países às grandes empresas consumidoras de grandes quantidades de energia elétrica, reestatização do setor elétrico e a construção de grandes barragens que incorpore uma série de exigências dos segmentos organizados da sociedade civil diretamente envolvidos nessa problemática, como a ampla participação das comunidades potencialmente “atingíveis” no

processo de planejamento, execução e controle da construção dessas obras e até mesmo a sua não construção, caso estas se revelem de alto risco para o meio ambiente.

Há ainda um outro elemento complicador das lutas dos atingidos em busca de justiça e reparação pelos danos que lhes foram causados por uma grande barragem, e as barragens por nós pesquisadas não fogem a essa regra. Trata-se do crescimento das migrações para outros municípios ou estados devido à precarização das condições de reprodução da força de trabalho. É um movimento contraditório, pois, se por um lado as migrações se constituem em uma estratégia de reprodução social e material do camponês, por outro tendem a reforçar esse enfraquecimento das lutas dos atingidos, pois muitos dos que participam dessas lutas acabam indo buscar fora de seu lugar submergido pelas águas da barragem melhores condições de sobrevivência, transferindo os conflitos e as tensões sociais para longe da área de influência imediata da barragem.

Outro problema que limita sobremaneira as ações do MAB em prol das comunidades atingidas é o seu relativo isolamento no contexto dos movimentos sociais em geral, uma vez que uma de suas principais características é o localismo, ou seja, há uma certa dificuldade desse movimento social extrapolar a barreira do local, o que lhe impede de construir um projeto de transformação social e de atuação no âmbito nacional, e isso está fortemente ligado ao fato de que os gritos dos atingidos não têm encontrado eco junto à classe trabalhadora do segmento urbano-industrial, justamente quem imprime uma maior dinâmica ao processo de acumulação de capital. A esse respeito, um estudo de avaliação feito pelo próprio MAB a nível nacional, após fazer um balanço das lutas junto às comunidades atingidas por barragens nas regiões Nordeste, Sul/Sudeste e Norte, afirma categoricamente que

Todas as obras (...) apresentam dois fatos marcantes: a existência, ainda hoje, de organização popular, e um negativo, todas têm ainda problemas sociais e ambientais pendentes de solução devido à construção dessas barragens. Nestas obras e nas demais regiões do Brasil, a luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar e questionar o modelo energético nacional e internacional. Mas para isso, seria necessário uma organização maior, que conseguisse articular a luta em todo o Brasil. (MAB, 2002, 07).

Na verdade há uma certa articulação nacional, mas essa, se comparada com a dinâmica organizacional de outros movimentos, como o do MST, se revela um tanto caótica. E isso ocorre, segundo alguns líderes do próprio MAB, devido não só ao apelo que o poder público faz junto à população sobre a necessidade premente de água e energia elétrica – dois fatores



de produção fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico e social -, mas também pelo fato de que algumas lideranças acabam ocupando cargos públicos no governo federal, o que não deixa de ser uma forma de cooptação do movimento por parte do Estado.

Por fim, temos o fato de que nem todos os agricultores reagem da mesma forma à gravidade e aos riscos que podem advir da construção de uma grande barragem. Ao contrário do que os líderes dos movimentos de resistência a essas grandes obras pensam, e até mesmo os estudiosos e pesquisadores dessa problemática, muitos atingidos podem reagir de forma diferente a esse tipo de evento. E isso ocorre, em grande parte, porque as redes de relações sociais das comunidades atingidas não são homogêneas quanto à condição econômica e à posição social de cada um dos atores sociais que pertencem a tais comunidades, devido ao fato de que o próprio capitalismo se encarregou de diferenciar e complexificar o campesinato.

Para ilustrar esta última limitação, tomemos o depoimento de três agricultores atingidos de ambas as barragens pesquisadas sobre como eles vêem a construção de cada uma delas. Em Araçagi, por exemplo, um ex-proprietário de terra atingido pela referida barragem expõe uma opinião em que ficam muito claros tanto os aspectos positivos, mas também os negativos decorrente da sua construção. Segundo ele,

*A construção dessa barragem trouxe muitos problemas, principalmente pra quem tinha sua terrinha certa pra plantar e colher todo ano sem depender de ninguém. Mas eu acho que trouxe também alguns benefícios: a água é em grande quantidade, quando antes a gente tinha que cavar um poço e rezar pra ter água; tem água pra irrigação, apesar de que são poucos que podem irrigar, mas emprega muitos que foram “tirados” da área da represa; tem a pesca, que ajuda muitos pais de família a tirar o dinheirinho da feira; e a água pra abastecer as casas, que vem numa tubulação, é jogada numa caixa d’água e de lá desce para as casas. Não é uma água tratada, como é a da cidade, por isso a comunidade usa só para o grosso e tem de comprar água mineral na cidade. Hoje a facilidade é muito grande, porque já tem até gente que faz entrega de água mineral, remédio e outras coisas numa moto uma meia hora depois que a gente liga. (Antônio, 69, atingido, Vila Tainha)*

Indagado sobre as consequências que a barragem trouxe para sua vida e para a sua família, um jovem militante do MAB na barragem de Acauã deu a seguinte resposta:

*Falando no meu caso, pra mim não trouxe nada, nada; pelo contrário, piorou de tudo, de todas as formas. Primeiro porque desorganizou completamente a vida das famílias, já que todo mundo estava acostumado a viver nas margens do rio, desde criança eu era acostumado a viver tirando o sustento da nossa terra e do rio, mesmo tendo pouca água; e de repente você ter que sair que queira ou que não queira tem que sair do seu lugar, perder sua terra pra não ter como viver em outra, a não ser como empregado, e quando tem! Uma coisa é eu dizer: vou visitar alguém em João Pessoa e depois eu vou voltar prá minha terra. E hoje? Eu posso visitar João Pessoa, mas não posso mais voltar prá minha terra, prá terra da minha família. (Amaury, 29, atingido, comunidade do Costa)*

Por fim, temos o depoimento de um agricultor que fazia arrendamento de pequenas faixas de terra onde hoje se encontra o lago da barragem de Araçagi, que combina a exploração de uma agricultura de subsistência com a pesca. Eis o seu depoimento:

*Olhe, hoje, aqui na cidade de Araçagi, triste – eu falo até essa palavrinha mei pesada – triste hoje do trabalhador se não fosse essa represa. Essa represa hoje ela mantém quase duzentas famílias que não tem terra pra trabalhar que vivem direto da pesca. Agora, é tudinho, tanto o agricultor (normalmente não-proprietário de terra, assalariado ou pequeno arrendatário) como o pescador artesanal. Triste desse município e até outros vizinhos se não fosse essa represa aqui porque aqui não tem outras oportunidades de emprego, aqui não tem nada, não tem nem uma fábrica. O que tem pra oferecer emprego é a Prefeitura, mas você sabe que ela não pode manter esse pessoal todo; e quem tem um padrinho lá por dentro que pode arrumar alguma coisa ainda pode ter alguma coisa, mas quem não tem, sendo ele da terra, e não tendo seu pedaço de terra, a necessidade é a represa: trabalha de dia no roçado, a maioria nas terras dos outros e de tardezinha e de noite é sair com as redes e as canoas pra dentro do açude; jogar as redes e enfrentar as muriçocas pra arrumar alguma coisa pra casa. Eu mesmo daqui a pouco já vou sair, eu vim já hoje do roçado na beira do rio e agora vou pro meio do mundo. (João, ex-arrendatário de terras inundadas pela barragem de Araçagi, cidade de Araçagi)*

Portanto, o que vimos acima são três visões completamente diferentes de agricultores sobre os impactos ou as mudanças que a construção das barragens pesquisadas trouxe para a sua vida e para a sua família, o que mostra, pois, um elemento de divisão ou pelo menos um fato que dificulta a organização dos movimentos de resistência às grandes barragens.

#### **4.3 A NOVA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ATINGIDAS**

Com o tempo, a própria dinâmica da nova vida das famílias atingidas nos novos espaços por elas habitados, de características urbanas ou semi-urbanas, pode alargar as diferenças e as desigualdades sociais entre estas. As transformações pelas quais estas famílias têm que passar no processo de deslocamento compulsório de suas terras, invariavelmente, envolvem os seguintes desafios:

- a) Nova estrutura familiar de gastos e de consumo.
- b) Falta de ocupação.
- c) Dificuldades no processo de adaptação para o mercado de trabalho urbano.
- d) A transformação do camponês em morador urbano, onde o mesmo tem que comprar o que antes produzia e, em momentos de dificuldade financeira, não possui mais bens para vender, transformando-os em liquidez.
- e) O abalo que a perda da terra representa para a autonomia camponesa.

f) Os aspectos “positivos” de se viver na cidade.

Diferentemente da experiência de Araçagi, no caso de Acauã, os núcleos habitacionais construídos para abrigar as famílias atingidas guarda em si uma aparente contradição: tem como principal característica a construção de casas padronizadas, obedecendo a uma regra da vida urbana, a racionalização no uso dos espaços em que todas as famílias têm à sua disposição casas com o mesmo modelo, sugerindo um tratamento igualitário para todos. No entanto, a essas casas só tiveram acesso aquelas famílias que provaram ter o título de posse da terra que fora submersa pelo lago da barragem, deixando de fora as que assim não conseguiram proceder, criando assim uma espécie de classe dos escolhidos e outra de descartados.

Essas considerações acima têm muitas implicações na forma como a construção de uma grande barragem impacta a vida de uma família por ela deslocada, como veremos a seguir.

#### **4.3.1 Desterritorialização e descampesinação**

A desterritorialização tem sido objeto de intensos debates no Brasil e no mundo. Para o geógrafo norte-americano Roberto David Sack, um dos pioneiros na teorização da territorialização dos espaços, *apud Plein et ali* (2009), os territórios são construídos socialmente e são utilizados para conter ou restringir os fluxos migratórios humanos, bem como para excluir pessoas dos benefícios do desenvolvimento social e do progresso técnico e econômico. Esse é um caso típico das consequências advindas da construção de grandes barragens e, para nossos propósitos analíticos, trataremos os riscos de descampesinação dos atingidos por estas obras como sendo um tipo específico de desterritorialização.

Mas esse debate em torno dos territórios já se encontrava também de forma pioneira na obra de Lefebvre (2001), para quem desterritorialização é um processo intrínseco de produção de novos espaços de acumulação e dominação, mas também de processos de resistência. Nesse debate, Lefebvre inovou a análise marxista no campo da geografia quando foi além da análise dos elementos materiais que concorrem para a produção do espaço, afirmando que há nesse processo uma racionalidade que resulta na imposição de uma ordem temporal e espacial que envolve tanto aqueles elementos como os imateriais, isto é, simbólicos, mas que também pode provocar desordem.

A explicação para as diferenças verificadas nos processos de produção do espaço, segundo Lefebvre, está no fato de que a sua utilização envolve uma multiplicidade de aspectos, que vão desde os geográficos, passando pelos econômicos, políticos, sociológicos, antropológicos e culturais, além de suas dimensões e especificidades locais. Daí porque cada sociedade, e portanto cada modo de produção, produz o seu próprio espaço, as suas próprias formas de apropriação e dominação.

No caso específico da produção do espaço capitalista, este depende não só da apropriação do Estado para que este defina um consenso pelo qual se define quem deve e pode ocupar e dominar cada espaço. Assim, a produção do espaço capitalista impõe as pressões do mercado e a reprodução das formas capitalistas de produção. Entretanto, como Lefebvre ressalta que nesse processo aparecem constantes erupções de violência e contestação, o que pode acabar por gerando espaços caóticos.

No Brasil, segundo Costa (2011), muitos cientistas sociais que se ocupam desse tema ora se referem a ele como uma consequência da modernidade, ora é a pós-modernidade que se encarrega de, dissociando o espaço e o tempo através de novas tecnologias, promover a destruição dos territórios. Para este autor, geralmente não há uma definição clara de território nos debates que focalizam a desterritorialização, pois ora este aparece como algo “dado”, fixo, ora ele é definido como algo que está em constante transformação e mutação. Além disso, desterritorialização às vezes é focalizado como um processo genérico, uniforme, que ocorre da mesma forma em qualquer espaço e tempo, mas também é tratado numa perspectiva inversa ou de negação, a da reterritorialização. Por fim, um processo de desterritorialização às vezes é apresentado como o fim de um território, uma espécie de caminho sem volta.

A questão da desterritorialização proposta pelo autor acima citado guarda muita relação com as consequências da construção de grandes barragens sobre a vida das famílias atingidas, uma vez que o mesmo afirma que esse processo está inexoravelmente relacionado à formação de *aglomerados de exclusão* (COSTA, 1995). Assim, parcelas cada vez mais expressivas do espaço têm sido moldadas por um padrão ótimo de funcionalidade e de utilitarismo, especialmente para os capitalistas em busca da máxima lucratividade. Contrariamente, a exemplo do que já fora apontado por Giddens (1991) e por Bauman (2005), o referido autor afirma que esse processo que acelera a circulação da elite planetária gera massas de despossuídos que não têm as menores condições de acesso às benesses da modernidade e autonomia para definir seus *circuitos de vida*.

No Brasil, ao longo dos últimos quinze ou vinte anos muito se produziu sobre este tema, com um destaque especial para a agricultura<sup>70</sup>. Aqui se destacam os trabalhos de Ianni (1992) e Ortiz (1994). O primeiro desses autores sempre associa desterritorialização com desenraizamento como consequência da globalização. Para ele, a globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes (leia-se comunidades) e as idéias. Já Ortiz fala de uma desterritorialização que seria dominante na modernidade contemporânea, derivada do princípio da circulação e da extrema mobilidade, dois dos principais elementos estruturantes das sociedades modernas. O referido autor é bem explícito quando afirma que a sociedade moderna é “um conjunto desterritorializado de relações sociais articuladas entre si” (1994, p. 50). O que há de comum na visão dos referidos autores sobre a desterritorialização é que estes parecem menosprezar a permanência dos conflitos e dos processos de resistência que envolvem a contradição entre o processo de modernização das sociedades contemporâneas e os movimentos de busca por cidadania e preservação de culturas historicamente construídas, dando uma idéia de que desterritorialização é um processo linear, uniforme e que não comporta movimentos de contratendências.

Já vimos que a principal e a mais visível consequência da construção de grandes barragens é o desaparecimento de vastas extensões de terras agricultáveis, o que subtrai números consideráveis da agricultura e da pecuária, especialmente da agricultura familiar, residindo aí a principal fonte de resistência dos movimentos sociais contra a construção dessas obras e ao mesmo tempo os riscos de desterritorialização, pois isso afeta o que há de mais “sagrado” para a economia camponesa: a propriedade da terra, condição fundamental para a garantia da autonomia do camponês, que é a produção de alimentos.

Não é demais lembrarmos esses números para as barragens por nós pesquisadas. Em Araçagi, a formação do lago da barragem fez desaparecer quase 240 imóveis, dos quais 77% possuíam até 5 hectares de área total, inundando uma área de pouco mais de 1.150 hectares. Desse total, cerca de 670 hectares eram utilizados pela agricultura e 325 com pecuária. Apenas com o cultivo de produtos tipicamente explorados pela agricultura camponesa, havia pouco mais de 500 hectares cultivados com batata-doce, fava, feijão, mandioca e milho.

---

<sup>70</sup> Certamente, Milton Santos foi o geógrafo que mais estimulou o debate sobre território e desterritorialização, tanto no âmbito do campo como do segmento urbano-industrial. Ao termo desterritorialização ele acrescentou sua dimensão cultural, pois para o autor desterritorialização é frequentemente uma palavra para designar processos de estranhamento, que por sua vez envolve desculturização. Ver, a esse respeito: A natureza do espaço (1990).

Já a construção da barragem de Acauã resultou no desaparecimento de pouco mais de 480 imóveis, 87% deles com área de até 5 hectares, e na inundação de uma área de mais de 1.700 hectares. Se considerarmos apenas a área cultivada com algodão herbáceo, fava, feijão, mandioca e milho, o lago da referida barragem cobriu aproximadamente 770 hectares, sem contar com mais de 480 hectares utilizados com a pecuária, em grande parte pequenos rebanhos bovinos e caprinos.

O que significa isso, na prática, no cotidiano dos atingidos por estas barragens? Significa um risco elevado para as comunidades desalojadas na medida em que isso pode implicar na perda da autonomia e na descaracterização da sociabilidade camponesa, ambas assentadas no valor moral do trabalho e na posse da terra como fonte maior de reprodução social e material. Significa, principalmente, a possibilidade da inviabilidade dessas comunidades deixarem de prover o seu próprio alimento, uma vez que como afirma Woortmann (1990, p. 37), “comida, trabalho e terra são (...) categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”.

A perda da base física da agricultura camponesa nessa situação tem suscitado um acalorado debate acerca de um dos temas mais controversos sobre a problemática envolvendo as grandes barragens, que é a possibilidade de desterritorialização das comunidades locais. Essa idéia normalmente decorre da análise daqueles efeitos mais visíveis sobre a agricultura e demais atividades econômicas praticadas antes da formação de seus lagos a que nos referimos anteriormente. Desterritorialização, por sua vez, pode resultar num processo de descampesinação. Isso segue de perto a observação de Leff (2001, p. 284), de que desde o surgimento do *homo sapiens* até o *homo economicus* do mundo globalizado, o ser humano deu sentido à sua habitabilidade moldando os territórios intervindo cada vez mais na ordem natural. Mas essa transformação só se revela destruidora do espaço em que se forja uma determinada cultura apenas no momento em que emerge, no processo de civilização, uma forma particular de apropriação desse espaço que contém o território, a exemplo das comunidades que desaparecem sob as águas das grandes barragens. Isso porque a construção dessas obras na maioria das vezes rompe os equilíbrios fundamentais entre cultura e natureza. Entretanto, de acordo com esse autor, há muito que esse processo deixou de ser um fenômeno local e adquiriu dimensão global e planetária. Não é um processo circunscrito a um território e a uma cultura particular, mas um processo geral que planifica, acima das decisões locais,

ações e percepções de cada cultura particular, destruindo seu habitat e suas formas de organização social.

Aqui entendemos por descampesinação como sendo uma consequência e ao mesmo tempo um tipo de desterritorialização, que está quase sempre associada a um processo de expropriação que implica no desenraizamento de comunidades em relação ao seu cotidiano e ao seu lugar. Ainda a esse respeito, uma característica muito comum na construção de grandes barragens no Brasil e em outros países de economia emergente são o que os antropólogos que estudam o assunto chamam de rupturas sociais, como decorrência da separação física das comunidades, vilas e distritos submersos pelos lagos artificiais<sup>71</sup>. E isso mostra que no processo de planejamento dessas mega obras há um relapso e uma atuação inconseqüente do poder público com relação às diferenças étnicas dos povos, gerando situações de estranhamento entre diferentes comunidades.

Uma população constrói sua rede de relações sociais historicamente e com a chegada da barragem instala-se o risco de fragmentação da mesma. Por outro lado, uma comunidade pode ser desterritorializada, mas toda desterritorialização gera um novo processo de territorialização. Reterritorialização não no sentido marxista-leninista da relação de dominação capital-trabalho, mas no sentido de um processo de reprodução das condições sociais e materiais de vida. Mas a reterritorialização depende do reconhecimento de um espaço maior, extra-território, em que as estratégias de luta das comunidades desterritorializadas é de importante decisiva para o conjunto da sociedade.

Desterritorialização como consequência da construção de grandes barragens é sempre um ato de violência, pois ela implica em expropriação dos camponeses. No entanto, a desterritorialização não é necessariamente um caminho sem volta, sua ocorrência está sempre no campo das possibilidades. A esse respeito, Costa (2011) afirma que “o mito da desterritorialização é o mito dos que acreditam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases”. (2011: prólogo)

Concordamos com o autor que a territorialização é um processo de dominação política e econômica ou de apropriação simbólico-cultural do espaço pelos grupos humanos. Daí

---

<sup>71</sup> Um caso desses é relatado por Goldsmith & Hildyard, apud Carlos B. Vainer (2008) no projeto da barragem do Volta, na África, onde 69.000 pessoas de 700 comunidades diferentes foram reassentadas em 52 diferentes assentamentos. Como resultado, “disputas em torno da terra e situações de violência tornaram-se comuns à medida que o reassentamento se consolidava”.

porque muitos dos territórios incluem espaços precários marcados por processos de dominação e resistência onde vivem comunidades excluídas dos benefícios mais elementares do processo de desenvolvimento, como os trabalhadores sem-terra e sem-teto e tantos outros grupos minoritários a quem é negado um lugar de reprodução social e material em bases cidadãs.

No caso dos atingidos por uma determinada barragem, independentemente de seu grau de organização comunitária e, portanto, de sua capacidade de resistência, há um temor muito forte de que a perda da terra traz em seu horizonte a possibilidade de desintegração de sua vida comunitária, das relações de vizinhança e de parentesco, da destruição de seus bens culturais e no limite até a ameaça da perda de seu modo de vida e de sua identidade camponesa. Pesquisadores de diversas tendências teóricas são unânimes em afirmar que a construção de grandes barragens para fins hidrelétricos na região amazônica, além do maior impacto de que são vítimas os diversos grupos indígenas, que é a perda de suas terras, de territórios de caça, de suas aldeias, de mananciais de pesca e de outros recursos naturais, também gera desorganização social do grupo, desnutrição, epidemias e, no limite, o etnocídio.

Mas a desterritorialização pode ser vista por um ângulo distorcido, visão essa muitas vezes compartilhada entre as lideranças dos movimentos sociais das comunidades atingidas por grandes obras e o tom alarmista da maioria das pesquisas acadêmicas sobre o tema. Difunde-se a ideia de que a construção dessas obras estruturantes implica necessariamente no fim dos camponeses enquanto classe social. Numa pesquisa sobre o movimento de resistência contra a construção da UHE de Pilar, em Minas Gerais, Ludwig (2008), afirma que

(...) O espaço bruscamente transformado pela implantação da barragem não poderá mais oferecer meios nos quais a memória possa apoiar-se, provocando o desenraizamento e a perda da identidade individual e coletiva. (2008, p. 239).

E, mais adiante:

O desaparecimento do lugar não apenas faz desterritorializar os sujeitos que a ele se ligam, mas representa a perda de uma cultura que, aos poucos vai deixando de existir com a acelerada urbanização do país, a qual é decorrente da racionalidade do desenvolvimento capitalista. (Idem, p. 240).

Ora, a desterritorialização e o desaparecimento de uma cultura não ocorre, necessariamente por uma causa puramente física, ou seja, pela inundação de um determinado território pelas águas do lago de uma grande barragem, mas pela natureza ou tipo de processo de luta e resistência dos habitantes do “antigo lugar” para garantir o seu direito de continuar a



existir e resistir enquanto classe social. Assim, a desterritorialização só ocorre quando a ação modernizadora do Estado via construção de grandes barragens chega ao ponto de, como afirma Zhoury et al, haver o completo “controle territorial por uma pequena elite econômica e política da sociedade, em detrimento de uma diversidade de formas de conceber e utilizar o meio ambiente, representados por segmentos sociais distintos e não hegemônicos” (ZHOURY; 2005, p. 9). Nesse caso, presume-se que os movimentos de resistência dos atingidos tenha fracassado completamente, o que nem sempre ocorre.

Assim, os problemas gerados pela construção de grandes barragens para vastos contingentes de agricultores nos remete a uma das mais antigas discussões acerca da agricultura camponesa: o seu desaparecimento com o avanço da moderna agricultura capitalista. De fato, a construção de grandes barragens no âmbito das políticas de desenvolvimento regional é parte das estratégias de desenvolvimento da economia capitalista e de superação de economias de base tradicional que fazem da mobilização de recursos hídricos um importante instrumento de fortalecimento do processo de acumulação, qualquer que sejam os seus fins: controle de enchentes; geração de energia elétrica; abastecimento humano residencial, comercial e industrial; irrigação e desenvolvimento da pesca e da aqüicultura.

Diante do quadro acima analisado, uma questão logo se nos impõe: até que ponto a construção de grandes barragens contribui, inexoravelmente, para a destruição da agricultura camponesa? Será que as tentativas de recampesinação das populações desalojadas compulsoriamente por essas obras apresentam alguma possibilidade de reconstrução ou até mesmo de fortalecimento da agricultura familiar? É o que veremos a seguir.

#### **4.3.2 Estratégias de reconstrução identitária dos atingidos**

Pelo que se pode constatar dos depoimentos colhidos entre os atingidos das barragens de Araçagi e de Acauã, aparentemente há poucas possibilidades de que a agricultura familiar possa sobreviver nesse ambiente, a não ser que essas comunidades dêem início a um processo de reorganização política para lutar pela reconstrução de suas vidas, para que a sociedade lhe devolva as condições de trabalho e de reprodução de sua antiga organização social que se foi com a inundação de suas terras.

Basta que atentemos para os depoimentos dos próprios atingidos para que percebamos que, nas condições em que ocorrem as tentativas de sua recampesinação, passando ao largo do

apoio de uma sociedade civil organizada, a agricultura praticada pelas comunidades atingidas, antes forte e pujante, dá sinais de desaparecimento. Vejamos isso através da análise atenta dos dois depoimentos que se seguem:

*Quem ainda trabalha como agricultor está trabalhando de forma meio precária porque como só restou pra eles umas faixas pequenas de terra que não foram inundadas, a associação organiza o pessoal da seguinte forma: divide a terra em pequenos lotes e programa pra cada um explorar essa parte numa época do ano, mas não pode explorar nada que passe de um ano para o outro, tem que ser produto que tire logo, que não seja plantaçoão permanente, pra poder caber todo mundo. Essa terra foi dividida em duas partes: essa aqui mais perto ficou para colocar os roçados, e a outra parte ficou prá criação. Quem tem um bichinho ou dois, coloca pra criar lá; no ano que vem faz o contrário: vai trabalhar o roçado lá e esse daqui inverte, fica prá criação, pra poder fazer a rotaçoão das atividades. E pra cada um ter seu roçado, dividiu assim: um tem 0,25 e outro tem 0,5° hectare, outro tem uma conta e assim vai (...).Os próprios agricultores, mas com o apoio da associação. Eles se reúnem a cada período em reuniões que são ou pra planejar como vai ser a produçoão ou pra acompanhar o andamento e até mesmo discutir alguma briga, algum conflito. Nessas reuniões os agricultores estipulam a quantidade de animais que cada um pode criar na área e também pra dividir a área de terra que cada um vai ocupar e por quanto tempo (...).Bem, nas reuniões o pessoal estipula um número máximo de bichos que podem ocupar as mangas, que pode ser uns três ou quatro. Nesse caso, quem tem mais tem que arranjar uma soluçoão, que pode ser botar na terra de algum amigo ou parente fora daqui ou até mesmo – quando pode – alugar um pedaço de pasto. Então, a associação estabelece o que é justo: se o número máximo de bichos for de três, de acordo com o que a terra comporta, então esse limite tem que valer para todos (...).É tudo em sistema de mutirão, que varia de acordo com as atividades de cada um. Assim, quem não tem gado não fica nas equipes de manutençoão das cercas ou dos bebedouros, mas quem tem plantaçoão fica nas equipes que vão fazer a manutençoão das roças (tratos culturais), e assim por diante. Isso é quem tem atividades nessas áreas comunitárias, porque tem muita gente que prefere trabalhar fora da agrovila nas terras dos outros no alugado, principalmente nas plantaçoões de abacaxi e de cana. Já outros vão pegar uns peixinhos na barragem pra garantir a carne em casa ou até mesmo vender o que sobrar, entendeu? (Diclécio, 39, atingido,Vila Mulunguzinho)*

Perguntado como os atingidos pela barragem de Acauã estavam sobrevivendo após o seu deslocamento, um jovem líder do MAB afirmou o seguinte:

*Aqui é o seguinte: ninguém aqui tem mais terra. Só quem tem terra aqui hoje são as pessoas que já tinham seus sítios nas partes mais altas que não foram alagadas (inundadas) pela barragem e aí elas têm como plantar, mas é um número pequeno, se comparado com as mais de 500 famílias que o governo diz ter removido prá agrovilas, apesar do MAB dizer que eram quase mil famílias! Mesmo sem um bom inverno esse ano aqui muita gente pra sobreviver ou planta no quintal das casas ou em uns pedacinhos de terra que sobraram ao redor da vila, mas são terras que não têm qualidade. Ou então cria uns bichinhos, como muita gente cria aqui porco e galinha (...). A produçoão de carvão já existia antes da construçoão da barragem, não surgiu depois da sua construçoão, além do corte de lenha pra consumo das famílias e pra vender na cidade. Só que aumentou o número de pessoas cortando lenha e fazendo carvão porque faltam outras oportunidades de trabalho. A única atividade nova que a barragem criou foi a pesca, já que não avia isso antes porque o rio passava a maior parte do ano seco ou com pouquinha água. Por isso que eu acho que, tirando a pesca,*

*que é explorada por poucos que têm condições (equipamentos e domínio das técnicas de captura) essa barragem não trouxe nenhuma outra oportunidade de trabalho, pelo contrário, só fez piorar. (Amaury, 29, atingido, comunidade do Costa)*

Ou seja, verifica-se um aumento da dependência dos agricultores familiares em relação ao uso das terras de grandes proprietários e uma conseqüente diminuição de sua autonomia. O que mais amedronta as comunidades camponesas diante da notícia da eminente construção de uma grande barragem que poderá fazer desaparecer as suas terras é, portanto, a conseqüente perda de sua autonomia que, embora relativa, é o que mais fundamenta a sua existência enquanto classe social. E isso ocorre porque a luta pela manutenção de sua autonomia só faz sentido enquanto ele (o camponês) possui as condições objetivas e materiais de garantia do autoconsumo, que por sua vez é garantido pela produção de alimentos. Tratando dessa questão tão essencial para a continuidade ou reprodução da agricultura camponesa, Paulino e Almeida (2010) afirmam que é o autoconsumo quem materializa a busca por autonomia do campesinato e que isso só ganha relevância se levarmos na devida conta a importância que tem a produção da comida sobre o ciclo de desenvolvimento da unidade de produção econômica camponesa, de sorte que alterar o seu ciclo de produção de alimentos (o primeiro dos grandes impactos gerados pela construção de grandes barragens) significa alterar as suas estratégias de sobrevivência e manutenção e, no limite, por em risco a sua própria continuidade enquanto classe social. Para as autoras,

*A comida é o elemento central na produção camponesa, dotada de uma espécie de linguagem simbólica: a sua existência tem, primeiramente, uma relação direta com a autoridade do pai, responsável pela manutenção da família. Logo, comida é mais que comida como alimento; na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para se oferecer aos amigos; assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade. A comida é a fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho. (PAULINO e ALMEIDA; 2010, p. 39).*

Cândido (1982), ao fazer um estudo em meados do século XX a respeito dos problemas que afligiam uma comunidade de produtores caipiras em São Paulo, também evidenciou a obtenção dos alimentos como um fator dinâmico na sociabilidade do grupo, de modo que sua aquisição era a finalidade primeira da sua existência e o sentido maior de sua autonomia. Assim o autor falou a esse respeito:

*Mais importante e interessante é a oferta de alimentos entre vizinhos, na realidade um sistema amplo de troca sob a forma de presente, pois o ofertante adquire em relação ao*

beneficiado uma espécie de direito tácito à prestação equivalente (CÂNDIDO; 1987, p. 143).

Podemos buscar no relato dos próprios atingidos pelas barragens pesquisadas a confirmação de tais afirmações. Aqui, a questão principal é: o que representou a perda das condições de produção de alimentos para a autonomia da família camponesa? Referindo-se a isso, um agricultor afirma:

*Aqui mesmo ninguém tem mais condições de criar, nem de criar nem de plantar. Aqui (na agrovila de Pedro Velho) esses pobres coitados criam uns bodinhos, mas os bichinhos são espancados mais do que tudo porque se entram nas terras de um grande desses que tem terra, eles bota pra fora na pancada... E as terras do DNOCS, que tiveram uma parte que a barragem não cobriu, tão sendo explorada por gente graúda, gente inclusive que nem é da comunidade daqui, são tudo de Aroeiras que não deixa os pequenos daqui plantar um roçadinho (...). Lá embaixo, quando nós morava lá, criava todo mundo embaixo e rio acima, e mesmo quem tinha seus bichinhos e não tinha terra, ou tinha pouca, acertava com um pessoal que tinha terra e trocava esse favor por trabalho e assim podia criar o que queria que ninguém mexia no que era dos outros, e a barragem acabou tudo isso. (Luiz, 64, atingido, Vila de Pedro Velho).*

O mesmo se repete com agricultores atingidos pela barragem de Araçagi, embora em condições menos precárias do que as que ocorrem em Acauã, pois as poucas faixas de terra que escaparam à inundação estão sendo exploradas, em sua maior parte, por agricultores familiares. Segundo o depoimento de um deles,

*Aqui a gente sobrevive assim: cada um bota seu roçadinho numa tirinha de terra que sobrou (que não foi inundada) só pra comer um verde. E a maioria do povo daqui tem muita gente que vive como aposentado, e vive de seu aposento, e aqueles que nem aposento têm, ganham o mundo (migra) pra poder ganhar alguma coisa pra poder ir vivendo a vida, e assim todo mundo vai vivendo (Manoel, 73, atingido, Vila Tainha)*

Podemos dizer, então, a partir de tais depoimentos, que a comida contém a noção de fartura, por isso cumpre mais do que uma simples finalidade alimentícia. Ela desempenha um papel de sociabilidade, já que é através da produção de alimentos que o camponês expressa os seus laços de identidade. Mas essa problemática da produção de alimentos e a importância da comida no âmbito das comunidades atingidas por grandes barragens nos remete a um problema que consideramos central na reprodução da economia camponesa: a propriedade da terra, pois é desta que depende aquilo a que já nos referimos como elemento central na

construção da subjetividade camponesa: a produção de comida como idéia de fartura e, conseqüentemente, o elemento garantidor da autonomia camponesa. Nesse aspecto, também houve muita interpretação equivocada sobre os camponeses devido ao seu apego pela propriedade da terra, o que os fez, aos olhos de muitos estudiosos do assunto, um pequeno-burguês disfarçado.

Segundo Abramovay (1992), no contexto do marxismo, nem faz sentido a ideia de existência de uma economia camponesa, visto que qualquer categoria social que não faça parte das duas classes antagônicas que compõem o capitalismo (os capitalistas, de um lado, e o proletariado, de outro) terá existência fugaz. Até porque, o camponês, mesmo tendo a posse formal da terra, sequer vive da exploração do trabalho alheio, nem vende a própria força de trabalho. Dessa forma, para os marxistas, sua integração na economia de mercado transformá-lo-á mais cedo ou mais tarde em proletário ou burguês. O autor também afirma que está ausente em *O Capital*, obra principal de Marx, uma elaboração teórica consistente acerca do campesinato e da questão agrária. Mas muitos intelectuais justificam que, em que pese essa ausência, esta se deve à pouca relevância da temática na estrutura lógica de “O capital”, apesar da importância que já tinha o campesinato e suas lutas sociais na Europa na época em que o livro foi escrito. Além disso, deve-se ter na devida conta que a referida obra marxiana é uma fenomenologia das formas sociais e o seu foco principal é o drama da sociabilidade no mundo das mercadorias e na alienação dos trabalhadores na sociedade capitalista.

Ainda segundo o autor supra citado, as referências de Marx aos camponeses em sua mais conhecida obra são esporádicas, e afirma acertadamente que todos aqueles que procuraram resposta a algum tema específico nos escritos do autor, foram frustrados. Nesse sentido, o uso de conceitos marxistas no debate sobre desenvolvimento rural justifica-se simplesmente por ajudar a pensar a organização social dominante na atualidade com suas expressões singulares e contraditórias.

Dois outros conhecidos estudiosos do assunto fazem uma crítica contundente dos que vêm na obra de Marx uma relação necessária entre a propriedade da terra como uma condição de negação para a construção da existência do camponês enquanto classe social no desenvolvimento capitalista e a sua permanência (e recriação) no âmbito desse sistema econômico. Assim dois renomados estudiosos do tema se expressam a esse respeito:

Tornamos a encontrar o ponto de vista da fiscalização burguesa na concepção dos marxistas tradicionais: o camponês como proprietário pequeno-burguês. Ora, estes marxistas esquecem a indicação de Marx, segundo a qual não é toda a propriedade que é

capitalista, mas apenas a que *é baseada na apropriação do trabalho de outro*. (AMIN e VERGOPOLUS; 1977, p. 114.) (Grifo dos autores)

Os autores acima são seguidos por outro importante estudioso do tema. Assim, Wolf (1970), numa obra já clássica sobre as sociedades camponesas, afirma que (...) “o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade *tanto é uma unidade econômica como um lar*”. (Grifo do autor). Talvez a maior dificuldade dos autores influenciados pelo marxismo de compreender de fato a verdadeira natureza dos camponeses foi o fato de não terem visto que estes nem são pequenos agraristas e nem operários disfarçados. Mais adequado seria compreendê-los como integrantes de uma classe sobre a qual pesam recorrentes condenações de desaparecimento, não por força dos fatos, como afirma Mitrany (1957), mas no plano das interpretações de suas experiências concretas parecem ser mais dogmáticas do que propriamente teóricas.

Apesar das ponderações acima, é inegável que inúmeros autores influenciados pelo marxismo, não deram a devida importância ao papel do campesinato para o desenvolvimento do capitalismo. Aliás, há uma afirmação do próprio Marx de que o camponês será inexoravelmente transformado em proletário ou burguês:

(...) O desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado. (KARL MARX, 2003, apud VALENTE; 2008, p. 44).

Como, então, podemos negar a importância e, mais do que isso, a centralidade da propriedade da terra para a continuidade e a reprodução da agricultura camponesa? No caso específico das barragens pesquisadas, a perda dessa condição (a inundação das terras) foi crucial para o surgimento do principal desafio das famílias atingidas: a sua reprodução enquanto classe social em condições as mais precárias possíveis, através das tentativas de reprodução de suas antigas condições de produção. Portanto, defendemos a idéia de que essa “obsessão” do camponês pela terra não representa sentimentos de avareza ou de apropriação de um meio de produção pura e simplesmente, mas porque ele tem para com ela, ao mesmo tempo, uma relação de dependência para a reprodução de suas condições sociais e materiais de existência, relação essa revestida de um profundo sentido simbólico e carregado de subjetividade.

Essa relação, por sua vez, está fundamentada numa economia profundamente marcada por uma ordem moral anticapitalista, estruturada em práticas de sobrevivência dos pobres do campo, a exemplo das feiras locais, das trocas de dia, dos mutirões e da parceria, como já tivemos oportunidade de mostrar nas comunidades pesquisadas, o que foi demonstrado também por autores como Scott (1979), que mostraram que a subsistência do campesinato depende fundamentalmente do acesso à terra, em que a propriedade lhe é fundamental, pois o que está no centro da análise são costumes relativos ao uso da terra e o direito aos seus produtos, e não ao seu usufruto como fonte de exploração de outros. Para este autor, a resistência camponesa (e é esta a principal fonte de resistência às grandes barragens) surge de determinados costumes que criam formas de subsistência com vistas a proteger a comunidade contra a perda da terra e a fome. Tal interpretação é bastante pertinente, na medida em que nosso propósito aqui é mostrar que o campesinato, ao se apropriar de parcelas de um determinado território, inscreve nele um uso próprio construído num processo de territorialização muito particular; ou, nas palavras de Thompson (2002), formas de subsistência que diferem do uso capitalista por terem basicamente seus fundamentos na terra de vida e de trabalho.

De um modo geral, podemos considerar que as estratégias de reconstrução da vida comunitária dos atingidos por grandes barragens estão fortemente condicionadas e influenciadas pelas representações mentais que os moradores das áreas submersas fazem a respeito da mudança nas suas novas formas de relações sociais e refletem de perto o pensamento de Antônio Cândido, o qual se referiu a dois tipos de memória, o primeiro tipo como sendo “representações de restauração” e o segundo como “representações de superação”. No nosso caso, as representações de primeiro tipo referem-se a lembranças do passado na memória dos atingidos e que os remete a um tempo de tranquilidade e segurança comunitária, autonomia na produção de alimentos e bens de primeira necessidade, além do convívio com os vizinhos com os quais construíram sua rede de relações sociais e suas conseqüentes trocas de favores, além das relações entre homem e natureza focadas em imagens ativas e dinâmicas como a pesca ou a busca por água no rio. Já nas representações de superação os atingidos buscam se adaptar à nova realidade da organização social existente no seu novo espaço de interação social, seja em uma cidade, tal como ocorreu com a barragem do Castanhão, no Ceará, ou simplesmente um pequeno povoado rural, como é o caso das agrovilas construídas para abrigar as famílias atingidas.

Por outro lado, devemos ter em conta que essa memória de superação não se dá de forma mecânica nem tão pouco negando a vida anterior à construção da barragem. Trata-se de um processo em que essas comunidades buscam conciliar os elementos da vida societária anterior à vida no novo espaço de relações sociais, com as novas determinações das suas condições de reprodução social e material, que na maioria das vezes se dá de forma precarizada. Trata-se, pois, de um processo de mudança social que aparece como resultante da coexistência de fatores de persistência e dos fatores de transformação, sem substituição mecânica dos padrões de reprodução social e material anteriores, mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões a um novo contexto social, o das novas condições de vida das comunidades atingidas nos novos espaços geográficos para os quais estas são deslocadas compulsoriamente. Nesses novos espaços, a exemplo das agrovilas que hoje abrigam os atingidos de Araçagi e de Acauã, seus moradores têm de enfrentar algumas determinações inevitáveis da “civilização”, ao mesmo tempo em que buscam preservar o máximo possível as formas tradicionais de equilíbrio na sua vivência comunitária.

Utilizamos aqui a expressão reconstrução da vida comunitária como sendo um termo correspondente às estratégias de recampesinação dos atingidos, as quais estão inexoravelmente ligadas à luta pela manutenção de sua autonomia e relativa liberdade em relação ao mercado. Contraditoriamente, esse processo de luta está inserido na lógica do capital, como veremos mais adiante, mas a permanência camponesa que essas lutas podem garantir não se deve a uma pura e simples determinação ou benevolência do capital para com a agricultura camponesa, pois é também sua negação. Isso quer dizer que os atingidos por grandes barragens, por exemplo, interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra um filão de produção de excedente econômico.

As tentativas de reconstrução da antiga organização social e econômica que desapareceu com a inundação das terras de centenas de famílias pelas barragens de Araçagi e de Acauã talvez constituam o aspecto mais dramático de quem teve de enfrentar tal situação. Isso porque elas partem de uma constatação que, para o agricultor desalojado, é extremamente difícil de reconhecer e de aceitar: a perda completa de suas terras e das condições de reprodução de sua força de trabalho.



Segundo Schneider (2006), em todas as sociedades agrárias que se modernizaram no âmbito do desenvolvimento capitalista houve tentativas de recampesinização. Uma das principais estratégias de recampesinização das comunidades atingidas por grandes barragens é através da recriação de espaços de uso comum, normalmente utilizando áreas que “escaparam” da inundação. Mesmo com todo esse processo de precarização das condições de reprodução social e material dessas comunidades, estas teimem em desenvolver estratégias de reprodução enquanto classe social.

Esse esforço de reconstruir, mesmo que em condições precarizadas a organização da unidade de produção camponesa, que podemos chamar de estratégias de recampesinização, reflete como essas comunidades reagem à perda das suas terras com a construção dessas obras. Ou seja, perder a terra não é simplesmente perder a terra, mas outras coisas que davam sentido ao processo de produção, como formas específicas de comercialização, a exemplo das feiras nas antigas vilas ou povoados hoje submersos. Um agricultor de Aroeiras mostra em seu depoimento como os laços de reciprocidade e de solidariedade davam sentido à agricultura antes praticada pelas comunidades atingidas:

*Além do que nós perdemos (a terra), porque quando a gente vivia lá embaixo (na antiga vila de Pedro Velho) a gente tinha um roçadinho, quando não dava a gente completava com o trabalho na terra de outro, que nunca faltava trabalho; quem tinha uns bichinhos, uma vaca, botava no pasto e se não tivesse arranjava um acordo com outro, criava uma cabra, umas ovelhas, um porquinho, umas galinhas” (Adauto, 56, atingido, Vila de Pedro Velho)*

As estratégias de recampesinização postas em prática pelos atingidos normalmente ocorrem quando todos os esforços de busca de apoio dos setores ou segmentos da sociedade civil organizada em prol da luta dos atingidos falharam. Tal apoio teria a função de reparar os danos econômicos e sociais por ela causados, como reavaliação das indenizações e o reassentamento das famílias deslocadas compulsoriamente em outro imóvel desapropriado para este fim, acompanhado do apoio à produção, como a prestação de assistência técnica e fornecimento de crédito à produção. Nesse processo, os atingidos têm que superar uma série de barreiras que se colocam como desafios a serem enfrentados nessa luta; a principal delas, evidentemente, é a falta de terras para que estes voltem a plantar e garantir a sua sobrevivência, já que estas foram submersas pelo lago das barragens. É da falta de terras que se derivam todas as outras barreiras que se impõem aos agricultores em suas estratégias rumo à sua recampesinização. A seguir apresentamos de forma sucinta cada uma destas.

### a) Ocupação de grandes propriedades

Mesmo constituída como propriedade privada, o controle camponês da terra não objetiva fim idêntico ao da propriedade privada capitalista, como demonstrara o próprio Kautsky, ao vislumbrar na propriedade camponesa um meio de existência e não um instrumento de exploração da sociedade. Para ele,

(...) o camponês que vende os artigos agrícolas, mas não emprega assalariados, ou os emprega muito pouco, que não é capitalista, e sim um simples criador de mercadorias, não se apresenta assim. Ele é um trabalhador, pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é o de um assalariado. Tem necessidade da terra, como de um meio para ganhar o pão como operário, e não para tirar dela o lucro ou qualquer renda fundiária. (KAUTSKY; 1980, p. 189)

Nem sempre comunidades atingidas por grandes barragens lançam mão da ocupação de latifúndios como estratégia de recampesinação. Isso não ocorreu, por exemplo, no caso de Araçagi, mas sim em Acauã. A ocupação de grandes propriedades rurais, tidas como improdutivas pelos atingidos é uma forma destes pressionarem o governo a desapropriá-las para o seu reassentamento, garantindo assim a continuidade de sua reprodução enquanto classe social e a sua reconstrução identitária.

Essa estratégia de recampesinação é uma consequência direta da indiferença do poder público que, não reassentando os agricultores atingidos tal como haviam acordado ambas as partes, revela uma diferença significativa entre o período anterior de construção de grandes barragens em que o Estado incorporava as demandas sociais como parte da política de construção de grandes barragens reassentando as comunidades em outras terras ou em perímetros irrigados, e o modelo atual, em que o Estado remete ao mercado a “solução” dos problemas que surgem com os fortes impactos dessas obras sobre a agricultura camponesa.

Referindo-se ao modelo de assentamento de agricultores praticado pelo DNOCS na jusante das barragens por ele construída (modelo esse que tem sido gradativamente substituído pela grande irrigação capitalista), assim Gomes (2006) relata o sentimento das famílias que foram selecionadas para serem assentadas no perímetro irrigado de São Gonçalo, no município de Sousa, na Paraíba, na década de 1970:

Para as famílias selecionadas, o acesso à terra significou o grande salto das suas vidas, a conquista de todos os sonhos, ainda que não sejam os sonhos de todos: uma casa para morar, a terra para trabalhar e assegurar a sobrevivência dos membros do grupo, o acesso aos serviços sociais (educação, saúde, transporte e saneamento básico), a permanência do grupo no mesmo espaço – o que possibilita o surgimento das redes de

ajuda -, as relações vicinais que preencheram o sentimento de isolamento e vazio registrado pelas famílias ao falar do tempo do sítio. Todos esses sonhos, na verdade, são bens que definem o bem-estar e a qualidade de vida das famílias-colonas (GOMES; 2006, p. 133).

Assim, o não cumprimento da “promessa” do governo estadual de reassentar as famílias atingidas pelas grandes barragens às vezes as leva à ocupação de grandes imóveis rurais (supostamente improdutivos) como forma de negociação forçada com o poder público.

Em Acauã, dezenas de famílias atingidas organizaram a ocupação de duas fazendas no município de Itatuba. Assim o coordenador estadual do MAB (que também é um dos atingidos) resumiu o processo de ocupação:

*A fazenda Volta, próxima à comunidade de Melancias, no município de Itatuba, onde passamos o dia 4 de maio de 2009 e fizemos uma ocupação lá, passamos dois meses e dia 4 de julho chegou um aviso de reintegração de posse, acompanhado com cem policiais do Batalhão de Choque e nossas famílias saíram de maneira ordeira, sem problemas, não resistiram. Fizemos um acampamento ao lado da fazenda, mas sofremos as ameaças do fazendeiro, dizendo que se a gente continuasse pessoalmente as lideranças iam se ver com ele; a gente teve medo da repressão e o acampamento foi abaixo, ele desmontou o acampamento, e com isso a gente conseguiu uma audiência (com o INCRA). Fizemos um ofício pro INCRA pedindo uma vistoria, já foi feita a vistoria e a terra era improdutiva, mas só que o dono da propriedade entrou com uma ação judicial, né? Mas já tá meio caminho andado. A gente quer que o estado, que o estado (o governo estadual) tem tudo a ver com isso aí, pois foi o estado que provocou, e já que o estado tem poder, por lei, de decretar as terras (dos agricultores familiares) de utilidade pública pra construir a barragem, também faça pro resto que ele não assumiu, que é decretar as terras (dos grandes fazendeiros) de utilidade pública pra reassentar as famílias. (Osvaldo, 51, atingido pela barragem de Acauã, vila de Melancias).*

Como foi o processo de resistência durante a ocupação? Outro atingido assim resumiu esse processo:

*A estratégia nossa é o reassentamento, certo? Ali foi uma decisão da... Depois de vários movimentos, depois de várias ocupações de BR's, aí dentro da Via Campesina, decidiram que... Isso foi uma decisão da Via Campesina. Por que vocês não ocupam uma terra pra... Nós, diferentemente de cobrar o reassentamento devia se mobilizar contra o governo, fazer machas, era uma tática diferente. Usamos a tática deles (da Via Campesina) e a tática foi bem acertada por que não só mobilizou o pessoal atingido, mas também duas comunidades à jusante da barragem, nós conseguimos colocar muitas famílias dentro da propriedade. Por que vazava muitas informações sobre o que estava acontecendo dentro do acampamento. Se conversasse lá dentro, muitas delas (informações) saíam, muitas delas os fazendeiros ficavam sabendo de tudo o que acontecia lá (...). Ninguém sabe se foi inocência (erro de tática de ocupação) ou se botaram espião lá dentro. Foi uma coisa acertada e da mesma forma... Assim, o povo*

*não tava preparado pra isso. (Sérgio, 30, atingido e coordenador do MAB na Vila Melancias)*

Ou seja, para o líder local do MAB, as características do despejo levaram as lideranças do movimento a crer que tanto a Polícia Militar quando os capangas da propriedade tinham perfeito conhecimento do dia-a-dia dos ocupantes, o que, segundo eles, ocorreu graças à colaboração dos próprios atingidos que foram “plantados” pelo fazendeiro junto às famílias que ocuparam o imóvel com o objetivo de repassar as informações necessárias ao despejo daquelas famílias.

Com relação à organização da resistência dos agricultores durante a ocupação, o representante do MAB acima referido afirmou que

*Foi uma convivência foi boa. Assim, meio que... Mudou a rotina do povo, deixou de estar assistindo sua tv ou de falando da vida alheia, foi uma vivência que fazia muito tempo... Eu vivenciei aquilo quando era criança, onde se ficava conversando à beira da fogueira, sentava, iam contar histórias, ter aquelas conversas sadias, todo mundo deixava de dormir em suas casas pra dormir todo mundo no acampamento, conversando sobre nossos problemas, o povo ficava planejando o que a gente ia fazer se um dia saísse a terra e o que se cozinhava se cozinhava pra todo mundo. Era uma vivência excepcional aquilo ali. Tanto que hoje muita gente tem saudade daquela experiência, depois que eles nos despejaram.*

As 96 famílias que ocuparam o latifúndio recebiam doações da própria comunidade. Mas estas também conseguiram alimentos com a CONAB e o MST. O que sobrava de uma propriedade ocupada era dividido com os agricultores que ocuparam a outra propriedade, localizada no mesmo município.

Referindo-se à desocupação, ainda segundo este representante do MAB, isso ocorreu com a participação de mais de cem policiais militares, os quais contaram com a ajuda dos “administradores” da fazenda. Segundo ele, a polícia nem usou tanta violência não, isso ficou mais por conta dos empregados da fazenda, os capangas que acompanharam os PM’s, os quais empurravam e batiam nos ocupantes, chutavam as barracas, rasgavam as barracas com as macacas e chutavam as panelas com a comida que as mulheres haviam preparado.

A ausência de qualquer apoio efetivo por parte dos segmentos mais organizados da sociedade civil gerou nas famílias um sentimento de impotência que acaba por estilhaçar ou dissipar as suas forças de resistência, tal como o sentimento de desencanto a que se refere Martins (2003, p. 23), segundo o qual isso representa um fenômeno recorrente entre os trabalhadores assentados em áreas de reforma agrária. Baseado em estudos realizados em

acampamentos rurais, o autor argumenta que a intensa experiência comunitária durante o período de acampamento de trabalhadores sem-terra se fundamentava mais na euforia da atmosfera festiva do que nas possibilidades concretas de vitória, em grande parte baseada em sua natureza provisória e passageira. Essas, ele observa, não são “comunidades autênticas”, mas, sim, residuais e, portanto, especialmente vulneráveis a diferenças internas. A luta pela terra por si só, afirma o referido autor, não constitui um filtro ou base com a intensidade suficiente para identificar uma identificação entre os membros de grupos que lutam (ocupam) uma terra.

### **b) Reorganização das antigas atividades produtivas nas bordas do lago**

Na luta pela manutenção das suas antigas condições de trabalho, os atingidos tanto de Araçagi como de Acauã lançaram mão de determinadas estratégias de reprodução material e social, incluindo uma que já se encontrava em vias de desaparecimento e, justamente por isso, foram recriadas, como é o caso dos mutirões. No caso de muitas famílias da barragem de Araçagi, isso funciona da seguinte forma, segundo podemos constatar dos depoimentos de dois agricultores:

*Cada família planta um roçadinho pequeno numa banda do terreno e na outra cria uns bichinhos. Depois faz a troca, a área passa pra outra família e cada qual que trate de colher pra ela mesma. Quem não tem como pagar a diária (mão-de-obra assalariada) tem a ajuda dos vizinhos. (José, 64, atingido, vila Mulunguzinho)*

*A gente tem aí uma separação de manga que sobrou da inundação que nós tudinho trabalha junto nela. O povo trabalha aí botando um roçadinho, com seus 2 mil pezinhos de inhame, um pequeno partido de macaxeira, de feijão e de milho, essas coisas. É lá também que nós vamos tirar uma ração pros bichos, lá dentro dessa manga, num restinho de vazante que escapou das água.” (Manoel, 73, atingido, Vila Tainha)*

Antes de qualquer coisa, devemos alertar o leitor de que, no que se refere às estratégias de reestruturação da produção nas bordas dos lagos das grandes barragens, essas tentativas de recampesinação esbarram, logo de início, nos conflitos que envolvem os interesses dos camponeses, de um lado, e dos grandes proprietários, de outro, sobre a propriedade das terras sobrantes, estreitas extensões de terras que não ficaram submersas com a formação do lago e que possuem alguma propriedade ou característica própria para a exploração agrícola.

O controle dos grandes proprietários sobre as terras próximas às grandes barragens, que atuam como inibidor das tentativas de recampesinação dos atingidos também ocorre através do controle das terras que se situam próximas das barragens, as poucas que poderiam

abrigar um processo de resistência e reprodução da agricultura antes praticada pelos atingidos. Esse controle, que ocorre sobre terras públicas (já que estas são áreas que foram desapropriadas para a construção da barragem e não foram inundadas completamente) mostra o grau de influência desses proprietários na organização política local e até estadual, pois nem o movimento dos atingidos nem as instituições da sociedade civil organizada conseguem detê-lo. Vejamos como um atingido pela barragem de Acauã se refere ao controle que um latifundiário exerce sobre as terras que margeiam aquela barragem:

*Existe conflito entre os próprios agricultores, porque a área que fica ao redor da represa é do governo. Como ele não controla o acesso a essas terras, os grandes fazendeiros não aceitam que os pequenos plantem; inclusive os pequenos, tem deles que quando pega um pedaço dessas terras também não quer repartir com outro pequeno. (Luis, 64, atingido, vila de Pedro Velho)*

Diante de tal quadro de controle político das terras sobrantes, o qual se faz quase sempre através de instrumentos de coerção social e econômica, só resta aos agricultores lutarem por algum espaço para sobreviverem como tal, ora enfrentando o poder dos “coronéis”, ora plantando com a “ajuda” de algum grande proprietário. Indagado sobre como estão sobrevivendo após a transferência de sua família para uma das agrovilas construídas para abrigar os atingidos, um agricultor de Araçagi afirma:

*Aqui a gente sobrevive assim: cada um bota seu roçadinho numa tirinha de terra que sobrou (que não foi inundada) só pra comer um verde. E a maioria do povo daqui tem muita gente que vive como aposentado, e vive de seu aposento, e aqueles que nem aposento têm, ganham o mundo (migra) pra poder ganhar alguma coisa pra poder ir vivendo a vida, e assim todo mundo vai vivendo. (Manoel, 73, atingido, vila Tainha)*

Trata-se de uma disputa pelo acesso às (poucas) terras localizadas nas bordas do lago a que já nos referimos. Na maioria das vezes, são tentativas de organização da produção em bases comunitárias em terras marginais, de baixa qualidade e situadas (ou espremidas, como dizem os próprios atingidos) entre as estreitas faixas de solos localizadas entre o lago e as propriedades rurais que não foram incluídas no projeto da barragem, muitas delas latifúndios. É comum a existência de conflitos entre os agricultores deslocados e grandes fazendeiros por essas faixas de terra.

Essas tentativas de reorganização produtiva em terras que “escaparam” da área inundada nem sempre ocorrem na ausência de conflitos. Isso porque, mesmo em se tratando de terras públicas, que deveriam ser redistribuídas entre os atingidos, é comum que se instale

um processo de conflito pelo seu uso, normalmente entre os atingidos e grandes proprietários que se apossam dessas áreas.

Isso ocorreu tanto na barragem de Araçagi quanto na de Acauã, com a diferença que nesta última o grau de dificuldade dos atingidos para utilizar essas pequenas faixas de terras é bem maior, seja devido à dimensão dos conflitos seja pela ausência de processos de organização comunitária para tal. O Sr. Luís, de Pedro Velho, assim resume essa realidade na barragem de Acauã:

*Aqui mesmo ninguém tem condições de criar, nem de criar nem de plantar. Aqui esses pobres coitados criam uns bodinhos, mas os bichinhos são espancados mais do que tudo porque se entram nas terras de um grande desses que tem terra eles bota pra fora na pancada... E as terras do DNOCS, que tiveram uma parte que a barragem não cobriu, tão sendo explorada por gente graúda, gente inclusive que nem é da comunidade daqui, são tudo de Aroeiras que não deixa os pequenos daqui plantar um roçadinho. Eles compraram as terras que são do DNOCS aos posseiros e não querem nem ver um pobre coitado plantando. Pronto, vá lá e você vê umas palmas com espinhos que eles plantaram que é pros bichos não entrar. E se os bichos entrar nessas terras é confusão na certa, mas quem tem seus bichinhos quer terra pra criar. Lá embaixo, quando nós morava lá, criava todo mundo embaixo e rio acima, e mesmo quem tinha seus bichinhos e não tinha terra, ou tinha pouca, acertava com um pessoal que tinha terra e trocava esse favor por trabalho e assim podia criar o que queria que ninguém mexia no que era dos outros, e a barragem acabou tudo isso.*

Esse processo se revelou bastante diferente quando se compara a barragem de Araçagi com Acauã, onde o grau de precarização das condições de trabalho é bem maior do que na primeira. Em Araçagi, nas estreitas e pequenas faixas de terra que não foram inundadas, a associação organiza o pessoal utilizando uma determinada estratégia. Os atingidos se organizam em grupos e dividem a terra em pequenos lotes e programa para cada um explorar essa parte numa época do ano, mas não pode explorar nada que passe de um ano para o outro, tem que ser cultivo de ciclo produtivo curto, ou, como dizem os atingidos, “produto que tire logo”, para poder caber todo mundo. Essa terra foi dividida em duas partes: a mais próxima das agrovilas ficou para colocar os roçados, e a outra parte ficou prá criação. Quem tem criação, que quase sempre se resume a algumas poucas cabeças de gado ou caprino, coloca para criar juntos em uma área comum; no ano seguinte faz o contrário: vai trabalhar o roçado na área de pecuária e vice-versa, fazendo a rotação das atividades. E para cada família ter seu roçado, essas faixas de terra foram divididas da seguinte forma: uma família tem 0,25 hectare e outra tem 0,5 hectare, de acordo com o tamanho da família.

A esse respeito um atingido de Araçagi conta como ocorre esse novo processo de organização da produção pós-barragem:

*Nas reuniões o pessoal estipula um número máximo de bichos que podem ocupar as mangas, que pode ser uns três ou quatro. Nesse caso, quem tem mais tem que arranjar uma solução, que pode ser botar na terra de algum amigo ou parente fora daqui ou até mesmo – quando pode – alugar um pedaço de pasto. Então, a associação estabelece o que é justo: se o número máximo de bichos for de três, de acordo com o que a terra comporta então esse limite tem que valer para todos. Quem ainda trabalha como agricultor está trabalhando de forma meio precária porque como só restou pra eles umas faixas pequenas de terra que não foram inundadas, a associação organiza o pessoal da seguinte forma: divide a terra em pequenos lotes e programa pra cada um explorar essa parte numa época do ano, mas não pode explorar nada que passe de um ano para o outro, tem que ser produto que tire logo, que não seja plantação permanente, pra poder caber todo mundo. Essa terra foi dividida em duas partes: essa aqui mais perto ficou para colocar os roçados, e a outra parte ficou prá criação. Quem tem um bichinho ou dois, coloca pra criar lá; no ano que vem faz o contrário (um rodízio): vai trabalhar o roçado lá e esse daqui inverte, fica prá criação, pra poder fazer a rotação das atividades. E pra cada um ter seu roçado, dividiu assim: um tem 0,25 e outro tem 0,5 hectare, outro tem uma conta e assim vai” (Dioclécio, 39, atingido, Vila Mulunguzinho)*

Assim, podemos perceber mais uma característica distinta entre as duas barragens pesquisadas: enquanto que na de Araçagi observa-se um esforço maior por parte dos atingidos visando reestruturar a produção na terras localizadas nas bordas do lago, utilizando trabalhos organizados em mutirões, em Acauã a situação mais comum são as iniciativas individuais, inclusive através do assalariamento ou lançando-se mão do arrendamento de pequenos pedaços de terra. De qualquer modo, trata-se de uma estratégia de criação de espaços de uso comum em que as comunidades atingidas possam, mesmo que de forma precarizada, produzir de forma comunitária.

Os mutirões organizados pelos atingidos de Araçagi confirmam a crítica que De Marcos e Fabrini (2010) fazem à tese da descampesinação. Segundo esses autores, na prática, a tese do desaparecimento da classe dos camponeses entre os autores influenciados pelo marxismo-leninismo clássico implica afirmar que para estes há uma impossibilidade histórica de uma produção camponesa coletiva como uma alternativa para a construção de uma sociedade socialista. Ou seja, os camponeses seriam incapazes de desenvolver formas coletivas de produção, senão apenas individualmente, devido ao seu apego à propriedade privada da terra.

No Brasil, ainda são escassos os estudos e pesquisas sobre a utilização desses espaços e processos sócio-culturais a eles associados, mas seu número tem aumentado nos últimos anos, especialmente a partir de fins dos anos 1980, quando se acirraram os conflitos no rastro do desenvolvimento do capitalismo no campo. Exemplo disso são as lutas das comunidades



de seringueiros em torno de suas reivindicações de conservação de espaços extrativistas na floresta amazônica contra os latifundiários que fazem avançar os seus negócios naquela área e as reações de comunidades inteiras atingidas por grandes obras, a exemplo das usinas hidrelétricas, tendo sempre o Estado à sua frente. Segundo afirma Diegues,

Os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum (comunitários) existentes no Brasil não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização frente ao avanço da propriedade privada. Ainda que muitos desses sistemas tenham-se desestruturado frente à expansão capitalista, existem exemplos recentes que mostram a capacidade dos “comunitários” não só em reagir, mas também em reorganizar-se, recriando modos de vida e territórios de uso comum. Existem ainda hoje, no Brasil, uma variedade de formas comunais de acesso a espaços e recursos naturais que, por muito tempo, foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas de apropriação dominantes, seja pela grande propriedade privada, seja pela pública. (DIEGUES; 2001, p. 97)

A literatura recente tem registrado e analisado um número considerável, no mundo inteiro, de formas comunitárias de acesso a espaços e recursos que têm assegurado um uso sustentável dos recursos naturais, conservando os ecossistemas e gerando modos de vida socialmente mais equitativos, contribuindo para a sobrevivência da produção camponesa. No entanto, como afirmam McCay & Acheson (1987), apud Diegues (2001), a despeito da importância desses sistemas tradicionais de produção e convivência social, as comunidades que os adotam estão sendo cada vez mais expostas aos riscos da modernização capitalista e mesmo expulsas de seus territórios tradicionais pela expansão da grande propriedade privada e dos projetos de grandes obras, estes normalmente comandados pela intervenção estatal.

### **c) Assalariamento e arrendamento**

O assalariamento constitui uma importante estratégia de reprodução social e material dos atingidos por barragens na busca pela sua sobrevivência, inclusive entre aqueles que eram pequenos proprietários antes da construção das barragens. Aqui mais uma vez há um elemento diferenciador das duas barragens pesquisadas, pois em Araçagi o assalariamento propriamente dito, em bases tipicamente capitalistas é mais comum, devido à maior diversificação e modernização de sua agricultura. Aí uma importante fonte de assalariamento dos atingidos está nas culturas voltadas exclusivamente para o mercado, como a cana-de-açúcar, o abacaxi e o inhame, cuja área plantada cresceu significativamente devido à chegada de empresas ou grandes produtores atraídos pela barragem para a exploração da agricultura irrigada.

No caso de Acauã predomina uma agricultura mais tradicional, com pouca tecnificação, como mostra o seguinte depoimento de um agricultor atingido pela citada barragem:

*A grande maioria tá sobrevivendo em terras de outras pessoas, ou como pequeno arrendatário, mas também como empregado, assalariado. E tem um restinho das terras do DNOCS que foram poupadas da inundação que, pra quem ainda não perdeu a coragem de trabalhar, eles fazem uma umas pequenas roças só pra continuar sobrevivendo. Eles plantam uma parte de palma pra dar pra uns bichinhos e o resto é explorado com milho, feijão e um pouco de macaxeira. E mesmo assim quem trabalha no pouco de agricultura que restou aqui são mais os idosos porque a juventude não quer, ou vai embora procurar emprego na cidade ou fica fazendo bico por aqui. (...) É uma espécie de arrendamento, mas aí não entra dinheiro, não. O proprietário cede a quem quer trabalhar um ou dois hectares, o trabalhador desmata, roça, prepara o solo e planta para o proprietário um partido de palma e entre as carreiras de palma ele planta o milho, o feijão, a fava, deixando a palma para o proprietário e o s legumes pra ele. A vantagem é mais para o proprietário, mas pra quem não tem terra, não tem mais nada na vida, é um meio de sobreviver. (Abel, 42, atingido, vila de Pedro Velho)*

Assim, o assalariamento que predomina entre os atingidos de Acauã, na maioria das vezes, sequer envolve pagamento em dinheiro e inclui muitas atividades de caráter extrativistas, devido às poucas terras disponíveis e às próprias características da organização econômica de suas comunidades, características essas que contribuíram para a tese da descampesinação entre os autores influenciados pelo marxismo clássico, a exemplo de Lenin (1985), que estudou essas características entre os camponeses russos<sup>72</sup>. Entre as alternativas de sobrevivência está o corte de madeira nas poucas áreas ainda com cobertura vegetal que escaparam da inundação da barragem para a produção de lenha e também de carvão, o que acaba por aumentar a pressão das atividades econômicas sobre o meio ambiente, contribuindo para o aumento do desmatamento ilegal. A esse respeito, um agricultor de Itatuba afirma que

*A produção de carvão já existia antes da construção da barragem, não surgiu depois da sua construção, além do corte de lenha pra consumo das famílias e pra vender na cidade. Só que aumentou muito o número de pessoas cortando lenha e fazendo carvão (depois da construção da barragem) porque faltam oportunidades de trabalho. A única atividade nova que a barragem criou foi a pesca, o que não havia isso antes porque o*

<sup>72</sup> Certamente Lenin foi um dos autores que mais defenderam a tese de que a inevitável desintegração do campesinato se deve, fundamentalmente, à dificuldade de penetração do capitalismo no mundo camponês, onde destaca as relações econômicas e sociais baseadas no regime de pagamento em trabalho. Essa prática é muito comum nas estratégias de recampesinação dos atingidos por grandes barragens. No entanto, ele reconhece que há certas práticas de “resistência” dos camponeses, quando afirma: “Um outro fenômeno importante da vida econômica camponesa e que *retarda* a desintegração do campesinato são os remanescentes do regime de corveia, isto é, o pagamento em trabalho”. (1985, p. 121)

*rio passava a maior parte do ano seco ou com pouquinha água. Por isso que eu acho que, tirando a pesca, que é explorada por poucos que têm condições (equipamentos e domínio das técnicas de captura) essa barragem não trouxe nenhuma outra oportunidade de trabalho, pelo contrário, só fez piorar. Antigamente quando havia inverno os agricultores plantavam e a produção era farta, dava pro povo comer e ainda sobrava pra vender nas feiras das vilas e das cidades. Hoje de agricultura restou muito pouco, quase nada. Quem ainda trabalha na agricultura são os que trabalham de “alugado” nas terras dos outros” (Amaury,29, atingido, comunidade do Costa)*

Tanto em Araçagi como em Acauã estratégias de recampesinação levadas a cabo pelos atingidos são complementadas, em termos de ganho, com alguns “benefícios” que estes recebem do governo, embora em Acauã o grau de dependência dos agricultores em relação a estes seja bem maior. Indagado sobre como as famílias desalojadas pela barragem estavam conseguindo sobreviver sem a terra que antes elas tinham para plantar, um dos atingidos resumiu assim a realidade em que vivem hoje para sobreviver:

*(...) tirando a cesta básica, o Bolsa-Família e o dinheiro dos aposentados (as aposentadorias), quem ainda tá trabalhando vai prá terras de quem ainda tem e trabalha desmatando pra fazer carvão, no plantio da palma e também de roçado. Às vezes o trabalhador faz um acordo, uma troca, ele trabalha e em troca do trabalho fica com uma parte da produção, ou então trabalha de alugado, quando alguém se interessa em pagar uma diária que dê pelo menos pra ir tocando a vida. Antes da barragem era bom demais porque cada um tinha o seu pedaço de terra e trabalhava direitinho, e quem não tinha, mesmo assim arranjava trabalho pra receber de quinze em quinze dias. Só que hoje com a barragem sobrou pouca terra plana (terra de várzea, a mais apropriada para a agricultura). Além do carvão tem gente que trabalha no corte de lenha pra vender nas agrovilas e nas cidades, mas tem também gente que sai pra trabalhar fora. Mas o que tem mesmo de certo é o Bolsa-Família. (Victor, 30, atingido, comunidade do Costa.*

#### **d) Utilização da represa da barragem como alternativa de ocupação produtiva**

Como já afirmamos, as grandes barragens muitas vezes são vistas como um risco de desaparecimento das comunidades camponesas desalojadas pelos lagos que surgem com a sua construção. No entanto, muitas vezes é na própria barragem que parte dos atingidos busca a reprodução de sua força de trabalho. Boa parte dos que buscam nas grandes barragens uma alternativa de sobrevivência são atingidos. Por estas obras que se tornaram pescadores, enquanto que uma menor parte, quase sempre contando com a ajuda do governo, explora a piscicultura em tanques-rede, uma técnica de produção que envolve um elevado investimento inicial e alto custo de produção e, por isso, é inacessível à maioria dos atingidos.

Um fato que dificilmente é reconhecido seja pelas lideranças do movimento dos atingidos, seja por alguns estudiosos da problemática das grandes barragens é que o agricultor

trocar a terra (que já não tem mais, pois a perdeu para a barragem) pela água não tira dele a sua condição camponesa, pois a sua condição camponesa não desaparece com a perda do trabalho na terra.

Assim, curiosamente, foi justamente a construção das barragens de Araçagi e Acauã, motivo de tantas angústias e sofrimento por parte das famílias deslocadas compulsoriamente que criou para uma parte dos atingidos uma das poucas fontes de renda na economia local, a pesca, como mostraram muitos depoimentos colhidos na pesquisa de campo. O que explica a importância da pesca para parte das famílias atingidas? Um agricultor de Araçagi assim falou do papel que a pesca desempenha para a sua sobrevivência e de sua família:

*Aqui pelo menos o sujeito tem uma vantagem muito boa: você não precisa pedir pra seu ninguém pra entrar dentro da água, basta ter suas tralhas (apetrechos de pesca) e ter coragem de trabalhar; mas na terra não, você não pode entrar numa terra que não é sua que dá logo confusão. Mas tendo coragem pra trabalhar e entrar dentro d'água? Tem que ter coragem porque hoje em dia um quilo de carne de charque tá custando onze ou doze conto, e pescando você tem todo dia um dinheirinho pra você comprar; se não pode comprar um quilo compra só uma banda e assim vai levando devagarzinho, né? Dizer que um pai não tem um real pra dar pro filho, pra dizer pro filho: “Tome, meu filho, vá ali comprar isso ou aquilo”? Tendo uma barragem desse tamanho? Não, se quer trabalhar vai lá, pesca uma piaba, um piau, faz um torrado, faz um pirão, bota na mesa e dá pra todo mundo comer. (Rodrigo, 42, pequeno arrendatário, Araçagi)*

Esse depoimento, diga-se de passagem, é de um pescador que não tinha terra na área inundada pela barragem, que vivia do assalariamento ou de pequeno arrendamento, mas que se aproxima muito dos demais pescadores, e a principal razão dessa visão otimista dos atingidos quanto à construção da barragem se refere ao fato de que, ao contrário da terra, a água (da barragem) é um elemento natural “democrático”, pois a ela pode ter acesso qualquer um que queira, sem a necessidade de um título de posse, bastando, para isso, ter vontade de trabalhar. Note-se que esses atingidos remetem à falta de vontade de trabalhar dos demais atingidos a principal causa de sua pobreza ou de suas desgraças, mostrando o quanto a consciência de classe é uma categoria sociológica complexa e ao mesmo tempo contraditória de se compreender.

Outro agricultor deu o seguinte depoimento sobre a importância da pesca para a sobrevivência das famílias atingidas pela barragem:

*Na cidade de Araçagi, triste – eu falo até essa palavrinha mei pesada – triste hoje do trabalhador se não fosse essa represa. Essa represa hoje ela mantém mais de duzentas famílias que não têm terra pra trabalhar que vive direto da pesca. Agora, é tudinho,*

*tanto o agricultor como o pescador artesanal. Triste desse município e até dos outros vizinhos se não fosse essa represa aqui porque aqui não tem outras oportunidades de emprego, aqui não tem nada, não tem nem uma fábrica. O que tem pra oferecer emprego é a Prefeitura, mas você sabe que ela não pode manter esse pessoal todo; e quem tem um padrinho lá por dentro que pode arrumar alguma coisa ainda pode ter alguma coisa, mas quem não tem, sendo ele da terra, e não tendo seu pedaço de terra, a necessidade é a represa: trabalha de dia no roçado, a maioria nas terras dos outros e de tardezinha e de noite é sair com as redes e as canoas pra dentro do açude; jogar as redes e enfrentar as muriçocas pra arrumar alguma coisa pra casa. Eu mesmo daqui a pouco já vou sair, eu vim já hoje do roçado na beira do rio e agora vou pro meio do mundo (...). A bondade todinha que veio depois dessa represa é essa. Só não come hoje em Araçagi ou nos municípios mais pertinho quem for preguiçoso, porque pra ir pra água não precisa de autorização do governo nem ter uma posse. De jereré, de tarrafa, um anzol e uma rede de espera de malha só come puro se quiser. (João, 48, pequeno arrendatário, Araçagi)*

Em Acauã a pesca também constitui uma das poucas fontes de renda derivadas do trabalho para as famílias atingidas. Para o agricultor Luís, morador da nova vila de Pedro Velho e também atingido pela barragem, a vantagem da pesca está no fato de que, ao contrário da agricultura, o trabalhador não precisa ser cativo de quem ainda tem terra nas áreas mais próximas da barragem. Assim ele se refere à atividade pesqueira:

*O que está salvando a minha família e a de muita gente aqui é a pesca, porque ter terra não é pra todo mundo. Só aqui em Pedro Velho temos perto de 250 pescadores com carteirinha. A única coisa certa que o pequeno tem acesso pra sobreviver é a água pra pescar, que não precisa de título de posse. Existe conflito entre os próprios agricultores, porque a área que fica ao redor da represa é do governo. Como ele não controla o acesso a essas terras, os grandes fazendeiros não aceitam que os pequenos plantem; inclusive os pequenos tem deles que quando pega um pedaço dessas terras não quer repartir com outro pequeno. Tem muito peixe por aqui e o camarão também dá que é uma peste. O difícil é a gente conseguir pescar, porque a maioria de nós não tem muita experiência. Mesmo assim, a pesca é o que salva muitos pais de família, pois eu mesmo, no mês passado, arranjei o dinheiro da carne e do botijão de gás com a pesca da tilápia.*

Difícilmente os atingidos praticam uma única atividade, sendo mais comum a prática de combinar várias atividades para garantir a sua sobrevivência ao longo do ano. Tal estratégia deriva-se de uma racionalidade camponesa que busca conciliar oportunidades de trabalho nas diferentes épocas do ano com as possibilidades de ganho. É isso que leva muitos atingidos a conciliar, por exemplo, a pesca com a agricultura, como podemos ver no seguinte depoimento:

*É tudo de terreno arrendado, eu mesmo trabalho num pequeno pedaço de terra arrendado, porque a maioria desse pessoal não tinha terra lá onde hoje é a represa. Se a gente tivesse terra pra nós mesmo era bom de mais, mas nós não temos. E a gente que não tem, o jeito é a gente arrendar e juntar com a pesca. Por isso que eu lhe disse que a*

*felicidade do pobre aqui nessa região é essa barragem, porque é dentro da água que nós vamos buscar o sustento do dia-a-dia, porque a agricultura custa muito a dar resultado, e o peixe não, tá todo dia lá esperando pelo pescador. (...) (João, 52, pequeno arrendatário, Araçagi)*

Isso mostra como a racionalidade camponesa busca o equilíbrio da unidade de produção familiar. É sobre isso que Chayanov (1981) esclarece, quando afirma que a família camponesa visa unicamente buscar uma maneira menos penosa, ou seja, com menos gasto de energia, de satisfazer suas necessidades conciliando a força de trabalho disponível com as necessidades de consumo da unidade de produção familiar. E é buscando compatibilizar diferentes atividades econômicas (pesca com arrendamento de um pedaço de terra para plantar a sua roça ou a pesca com o corte de lenha para produção de carvão, entre outras) que o camponês se distingue fundamentalmente do capitalista, pois enquanto este investe nos setores que lhe dê os maiores lucros ou retornos possíveis, o camponês cessa imediatamente o trabalho ao perceber que alcançou o equilíbrio trabalho/ consumo, pois seu objetivo é reproduzir-se enquanto unidade de produção econômica e não acumular por acumular.

Por outro lado, há um certo exagero por parte de muitos atingidos quanto à capacidade da pesca contribuir para a garantia de um mínimo de qualidade de vida para as famílias deslocadas pelas barragens, conforme pudemos perceber de perto durante a pesquisa de campo. Isso porque a produtividade do trabalho, medida em termos de nível de captura e qualidade do pescado (relação peso/tamanho e espécie capturada) relacionada ao grau de exploração dos pescadores pelos poucos atravessadores que dominam o mercado local de peixe não permite que esses trabalhadores tenham uma qualidade de vida minimamente digna.

Outro aspecto que chama a atenção no caso da pesca é que esta é praticada, na maioria das vezes, por atingidos que não eram proprietários na área agora submersa pelas barragens, que, movidos pela força da necessidade se transformaram em pescadores. Inclusive não são raros os casos de ex-pequenos arrendatários e até ocupantes deslocados por grandes barragens que se tornaram pescadores e posteriormente grandes atravessadores, o que aponta para um processo de diferenciação social provocado pela construção das barragens. É o que aconteceu em Acauã, conforme podemos perceber no depoimento de um pescador:

*Aqui nós temos um problema sério, que é a desorganização do pescador. A gente se esforça muito pra pescar e na hora de vender só tem uns dois ou três compradores em toda essa região; alguns deles são daqui mesmo, como Zé de Julião e Bibiu, que eram agricultores sem-terra lá de baixo (da área inundada pela barragem) e hoje são atravessadores que têm muito dinheiro. Eles compram de nós e repassam para*

*comerciantes maiores de fora, de João Pessoa ou de Campina Grande. Esses atravessadores ficam com a maior parte do que a gente pesca. Por exemplo: um quilo da tilápia (dois ou três peixes juntos dão um quilo) fica pra nós por R\$ 2,00 ou, quando é bem graúda, chega a R\$ 2,50. Mas essa mesma tilápia chega ao consumidor da cidade grande por R\$ 7,00 ou até R\$ 8,00 o quilo! (Luís, 32, atingido, vila de Pedro Velho)*

Por fim, quanto à piscicultura, à qual nos referimos antes, são muito poucos os atingidos que têm acesso a essa tecnologia. Trata-se de um setor dominado por um reduzido número de grandes empresas que controlam a maior parte da produção. Tanto que em Araçagi e também em Acauã foram criadas associações de piscicultores, com o apoio do governo federal, muitos deles atingidos pelas referidas barragens que durante muito tempo se tornaram extremamente dependentes dessas empresas, chegando ao ponto de encerrar a produção. A partir de 2010, segundo depoimento dos próprios atingidos organizados nessas associações, a situação melhorou porque elas passaram a vender a produção diretamente ao Governo Federal através da Companhia Nacional de Abastecimento, a CONAB, dentro do Programa Fome Zero, que distribui o peixe gratuitamente em comunidades de baixa renda.

Mas o que aparentemente parece ser uma estratégia de recampesinação através do uso das águas da barragem para a prática da piscicultura esconde uma série de contradições que revelam relações tanto de autoritarismo como de subordinação entre os próprios atingidos, mesmo fora do MAB. Exemplo disso são as atividades produtivas organizadas por grupos de atingidos com o apoio do poder público como forma de atenuar os impactos negativos advindos da construção da barragem, em que aparecem diferenciações internas onde a maior parte do grupo acaba por se tornar subordinada de determinado agricultor que comanda os comanda. Exemplo disso são os projetos de piscicultura implantados por associações de atingidos, onde um ou dois produtores assumem o papel de “gerente” do empreendimento, e que com o tempo acabam disseminando no âmbito do empreendimento relações de exploração capitalistas, em que aqueles (os “gerentes”) subordinam os demais atingidos na qualidade de trabalhador e se beneficiam destes, tal qual o capitalista acumula à custa do trabalhador, seja intermediando insumos (ração e equipamentos, por exemplo, no caso da piscicultura) ou tirando proveito no processo de comercialização. Isso acontece não só nas duas barragens pesquisadas, como também na maioria delas, como é o caso do Castanhão, no Ceará.

### e) Migrações

A pesquisa nas barragens de Araçagi e Acauã constatou que, para a maioria dos atingidos que migraram pelo menos uma vez após a sua construção, a migração ocorre quando todas as outras estratégias de recampesinação foram frustradas. Antes do aparecimento dessas barragens já havia migrações, mas em sua grande maioria de caráter temporário e com menos intensidade do que se verifica atualmente. Mas, não há um consenso entre os estudiosos da problemática das migrações de camponeses sobre as consequências disso para a dinâmica de sua reprodução social e material. Se por um lado alguns argumentam que migração é uma estratégia importante para a reprodução social do grupo, a exemplo de Garcia Junior (1989) e Woortmann (1990), por outro alguns desses estudiosos como Silva (1992) afirmam que a dependência do trabalho assalariado via migrações causa uma relação contraditória, pois tanto pode dissolver quanto pode garantir a reprodução da força de trabalho do camponês.

Martins (1997) faz uma análise magistral das migrações temporárias, cujos *transeuntes* ele chama de peão-do-trecho. Segundo o autor, as migrações sempre tiveram uma conotação de ser um problema social. Problema para quem?, pergunta ele. Problema para os grandes proprietários de terra, preocupados com a perda da mão-de-obra barata ou até gratuita que ocupavam em suas fazendas, por um lado; por outro, para grupos urbanos bem estabelecidos, particularmente a classe média, assustados com o crescimento da população pobre nas cidades, a mendicância, a delinquência e outros problemas daí decorrentes. Martins afirma acertadamente que a consciência social que ainda se tem das migrações, ainda hoje, “é consciência herdada de um ponto de vista que não é o dos trabalhadores e migrantes, e sim o das classes dominantes de certa época.” (MARTINS; 1997, p. 40).

Segundo Menezes (2002), muitos estudos apontam que para as comunidades camponesas enquanto detentoras de um espaço demarcado territorialmente e auto-suficiente, a migração é um fenômeno que tanto pode desintegrar quanto ser uma alternativa de reprodução do campesinato. Ainda a esse respeito, Woortmann afirma que

A migração camponesa não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (WOORTMANN; 1990, p. 35).

No caso das famílias deslocadas pelas barragens de Araçagi e Acauã os processos migratórios ocorrem de forma bastante diferenciada. De um modo geral, isso pode ser explicado pelas diferentes características e especificidades da organização social e econômica



de cada território afetado pela construção de grandes barragens, pois as características sociais e econômicas de uma comunidade humana têm influência decisiva sobre a dinâmica de seus processos migratórios.

Como já afirmamos, as migrações já ocorriam antes da construção das barragens de Araçagi e de Acauã, mas se intensificaram após a construção das mesmas, com maior intensidade em Acauã. De um modo geral, as rotas de migrações dos atingidos por esta barragem são mais complexas e mais diversificadas quando comparadas com as dos agricultores de Araçagi. Quando perguntado sobre a saída de trabalhadores atingidos por Acauã para buscar oportunidades de trabalho fora, o Sr. Eleno, de 72 anos, assim respondeu a tal indagação, iniciando pelo período “antes da barragem”:

*Eu saía de Pedro Velho pra trabalhar em João Pessoa, quando tinha serviço e a minha vida era essa, entendeu? Muitas vezes tinham pessoas daqui que trabalhavam de pedreiro e de servente também e como lá em João Pessoa eles não tinham muito conhecimento pra trabalhar lá com os engenheiros, eu já trabalhava lá naquela época da construção daqueles grandes conjuntos (habitacionais) aí os pedreiros e os outros chegavam pra mim e diziam: “Eleno, será que não dava pra você falar pra eu trabalhar lá com os engenheiros como pedreiro ou mesmo como servente? A minha família tá passando privação, tem feijão e tem o milho, mas só disso nós não podemos viver, eu preciso de uma roupa, de um calçado, umas coisas dessa”. Aí eu dizia: “Meu irmão, então vamos trabalhar” Eu falava lá com os engenheiros, eu tinha muito conhecimento com eles por conta já do meu trabalho aí eles iam trabalhar comigo e todo fim de semana nós arranjava um jeito de voltar pra Pedro Velho com o dinheiro, que o pagamento era semanal. E quando tava ruim aqui e na capital também (João Pessoa) eu saía e ia trabalhar no Rio de Janeiro e de novo eu deixava a minha velha mais os filhos e algum trabalhador e eu dizia pra ela: “olhe, cuide bem do roçado, num deixe o roçado abandonado não!” Essa é uma fonte (a agricultura) onde nós fomos criados e não podemos deixar de jeito nenhum. Então, ela ficava exercendo a agricultura aqui na antiga Pedro Velho e eu lá trabalhando no Rio de Janeiro e todo mês eu mandava aquele dinheirinho pra ela pagar os trabalhadores, é claro, porque ela não tinha, e ela colhia e eu trabalhando lá. Quando eu colhia um dinheirinho mais ou menos lá fazendo economia, aí eu procurava mandar mais um dinheiro pra casa. Aí quando eu voltava que chegava em casa eu via aqueles sacos de feijão, de milho, mas dava gorgulho, porque naquela época não tinha depósito, aí eu dizia pra ela: “olhe, venda a agricultura, o material que tiver dando bicho, pra melhor falar, né? Então você venda porque evita eu ter de mandar o dinheiro que eu tinha de mandar, você venda os cereais, e o dinheiro você sustente (guarde) aí dentro de casa. Às vezes eu mandava pra ela – ela é testemunha, que ela tá aqui do meu lado – eu mandava pra ela e dizia: olhe, se pude não gastar não gaste, porque quando eu voltar nós vamos ter um dinheirinho aí, eu levo daqui mais uma parte de modo que vocês não passam privação. E toda a minha vida era assim. Depois do Rio, eu saí daqui de Pedro Velho e fui trabalhar no Paraná. Eu fui pro Paraná, eu conheço bem o Paraná, só trabalhando, trabalhando (Eleno, 72, atingido, vila de Pedro Velho)*

Há, portanto, uma racionalidade que justifica as migrações enquanto estratégia de reprodução dos camponeses: o marido migra, a esposa toma para si a responsabilidade de cuidar da (pequena) plantação e dos bichos junto com os filhos e da venda do excedente para que a família possa se abastecer daqueles produtos que ela não produz. No caso de uma seca se abater sobre a região e a agricultura não for suficiente para a manutenção da unidade de produção, o marido envia parte de seus ganhos para a família, até que ocorra o seu regresso.

Essa racionalidade de que falamos nega muitas das teorias da modernidade que vêem o mundo rural apenas como um apêndice do setor urbano-industrial. Por isso Sauer (2010) faz uma dura crítica a Immanuel Wallerstein quando este afirma que com a modernidade o mundo rural tornou-se um depositário de mão-de-obra barata, o que contribuiria, no longo prazo, para um processo acelerado de proletarização dos camponeses e, conseqüentemente, para o seu desaparecimento. Segundo Wallerstein (1999, p. 246), diante da necessidade de rearranjos que a economia capitalista necessita fazer para compensar a transferência de uma parte crescente da mais-valia para os operários qualificados e organizados, os proprietários dos meios de produção passam a transferir setores de atividades econômicas pouco rentáveis para regiões de mão-de-obra rural disponível. Assim, o referido autor se equivoca quando não leva em conta nem processos de resistência à dominação do capital nem a racionalidade camponesa em suas estratégias de reprodução, a exemplo dos atingidos por grandes barragens que migram parte do ano em busca de ocupação em setores tipicamente capitalistas, tirando dele recursos financeiros que em parte vão para o sustento de suas atividades agrícolas, exploradas em bases tradicionais.

Muitos dos que estudam e pesquisam os camponeses (incluídos aí os atingidos por grandes barragens) que utilizam a migração temporária como estratégia de recampesinação vêem a sua escolha como tendo um efeito devastador sobre sua vida: primeiro, representa um alto risco de rompimento de laços familiares, expressa a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica no pequeno pedaço de terra que cultiva, seja dele ou não, denuncia a exploração que impossibilita a vida sedentária e lhe impõe uma vida nômade que empobrece sua vida social. À luz da teoria de Lefebvre, tal como o autor se referira em sua obra *De lo rural a lo urbano* (1978: p. 9-10), isso pode ser explicado pelo fato de que a decisão de migrar é quase sempre forçada por forças externas, alheias à vontade de quem migra. E isso ocorre porque, segundo o autor, o modo de produção capitalista cria a possibilidade de superposição dos períodos agrícola, industrial e urbano, pois um conjunto de fenômenos relativos às

necessidades, à demanda e ao imperativo social - como a necessidade de reprodução da força de trabalho do camponês, por exemplo -, abre espaço para a criação de estratégias de classe, que modifica as relações de produção sem, no entanto, transformá-las. Assim, o cotidiano urbano passa a se estabelecer pela pressão de relações sociais que imprimem ordem ao campo, fazendo com que o setor urbano-industrial se reproduza mesmo mantendo intactas as características produtivas do campo, como ocorre, por exemplo, com os atingidos pelas grandes barragens que parte do ano “fazem o papel” de camponeses e em outra parte migra e se proletariza nas usinas de cana-de-açúcar. Daí porque Lefebvre afirma na obra supracitada que o urbano é o primeiro abrigo do trabalhador (rural) separado dos meios de produção.

Como explicar, pois, que atingidos por grandes barragens, sendo elas mesmas obras estruturantes do processo de desenvolvimento capitalista, busquem sua reprodução enquanto camponês em setores produtivos do próprio capitalismo? A esse respeito, essa afirmação de Oliveira é bastante elucidativa:

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução social de formas de produção não capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (...), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA; 1981, p. 08)

Pelo que pudemos perceber dos depoimentos dos atingidos de Acauã, após a construção da barragem não só houve uma intensificação como também uma diversificação das rotas de migração. Nesse caso, há as rotas curtas e as rotas longas. Entre as primeiras se encontram aquelas que levam os atingidos para a construção civil em Campina Grande e em João Pessoa (a construção civil no Sul/ Sudeste já não atrai mais tanto os nordestinos), para o corte de cana nas usinas de Pernambuco e de Minas Gerais e para o pólo têxtil de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

Com relação ao trabalho no corte de cana, um agricultor da vila do Cajá assim resumiu como é a rotina dos que se valem dessa estratégia de sobrevivência:

*Vai 50 pessoas só por cada ônibus, só, mais não vai não. Mas se arrumar mais gente vai mais de dois ônibus, é tudo sentado, não vai em pé não. Não vai mais do que 50 pessoas não, vai tudo sentado, tudo certinho, não sabe? E a bagagem vai embaixo, vai na parte de baixo, vai na mala (no porta-malas), não sabe? Mais de 50 por ônibus não vai não. Lá pega material, não sabe? Lá pega facão, bota, bota de ferro, de aço,*

*caneleira, luva também, pega óculos, boné também, o nome da empresa, o crachá também pra botar no bolso da camisa, e de manhã vai pro corte de cana. O ônibus vai, leva nós de manhã e espera pra nós pra vir e depois vai de tarde e pega nós de novo. É tudo de ônibus, ninguém anda a pé não! (...) Lá tem tudo pra gente, não sabe? Lá tem colchão, cama beliche, e o Ministério do Trabalho é no pé, não sabe? Vai tanto homem como mulher (fiscais) lá. Não quer ver uma sujeira nos barracos. O banheiro é limpo todos os meses. Aí chega a mulher do Ministério (a fiscal do trabalho) e fica perguntando: “o refeitório tá certinho, tá tudo limpinho?” Tá sim, chefe! “Ah, assim tá bom”. Mas homem! Eles perguntam: “e como a empresa tá pagando vocês? Tá pagando direitinho? E os banheiros, tá tudo limpinho, os banheiros e os quartos?” Eles (os fiscais do trabalho) não quer ver nada errado com nós não! Se lá tiver um erro ela manda o problema prá empresa. (Valdomiro, 52, atingido, vila Cajá)*

Observe-se que há aqui uma aparente contradição: se por um lado a modernização capitalista desaloja as comunidades camponesas através da construção de grandes barragens, tirando delas o seu principal meio de produção, a terra, por outro o próprio capitalismo pode acabar viabilizando as estratégias de reprodução social e material desses mesmos camponeses. No caso do Sr. Valdomiro, não só há a garantia de emprego em uma parte do ano na usina, a qual garante também o direito de voltar à sua comunidade periodicamente, como há a presença do poder público, a justiça do trabalho, para garantir os seus direitos enquanto proletário rural.

A explicação para tal fato podemos buscar em Chayanov (1974), para quem a divisão do trabalho camponês entre atividades agrícolas e não agrícolas não é simplesmente determinada pela disponibilidade de terra para trabalho e sim, pelo mercado. De fato, como a pesquisa pôde verificar tanto em Araçagi como em Acauã – com mais intensidade nessa última barragem - os atingidos ora não dispõem de terras para plantar ou quando as tem é em condições extremamente precárias. Isso faz com que nos momentos em que as atividades não agrícolas apresentam possibilidades de ganho superiores à agrícola, os atingidos migram nessa direção, pois isso representa uma possibilidade real e concreta do camponês alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida. Assim, segundo o referido autor,

(...) Em numerosas situaciones no es una falta de médios de produccón lo que origina ganancias provenientes de lãs artesanias y comercio, sino una situacón de mercado más favorable para este tipo de trabajo, em el sentido de la remuneracion que brinda a la fuerza de trabajo campesina, comparada con la de la agricultura. (CHAYANOV; 1974, p. 118)

Assim, rendimentos resultantes dessas migrações temporárias em busca de ocupação produtiva no agronegócio ou no setor urbano-industrial servem em parte para financiar a produção na sua comunidade de origem, mesmo que de forma precarizada. Migrar, portanto,

significa buscar fora da agricultura do seu lugar de origem os meios de reprodução social e material do camponês como complementação da produção local. Não devemos confundir, no entanto, a busca de alternativas de trabalho por parte dos atingidos fora da agricultura como pluriatividade, no sentido que Schneider (2003) dá ao termo, pois como nos lembra Carneiro (2006), trata-se de práticas muito comuns do campesinato brasileiro de recorrer a uma série de atividades remuneradas e não-agrícolas para complementar a reprodução social de sua família, dado que essa chegou a um avançado estado de empobrecimento.

Essa estratégia de reprodução dos atingidos tem como principal lógica as condições objetivas e materiais do processo migratório, que muda de lugar para lugar. Perguntado sobre para onde os atingidos de Acauã mais migram em busca de trabalho, um agricultor da vila de Pedro Velho resumiu assim as rotas de migração:

*Foram pra tudo que é de canto. Uns foram pra Pernambuco morar em Macaparana, Malhada Grande (...). Teve muitos que foram pra Santa Cruz (Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco) arranjar emprego lá nas fábricas de roupa ou mesmo no comercio de roupa (...). Uns ainda foram pra Boqueirão, outros pra João Pessoa, até pra Minas gerais foi gente trabalhar em fábrica de calçado, e também pra Itabaiana. Teve outros que vendeu a casa, foi embora pra fora mas não deu certo e voltou e agora tá morando de aluguel. (Aduato, 56, atingido, vila de Pedro Velho)*

Para um ex-membro do MAB de Aroeiras, os dois primeiros anos após a construção da barragem formaram o período de maior intensidade dos fluxos migratórios dos atingidos. Segundo ele, os atingidos

*Iam principalmente pra Minas porque tem a questão das fábricas de calçados e outros vão pro corte da cana. Pelo meu levantamento, nós temos hoje daqui, só daqui de Pedro Velho, cerca de 200 pessoas trabalhando em Minas Gerais. Pra você ter idéia, todo ano (no final do ano) eles alugam de dois a três ônibus que eles alugam lá pra visitar a terra, sempre no final de dezembro e voltam no meio de janeiro, depois do dia 20 de janeiro. Isso fora os que ainda ficam por lá. Então quem fica são os aposentados, os que conseguem se tornar funcionário público como eu, ou que recebe uma cesta básica, que também não é uma solução definitiva e nem contínua, às vezes passa de dois a três meses pra vir, porque elas (as cestas básicas) vêm da CONAB e a CONAB diz que tem que reavaliar isso e aquilo (...). (Abel, 42, atingido, vila de Pedro Velho)*

Esse aumento dos fluxos migratórios por parte dos atingidos constitui, na verdade, uma forma do mercado “controlar” a superpopulação relativa criada pela construção das barragens, o que contribui para contrabalançar o aumento do grau de exploração da força de trabalho dos atingidos pelos grandes proprietários, devido ao aumento da oferta ou do estoque

de mão-de-obra composto pelo conjunto dos agricultores desalojados pelas barragens relativamente a uma menor disponibilidade de terras, tanto em contingente como em intensidade do tempo de migração ou ausência do lugar. Quem migra foge do aumento do grau de exploração de sua força de trabalho pelos grandes proprietários, devido ao aumento da oferta ou do estoque de mão-de-obra composto pelo conjunto dos atingidos. Assim, em determinados períodos do ano, quando aumenta o número de trabalhadores que migram em busca de novas oportunidades de trabalho, há uma tendência de uma relativa melhora nos níveis de remuneração da mão-de-obra local, medida pelo valor das diárias.

No longo prazo, porém, as migrações forçadas pela construção de grandes barragens normalmente geram endividamento dos trabalhadores como um dos efeitos mais perversos do deslocamento das populações atingidas, pois a perda de terras e a desestruturação de redes sociais e de padrões vigentes de economia de subsistência aumentam significativamente a dependência dos agricultores em relação ao mercado e ao dinheiro. Quando a busca pelo dinheiro na economia local fracassa e estes não têm a devida assistência e amparo governamentais, os trabalhadores acabam vendendo o pouco que lhe sobrou e passam a buscar oportunidades de trabalho em condições de extrema precariedade, fazendo com que o deslocamento compulsório dessas comunidades se torne uma forma particular de proletarização.

A transformação do camponês em trabalhador assalariado como resultado de um processo de expropriação de suas terras não é um fenômeno novo. Para Marx (1983), dentre uma gama muito grande de mercadorias se encontra, no processo de desenvolvimento capitalista, a transformação da força de trabalho em uma delas. Mas não se trata de uma mercadoria qualquer. Para que aquele que queira comprar essa mercadoria a encontre no mercado, diversas condições precisam ser preenchidas, a principal delas é a de que o trabalhador seja levado a ofertá-la aos capitalistas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza.

(...) Sob esse pressuposto, a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo, portanto ambos pessoas juridicamente iguais (...). (MARX; 1983, p. 139).

Marx já se referia em sua extensa obra ao gradativo processo de desruralização da população na Inglaterra por volta de 1860, movida por um intenso processo de expropriação dos camponeses ou daqueles que as arrendavam, gerando o que ele chamou de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, formado em grande parte por camponeses expulsos das áreas rurais daquele país. Assim, na medida em que a produção industrial ia se apoderando da agricultura, decrescia, com a acumulação de capital, a demanda pela força de trabalho rural de modo absoluto, fazendo com que parte da população rural se encontrasse na eminência de se transferir para o proletariado urbano. De fato, tal como ocorre com milhares de agricultores atingidos por grandes barragens que são “lançados” no mercado de trabalho não agrícola, “o trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (1984: 208).

Cada época gera seus instrumentos e suas condições de controle dos destituídos, e a expropriação é uma delas, a qual se configura como um pressuposto básico do processo de acumulação capitalista. Para Marx, o Estado atua como instrumento desse processo de destituição da massa camponesa em favor da acumulação capitalista no campo. Segundo ele, no século XIV na Inglaterra, a grande maioria da população consistia de camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse a etiqueta feudal que ocultasse sua propriedade.

Como pudemos ver, os dados da pesquisa levada a cabo nas barragens de Araçagi e Acauã apontam para a possibilidade de que, no longo prazo, o crescente número de grandes barragens possa contribuir para um possível processo de desterritorialização dos camponeses, pondo em risco a sua reprodução social e material. Mas isso não pode ser colocado como um processo linear nem como algo que já está escrito, tal como os apologistas do desaparecimento dos camponeses vêm insistindo há muito tempo.

#### **4.3.3 É possível a recampesinização dos atingidos?**

Questionar se é possível a recampesinação das comunidades ou famílias camponesas atingidas por grandes barragens não implica em estar afirmando que esse processo já ocorreu, e sim que parte dos atingidos por essas grandes obras pode ter perdido, de fato, a sua condição camponesa e entrou em um processo de proletarização, e que outra parte insiste em desenvolver estratégias de reprodução como defesa em relação às consequências da perda de seu principal instrumento de sobrevivência, o acesso à terra para plantar e dela viver.

Mais do que isso, as lutas pela recampesinação de vastas comunidades de atingidos acabou por retirar o campesinato de um longo ostracismo teórico. Para Shanin (1980) essa fase foi caracterizada pela explosão de publicações e o retorno dos intensos debates acerca das questões agrária e camponesa. Mas é preciso evitar que isso deságüe em mais um modismo das ciências sociais, pois isso tende a desgastar o seu debate pelo seu uso sem profundidade<sup>73</sup>. Assim, como afirmam Paulino e Almeida (2010), o ciclo em que vivemos, especialmente no Brasil, reflete os riscos desse modismo, que é o de substituição do conceito de camponês, fora de moda, por agricultor familiar, na moda.

Todavia, o que se esconde por trás desse debate camponês *versus* agricultor familiar é a velha questão da irracionalidade do campesinato, que seria a principal causa de seu desaparecimento segundo muitos teóricos sociais. A todo momento se vê um grande esforço em explicar a agricultura familiar como tendo uma indubitável capacidade de inovação, contribuindo decisivamente para o empreendedorismo nas novas determinações da produção rural. Aqui se busca identificar os agricultores familiares que aderem ao empreendedorismo como aqueles agricultores modernos que não têm medo do risco de investimentos e da participação em mercados complexos, ao contrário do camponês. Quem defende essa idéia ignora que não é necessário criar outro conceito para explicar a complexidade desse sujeito social, bastaria analisar o processo de diferenciação interna do campesinato alicerçado na teoria chayanoviana do balanço trabalho-consumo para ver o quão ela continua válida para explicar as estratégias de luta dos camponeses. Na referida teoria já se encontram as explicações para o trabalho não agrícola, para a migração temporária das massas camponesas, enfim, para todo tipo de estratégia que for possível o camponês criar para se reproduzir socialmente e materialmente, como vimos com as experiências de Araçagi e Acauã, onde ficou muito claro que há uma racionalidade camponesa na prática de certas estratégias de

---

<sup>73</sup> A esse respeito, José de Souza Martins afirma com muita propriedade em *A chegada do estranho* (1993) que para muitas pessoas ainda não há clareza completa sobre o que significa de fato o aparecimento e a importância das comunidades tradicionais na história recente do Brasil, sobretudo as indígenas e as camponesas. Estas são tratadas como os últimos dos últimos, os que chegaram no fim da História e para os quais já não há mais lugar. Mesmo os intelectuais de esquerda, mais “sensíveis” ao “aparecimento” desses grupos, tendem a concebê-los como uma espécie de apêndice atrasado da classe operária, tanto que Lenin, que segundo o autor, um dos mais conhecidos anticamponeses, foi transformado num teórico do campesinato no Brasil pelos pesquisadores, sem que suas interpretações fossem vistas na perspectiva e nas particularidades do processo histórico de que nasceram – as do desenvolvimento do capitalismo na Rússia.



reprodução que para muitos não é visível devido ao apego de muitos pelos modismos que ainda imperam nas ciências sociais.

Estudando atentamente as conseqüências da construção dessas barragens e comparando-as com outras em diferentes partes do Brasil, a começar pela perda da terra, percebe-se que essas estratégias de recampesinação fazem com que, mesmo com toda precariedade, a agricultura camponesa não desapareceu sob as águas das grandes represas. Aliás, o fato do MAB apresentar o reassentamento das comunidades atingidas como sua principal reivindicação mostra que a perda da terra constitui ao mesmo tempo um elevado risco de desterritorialização e uma motivação para que determinadas estratégias de reação sejam esboçadas e sejam postas em prática. Mesmo que essa reivindicação esbarre, na maioria das vezes, nos embates políticos e burocráticos diante da necessidade de desapropriação dos latifúndios próximos da barragem para fazer o reassentamento das populações atingidas, seguido da construção de casas, escolas e posto de saúde decentes, ou seja, garantir o reconhecimento dos camponeses em sua luta por cidadania.

A luta pela terra – no nosso caso, a luta dos atingidos por barragens pelo seu reassentamento, de fundamental importância para a reprodução social e material do camponês suscita uma questão igualmente polêmica e que certamente está na origem do preconceito alimentado por muitos contra eles, inclusive muitos “marxistas” e gente que se diz de esquerda: trata-se da idéia de que o camponês luta para ser proprietário jurídico da terra em que trabalha e que por isso ele não luta por uma sociedade nova, mas por transformações sociais que lhes permitam ter as condições necessárias para se tornar proprietário de uma parcela de terra. Como afirma Moura (1986, p. 41), “a noção de que o camponês traria firmemente imbuída a idéia da propriedade privada é às vezes usada como evidência de que estaria interessado na acumulação de bens para ascender à condição de capitalista, finalmente alcançada por alguns.”

Trata-se, evidentemente, de um grave equívoco, pois quando um camponês invade ou ocupa terras devolutas ou “improdutivas” cujo ator social mais poderoso reivindica o seu domínio, como ocorreu com os atingidos de Acauã, destruindo cercas e resistindo a ordens de reintegração de posse dadas pelas autoridades públicas, encontra-se numa posição de franca contestação a uma ordem social que beneficia os interesses que envolvem o uso da terra e demais recursos produtivos.

O que se quer falar em luta pela terra é no sentido mais amplo do termo. Quando falamos aqui que as comunidades atingidas por grandes barragens têm como principal alvo de sua luta o direito a ter uma terra novamente implica em ter acesso também à água e demais condições sociais e econômicas que permitam a sua sobrevivência. Entre as barreiras que existem para que se alcance tal objetivo estão aquelas de caráter político, tão importantes quanto as de natureza econômica. A esse respeito, um estudioso desse problema, referindo-se ao caso do Nordeste do Brasil, afirma que

Entre os desafios que se colocam para a implementação de uma política de gestão participativa de recursos hídricos na região semi-árida, está a herança cultural e política de práticas clientelistas e conservadoras consolidadas na relação entre o Estado e a sociedade. Historicamente, as oligarquias rurais detiveram o controle dos órgãos de implementação das políticas (...) que reforçaram, em suas intervenções, a vinculação da propriedade privada da terra e da água. (GARJULLI; 2003, p. 4)

Além de Gúzman e Molina (2006), outro autor que tratou em profundidade o polêmico tema do desaparecimento do campesinato foi Teodor Shanin. A verdade, este reacendeu o debate sobre tal problemática. Para ele, se os camponeses continuam existindo até hoje, é bem provável que continuem a existir por muito tempo, e que isso certamente ocorre porque o sistema capitalista dominante, que determina as condições de organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês porque os processos sociais que viabilizam a sua existência têm sido mais fortes e resistentes do que aqueles que possam resultar no seu desaparecimento.

O autor procurou resgatar o núcleo da questão da economia camponesa no capitalismo, que nos leva às características gerais do campesinato em todo o mundo: a luta pela reprodução do grupo familiar. Para ele, essa luta se processa da seguinte forma:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias nas comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (SHANIN; 2010, p. 25-26).

Mais do que qualquer outra classe social, a permanência ou a reprodução dos camponeses se faz sentir em momentos de crise, como é o caso das migrações forçadas pela construção de grandes barragens. O desafio de manter “vivo” um modo de vida construído ao longo de gerações, em detrimento do modo de vida tipicamente urbano que se impõe no processo de desenvolvimento capitalista é, por assim dizer, o motor que move a luta pela

recampesinação das comunidades atingidas. Assim, sendo o campesinato um “modo de vida”, então a vida das comunidades camponesas não é organizada pelas necessidades do mercado, como é a unidade de produção capitalista, mas sim um modo de existência social caracterizado e viabilizado por um modo muito próprio de produzir. Para Shanin, estudar os camponeses é importante não apenas para identificar as razões de sua capacidade de resistir, que está fundamentalmente centrada na economia familiar – daí a preocupação com os riscos de desestruturação da unidade familiar, tão presente nos depoimentos dos atingidos pesquisados, mas principalmente, para entender que os elementos dessa economia específica, de caráter doméstico, como afirmou Chayanov, não podem ser explicados por meio das categorias da economia capitalista ou da economia estatal.

A diferenciação da economia camponesa, para Chayanov, longe de ser a possibilidade de descampesinação ou de sua desintegração, era uma estratégia de manutenção da condição de camponês diretamente relacionada com o ciclo de desenvolvimento da família, como ficou patente nos depoimentos sobre migrações dos atingidos de Acauã, por exemplo, e, portanto, indispensável à compreensão da permanência camponesa. Logo, se a família se desfaz, certamente a economia (ou a unidade de produção) camponesa também se desfaz, pois o argumento chayanoviano básico era o de que a produção camponesa se ampliava ou se contraía, segundo o número de bocas da unidade de produção, ou melhor,

“El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores (CHAYANOV; 1974, p. 81).

A visão da tecnoburocracia estatal a respeito das comunidades camponesas deslocadas compulsoriamente pelas grandes barragens se aproxima de certa forma da visão dos próprios autores influenciados pelo marxismo<sup>74</sup>, que decretaram o fim histórico do campesinato devido

---

<sup>74</sup> Conforme já afirmamos, ainda subsiste uma polêmica acerca do lugar dos camponeses no debate marxista, onde poderia ser detectada uma suposta “visão preconceituosa de Marx” a respeito dessa classe de produtores rurais. Isso porque prosperou entre os marxistas a tese da homogeneização/unilateralidade das relações capitalistas e, portanto, das formas sociais materializadas na tendência inexorável à concentração da propriedade rural. Ainda segundo essa visão do campesinato (equivocada, evidentemente), supunha-se que as pequenas unidades camponesas retardavam o progresso da história, por representar um entrave ao desenvolvimento do capital no campo. Entretanto, há autores que afirmam que houve por parte de Marx não uma visão preconceituosa acerca do campesinato, mas sim um erro de natureza teórica, por ter visto essa categoria de produtores como uma classe transitória, por ter projetado de forma dogmática para o campo apenas as classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado. Mesmo assim, houve mudanças significativas dessa visão acerca do campesinato no pensamento marxista, entre as quais podemos citar o fato de Lenin ter revisto a sua visão a respeito deste, a ponto de reconhecer a permanência de traços camponeses no processo de

à concorrência com os grandes capitalistas agrários, não só devido à suposta incapacidade política dos primeiros para a construção de uma sociedade igualitária, como também pela sua inabilidade empresarial para o desenvolvimento das forças produtivas em direção à homogeneização das relações capitalistas.

Como decorrência disso, criou-se também uma tendência dentro de várias correntes do pensamento econômico e social de explicar todo e qualquer processo de desenvolvimento enfatizando apenas a urbanidade de um país<sup>75</sup>. Segundo Sauer (2010), isso ocorre porque o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente transformou o espaço urbano em um lugar privilegiado para a localização de unidades industriais e do grande comércio, ou seja, o lugar mais adequado para a produção e as trocas em larga escala e, conseqüentemente, o espaço garantidor, por excelência, das condições do progresso social. Assim, os núcleos urbanos passaram a ser polos de valores ideológicos e culturais, reforçando a distinção dicotômica entre a cidade e o campo (leia-se: entre o proletariado e o campesinato), o que forçou uma lógica explicativa fundante da realidade social, que ora contrapõe os dois polos, ora subordina inexoravelmente o rural ao urbano, vinculando o primeiro à idéia de atraso e o segundo à de modernidade.

Assim, essa idéia de progressiva desruralização da população provocada pelo desenvolvimento capitalista curiosamente encontra guarida tanto entre os autores neoliberais como no âmbito do pensamento marxista, inclusive na obra do próprio Marx<sup>76</sup>. Segundo Lefebvre (1981), o papel secundário do rural já se apresenta nas reflexões do filósofo alemão sobre o desenvolvimento do capitalismo ocidental. Analisando os *Manuscritos de 1844*, o autor afirma que Marx aponta a necessidade da superação da relação pessoal do dono com a propriedade (característica do sistema feudal na Idade Média) para que a terra ganhe um status de mercadoria. Para Marx, esse processo de superação se deu, historicamente, com o

---

desenvolvimento do capitalismo na Rússia e a forte influência dos narodnistas sobre o pensamento de Marx, que o levou, inclusive, a uma aproximação com o campesinato.

<sup>75</sup> A exclusão do rural e de suas populações das reflexões teóricas e da interpretação da realidade pelas diversas correntes do pensamento social não é nenhuma novidade, nem mesmo uma elaboração exclusiva do pensamento moderno ou contemporâneo, pois isso já estava presente no pensamento dos filósofos gregos. Assim, Aristóteles, em seu tratado *Política*, afirma que (...) a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade (...). De fato, se cada indivíduo isoladamente não é autossuficiente, conseqüentemente em relação à cidade ele é como as outras partes em relação a seu todo, e um homem incapaz de integrar-se numa comunidade, ou que seja autossuficiente a ponto de não ter necessidade de fazê-lo, não é parte de uma cidade, por ser um animal selvagem ou um deus (1997: 15-16).

<sup>76</sup> Ver, a esse respeito, MITRANY, David – Marx contra o camponês (1957). Trata-se de uma obra que aborda especificamente a questão camponesa segundo o próprio Marx.

processo de industrialização na Inglaterra<sup>77</sup>, o que deu um novo impulso à vida no espaço urbano e um novo sentido à urbanização da sociedade moderna, ou seja, capitalista. Ainda com relação à obra de Marx, a partir de uma releitura de *A ideologia alemã*, o referido autor vai além quando afirma que Marx e Engels teriam colocado a cidade como um dos principais sujeitos da história, pois os autores deixam claro a divisão entre cidade e campo como sendo fruto da supremacia da primeira sobre o segundo no desenvolvimento das forças produtivas.

Alguns estudiosos brasileiros reafirmam essa tese da inevitável desruralização da população em escala mundial e, conseqüentemente, de descampesinização, entre eles Ianni (1997) e Silva (1996). Segundo eles, o capitalismo, em sua fase mais avançada, promoveu uma diluição das contradições e diferenças entre o rural e o urbano, com a “absorção” do primeiro pelo segundo. Assim, não há mais espaços geográficos e sociais para a existência de valores e modos de vida tradicionais, distintos, pois o tecido urbano consumiu todos os resíduos da vida agrária. Para o primeiro daqueles autores,

Faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, na medida em que o modo urbano de vida, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados (IANNI; 1997, p. 60).

Assim, criou-se uma espécie de naturalização do fim do campesinato, segundo o qual o mesmo estaria condenado a pagar tal pena devido à sua condição socioeconômica que é incompatível com o progresso que o capitalismo nos propõe, pois há um curso de desenvolvimento inexorável do capitalismo que não dá espaço ao campesinato. No entanto, pelo que pudemos ver nas experiências das barragens pesquisadas, os agricultores atingidos vão buscar no próprio capitalismo estratégias para a sua reprodução social e material, a exemplo dos que migram parte do ano para o corte da cana ou para trabalhar na indústria da construção civil. Negando essa suposta tendência ao desaparecimento do campesinato, Sauer

---

<sup>77</sup> De fato há registro de casos de descampesinação na história econômica e social. É o caso da Grã-Bretanha, onde houve praticamente uma liquidação do campesinato desde o século XVIII, quando a Inglaterra era um país predominantemente agrícola, mas que já havia superado as relações feudais. Aí a terra tinha se tornado muito atraente para o capital e isso aos poucos foi solapando os códigos costumeiros que serviam de base à economia camponesa, ou à economia moral do campesinato, no mais profundo sentido que Thompson dá ao termo. Isso só ocorreu graças ao controle dos proprietários sobre o poder político e jurídico no campo, os quais contavam, evidentemente, com a complacência do poder público. E foi assim que os camponeses foram transformados paulatinamente em foreiros, para eventualmente serem expulsos das terras quando se fizesse necessário e entrar nas fileiras do proletariado inglês.

(2010) afirma que está havendo justamente o contrário, ou seja, uma reinvenção do campo no sentido de revalorizá-lo, e não de negá-lo na sua importância histórica. Referindo-se especificamente à realidade agrária brasileira no contexto atual da modernização globalizada, ele afirma que

(...) as lutas sociais agrárias não fazem parte dos resquícios do passado, mas são lutas contemporâneas pela construção de cidadania no campo (...). As disputas pelo acesso à terra e pelo reconhecimento de territórios, portanto, são vistos como processos sociais, culturais, econômicos e políticos de modernização da sociedade brasileira (SAUER; 2010, p. 12-13).

Paradoxalmente, parece ser justamente a natureza “enigmática” e “irracional”, insistentemente destacada por Kautsky (1980), a explicação da permanência histórica dos camponeses. Ou seja, é justamente o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas sim apenas a reprodução do grupo familiar, mesmo quando é dono da propriedade jurídica da terra, que permite respostas adaptativas dos camponeses às crises, recorrendo até mesmo ao trabalho acessório não agrícola e à migração. Assim, discutir a possibilidade da recampesinização no caso específico em que estamos trabalhando, qual seja, a perda das terras de comunidades camponesas para os lagos das grandes barragens, implica em compreender, primeiro, a capacidade de organização política dos atingidos e, em segundo lugar, as condições materiais e objetivas em que estes se encontram para produzir ou se reproduzir enquanto classe social diante de uma nova e chocante realidade: a perda de suas terras e a falta de reconhecimento social dos mesmos pelo Estado capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vertiginoso crescimento do número de grandes barragens reflete de perto o processo de acumulação ao longo do tempo, e gera impactos diferenciados em diferentes regiões ou territórios, cuja extensão depende, fundamentalmente, das características econômicas e sociais desses territórios e do grau de organização dos processos de resistência das comunidades locais para defenderem o seu modo de vida. Esse processo é uma das principais manifestações do crescimento do que chamamos aqui de sociedades eletrointensivas e ocorre no âmbito do processo de mundialização do capital.

Via de regra, no Brasil esse processo, comandado pelo Estado, não perdeu ao longo do tempo o seu caráter autoritário, desde o Estado Novo, quando tem início uma nova fase de acumulação capitalista, quando a construção dessas grandes barragens passa por um intenso processo de reconfiguração, especialmente na Região Nordeste e se caracterizava por uma ação modernizadora assistencialista baseada na ideologia do trabalhismo, na medida que a construção de grandes barragens incorporava as demandas sociais, no sentido de que os seus processos construtivos eram condicionados política e socialmente à dinâmica dos fluxos migratórios das massas duramente atingidas pelas secas que, enfurecidas, buscavam no poder público soluções imediatas para os quadros de pobreza e fome que aí se instalavam.

Na medida em que o processo de desenvolvimento capitalista avançava, *pari passu* à urbanização a partir da segunda metade da década de 1950 o eixo da discussão em torno da construção de grandes barragens muda completamente, onde o Estado aos poucos vai remetendo para o mercado as “soluções” para os conflitos que surgem desse processo modernizador, ao mesmo tempo em que busca nas políticas sociais uma forma de reparar e elevado grau de sofrimento social que muitas vezes atinge as comunidades deslocadas compulsoriamente; mais do que isso, essa ação modernizadora do Estado ocorre no sentido de minimizar ou até mesmo de neutralizar, perante a sociedade, esse sofrimento social.

Assim, essas políticas de desenvolvimento regional nas quais estão inseridas as grandes barragens têm um caráter aparentemente contraditório, pois se por um lado ela prega a necessidade da construção de grandes barragens como instrumento da modernização da economia sob o discurso e a ideologia do progresso econômico em nome de todos – incluída

aí a agricultura familiar, por outro pode desestruturar a agricultura camponesa pondo em risco as estratégias de reprodução social e material da agricultura de base tradicional.

A permanência da questão camponesa no mundo moderno carrega consigo a problemática da terra e dos territórios ocupados pelas ditas comunidades tradicionais no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, mesmo submergida pelas grandes represas pode gerar um novo território, ou seja, as comunidades atingidas podem passar por um processo de reterritorialização por conta das estratégias de reprodução que aquelas põem em prática. Assim, o território continua a desempenhar um papel *sui generis* no capitalismo. É um bem finito, não pode ser reproduzível à bem da vontade dos homens, mesmo tendo nela inserido o trabalho. Portanto, por mais que estejamos vivendo em um mundo cada vez mais urbanizado e sob um intenso processo de modernização agrícola, a terra, enquanto base física de constituição dos territórios continua sendo motivo de disputa e mortes, tal como ocorria, com os camponeses na Inglaterra que tentavam resistir às investidas dos Lords que, com a complacência do poder público, pilhavam as suas terras que eram por direito e pela força dos costumes um bem dos camponeses.

A construção de grandes barragens, portanto, se constitui em uma manifestação de disputa territorial em prol da modernização das sociedades eletrointensivas, onde há, de um lado, aqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; e do outro, a classe dos agricultores que precisam dessa terra para viver e reproduzir social e materialmente os seus modos de vida. O resultado tem sido uma sucessão de disputas territoriais, para as quais o Estado moderno não apresenta solução; pelo contrário, em muitos casos tem até agravado. Mas as possibilidades de completa desterritorialização ou descampesinação das comunidades atingidas por grandes barragens não podem ser colocadas em um debate unilateral como se pudéssemos naturalizar o fim dessas comunidades, pois, embora ao longo da nossa história o campesinato tenha sido constantemente exposto aos riscos crescentes no mundo contemporâneo, devido às ameaças de expropriação de suas terras em caráter irreversível, não se pode deixar de lado os processos de reação e resistência camponesa, embora em muitos casos essas sequer esbocem alguma reação à perda de suas terras para os lagos das grandes barragens.

No caso específico das barragens de Araçagi e Acauã, a construção das mesmas realmente implicou em elevados riscos de desagregação das famílias por elas deslocadas



compulsoriamente e de estilhaçamento das redes sociais por elas construídas ao longo de gerações, o que certamente potencializou estilos de vida fundamentados no individualismo. No entanto, como pudemos verificar, aquelas comunidades desenvolveram determinadas estratégias de reprodução social e material que nos induzem a concluir que esses riscos existem apenas enquanto uma possibilidade, ou seja, não necessariamente eles se concretizam no desaparecimento dessas comunidades e de seus antigos modos de vida, pois não devemos partir da suposição de que o capitalismo sempre desagrega a família camponesa destruindo laços e lares e abolindo o sistema de classificação camponês. Dito de outra forma, a separação física das famílias atingidas por grandes barragens não implica necessariamente na sua separação social, uma vez que quem é parente, pode ativar, à distância, essa condição, a exemplo do que ocorre com a estratégia de migrações temporárias desses agricultores.

É certo que até o momento o desenvolvimento capitalista no Brasil, para o qual a construção de grandes barragens contribuiu e continua contribuindo enormemente não se revelou capaz de liquidar a produção camponesa, pois há aí um contraditório movimento: se por um lado a construção dessas obras estruturantes põe em risco a continuidade da agricultura camponesa, seja precarizando as suas condições de trabalho seja empurrando os camponeses para a proletarização, por outro é nas próprias atividades capitalistas que o camponês vai buscar, em grande parte, os meios para a sua reprodução social e material, ou mesmo combinando estas com a prática da agricultura de caráter familiar.

Citando as experiências de Araçagi e Acauã, pudemos verificar a existência de uma multiplicidade de estratégias de resistência ou mesmo de recampesinação, como os camponeses que migram temporariamente para trabalhar no corte da cana-de-açúcar nas usinas de Pernambuco ou de Minas Gerais, ou na construção civil em Campina Grande e João Pessoa, ou mesmo nas pequenas cidades da região polarizadas pelas barragens pesquisadas, além da combinação de múltiplas atividades agrícolas e não agrícolas, como muito bem lembrou Chayanov. Isso nos mostra, pois, que não há como ter uma resposta pronta e única sobre a contribuição das grandes barragens para o desaparecimento de comunidades camponesas se não através do desenho de dois possíveis cenários, exercício muito pouco comum nas ciências sociais. Em um primeiro cenário, se mantêm as atuais condições de reprodução social e material dos atingidos, seja por estratégias de migrações temporárias, seja através da ação do poder público mediante a utilização de políticas públicas, sejam elas no campo social ou no econômico que permitam tal intento.

Em um segundo cenário – e isso é perfeitamente provável -, as possibilidades de estratégias de reprodução social dos camponeses sejam esgotadas ou pela modernização capitalista que os torne dispensáveis à reprodução do sistema ou pela absoluta ausência do poder público na tarefa de apoiá-los ou socorrê-los. Nesse caso, a permanência dos camponeses só poderia ser garantida mediante estratégias de reprodução que fizessem com que os seus movimentos de resistência às grandes barragens se deslocassem do local para o nacional através de um projeto de transformação social consistente. Fora disso, afirmar que a construção de grandes barragens contribui inexorável e irreversivelmente para o fim da agricultura camponesa se torna um exercício de futurologia.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ ANPOCS, 1992.

ALMEIDA, Alfredo V. B. de. **Terra de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflitos**. In: GODOI, Emília Pietrafesa de et ali. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Vol. II. *Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP/ NEAD, 2009, p. 39 – 66.

ALMEIDA, Rosimeire. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

AMIN, Samir; VERGOPOLUS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDERSON, Perry. et ali. **A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A problemática da seca**. Recife: Líber, 1999.

ARAÚJO, José Amaury de Aragão. **Barragens no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: DNOCS-MINTER, 1982.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BECK, Ulrich. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva.** In: GIDDENS, Anthony et ali. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BORGES, P. T. **Institutos básicos do direito agrário.** São Paulo: Saraiva, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1998.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** Petrópolis: Vozes, 1985.

CÂNDIDO, Antônio M. **Os parceiros do rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARNEIRO, Maria J. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica.** In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura brasileira.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 165 – 185.

CARVALHO, José O de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Campus; Brasília: Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid), 1988.

CASTRO, XXXXX, 2010.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

\_\_\_\_\_. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** In: SILVA, José Graziano da e STOLKE, Verena. *A questão agrária.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Rogério H da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização: as redes e os aglomerados de exclusão.** In: *Geografia: Conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

DE CASTRO, Laura. **Avalanche de flagelados no Sertão Cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas**. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

DE MARCOS, Valéria; FABRINI, João E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DIEGUES, Antônio C.; MOREIRA, André de C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

DIEGUES, Antônio C. **Modelo econômico e modos de vida: confrontos e alternativas no sul do Pará**. In: DIEGUES (Org.). *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: NUPAUB, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

ETIENNE, François. **A fecundidade da história oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 3-13.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREITAS, Kátia G. de; TEIXEIRA, Olívio A. **Sociedade, natureza e agricultura familiar no território de São Gonçalo - PB**. In: DUQUÉ, Ghislaine (Org.). *Vida rural e mudança social*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

GARCIA JUNIOR, Afrânio R.; HEREDIA, Beatriz A. de. **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil**. In: GODOI, Emília Pietrafesi de et ali (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. Vol. II. São Paulo: Editora da UNESP/ NEAD, 2009.

GARCIA JUNIOR, Afrânio R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Brasília: Marco Zero, Editora UNB; CNPq, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

GOMES, Ramonildes A. **É a trajetória devida que possibilita compreender a sua qualidade: do passado no sítio ao presente no PISG**. In: GOMES, Aldenor (Org.). *Da mobilização às mudanças sociais – dinâmica das novas ruralidades do Nordeste brasileiro*. São Paulo: Editora Polis/ Ceres, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, Alberto P. **Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros**. In: WELCH, Clifford A. et ali (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. II. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 45-55.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**. Recife: Editora Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 1989.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HAGUETE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HIRSCHMAN, Albert O. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

IANNI, Octávio. **Sociedade global**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª edição. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4ª edição. *História, ciência e sociedade*. Série universitária n.º 79. Barcelona: Edições Península, 1978.

\_\_\_\_\_. **Para compreender o pensamento de Karl Marx**. Portugal, Edições 70, 1981.

\_\_\_\_\_. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LENIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural (*Coleção Os Economistas*), 1985.

LUDWIG, Márcia P. **Para além da paisagem: a modernidade que ameaça submergir o lugar**. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Editor). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Editora da UFV, 2008.

MACHADO, Eduardo P. **Poder e participação política no campo**. Salvador: CAR/CEDAP e CENTRU, 1987.

MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Global Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (*Coleção Os Economistas*).

\_\_\_\_\_. **O Capital - Crítica da economia política**. Livro I, Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MCCULLY, Patrick. **Silenced rivers - the ecology and politics of large dams**. London: Zed Books, 1996.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. Contexto: São Paulo, 2011.

MENEZES, Marilda A. de. **Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste**. In: GODOI, Emília Pietrafesa de et ali (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. Vol. II. São Paulo: Editora UNESP/ NEAD, 2009, p. 269 – 287.

\_\_\_\_\_. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

MITRANY, David. **Marx contra o camponês.** Rio de Janeiro: Ipanema, 1957.

MOORE Jr., B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

NETO, Cincinato Ferreira. **A tragédia dos mil dias.** Fortaleza:

NEVES, Frederico de C. **A multidão e a história – saques e outras ações de massas no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

OLIVEIRA, Fernando G. de. **Atingidos por barragens: anotações sobre o caso de Acauã, Paraíba.** In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro.* São Paulo/Campinas: Editora Polis/ Ceres, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste – planejamento e conflito de classes.** 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

ORTIZ, Renato. **O outro território.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARAÍBA. **Atlas escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural.** 3ª edição. João Pessoa: Grafset, 2002.

PAULINO, Eliane T. e ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLEIN, Ivonete T. T. et ali. **Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack.** In: SAQUET, Marcos Aurélio e SOUZA, Edson Belo Clemente (Orgs.). *Leituras do conceito de território e processos sociais.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POLETTO, Ivo. **A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária.** In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.* São Paulo: Editora da Unesp/ NEAD, 2009, p. 137 – 158.

POLANY, Karl. **A grande transformação – as origens da nossa época.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.



PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.* São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRZEWORSKI, Adam. **Estado e economia no capitalismo.** São Paulo: Relume-Dumará, 1995.

ROTHMAN, Franklin D. **A emergência do movimento dos atingidos por barragens do Rio Uruguai, 1979-1983.** In: NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996, p. 106-136.

\_\_\_\_\_. **Conflitos socioambientais, licenciamento de barragens e resistência.** In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Editor). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.* Viçosa: Editora da UFV, 2008, p. 19 – 32.

SABOURIN, Eric. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos.** In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). *A diversidade da agricultura brasileira.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 215 – 239.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina.** In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria J. **Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes.** In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Editor). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.* Viçosa: Editora UFV, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade da agricultura brasileira.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCOTT, James. **The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia.** New Haven: Yale University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **Weapons of the weak.** New Haven - CT: Yale University Press, 1985.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** *Estudos Cebrap. Trabalho e dominação.* São Paulo: Cebrap; Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Lições camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomiase e FABRINI, João E. (Orgs.). *Campepinato e territórios em disputa.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SIGAUD, Lígia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho.** In: ROSA, Luiz Pinguelli et ali. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais.* São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 83 – 166.

SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Marcio A. M. **A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a operárias.** São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1996.

SORIANO, Érico; VALENCIO, Norma. **Riscos, incertezas e desastres associados a barragens: os riscos inerentes à Itaipu Binacional.** In: VALENCIO, Norma et ali (Orgs.). *Sociologia dos desastres.* São Carlos: Rima Editora, 2009, p. 146-159.

SOUZA, José B. M. **Direito Agrário: Lições Básicas.** São Paulo: Saraiva, 1985.

TEOPHILO, Rodolpho. **História da seca no Ceará.** Fortaleza: Imprensa Inglesa, 1922.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – história oral.** 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A reestruturação capitalista e o sistema-mundo.** In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.* Petrópolis: Vozes, 1999.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, Elen F. **Migração, família e campesinato**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, jan-jun. 1990, p. 35-51.

VAINER, Carlos B. **Conceito de “atingido”**: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Editor). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Editora UFV, 2008.

VOLDMAN, Daniele. **História oral: definições e usos**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 33 – 41.

ZHOURY, A. et ali (Orgs.). **Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais**. In: ZHOURY, A. et ali (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

### **DISSERTAÇÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES**

BRAZ, Milena Marcintha Alves. **Nova Jaguaribara: representações sobre o modo de vida urbano**. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Fortaleza: UFCE, 2005.

DUQUÉ, Ghislaine. **Experiências de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens**. *Cadernos do CEAS*, nº 91, Salvador, 1984.

GARJULI, R. **Os recursos hídricos no Semi-Árido**. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, vol. 55, nº 4, outubro/dezembro de 2003.

GERMANI, G. I. **Os expropriados de Itaipu**. *Cadernos do PROPUR*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1982.

NEVES, Frederico de C. **Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: USP. vol. 21 nº 40, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Agricultura e indústria no Brasil**. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, nº 58, set. 1981.

PANDOLFI, Mario L. C. A. **Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural**. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Recife, PIMES/UFPE, 1986.

SANDRONI, Paulo H. R. **Sobradinho: sertão e diferenciação**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, PUC - Departamento de Ciências Sociais, 1982.

SEVÁ FILHO, A. O. **Intervenções e armadilhas de grande porte**. *Revista Travessia*. São Paulo, nº 6, jan.-abril 1990.

SIGAUD, Lígia; MARTINS-COSTA, Antônio L.; DAOU, A. M. **A dupla expropriação do campesinato e a concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1986 (mimeo).

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Francisco G. B. **Implantação de Grandes Hidrelétricas: Estratégias do Setor Elétrico / Estratégias das Populações Atingidas**. *Revista Travessia*. São Paulo, nº 6, jan.-abril 1990.

## DOCUMENTOS

BRASIL. **Comissão Especial para os Atingidos por Barragens**. Brasília – DF, CDDPH/MJ, 2010.

MAB. **A organização do movimento dos atingidos por barragens**. *Coletivo de Educação*. Edição nº 1, Brasília – DF: Janeiro de 2005. Caderno Pedagógico.

\_\_\_\_\_. **MAB: Uma história de luta, desafios e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB, 2002.

WORLD BANK. **Resettlement and development: the bankwide review of projects involving involuntary resettlement, 1986 – 1993**. Washington, 1994.

WORLD COMISSION ON DAMS. **Dams and development: a new framework for decision making**. London, Earthscan, 2000. WCD Report.

## JORNAIS

CORREIO DA PARAÍBA – **Deputado vê prejuízos para 400 famílias em Araçagi**. João Pessoa - PB, 20/9/1999.

DIÁRIO DA BORBOREMA – **Vítimas do descaso**. Campina Grande – PB, 14/3/2004.

O POVO – **A caminho da Nova Jaguaribara**. Fortaleza – CE, 25/9/2001.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1**

**Memória Fotográfica da Barragem de Acauã**



**Foto 01** – Agricultores cultivando hortaliças às margens do Rio Paraíba com a plantação de pimentão em área hoje submersa pelo lago da barragem de Acauã.



**Foto 02** – Rua principal da antiga vila de Pedro Velho, hoje submersa pelo lago da barragem de Acauã.



**Foto 03** – Cena comum na antiga Pedro Velho, em que a população fazia fila para se abastecer com água trazida por carros-pipa, ainda hoje se repete, apesar da construção da barragem.



**Foto 04** – Vista aérea da barragem de Acauã, no início do enchimento do lago, o que obrigou a população local a sair às pressas para se abrigar em áreas mais altas.





**Foto 05** – Primeira sangria da barragem Acauã, vendo-se ao longe o seu vertedouro.



**Foto 06** – Agricultor tenta salvar o que pode durante o enchimento do lago, como telhas e madeira de sua casa para reconstruí-la em outro local, enquanto o lago, aos poucos, vai cobrindo sua terra.



**Foto 07** – Agricultora chora com o filho nos braços no momento em que tem que deixar sua terra, que aos poucos desapareceu sob as águas da barragem.



**Foto 08** – Agricultores das comunidades inundadas fazem um protesto como forma de pedir punição para o assassinato de um atingido pela barragem de Acauã, até hoje não esclarecido pela Justiça.



**Foto 09** – A antiga vila de Pedro Velho durante o enchimento da represa, tendo em primeiro plano um utensílio de barro que foi esquecido por um de seus moradores. Hoje ela se encontra submersa no fundo da barragem, a uma profundidade média de 30 metros.



**Foto 10** – Moradores da antiga PedroVelho se retiram da área de inundação, deixando para trás muitas perdas materiais. O MAB calcula que cerca de 900 famílias tiveram que ser deslocadas para fora da área de inundação, mas apenas 520 receberam casa nas seis agrovilas construídas para abrigá-las.



**Foto 11** – Cemitério da antiga Vila de Pedro Velho, mais uma forte referência da memória coletiva que desapareceu sob as águas da barragem de Acauã.



**Foto 12** – Maior dos seis núcleos habitacionais construídos para abrigar os atingidos de Acauã, a nova Pedro Velho é um conjunto habitacional bem ao estilo urbano localizado em plena caatinga, no município de Aroeiras.



**Foto 13** – Casas construídas com recursos da CEF para abrigar famílias de outras comunidades e municípios afetadas pela construção da barragem de Acauã.



**Foto 14** – Tipo de construção comum nas agrovilas da barragem de Acauã, os templos religiosos (são sete evangélicos para apenas um católico em Pedro Velho) refletem a forte presença das igrejas evangélicas entre os atingidos, o que só ocorreu muito depois da construção da barragem.



**Foto 15** – As marchas e ocupações de espaços públicos foram as principais formas de protesto das comunidades rurais atingidas pela barragem de Acauã, como esta, no centro da capital paraibana.



**Foto 16** – A ocupação de dois latifúndios também foi uma estratégia de luta dos atingidos de Acauã, mas em ambos os casos a Justiça mandou forças policiais para cumprir ordem de despejo.



**Foto 17** – São muito poucos os meios de sobrevivência das famílias atingidas, sendo uma delas a distribuição de cestas básicas pela CONAB, o que tornou os agricultores e agricultoras extremamente dependentes do poder público.

**ANEXO 2**

**Memória Fotográfica da Barragem de Araçagi**





**Foto 01** – Atingidos pela barragem de Araçagi ocupam a barragem secundária (de desvio do rio), destroem parte dela e a ocupa até o governo estadual se manifestar sobre suas reivindicações.



**Foto 02** – Realização de uma Assembleia dos moradores das antigas vilas da Tainha e de Mulunguzinho para definir a estratégia de enfrentamento do governo estadual com relação às suas exigências.



**Foto 03** – O padre Luis Pescarmona, da CPT, lidera os agricultores atingidos por Araçagi em uma reunião com o então governador Cássio Cunha Lima, que sucedeu o governador José Maranhão para definir as reivindicações dos atingidos, muitas delas até hoje não cumpridas.



**Foto 04** – Por exigência dos agricultores de Araçagi, a construção das duas agrovilas já ocorreu antes da construção da barragem e foi acompanhada por uma comissão criada para este fim, com representantes dos agricultores, da CPT e do governo estadual.



**Foto 05** – Com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Prefeitura, os atingidos de Araçagi se mudam para as novas vilas, com toda a infraestrutura por eles exigida.



**Foto 06** – Ao contrário das casas das agrovilas de Acauã, construídas só depois da construção da barragem, as das Vilas Tainha e Mulunguzinho foram planejadas com a participação dos atingidos e são consideradas bastante confortáveis para os padrões rurais da região.



**Foto 07** – As negociações entre o governo estadual e os atingidos pela barragem de Araçagi, mediadas pela CPT, STR e outros setores da sociedade civil, incluíram até a construção de um templo da igreja Católica em cada uma das duas agrovilas, Tainha e Mulunguzinho.



**Foto 08** - Unidade Básica de Saúde da Família construída na agrovila de Mulunguzinho e que funciona integralmente durante toda a semana.



**Foto 09** – Escola de ensino fundamental construída especialmente para atender às famílias desalojadas pela barragem de Araçagi. Os estudantes do ensino médio dispõem de ônibus para estudar na cidade.



**Foto 10** – O cultivo de tilápias na barragem é uma das alternativas de trabalho e renda de poucas famílias atingidas pela barragem de Araçagi.

### **ANEXO 3**

#### **Documentos do Movimento dos Atingidos de Acauã**

BARRAGEM / Os atingidos com a construção exigem pagamento

# Moradores de Pedro Velho reivindicam indenizações

» CAMPINA GRANDE  
» FRANCINETE SILVA  
» da reportagem local

Os moradores das localidades de Pedro Velho, Melancia, Junco, Ilha Grande e Canfundo, nos municípios de Natubá, Itatuba e Aroeiras, prejudicados com a construção da Barragem de Acauã, realizaram protesto ontem em Campina Grande, para pressionar o governo do Estado a atender suas reivindicações. Inicialmente, eles se concentraram no Parque do Povo, depois seguiram em passeata rumo à Praça da Bandeira e, por último, se dirigiram ao Escritório do Governo, na Estação Velha.

Insatisfeitos com o governo que ainda não pagou as indenizações referentes às casas demolidas que deram lugar à barragem, os moradores que já recorreram à Câmara de Vereadores de Campina Grande, decidiram pressionar o governador Roberto Paulino, no sentido deste receber, em seu gabinete, uma comissão para negociar os itens pendentes.

Após a passeata que congestionou o trânsito em alguns trechos das ruas centrais, e a concentração em frente ao Escritório do Governo, uma comissão, liderada pelo deputado estadual Frei Anastácio e sindicalistas, entregou ao chefe de Gabinete, jornalista Assis Costa, um documento contendo as



Nicolau de Castro

## PRESSÃO

A passeata em Campina foi um protesto contra o governo estadual

reivindicações dos moradores, sendo as mais urgentes: o imediato pagamento das indenizações para as pessoas que ainda não receberam; reavaliação dos valores mediante tabela de preço atualizado; construção de casas para as famílias que não têm moradia própria e a garantia de remuneração mensal no valor de dois salários mínimos, até que chegue o período produtivo.

Um outro documento foi entregue ao coordenador das Curadorias de Campina Grande, procurador de Justiça Agnelo Amorim, sobre a situação das famílias atingidas com a construção da "Acauã",

bem como pedindo ajuda no sentido do mesmo "provocar" o governo do Estado.

## LIBERAÇÃO

O governo do Estado, através do Instituto de Terras da Paraíba, garante liberar, o pagamento dos moradores atingidos com a construção da barragem, no valor de R\$ 570 mil, na segunda-feira (27).

O chefe de gabinete, jornalista Assis Costa, recebeu uma comissão e manteve contatos com o Palácio da Redenção, em João Pessoa, conseguindo agendar uma audiência com os representantes dos moradores e o governador Roberto Paulino, para o dia 28, a partir das 15h.

**Abaixo-Assinado dos Desalojados da Barragem de Acauã  
solicitando a intervenção do Ministério Público em defesa de seus interesses**

Aroeiras - PB, 23 de maio de 2002.

Ex.<sup>ma</sup> Sr.

Dr. Agnelo José de Amorim

DD. Procurador de Justiça

Coordenador do 2º CAOP – Centro de Apoio Operacional às Curadorias

Rua Benjamim Constant, 146 – Estação Velha

Carpina Grande – PB

CEP: 58105-105

Prezado Senhor,

Através do presente requerimento, nós, atingidos pelo represamento das águas do Rio Paraíba, que dará origem ao lago formado pela Barragem de Acauã, moradores das localidades de Melancia, Junco, Cafundó, Pedro Velho, Ilha Grande e Cajá, estamos solicitando que o Ministério Público, estude a possibilidade de deflagrar algum tipo de ação que garanta a proteção dos direitos de nossas famílias, que se encontram em situação de elevado risco, uma vez que nossas atuais condições de moradia e de vida produtiva estão sendo destruídas. Diante deste estado de coisa, a garantia de nosso futuro torna-se muito ameaçada porque não sabemos como poderemos garantir nossas condições de sobrevivência.

Somos 700 famílias, em sua maioria agricultores familiares pobres, que já começaram a ter suas terras de cultivo e de criação dos animais, moradias, casas comerciais, templos e escolas, inundadas pelas águas da Represa de Acauã, que vem sendo construída pelo Governo do Estado, com recursos do Governo Federal, desde do ano de 1999.

Apesar do enorme impacto da barragem sobre nossas vidas, constata-se que muito pouco, ou mesmo quase nada, foi realizado pelas autoridades competentes com relação ao destino das famílias atingidas; até o presente momento, nenhum projeto concreto que objetive restabelecer as condições de vida produtiva e de moradia para a população nos foi apresentado.



Inicialmente, os representantes da SEMAFR, acompanhados de políticos regionais, reuniram a população e prometeram três tipos de casas de alvenaria, para compensar a perda de suas casas atuais. Entretanto, nada se falou em termos de reposição das terras cultivadas. Foi oferecida uma alternativa: ou a indenização em dinheiro ou a construção de moradias novas, em um conjunto habitacional a ser construído, no qual haveria casas de três tipos: A, B e C, para contemplar a diversidade da qualidade das casas existentes em Pedro Velho e nas outras localidades. Ao constatarmos, três meses depois, que as moradias oferecidas não passavam de construções de placas pré-moldadas, sem tijolos nem lajes, de 40 m<sup>2</sup> em média e de baixo valor, boa parte de nós passou a optar pela indenização em dinheiro de suas casas.

No entanto, passaram-se os meses e não se pagou a indenização prometida para setembro de 2001, prorrogou-se para outubro, depois para novembro e o fato é, que até a presente data, muitas famílias ainda não receberam a sua "compensação" financeira e todos se viram na contingência de receber uma indenização com valores absolutamente inferiores ao valor real dos bens perdidos. De fato, não havia alternativa: ou recebíamos os valores defasados ou corríamos o risco de não receber nada. A informação que nos foi dada foi que nossas terras não seriam indenizadas, que somente as casas seriam pagas. Mas, registramos que o cálculo do valor das casas foi feito quando um saco de cimento custava R\$ 6,00 (seis reais) e, no momento em que começaram a fazer os pagamentos, o mesmo saco de cimento não custava menos de R\$ 14,00 (quatorze reais).

Toma-se, portanto, necessário que o valor monetário das casas seja atualizado. Além disso, consideramos que fazemos jus ao pagamento pelas nossas terras e por todas as benfeitorias que nelas edificamos. Parece-nos também que também temos direito a indenização pela cessação das diversas atividades produtivas que desenvolvemos em nossos locais de vida e trabalho. Existe ainda a necessidade de indenização pelo prejuízo de natureza moral, derivado do fato de estarmos sendo obrigados a abandonar os locais com os quais temos laços de natureza cultural, afetiva e sentimental, uma vez que neles vivemos há várias gerações.

Nas localidades em que vivemos existe toda uma série de equipamentos coletivos tais como: mercados públicos; praças, escolas; postos telefônicos; postos de saúde; igrejas; ruas calçadas; eletrificação; água saneada; etc. Consideramos, portanto, que se tudo isso vai ficar debaixo d'água, que teremos que sair de onde construímos nossas condições de moradia e de vida, temos direito de sermos re-instalados pelo poder público em condições, no mínimo, iguais às que temos hoje. Desta forma, pensamos que temos direito de sermos re-instalados em novas localidades, a serem construídas especialmente com esta finalidade.

As famílias que já tiveram suas casas e áreas de trabalho inundadas (a barragem hoje já acumula mais de 10.000.000 m<sup>3</sup> de água) e que optaram pela permuta dos seus imóveis, (ou que tiveram que sair por força da chegada das águas), foram deslocadas pelo Governo Estadual para um conjunto habitacional próximo da cidade de Aroeiras, cujas casas foram construídas com placas pré-moldadas, e de tamanho insuficiente para acolher as famílias; não há um mínimo de espaço para construção de um quintal ou de pequenas hortas para o cultivo de nossas hortaliças, ou seja, construções que em nada se assemelham ao padrão de moradia que tínhamos e temos nas nossas áreas de origem, sem falar que há mais de um ano estas residências estão sem abastecimento de água e sem energia elétrica. Não há fossas tampouco, o que obriga que os dejetos humanos tenham que ser lançados a céu aberto. Registre-se ainda que não existe nenhuma atividade produtiva para o engajamento das mais de cem famílias que já estão no conjunto.

Para agravar ainda mais a situação, importantes vias de acesso para escoamento da nossa produção agropecuária a centros comerciais como João Pessoa, Itabaiana, Ingá e Itatuba foram interrompidas com a formação do lago.

Ressalte-se que fomos obrigados a assinar recibos que, além de não terem nem mesmo uma identificação oficial, não discriminam quais de nossos bens estão sendo indenizados. Mas, como já registramos, as informações dadas indicam que as indenizações pagas até agora contemplam apenas o valor das casas, não incluindo, portanto, todas as demais benfeitorias, principalmente das nossas unidades de produção; além do que, pelos valores declarados e pelas disparidades entre um pagamento e outro, evidencia-se uma enorme incoerência, ou mesmo total ausência de critérios técnicos, para elaboração dos cálculos que dimensionam o que de fato e de direito cada família teria que receber. O valor médio pago por família, chega apenas a R\$ 6.560,00; a soma das indenizações previstas, comparada com o custo da barragem, representando menos de 2% do montante previsto para a realização da obra.

Em síntese, nossos principais direitos e necessidades são:

1. Imediato pagamento das indenizações para as pessoas que ainda não as receberam;
2. Atualização do valor das indenizações pagas;
3. Pagamento das indenizações de todos os nossos bens, não incluídos no que está sendo pago, e dos prejuízos de natureza subjetiva que estamos sofrendo;

4. Construção de novas aglomerações urbanas (cidade, vilas e povoados) para nossa nova localização;
5. Criação de atividades produtivas para assegurar nossa sobrevivência, com projetos concebidos a partir de discussão com as diversas comunidades. Podendo ser tanto para atividades produtivas de natureza agrícola e de criação quanto para outros tipos de atividades, conforme o caso;
6. Garantia de remuneração mensal para todas as famílias, até o momento em que nossas condições de sobrevivência estejam asseguradas, nas novas condições.

Por fim, solicitamos ainda, que nos seja permitido o acesso por parte das autoridades a importantes documentos, como os Estudos de Impacto Ambiental da barragem e os seus respectivos Relatórios (EIA/RIMA), Projetos Técnicos de Execução da Obra e seus respectivos anexos (mapas / levantamentos aerofotográficos / regimes de enchimento e esvaziamento do lago, delimitações das cotas de segurança, etc.), Cadastro de todas as Famílias atingidas e seus respectivos Laudos de Apropriação de Bens, bem como os Critérios Técnicos e as respectivas Tabelas de Valores que servirão de base para compor as planilhas que estabeleceram os valores de indenização de cada família; documentos estes, cujo conhecimento, embora tardio, nos permitirá uma análise mais profunda da situação, que com certeza nos ajudará na busca de soluções que consolidem os benefícios que a barragem trará para inúmeras pessoas desta região, mas que garanta primeiramente, e acima de tudo, a sobrevivência cultural, econômica e social, das nossas famílias.

Neste termos, pedimos deferimento.

PEDRO VELHO / Moradores que perderam suas casas na área do reservatório denunciam a falta de espaço para plantar lavouras e criar animais

# Construção de Acauã deixa famílias na miséria

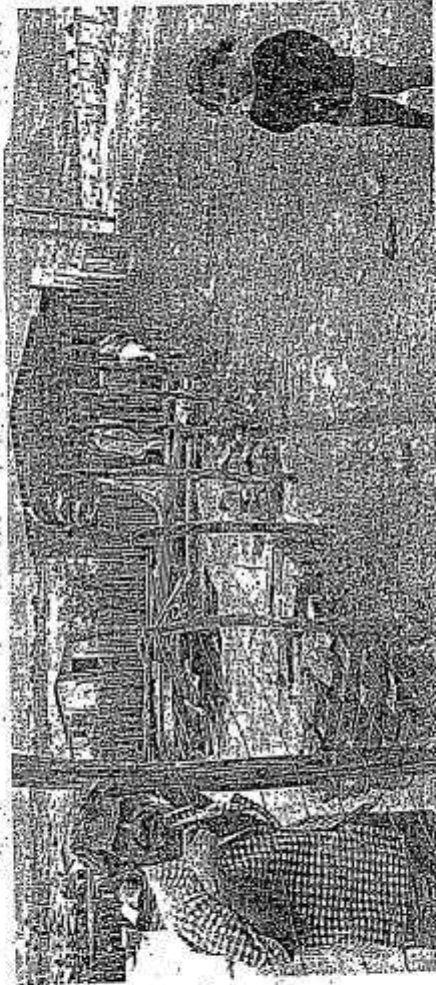
▶ KELY OLIVEIRA E HELDA SUENE

▶ da reportagem local

Moradores do distrito de Pedro Velho, em Arco-Íris (177 km de João Pessoa), denunciaram que estão vivendo na miséria, por conta da construção da Barragem de Acauã. Segundo informações da população que reside na área inicialmente coberta pela água, o megaprojeto, que pretende criar um reservatório de 1,725 hectares, só veio a prejudicar cerca de três mil pessoas que tiveram suas casas desapropriadas e hoje não têm possibilidades de subsistência.

Segundo Abel Francisco de Andrade, da Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã, há dois anos quando a barragem começou a ser construída, as 800 famílias que residiam no local destinado ao reservatório foram convocadas para negociar sua saída e puderam optar pela troca de suas residências por outras casas, do Projeto Maria, ou pelo recebimento de indenização relativa ao valor de cada residência.

Dois anos depois, entretanto, com o reservatório concluído e a barragem aumentando seu volume de água diariamente, a situação é precária. Os moradores que optaram por trocar suas casas por outras, construídas pela Companhia Estadual de Habitação Popular (Cetap), cerca de 150 famílias,



Leandro Silva

## PREJUÍZOS

Os moradores dizem que na nova vila de casas, construída pela Cetap, não há como cultivar qualquer lavoura ou criar animais

tempo seu trabalho desaparecerá em

baixo da barragem.

Iranielo Firmino Normando, ser-

gente reformado da Polícia Militar,

diz que a população já havia com-

preendido a importância do reser-

vatório, que vai beneficiar 16 mil

hectares, mas que o problema está na

maneira abusiva como o governo está

fazendo a retirada da população.

“Fomos enganados”, pontua, que

teríamos o pagamento justo, pelas

mandarmos”, completa.

O presidente do Instituto de Terras

e Planejamento, Agrícola (Interya),

Avraro Dantas, explica que o órgão

negociou antecipadamente o valor de

cada casa e que não fez o pagamento

das áreas plantadas, porque os

moradores não tinham documentos

que provassem que eles criam domos do

local. Ele afirma que a população de

Pedro Velho trabalhava nos terras

margens do rio, e que, mesmo estas

de indenizações, que só ardeou as

áreas cobertas.

Abel Francisco de Andrade, da

Associação dos Atingidos pela Bar-

ragem de Acauã, denuncia que aos

dias de chuvas consecutivas podem

colocar todo o distrito embaixo d'água.

Ele mostrou um documento assinado

pelos presidentes do Instituto de Terras e

Planejamento Agrícola (Interya), Avraro

Dantas, prometendo reavaliar as

indenizações dos moradores que se

sentiram lesados, garantindo um

estudo de viabilidade de um asse-

ntamento rural na área, além da des-

propriação de cinco hectares para

construção de casas para quem re-

cebeu indenizações.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO  
RUA PADRE LEONEL FRANCA, 50  
58400-000 - AROEIRAS - PB - BRASIL  
E-MAIL: [parouais@bol.com.br](mailto:parouais@bol.com.br)

Aroeiras, 27 de fevereiro de 2003

Caríssimo Frei Beto,

Fico feliz ao dirigir-me a você, pessoa que admiro desde 1981, pelos comentários sobre a sua pessoa feitos através do meu querido bispo Dom Lúcio Fernandes e da irmã Beloísa Maria Rodrigues da Cunha, RSCJ. Ao estar no ITER (Recife) aumentei a minha admiração pela sua pessoa.

Desculpe-me chamá-lo de você!

Fui convidado pelo pessoal da paróquia onde trabalho, a participar de um encontro com a sua pessoa, mas infelizmente estou ao trabalho com as comunidades de minha paróquia o que me impossibilita de fazer-me presente a este momento tão significativo para a nossa luta em vista da transformação social.

Querido irmão Frei Beto, o pessoal que aí chega para contactar com você participa de uma luta muito santa que é a busca de condições dignas de vida para si e para as comunidades que se avizinham à localidade de Pedro Velho - todas atingidas pela política eleitoral e desumana de governos que desconsideram a dignidade da pessoa humana.

As pessoas atingidas pela barragem denominada ACAUÁ vivem a sofrer todo tipo de maus tratos. (Você entenderá melhor a situação quando ler a carta anexa enviada por mim às autoridades e aos meus paroquianos).

Tenho certeza de que um novo tempo virá a partir do encontro de hoje.

Coloco-me, assim como a estrutura da paróquia onde trabalho à disposição para ajudar em todas as iniciativas que favoreçam a uma melhoria qualitativa da vida do povo com quem convivemos e partilhemos os sofrimentos, angústias, alegrias e esperanças.

Demos graças a Deus por tantas pessoas simples (como Lola) que se colocam como instrumentos de Deus a serviço dos irmãos.

Um forte abraço,

Padre Leonel Franca  
-Aroeiras-

Pe. Romualdo,  
Obrigado!

PAZ,

Frei Beto  
João Almeida  
27/02/03



## MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

Rua Silveira Martins, 133 conj. 22- 2º andar centro  
 Cep. 01019-000 - São Paulo / SP - fone/fax: (11)3242-1328  
 e-mail: [mab@terra.com.br](mailto:mab@terra.com.br) ou [mab@mabnacional.org.br](mailto:mab@mabnacional.org.br)  
 home-page: [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

~~14 DE MARÇO DE 2003 - DIA INTERNACIONAL DE LUTA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS~~

Ilmo. Sr. Cássio Cunha Lima  
 Governador do Estado da Paraíba

Senhor Governador,

Recibido  
 14/3/2003  
 [Assinatura]

Mais uma vez estamos nos dirigindo a Vossa Excelência para tratar dos problemas criados pela barragem de Acauã. Há mais de um ano que temos nos dirigido ao governo do Estado da Paraíba para procurar resolver os problemas que o próprio governo criou para a população atingida pela referida obra.

Em 23 de maio do ano passado, fizemos uma grande manifestação em Campina Grande. Em 29 de maio do mesmo ano, fomos recebidos pelo governador Roberto Paulino. Infelizmente, quase nada foi encaminhado em todo este tempo.

Das nossas reivindicações apenas foi providenciado o pagamento das indenizações para parte da população. Registramos que as indenizações pagas são irrisórias, porque os valores estavam defasados em relação ao tempo que haviam sido feitos os cálculos, além do fato de que é necessária a realização de uma reavaliação dos nossos bens, inclusive porque muitos deles não foram avaliados.

Acrescentamos que, em duas ocasiões, tivemos oportunidade de vos apresentar os nossos problemas e nossa pauta de reivindicações. O senhor Secretário de Agricultura de seu governo também nos fez uma visita em Pedro Velho, distrito do município de Arceiras.

Atualmente, a nossa situação está mais grave ainda. Na realidade, nenhuma das nossas reivindicações foi atendida. As condições de vida dos que não foram removidos de seus locais estão mais deterioradas. Pior ainda é a situação das cerca de 300 famílias que foram obrigadas a se

transferiram para os 3 conjuntos habitacionais, uma vez que as famílias estão passando fome e não têm recebido nenhum gesto de solidariedade oficial.

Em síntese, os pontos da nossa pauta de reivindicações são os seguintes (conforme documento anexo):

I - Socorro imediato às famílias que estão passando fome;

II - Remuneração mensal para todas as famílias, no valor de três salários mínimos, até que as famílias voltem a ter renda própria nos reassentamentos.

III - Reavaliação das indenizações na área da barragem.


IV - Conclusão do pagamento das indenizações.

V - Reassentamento rural para todas as famílias que vivem de atividades rurais. Viabilização das áreas irrigadas previstas no EIA / RIMA.

VI - Construção de novos núcleos urbanos, sobretudo do Novo Peão Velho, que é uma área urbana mais desenvolvida, embora grande parte da população viva de atividades rurais.

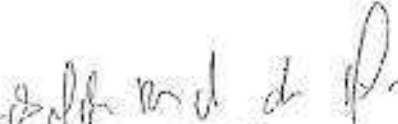
Atenciosamente,

Aroeiras, Itatuba e Natuba, 14 de março de 2003.

  
Abel Francisco Andrade  
Coordenação regional do MAB

  
José Josevaldo Alves de Oliveira  
Coordenação nacional do MAB

  
Maria de Fátima de Araújo Lucena  
Coordenação regional do MAB

  
Oswaldo Bernardo da Silva  
Coordenação regional do MAB



MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

Arroeiras, 25 de julho de 2003.

Ao  
Ministério de Minas e Energia.  
M.D. Dilma Rosseuf  
Ministra da República  
Brasília - DF.

C/c ao M.D. Ministro Ciro Ferreira Gomes  
Ministério da Integração Nacional  
Brasília-DF

Prezada Senhora,

Preocupados com a conflitante situação de calamidade e abandono que os atingidos pela Barragem de Acauã, na Paraíba se encontram, vimos por meio deste solicitar a imediata intervenção deste ministério, buscando solucionar os graves problemas ocasionados pela construção desta barragem.

Na data do agricultor, dia 25 de julho, estamos aqui mobilizados em Campina Grande-PB, com mais de 1.300 agricultores, muitos deles atingidos pela barragem, buscando denunciar, e exigindo ações concretas que reduzam este quadro de abandono.

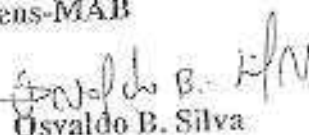
Reafirmamos nossa confiança no Governo Lula, o qual lutamos para colocar na presidência, e esperamos vossa ajuda e compreensão para solucionar os problemas aqui existentes.

Renovamos votos de estima e consideração.

Coordenação do Movimento dos Atingidos Por Barragens-MAB

  
Abd. Francisco Andrade

  
José Josivaldo De Oliveira

  
Osvaldo B. Silva



Pedro Veelho, Aroeiras, 30 de outubro de 2003.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Luís Inácio Lula da Silva  
Presidente da República do Brasil

Prezado Senhor,

Nós somos os atingidos pela barragem de Acauã, na Paraíba. Ao todo, cerca de 800 famílias que tiveram suas vidas destruídas com a construção da obra. Todos viviam às margens do rio, o que lhes proporcionava condições especiais de sobrevivência numa região semi-árida. Era como se vivêssemos num oásis.

Entregamos-lhe este documento na esperança de que o governo federal possa dar a sua contribuição na busca pela solução de nossos graves problemas. Confiamos em sua sensibilidade e nos propósitos de seu governo os quais, temos certeza, não é indiferente a situações como a nossa.

As obras da barragem de Acauã, no rio Paraíba, divisa entre os Municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, todos no Estado da Paraíba, começaram em 14 de Junho de 1999 e foram concluídas (construção física da barragem) em agosto de 2002. A barragem, que ocupará uma área de 1.725 ha de bacia hidráulica. O barramento do rio Paraíba ocorreu a cerca de 23 km à montante da cidade de Salgado de São Félix, na região denominada de médio Paraíba e terá capacidade para armazenar um volume total de 250.000.000 m<sup>3</sup>. De acordo com a ICOLD (Comissão Internacional de Grandes Barragens), Acauã encontra-se enquadrada na categoria das barragens de grande porte.

O planejamento, e a execução da obra, não levou em consideração as diversas dimensões da vida da população existente na área diretamente atingida pela represa. Nos nossos locais de vida estão nossas raízes, nosso passado, nossa cultura, nossos mortos. Também está a nossa condição de sobrevivência.

Não fomos consultados sobre a construção da represa. Mais grave ainda: também não pediram a nossa opinião sobre as soluções que poderiam ser postas em prática para procurar minimizar os prejuízos que a obra nos causaria; os atingidos sequer foram comunicados da existência da audiência pública – realizada em Campina Grande, fora da área da represa – na qual foi autoritariamente cerceada a participação do curador do meio ambiente de Campina Grande; posteriormente, pressões do executivo estadual acarretariam o impedimento daquele membro do ministério público continuar tratando do caso; a documentação referente à obra não foi tornada disponível para a população (o acesso ao EIA/RIMA só se deu quando o

curador do meio ambiente venceu seus receios e disponibilizou a documentação à qual só tivera acesso ao fazer prevalecer, formalmente, suas prerrogativas legais).

A principal medida posta em prática pelo governo do estado da Paraíba foi algo desumano: obrigaram quase toda a população a se transferir para conjuntos habitacionais construídos em pleno meio rural, sem nenhuma infra-estrutura (hoje cerca de 500 famílias estão em 4 destes conjuntos). São locais de desolação como muito bem expressou o Pe. Rômulo, pároco de Aroeiras, que perguntou se aquilo ali era uma espécie de "campo de concentração moderno" (vide documento, e fotos, em anexo). Ou seja, o governo trata a população brasileira mais pobre da mesma forma que os nazistas trataram seus inimigos. E todos sabemos que aquele tratamento, dado durante a guerra, foi considerado crime contra a humanidade e ainda hoje merece repúdio internacional...

Recentemente, o procurador da república, dos direitos humanos, no estado da Paraíba, juntamente com a coordenadora da pastoral da criança, visitou – após a realização de uma audiência pública no município de Natuba – o conjunto do Costa e pôde constatar a absurda situação em que está vivendo a população.

Dom Marcelo Cavalheiros, arcebispo da Paraíba, revelou-nos em recente encontro que, quando de sua visita pastoral ao município de Umbuzeiro, foi conhecer a realidade dos referidos conjuntos. Ele nos disse (nesta reunião estivemos acompanhado por um professor da UFCG, pela coordenadora estadual da pastoral da criança e pelo presidente do SINTER-Sindicato dos Técnicos da EMATER no estado) ter ficado tão chocado com o que constatou que, em posterior encontro com o governador Cássio Cunha Lima, pediu para ter todo o empenho em solucionar os problemas da população atingida.

... Sem alternativa de trabalho, a maioria das pessoas está passando fome. Até o momento, em apenas duas ocasiões (muito recentes) o governo do estado providenciou a distribuição de 250 cestas básicas no valor de R\$25,00 (vinte e cinco reais), cada uma.

Em síntese, os maiores problemas nos conjuntos são os seguintes:

- ✗ Falta transporte escolar regular;
- ✗ Falta escola. As crianças estudam em pequenas casas dos conjuntos, sem nenhuma estrutura;
- ✗ Falta merenda escolar regularmente;
- ✗ Não existem creches e nem pré-escola. Nas vilas existem muitas crianças pequenas que necessitam de atendimento e que não têm nada que lhes possa minorar a fome. E sabemos todos das perdas irreparáveis causadas pela fome e pela desnutrição na primeira infância.
- ✗ Falta de atendimento à saúde. Não há posto médico, nem meios de comunicação. Ao adoecer, as pessoas ficam entregues à própria sorte;
- ✗ Em alguns locais, não há água para consumo humano. Em outros, a população sem renda não tem como pagar as taxas da CAGEPA. Antes havia água de graça das cacimbais feitas no leito do rio;

✘ Policiamento também é algo que não se conhece. Ocorrem muitas brigas, fruto da desocupação e das bebedeiras. Já tivemos também assassinatos, coisa impensável em nossas tranqüilas comunidades;

✘ Não existe recolhimento do lixo;

✘ Não existe esgoto!

✘ Não existe nenhuma alternativa de lazer. Jovens e crianças não têm nenhuma diversão.

Mas, o principal problema é mesmo o desemprego. Um dos moradores de um dos conjuntos disse: "*trabalhador sem patrão está morto*". Os conjuntos são cercados por grandes propriedades que não oferecem trabalho. Ao irem para os conjuntos, as famílias tiveram que se desfazer de suas criações, que era algo decisivo para sua sobrevivência (ver fotos anexas).

Solicitamos também que o senhor interceda junto ao governador Cássio Cunha Lima para que ele tome a decisão política de procurar equacionar os problemas que nos foram causados. Principalmente, que nos devolva as condições de viver dos frutos de nosso próprio trabalho. Para tanto, é imprescindível que sejam implementados projetos produtivos geradores de alternativas de trabalho e renda (anexamos nossa pauta de reivindicações, dentre outros documentos).

Achamos que deve ser um trabalho planejado, conduzido por técnicos do governo e contando com a participação da população, de seus representantes e também de nossos apoiadores e assessores.

Solicitamos também que haja empenho do governo federal para acabar com a manipulação e com a má condução dos programas federais nos municípios, sobretudo com o programa *fonte zero*. Existem problemas em todos eles. Em Arcoiras, nossa entidade não foi incluída nem no Comitê Gestor, nem no CONSEA municipal. Nem mesmo a igreja está satisfeita com a condução do prefeito. Para participar daquelas instâncias tem que ser do grupo político dos prefeitos

Finalmente, senhor presidente, solicitamos que o governo federal contribua diretamente para a solução de nossos problemas. Fomos informados pelos companheiros do MAB nacional que uma representante do Ministério da Integração Nacional veio a João Pessoa para se informar sobre as medidas que estariam sendo tomadas pelo governo estadual para equacionar os nossos problemas. E que depois viria conversar com a população. Neste sentido, pedimos que de fato isto seja feito. E que outros órgãos do governo federal também sejam envolvidos.

Em síntese, nosso pensamento é o seguinte: é necessário que o governo do estado decida se empenhar para resolver a nossa situação. E que possa contar com o decisivo apoio do governo federal.

Senhor presidente, nesta oportunidade não poderíamos deixar de manifestar nossa esperança de que vossa excelência tenha êxito em seus propósitos de realizar um governo que

seja uma marco na melhoria das condições de vida da população brasileira. Para que se possa ter avanços marcantes nos terrenos da democracia e da cidadania, Seja muito feliz, presidente! O Brasil precisa disso.

Atenciosamente,



Abel Francisco Andrade

Presidente da AABA (Associação dos Atingidos pela Barragem de Acará)  
Coordenador Regional do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)

P.S.: Qualquer comunicação do governo poderá ser encaminhada para as seguintes pessoas:

Abel Francisco Andrade – Pedro Velho, Município de Aroeiras, Telefone para recado: (83) 396-3018 (casa de Londrina).

Maria de Fátima de Araújo Lucena, Fones: (83) 335-1002 e (83), celular: 88016777.

E também para qualquer um de nossos apoiadores:

Fernando Garcia de Oliveira, professor da UFCG.  
E-mail: [aguiri@terra.com.br](mailto:aguiri@terra.com.br). Fones: (83) 321-4054 (residência) e 310-1052 (fone e fax, UFCG)

Nelson Anacleto, Presidente do STR de Lagoa Seca, PB. Fones: (083) 366-1376 (sindicato) e 366-1679 (residência) e celular: 99731320.

Aldenora Pereira da Silva, Coordenadora estadual da pastoral da criança.

Vanúbia Martins de Oliveira, CPT de Campina Grande. Fones: (83) 321-6945 (CPT) e 339-5971 (residência)

Frei Anastácio, Deputado Estadual.

Gilson, presidente do SINTER. Fones: (83) 246-7332 (trabalho) e 235-4570 (residência)

Pe. Rômulo Renúgio Viana, Pároco de Aroeiras.  
E-mail: [peromulo@uol.com.br](mailto:peromulo@uol.com.br).



# MAB fecha rodovia durante protesto

Vítimas atingidas pela construção da barragem de Acauã reivindicam melhorias no local

Jordis Araújo  
[jordis@redes.org.br](mailto:jordis@redes.org.br)

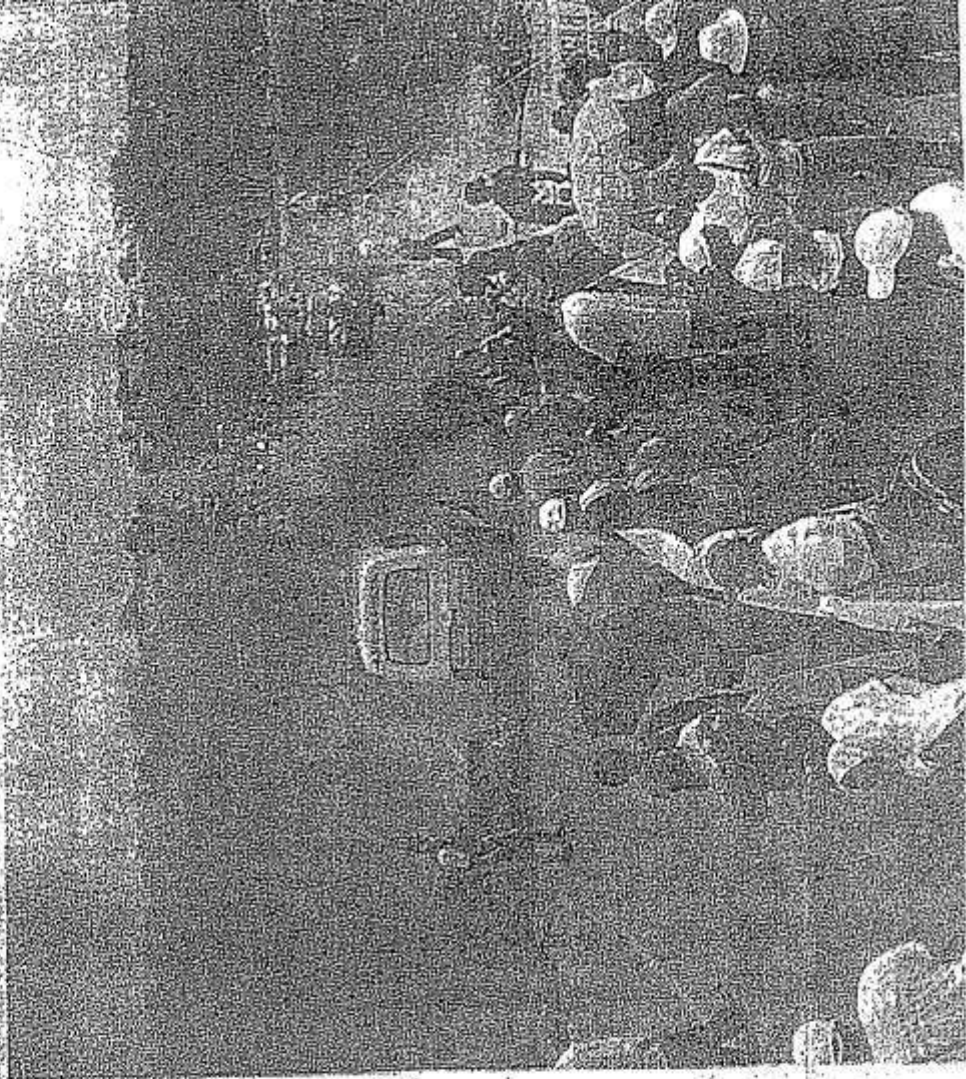
O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) realizou na manhã de ontem, um protesto, e fechou a BR-104, trecho que liga Campina Grande a Queimadas, impedindo que os veículos trafegassem pelo local. A mobilização contou com a participação de cerca de 500 integrantes do MAB, que residem nos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba. Eles queimaram pneus e só permitiram a passagem de veículos a cada 30 minutos.

Segundo o coordenador do MAB, Osvaldo Ernardo, o objetivo da mobilização é reivindicar melhorias para as seis comunidades que abrigam as pessoas atingidas pela construção da barragem de Acauã.

Eles estão reivindicando em caráter de urgência a disponibilidade de água para as comunidades rurais e a devolução de uma praça, mercado público, cemitério, escolas, pavimentação, entre outras melhorias, perdidas após a construção da barragem de Acauã.

O MAB realizou mobilizações em 14 estados do Brasil. O movimento faz a reivindicação pela implantação de um projeto de educação de jovens e adultos nos assentamentos, acesso à terra, sistemas de plúvia e a redução das tarifas de energia elétrica nos assentamentos. De acordo com Dorgival, o Conselho dos Direitos da Pessoa Hu-

**MOBILIZAÇÃO CONTINUA  
 COM CERCA DE 500  
 INTEGRANTES  
 RESIDENTES  
 EM AROEIRAS,  
 NATUBA E  
 ITATUBA**



a falta de estrutura no local, capaz de oferecer uma vida digna para os integrantes do MAB.

Conforme o coordenador do MAB, antes de serem relocados para as atuais áreas, os agricultores viviam em áreas rurais e possuíam um modo de vida compatível com o local de moradia e trabalho. "Hoje não temos nem um lugar para plantar e sobreviver, vivemos apenas dos recursos do Bolsa Família", afirmou a agricultora Maria José Vasconcelos, 46 anos.

O secretário da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Juranir Xavier, foi ao local do protesto e anunciou para a próxima quarta-feira, em João Pessoa, um encontro com representantes do MAB para tratar das reivindicações apresentadas pelo movimento.

"Nós queremos ouvir a pauta do movimento e com certeza o governo do Es-



EM PEDRO VELHO

# População sem água

As 450 famílias que moram na localidade, que fica no Distrito de Aroeiras, estão divididas

Jorge Lobato

Repor1er  
jlobato@p11.com.br

As 450 famílias residentes na comunidade de Pedro Velho, Distrito de Aroeiras, que foram expulsas de suas casas devido às enchentes causadas pelas chuvas caídas em todo o Estado da Paraíba, durante o mês de janeiro, que fez com que a barragem de Acauã sangrasse, estão enfrentando diversas dificuldades.

A principal delas, segundo os moradores é a falta de água potável. "Estamos dividindo a única água existente no local com os animais", assegurou Abel Francisco Andrade, líder comunitário, que está à frente da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Além disso, eles alegam que a interrupção do acesso para escoamento de suas produções, é outro grande problema. Antes eles podiam vender seus produtos saindo por Itabaiana, Salgado de São Félix e Natuba e agora só podem sair por Aroeiras, cuja estrada é muito ruim.

"Faltou responsabilidade do governo anterior que não planejou o reassentamento das famílias. Eles mentiram dizendo que iriam ser construídas três tipos de casas, e acordo com o que tínhamos no local inundado", ressaltou Abel Andrade.

Ele explicou que engenheiros da Semarh estiveram no local efetuando levantamentos, mas nunca fizeram quanto valiam as casas. Na parte dos moradores, optou pelas casas, enquanto outra resolveu receber dinheiro, isso como se fez no popular no "escuro", sem saber como seriam as casas nem valor que seria pago.

Os moradores disseram ainda, que nunca o governo anterior, falou de reassentamento, com moradias novas, com condições de trabalho, respondendo o que foi perdido. Eles vivem a 50 metros do leito do



Na comunidade Pedro Velho, as famílias enfrentam sérias dificuldades, mesmo depois da chuva

## Moradores sujeitos a epidemias

Diante de tantas dificuldades, as famílias estão sujeitas a epidemias. Quando uma pessoa adoecer, facilmente o mal se espalha pela comunidade a exemplo de víruses, sarna e outras enfermidades. Essa questão da água ser dividida com os animais pode a qualquer momento causar problemas de doenças em todos os moradores.

Hoje as famílias sobrevivem de cestas básicas distribuídas em dezembro do ano passado e em fevereiro, por parte do Governo Federal, apenas com arroz, macarrão, café, feijão, óleo e açúcar, que só dá para uma semana.

Na distribuição de dezembro

o Governo do Estado, cedeu o transporte para ir buscar as cestas básicas na Comib de Recife e em fevereiro, o próprio Exército trouxe os alimentos. Além disso, os aposentados recebem R\$ 240,00 mensal que ajuda na compra de alimentos e remédios.

No entendimento dos moradores, existem no local, áreas pertencentes ao DNOCS que estão ociosas e deveriam ser esodidas para as famílias voltar a produzir. Ocorre que os ocupantes dessas terras ameaçam os agricultores, mesmo com elas sendo insuficientes para atender a todos.

As crianças em idade escolar

estão estudando em salas improvisadas no interior das próprias casas, já que no local não existem escolas. Os professores são voluntários da própria comunidade, que deveriam vir da cidade de Aroeiras, a quem pertence o Distrito.

O governo Cássio Cunha Lima, deu continuidade ao processo de pagamento das indenizações, iniciadas no governo passado, entregou cestas básicas, desapropriou uma área para construção de mais 200 casas para as demais famílias e está mantendo o diálogo com os moradores, coisa que era difícil de acontecer no passado. (J.L.)





ESTADO DA PARAÍBA - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
VARA DE CONFLITOS AGRÁRIOS E DO MEIO AMBIENTE  
2ª vara de família

MANDADO DE INTERDITO PROIBITÓRIO

Ação: Interdito Proibitório  
Processo n.º 200-2009-022-394-8  
Promovente: POMPEU GONCALVES BORBA  
Promovidos: VANIO SANTANA, VAVÁ, GAGO, MARCONE, DÉ, GILSON, PAL, LUIZ, EVANDRO, ZÉ DE PRETA, PEZÃO, SEU ZUZA, NILDO, MARGARIDA, MANERO, ALUÍZIO e demais componentes do movimento dos atingidos pela Barragem (MAB)

O Dr. Sivanildo Torres Ferreira, MM. Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários e do Meio Ambiente, Comarca da Capital, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

MANDA ao Senhor Oficial de Justiça da Comarca de Itatuba - PB, a quem este for distribuído e entregue, estando devidamente assinado, que em cumprimento ao presente, extraído da Ação de Interdito Proibitório acima caracterizada, proceda com as formalidades legais, ao INTERDITO PROIBITÓRIO, aos promovidos VANIO SANTANA, VAVÁ, GAGO, MARCONE, DÉ, GILSON, PAL, LUIZ, EVANDRO, ZÉ DE PRETA, PEZÃO, SEU ZUZA, NILDO, MARGARIDA, MANERO, ALUÍZIO e demais componentes do movimento dos atingidos pela Barragem (MAB), para que se abstenham de praticar qualquer ato de turbação ou de esbulho na Fazenda VOLTA, zona rural do município de Itatuba - PB, efetuando, assim o CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA. Tudo em conformidade com o despacho exarado nos referidos autos, cuja cópia segue em anexo. Após, CITEM-SE os promovidos para querendo apresentarem defesa. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba, aos 01 de junho de 2009. Eu, Sivanildo Torres Ferreira, técnica judiciária, o digitei e fiz imprimir.

  
SIVANILDO TORRES FERREIRA  
Juiz de Direito



**CONTROLE DE ENTREGA DE CESTAS DE ALIMENTOS  
 DA COMUNIDADE DE PEDRO VELHO 472 FAMILIAS**

NOME	ASSINATURA	Nº DOCUMENTO
Vanuchia da Silva Xavier	Vanuchia da Silva Xavier	8455485
	Comunidade Pastoral da Silva	1309637
	Marlene de Barros	1864223
	Marlene Barros da Silva	913839
	Vanuchia da Silva Xavier	036717
Elvira 76 FALTA N. M. M. T. I.	Elvira 76 FALTA N. M. M. T. I.	5293643
Esdras de Freitas Barros L. A. R.	Esdras de Freitas Barros L. A. R.	3459772
	Josefa Ribeiro Rodrigues	255487
	Josefa Ribeiro Rodrigues	0318094745
	Josefa Ribeiro Rodrigues	14864970
	Josefa Ribeiro Rodrigues	1229190
	Danielle Corina O. Barbosa	2991376
	Edyânia Oliveira Barbosa	2359204
	Antônia de Jesus	296918
	David Rodrigo da Silva	2804857-5778
	Josefa BERNARDO DA SILVA	1985589